

Janete Eloi Guimarães

**Praças indisciplinados e desordem popular:
cotidiano do policiamento em Florianópolis
nas primeiras décadas republicanas**

Florianópolis, fevereiro de 2011

Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em História

Janete Eloí Guimaraes

**Praças indisciplinados e desordem popular:
cotidiano do policiamento em Florianópolis
nas primeiras décadas republicanas**

Dissertação apresentada como requisito
parcial à obtenção do grau de Mestre em
História junto ao Programa de Pós-
Graduação em História da Universidade
Federal de Santa Catarina.
Orientador Profº Dr. Henrique Espada
Rodrigues Lima Filho.

Florianópolis, fevereiro de 2011

Praças indisciplinados e desordem popular: cotidiano do policiamento em Florianópolis nas primeiras décadas republicanas

Janete Eloi Guimarães

Esta Dissertação foi julgada e aprovada em sua forma final para obtenção do título de

MESTRE EM HISTÓRIA CULTURAL

Banca Examinadora

Henrique E. R. Lima Filho
Prof. Dr. Henrique Espada Rodrigues Lima Filho
(Presidente e orientador) – UFSC

Paulo Pinheiro Machado
Prof. Dr. Paulo Pinheiro Machado – UFSC

Cristiana Schettini Pereira
Prof.^a. Dr.^a. Cristiana Schettini Pereira – UNSAM

Prof.^a. Dr.^a. Fabiane Popinigis(suplente) – UFRRJ

Eunice Sueli Nodari
Prof.^a. Dr.^a. Eunice Sueli Nodari
Coordenadora do PPGH/UFSC

Florianópolis, 15 de abril de 2011.

AGRADECIMENTOS

Estas são as últimas linhas escritas nesta dissertação. Nelas estão meus sinceros agradecimentos àqueles que estiveram comigo durante essa caminhada.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão da bolsa que auxiliou essa pesquisa.

Ao Professor Henrique Espada Lima, meu orientador, sempre disponível e solícito.

À Prof.^a Cristiana Schettini e ao Prof.^o Paulo Pinheiro Machado, por terem aceitado participar da banca deste trabalho.

Aos funcionários dos arquivos por onde passei, especialmente a Maria Cristina, do Museu do Tribunal de Justiça, e ao Sd. Broering, do Arquivo do Quartel da Polícia Militar, pela solicitude que sempre me dedicaram. Estendo aqui meu agradecimento à Nazaré e Cristiane, funcionárias do Programa de Pós-graduação;

Aos companheiros da Linha Sociedade, Trabalho e Cultura, em especial à Ana Paula, Daniela e Alcidesio, que, mesmo sem saber, alimentaram minha perseverança.

Ao Marinho, pela sua leveza e contagiante felicidade;

Ao Tucha, por nossos cafés filosóficos, recheados de causos, memórias e literatura;

À Mano e ao Dan, por gentilmente terem oferecido sua casa, que me serviu de refúgio para escrita; e à Júlia, que também, tantas vezes, me cedeu abrigo quando precisei de silêncio;

Ao Vinícius, feliz encontro entre caixas e processos, pelas conversas, caminhadas, leituras e incentivo;

Aos meus pais, que se esforçaram para tornar possível o término desse trabalho. Minha formação é oriunda da dedicação, doação e suor de ambos;

À minha irmã, Joice, que já fez mais por mim do que eu poderei fazer por ela;

Agradeço profundamente a parceria e ao companheirismo das pessoas com as quais eu pude contar para o que fosse preciso: Luana e Monique, amigas e comadres, e Elio Felipe, meu irmãozinho caçula, meu grande amigo.

Por fim, agradeço a tolerância e paciência exercitadas pelo Gabriel. Filho, acabou. Agora nós podemos brincar.

RESUMO

O presente estudo busca historicizar a constituição das duas instituições responsáveis pela manutenção da ordem na Capital catarinense – o Corpo de Segurança e a Prefeitura de Polícia – e sua dinâmica de convivência durante os primeiros anos republicanos. Marcaria a relação entre as duas instituições ser a Prefeitura receptora de “mão de obra” do Corpo de Segurança: a repartição policial tinha na base de seu trabalho os soldados daquela instituição militar. Outro ponto da análise são os próprios agentes da ordem. Oriundos das classes populares, ingressantes das fileiras militares do Corpo de Segurança, deslocados para a autoridade do Prefeito de Polícia, recaí sobre eles a exigência de um comportamento modelar, ao qual constantemente não correspondem, sendo comumente marcados como inadequados para a função que exercem. Buscou-se, entretanto, observar os atos indisciplinares, a resistência a adequação comportamental e a prática de subversão dos valores deveriam defender para além das críticas realizadas pelas citadas instituições, mas enquanto usos possíveis da condição que detinham.

Palavras-chave: Polícia – Controle Social – Florianópolis – Primeira República.

ABSTRACT

This research is dedicated to the analyse the Police activity and the establishment of urban order on the streets of Florianópolis in the beginning of the Republican period. We opted for an approach that, in addition to verifying the institutional clashes involving the police apparatus in the period, allowed to observe the composition of its front line: the men who constituted the police institution. The raids to the establishment of an orderly and exemplary police was often frustrated by the negative behavioral framework, observed through several undisciplined acts committed by the men who should be enforcing the order. Moreover, strove to police action in the streets, observing the formation of an orientation for the surveillance and control especially on daily life and practices of the working poor. At the intersection of these two points, this study allocates the image of police as coming from the group which oversees and with whom it shares the same practices, seeking to provide these men nuances of interpretation, in addition to focus only in its repressive role.

Keywords: Police - Social Control - Florianópolis - First Republic.

LISTA DE ABREVIATURAS

AHMF – Arquivo Histórico do Município de Florianópolis

APESC – Arquivo Histórico do Estado de Santa Catarina

APMSC – Arquivo da Polícia Militar de Santa Catarina

LISTA DE MAPA E TABELAS

Mapa – Hipótese de zoneamento dos antigos bairros, Florianópolis, 1900 56

Tabela 1 - Organização do Corpo de Segurança. 1891. 88

Tabela 2 - Tabela de vencimentos dos oficiais e praças do Corpo de Segurança. 1891. 90

SUMÁRIO

Agradecimentos	7
Resumo	9
Abstract	11
Lista de Abreviaturas	13
Lista de Mapa e Tabelas	15
Introdução	19
Capítulo I	27
Capítulo II	71
Capítulo III	113
Considerações Finais	171
Fontes	175
Referências Bibliográficas	179

INTRODUÇÃO

“Nós precisamos decidir a postura que vamos ter em relação a eles [policiais] por que não podemos sustentar o que vem acontecendo: num dia estamos apoiando suas reivindicações, no outro, nós nas ruas reivindicando, e eles descendo o cassete na gente.” Essa frase, talvez não exatamente com tais palavras, foi dita por um sindicalista durante uma reunião informal em Florianópolis¹. O tema envolvia assunto um tanto espinhoso: que posição tomar em relação às manifestações reivindicativas dos policiais militares pelas ruas da cidade? A postura dos policiais era vista como coerente, já que finalmente estavam se organizando para reivindicar melhorias que não viriam simplesmente através da submissão hierárquica. Todavia, determinar o apoio a tal grupo, enquanto instituição sindical e até mesmo como posição pessoal, era um passo conflituoso, dado o histórico da relação estabelecida entre trabalhadores e polícia.

O conflito vivenciado pelos sindicalistas apresenta algumas das variáveis que se estabelecem quando do outro lado encontra-se um grupo que é frequentemente identificado por termos como repressor, violento e parcial em suas ações. Não se trata aqui de defender tal visão, mas de apontar uma das que acompanham a instituição policial e seus integrantes. Assim como o sindicalista questiona-se acerca da postura que deve adotar, o pesquisador vê diante de si uma farta gama de possíveis formas de tratar o tema.

Foi entre reveses que a instituição policial foi tomando forma como objeto de minhas pesquisas: primeiramente como o oponente direto das classes populares. Pensando em uma cidade em mutação que estabelecia novos padrões de comportamento, o interesse primeiro versava sobre as possíveis táticas de controle instituídas e o engendrar de estratégias de resistências, buscando a dinâmica daquela cidade que se decidiu calma e pacata. Em minhas investidas sobre as fontes, contudo, tive contato com uma outra cidade possível, o que proporcionou um novo olhar sobre todo o resto, incluindo o grupo que eu tencionava estudar.

¹ Discussão interna com algumas lideranças sindicais acerca do posicionamento em relação às manifestações dos Policiais Militares, articuladas pela APRASC – Associação de Praças de Santa Catarina, no ano de 2007.

Dada a cidade tal qual lida na historiografia sobre ela produzida, que polícia atuava em suas ruas? As perspectivas primeiras não eram muito estimulantes, já que a cidade apresentava-se nessa historiografia como detentora de um processo completamente diferenciado do que havia se observado em outras cidades no mesmo período; marcado por características associadas a crescimento e industrialização, urbanização e remodelação do espaço público, e problemas sociais de moradia, exclusão e violência; Florianópolis era desenhada na contramão destes indicadores, apresentando baixo crescimento demográfico, inexistência de industrialização e desprovida de grupos sociais que tivessem sofrido mais duramente o impacto das alterações urbanas². A falta desses componentes lhe imputaria, por correlação direta, a falta de “tensões sociais” que tumultuassem o transcorrer dos primeiros anos do século XX.

Assentada na perspectiva de que as possíveis situações de conflito só seriam perceptíveis quanto inseridas no único quesito que a cidade compartilhava com seus pares, orientei meu olhar para as reformas urbanas empreendidas naquelas décadas. A busca por embates que poderiam ocorrer nessa intersecção foi o mote primeiro de minha pesquisa. A leitura do já consagrado texto de Sidney Chalhoub³ sobre as experiências vivenciadas pela classe trabalhadora durante contexto similar na Capital Federal – ao menos no concernente a reforma espacial – abriu caminho para a investigação em uma fonte praticamente intocada pelos historiadores que versavam sobre aqueles anos. No subsolo do Fórum da Comarca de Florianópolis, corredores escuros encerravam, em uma disposição muitas vezes sem sentido, caixas e caixas de processos que poderiam trazer, talvez, minhas respostas.

Ledo engano. As caixas depositadas no Fórum, sem sistematização clara, traziam um novo feixe de perguntas. Na cidade que moraram Amália, José da Ponte, João Catharina, Mariquinha “Torrão de Açúcar”, Doca Carneiro, e tantos outros, disputas e contradições marcavam o cotidiano e sugeriam que, ao invés da passividade atribuída ao desenrolar das mudanças empreendidas na capital catarinense, aquele período teria sido marcado por questionamentos dos populares às tentativas de readequação de suas vidas.

A possibilidade de vislumbrar a cidade sob outro ponto de vista tornou-se então a própria opção metodológica: era necessário alterar a

² ARAÚJO, Hermes R. de. A invenção do litoral: reformas urbanas e reajustamento social na primeira República. São Paulo: PUCSP, 1989. Dissertação (Mestrado em História).

³ CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986.

escala de observação. Florianópolis não detinha, definitivamente, os percentuais de crescimento que outras cidades apresentaram no período, e não vivenciou também grandes distúrbios provocados pelos populares, como ocorreu na Capital Federal, por exemplo; por conta disso, não se prestava a posturas comparativas a partir de um olhar macro analítico.

Deve-se ter claro que a redução da escala não é a procura da repetição desses fenômenos em menor intensidade. Ao contrário, o que se pode observar é que a população de Florianópolis vivenciou dinamicamente conflitos e incertezas frente às mudanças ocorridas naqueles anos, dando a eles, como disse Jacques Revel, “uma versão diferente, distinta e complexa”⁴

Dada a distinção do olhar que observava agora a capital catarinense, e o ressurgimento de uma perspectiva que recolocava em cena conflitos e lutas, a figura do policial retomava seu papel de destaque. A instituição policial tem o gérmen de sua configuração atual naqueles primeiros anos republicanos, com a inserção de debates sobre questões técnicas e científicas, a profissionalização e a especialização do trabalho policial, além de encontrar-se ali a intensificação das discussões sobre a transformação do serviço policial em uma profissão de carreira e a configuração das linhas que demarcavam os limites de até onde poderiam atuar sem invadir o espaço da Justiça. Essas questões marcam o entendimento da polícia enquanto uma instituição que também vivenciou a mutação de suas posturas e ações, e que muitas vezes tinha como primeiro dos impasses a resistência dos que compunham suas fileiras em se adequar ao papel que deveriam desempenhar nas ruas.

Na capital catarinense as discussões que envolviam o aparato policial estão presentes, tanto na imprensa quanto na própria instituição policial, com reivindicações da busca pela profissionalização e da valorização de técnicas para a realização do trabalho policial, reivindicações que passavam ao largo de serem atendidas. Fazendo alusão constante ao passo dado por outras cidades como quesito para adentrar neste universo “moderno”, a constituição de uma Guarda Municipal, que seria composta por um efetivo mais preparado para atender os cidadãos aos quais deveria servir, não foi alcançada. A vigilância das ruas da Capital catarinense era realizada pelos homens que compunham a Força Pública.

Fundada em 1835, a Força Pública manteve-se como a instituição responsável pela ordem e segurança do Estado, ainda que entre

⁴ REVEL, Jacques. **Jogos de escala**: a experiência da microanálise. [trad. Dora Rocha]. Rio de Janeiro; Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998. P. 12.

freqüentes ameaças de extinção, reclamações sobre o número insuficiente de componentes e carência de recursos financeiros para sua manutenção. A República conservará a mesma estrutura militarizada no trato com a população catarinense, sendo ainda de suas fileiras que se remanejavam homens para, sob o comando do Prefeito de polícia e seus subordinados, realizar o policiamento de Florianópolis. Mas, ainda que se tenha mantido tal tarefa a cargo dos homens da Força Pública, os primeiros anos republicanos irão intensificar os discursos por mudanças no policiamento, na estrutura e, principalmente no concernente à atuação das praças pelas ruas da cidade. O despreparo desses policiais era apontado como consequência da falta de formação adequada para o exercício de suas funções.

Essa estrutura francamente questionada, os homens que a compunham e as relações que estabeleceram com a cidade e com seus habitantes tornaram-se os objetos desta investigação. Ao invés de atribuir-lhes a pecha de “cumpridores de ordens”, estes foram realocados, já que a própria perspectiva de análise da cidade no período havia sido alterada. Além dos embates que poderiam ter se orquestrado com as alterações espaciais na cidade e os novos comportamentos que se desejava para seus habitantes, o grupo responsável pela ordem ganhava agora destaque no entendimento dessa nova cidade.

Além de observar as implicações decorrentes das peculiaridades da estrutura institucional do policiamento da capital, tocando os embates que ocorriam a nível institucional, o próprio policial foi objeto de investigação dentro da dinâmica social em que estava inserido. Para tal, tornou-se necessário conduzir o olhar a um ponto onde, através da observação deste personagem, fosse possível localizá-lo nas demais tramas em que ele estivesse presente: este homem que ostentava a farda estava em uma rede de relações que ia além da que se estabelecia no quartel. Ademais, o espaço do quartel era também muito mais complexo que uma simples observação da estrutura hierárquica poderia supor.

O seu pertencimento a uma instituição militarizada é o primeiro ponto de observação. Aqui, se examina mais demoradamente as formas constituídas dentro da instituição para disciplinar seus homens. A vigilância sobre o policial, e a cobrança para um enquadramento comportamental, é tão ou mais constante do que sobre os populares. Para tal foi fundamental o acesso a documentação arquivada no próprio arquivo da herdeira direta da Força Pública, no quartel da Polícia Militar de Santa Catarina – quartel esse que já abrigava os praças naqueles primeiros anos republicanos. Os Boletins, produção diária de alcance estadual, traziam a dinâmica cotidiana da instituição.

Além de sua vida militar, o praça era também o policial nas ruas, a serviço da Prefeitura de Polícia. Quando nas ruas, surgia em diversos conflitos cotidianos e adentrava-os muitas vezes como sujeito importante no desenrolar de sua trama. Esses conflitos não estão presentes nos discursos pronunciados pelos órgãos públicos, nos quais, ao contrário, encontram-se amenizados na produção de uma imagem ordeira da cidade. Contudo, este entendimento a que chegamos da cidade, quando de um olhar orientado por Mensagens Provinciais ou pelos Relatórios do Chefe de Polícia, não condiz, ao menos inteiramente, com as conflituosas questões que se desenrolam, os ofícios produzidos pela Prefeitura de Polícia ou nos processos criminais, demonstrando que o discurso proferido pelas autoridades está longe de ser o retrato fiel da ação da polícia na cidade ou do cotidiano de sua população.

No tocante a Prefeitura de Polícia⁵, esta produzia uma comunicação diária, encaminhada na maioria das vezes à Secretaria Geral. Em forma de ofícios, esta documentação possibilitou o acesso ao cotidiano da instituição, e, por conseguinte, da própria cidade. Ali estão registradas, por exemplo, as prisões correcionais que, por seu caráter dinâmico, encerravam em si sua função, e eram muitas vezes ocorrências lidas pela instituição policial como não merecedoras de nota. No entanto, as prisões correcionais correspondem ao resultado da ação de vigilância policial e sua presença constante nas ruas.

Tensões silenciadas, estes personagens irão surgir ainda na documentação jurídico-policial: nos inquéritos policiais, nos processos criminais e nos *habeas corpus*. Estes documentos forneceram, com detalhamento, o registro dos encontros travados por populares e policiais nos espaços da cidade, dando-lhes o protagonismo que eles exerceram pelas ruas da cidade. Não é, contudo, a simples leitura desta documentação que proporcionaria as informações necessárias para entendermos aqueles homens e mulheres em seus conflitos. A documentação jurídico-policial exige dos pesquisadores que sobre ela atuam uma postura metodológica um pouco mais cuidadosa. Carlo Ginzburg, ao tecer suas considerações acerca do método indiciário, aponta um meio de apreender de forma mais ampla as informações contidas nesta documentação.⁶ A documentação jurídica seria passível,

⁵ A documentação traz tanto o termo Prefeitura de Polícia/Prefeito de Polícia, quanto Chefatura de Polícia/Chefe de Polícia, inclusive concomitantemente, e dizem respeito a mesma instituição e cargo. Considera-se durante o texto como equivalentes.

⁶ GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história**. [trad. Federico Carotti]. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

assim, da análise a partir do procedimento indiciário. Para detectar as opções e posturas adotadas por réus, vítimas e testemunhas em seus depoimentos e a contraditória construção da verdade existente em cada versão exige-se a sutileza da atenção aos detalhes.

Ainda segundo Ginzburg, “se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la”.⁷ É enquanto uma *zona opaca* que localizamos a ação policial e a sua relação com a população nos documentos oficiais, ao pintarem um quadro de ordenação social. Neste sentido, as leituras dos inquéritos e dos processos judiciais, mesmo que permeados de valores externos àqueles que se procura identificar, tornam-se uma dessas *zonas privilegiadas* apontadas por Ginzburg, onde é possível observar detalhes marginais e aparentemente irrelevantes como formas essenciais de acesso aquela realidade.

Esta dissertação estrutura-se em três capítulos. O primeiro dedica-se a duas questões: traçar a trajetória da constituição dos aparatos policiais no Brasil, e, principalmente, discutir as novas divisas que a instituição policial vai adquirindo na República, considerando uma nova ideologia de trabalho. Controlar o grupo de trabalhadores seria da alçada da instituição policial, muitas vezes fazendo uso de campanhas moralizadoras com foco no ócio, embriaguez e jogos praticados pelas camadas populares. Tratou-se ainda um pouco do trajeto percorrido pela instituição policial dentro do campo historiográfico, de trabalhos dedicados ao tema, os significados e formas de tratamento dado ao objeto, e de como o eixo das pesquisas foi migrando de uma visão dualista, com base no conflito, para a análise do contraditório existente dentro da instituição.

Ainda nesse primeiro capítulo é discutida a cidade e as possibilidades de analisá-la naqueles primeiros anos republicanos. Para isso, empreendeu-se a leitura cuidadosa da bibliografia referente ao período e, utilizando fontes diferenciadas, relativizaram-se algumas percepções que se tinha da capital catarinense, procurando preservar as especificidades que detinha. Somente essa postura poderia tornar compreensível a reinterpretação de dados numéricos, e apreensível a releitura de episódios encontrados nas fontes enquanto atitudes questionadoras, desafiadoras ou inconformadas.

O segundo capítulo dedica-se a entender a constituição do aparato policial em Santa Catarina e a estrutura da instituição em Florianópolis. Deve-se observar que a República que se instaurou repassou aos Estados

⁷ Idem. P. 177.

a responsabilidade de instituir seus aparatos de segurança, o que ocasionou o empreendimento de projetos diferenciados pelo país. A questão da utilização de forças marcadamente militares para exercerem a função policial, como ocorreu no Estado catarinense, era intensamente debatida. As estratégias para “formar o soldado”, com punições e sanções com vistas a que estes representassem a lei pelas ruas da cidade, a dinâmica de ingresso e exclusão na instituição militar, além da observação de como o Corpo de Segurança, como a instituição passa a se chamar na República, pode se configurar como uma possibilidade para trabalhadores pobres, dentro de uma perspectiva de vida marcada pela insegurança: o soldo garantido e, aos letrados, a ascensão hierárquica. Para entender a dinâmica do Quartel, utilizou-se a documentação pertencente ao acervo do Quartel do Comando Geral da Polícia Militar, principalmente os Boletins de Ordem do Dia, que trazem informações sobre o cotidiano da instituição que, de certa forma, dividia a tarefa de policiar a cidade, possibilitando observá-la internamente.

O último capítulo desloca-se para o cotidiano da cidade. São expostas as questões hierárquicas como foco de disputa, apontando a fragilidade do sistema: homens “cedidos” pelo Corpo de Segurança para prestarem serviços ao Prefeito de Polícia tanto não possuíam formação para o exercício de tal função, como também não reconheciam no dito Prefeito autoridade para lhes instruírem ou dar-lhes ordem.

Inserem-se também neste capítulo os procedimentos da atividade policial e a população a que se dedicava, buscando possibilitar um olhar mais dinâmico, no contraponto da pacatez muitas vezes pré-estabelecida. Deve-se considerar que não se busca estabelecer um paralelo com as tensões sociais ocorridas em cidades de maior porte, mas permitir o entendimento de que havia uma ação policial constante, e está se dava principalmente sobre um determinado grupo social.

Por fim, o último capítulo dedica-se a investigar os policiais, os seus desencontros, tanto com a função que exerciam, quanto com os populares que vigiavam. As ações, conflitos – e peripécias – desses personagens pela cidade davam mostras de que esta última não se apresentava com a uniformidade lida na literatura que versava sobre ela: ao invés da pacata transformação urbana, sem sobressaltos, visualizava-se agora uma cidade que pulsava sob os discursos de “calma e tranqüilidade”

Parte-se aqui do entendimento de que os policiais ocupam uma posição de definição dúbia: são agentes responsáveis pela manutenção da ordem no espaço público, pela segurança e pela fiscalização de cumprimento de portarias e resoluções que regulam as relações sociais.

Por outro lado, desprovidos da farda que lhes denota o pertencimento a instituição, compõem, junto aos demais trabalhadores pobres, as classes populares. Apesar do rendimento fixo que a atividade lhe garantia, a incursão na vida militar estava muitas vezes elencada como opção derradeira, da qual se fazia mão principalmente pela garantia, ainda que provisória, desta remuneração, além de acarretar-lhe o olhar desconfiado dos populares, com quem muitas vezes por compartilham redes de solidariedade, espaços de lazer e moradia.

Para analisar as contradições no exercício do policiamento em Florianópolis utilizaram-se principalmente dois fundos documentais: a documentação produzida pelo Chefe de polícia, com relatórios anuais e os ofícios encaminhados para outros órgãos e instituições, que trazem tanto a burocracia quanto os desabafos dos que ocupavam o cargo; e da documentação jurídica, que quando no distante início de meu interesse pelo tema localizava-se no Fórum da Capital, e hoje se encontra depositada do Arquivo do Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

CAPÍTULO I

I.

A década de 1980 no Brasil marca a inserção da instituição policial no campo de estudo historiográfico. Isso por que, durante muito tempo a temática “polícia” não figurou entre os temas mais benquistos pelos historiadores. Por conta disso, a polícia teve sua trajetória muitas vezes redigida exclusivamente por autores em sua maioria vinculados às instituições militares, que compunham o que podemos denominar de uma historiografia memorialista, marcada pelo caráter evolutivo, e pela perpetuação das glórias e do heroísmo, principalmente de seus membros mais ilustres. Tais obras podem ser lidas como tentativas de historicizar e, até mesmo, apontar as origens e legitimar a presença de tais instituições na dinâmica social.⁸

Os militares foram durante muito tempo os responsáveis pela narrativa de sua própria história, e, portanto livres para contá-la como considerassem conveniente. Produzida ainda hoje, atendendo a esta demanda interna de historicidade⁹, muito dessa bibliografia encontra-se atualmente no rol de fontes, ainda que secundárias, por compilarem informações que por vezes já não se localizam nem mesmo nos arquivos – donde se pode suspeitar inclusive se ainda estão lá depositadas. Assim, ainda que por vezes incompletas, essas obras memorialísticas constituem, em muitos casos, os registros de documentações perdidas. São também fontes para esse trabalho por trazerem impresso os olhares que esses homens tinham de sua instituição e a imagem que desejavam que permanecesse para sua história.

A escrita sobre a polícia deixou de ser exclusividade desta história memorialista primeiramente na área das Ciências Sociais, e – a princípio vagarosamente, e agora em ampla expansão – no debate historiográfico. Tal ordenação é apontada por alguns autores pelo fato

⁸ Em Santa Catarina, é o caso, por exemplo, de **Força Pública do Estado de Santa Catharina: 1835-1935**. [s.l.]: [s.n.], 1935, obra comemorativa dos 100 anos da corporação, de autoria conjunta de diversos militares; ou ainda CALDAS, Mar. Candido. **História Militar da Ilha de Santa Catarina: notas**. Florianópolis: Lunardelli, 1992. Este último é publicação do manuscrito deixado pelo autor, o qual não se soube precisar a data em que foi redigido.

⁹ Um dos principais autores dessa história memorialista em atividade, ainda referente à Santa Catarina é o Cel. Edmundo José de Bastos Jr. Autor de obras como: **No tempo do Coronel Lopes....** Florianópolis: FCC, 1984; **Coronel Lara Ribas, PMSC: o homem, a carreira, o símbolo**. Florianópolis: PMSC, 1990; **Polícia Militar de Santa Catarina: história e histórias**. Florianópolis: Garapuvu, 2006. Segundo ele, seu trabalho “(...) não é de alguém que se pretenda historiador, mas de um curioso, que, movido exclusivamente pelo sentimento, procura resgatar, para lembrança e reverência, fatos e homens que se destacaram na História da força policial catarinense.” **Polícia Militar...** P. 12.

de a questão “polícia” ter se tornado ordem do dia com o fim do período ditatorial, dada a incongruência que se estabelece entre o acesso do país a um sistema democrático paralelo à manutenção de práticas violentas das instituições policiais.¹⁰

A associação entre instituição policial, Estado e violência orientou o papel relegado à polícia nos estudos historiográficos, tornando matiz dominante a perspectiva de que esta seria o “braço repressor do Estado” ou a responsável pela imposição e cumprimento de desejos de uma elite, presença incômoda em uma historiografia voltada para os estudos das classes trabalhadoras e populares. Ainda que a atividade policial englobe ações de caráter repressivo, tais perspectivas de análise não apreendem as escolhas da instituição, nem a de seus componentes na dinâmica das relações.¹¹

Em *Padrões de Policiamento*, David Bayley aponta algumas motivações para essa postura acadêmica frente à polícia como objeto de estudo, relacionado a quatro fatores: ausência de protagonismo histórico desse grupo; o desprestígio da atividade; ao representar o uso legítimo da força da sociedade contra ela mesma, tornar-se-ia “repugnante moralmente”; e, por fim, a própria dificuldade e desconfiança que envolve o acesso aos acervos das instituições policiais e militares.¹²

Independente da motivação que tenha dificultado seu estudo, a questão é que a polícia só iria adentrar o campo historiográfico brasileiro em meados da década de 1990 do século passado. O percurso pelo qual passou o estudo deste objeto e a ampliação que adquiriu enquanto campo de pesquisa pode ser observado através de um breve retrospecto de algumas pesquisas produzidas acerca do tema no Brasil. Temos, em 1997, especificamente, o lançamento de dois estudos que marcam essa produção, *A polícia no Rio de Janeiro*¹³, de Thomas Holloway, e *Ordem na cidade*¹⁴, de Marcos Bretas.

¹⁰ MAUCH, Cláudia. **Ordem pública e moralidade: imprensa e policiamento urbano em Porto Alegre na década de 1890**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC/ANPUH-RXS, 2004. P. 21.

¹¹ Não há aqui intenção impor perspectivas orientadas pelo foco “polícia” a quem tinha por objeto trabalhadores ou populares. Apenas apontar a nicho possível a partir mesmo dessas pesquisas.

¹² BAYLEY, David H. **Padrões de policiamento: uma análise comparativa internacional**. São Paulo: Ford Foundation/NEV/Edusp, 2001.

¹³ HOLLOWAY, Thomas H. **A Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX**. [trad. Francisco de Castro Azevedo]. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1997. Publicado originalmente pela Stanford University Press, em 1993.

¹⁴ BRETAS, Marcos Luiz. **Ordem na cidade; o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro, 1907-1930**. [trad. Alberto Lopes] Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

Ambas as pesquisas são marcadas por um ponto em comum à maioria das que se seguem em outras regiões do país: a permissão de acesso com a descoberta de um acervo riquíssimo. Vale destacar que, ainda hoje, o acesso aos acervos militares pelo público pesquisador é cercado de desconfiança pelos seus mantenedores, e este só se dá após uma série de procedimentos, variáveis em cada instituição, que incluem o detalhamento da pesquisa e a necessidade de aprovação do comando superior, que, amiúde, sequer está a par das condições em que se encontram os acervos sob sua guarda.

Afora este ponto, os estudos se distanciam, a começar pelo recorte temporal – Holloway estuda a polícia no Brasil Império, enquanto o estudo de Bretas transcorre no Brasil República – passando pela perspectiva de análise.

O trabalho de Holloway, orientado por uma dinâmica de repressão e resistência, lega ao aparato policial o papel de órgão estatal de controle baseado no uso da força. Nas palavras do autor

Na medida em que as instituições estatais refletem e defendem os interesses de outras, a coerção não é apenas uma ameaça: ela é imposta. Não surpreende que os outros [os populares] ressintam e resistam a essa coerção, o que não deve tornar como medida de sua “barbárie”. Ao contrário, trata-se do reflexo de sua humanidade.¹⁵

Além de desenhar o poder que vai adquirindo a força policial enquanto peça fundamental da manutenção da ordem desejada, Holloway descreve a trajetória dessa força desde suas primeiras instituições até o ocaso do Império. Trata-se de um longo período, o que torna o estudo ainda mais importante por mapear a intricada dinâmica das forças que compunham o policiamento da Capital Federal, trazendo a perenidade de algumas e o findar de muitas outras.¹⁶

Todavia, marcado pela chave “repressão vs. resistência”, o trabalho de Holloway inova ao lançar seu olhar para além da estrutura formal da instituição, mas tem dificuldade de acessar no aparato policial os homens que o compunham. Estes ficam restritos à condição de elementos que conjuntamente formam um aparato que, na maioria das

¹⁵ HOLLOWAY, T. **A polícia no Rio de Janeiro...** P. 27.

¹⁶ Thomas Holloway possui uma pesquisa anterior sobre polícia, que possui como cenário exatamente a cidade de Florianópolis, também tendo como recorte temporal o período imperial. HOLLOWAY, Thomas H. “The Brazilian “Judicial Police” in Florianópolis, Santa Catarina, 1841-1871”. **Journal of Social History**. Vol. 20 (4), Summer 1987.

vezes, exercem a força violentamente em nome do estabelecimento de normativas da ordem impostas por outrem. A percepção do autor é orientada principalmente pela identificação das práticas repressivas e violentas que participam da constituição da polícia brasileira, exemplificada através do grupo carioca. Sua análise se propõe, desde o princípio, a estabelecer o funcionamento da instituição policial, baseado na sua relação desigual e violenta para com os pobres.

Ao focar explicitamente a instituição policial, o texto de Holloway inicia a investigação sob um campo em aberto, legando sobretudo questões para investigação: ao focar na conturbada relação entre a instituição policial e o controle dos pobres urbanos, uma das questões que surgem, oportunizadas pelo trabalho do autor, é acerca da localização social deste policial. O conflito primeiro que se estabelece entre estes e os pobres que precisam “controlar” é o de pertencer, frequentemente, a uma mesma origem, partilhar espaços e costumes. Apesar da figura do policial estar enredada nas normativas de uma corporação, eles estabeleceram relações, por vezes permeadas pelo uso da violência, conforme colocou Holloway, ou ainda por lógicas outras, como seu pertencimento a redes sociais em que estivessem inseridos.

Estudando o período subsequente, Marcos Bretas parte de uma problematização diferente. Acima apontamos *Ordem na cidade* como sua obra referencial, mas vale destacar que, tão importante quanto, seria *A guerra das ruas*¹⁷, publicado no mesmo ano. Este último foi resultado de sua pesquisa anterior, e, segundo o autor, são ambas obras complementares.

Segundo Bretas, o estudo da constituição de mecanismos de repressão e dominação enquanto eixo para traçar a história do Brasil independente foi um dos papéis a que se relegaram os aparatos de polícia e de justiça; mas as análises costumeiramente retiravam-lhe a dinâmica. Dando um passo para fora da relação polícia e controle social, a primeira deixaria de ser um aparelho de dominação e repressão sob ordens, mas ela própria posicionada nos embates, ou melhor: ao invés de simples instrumentos de poder, ela seria também um espaço de luta pelo poder.¹⁸

¹⁷ BRETAS, Marcos Luiz. **A guerra das ruas: povo e polícia a cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997. *A guerra das ruas* corresponde a sua pesquisa de Mestrado em Ciência Política, defendida em 1988, e *Ordem na cidade* corresponde a pesquisa realizada em seu Doutorado, cujo título *You can't! The daily exercise of police authority in Rio e Janeiro, 1907 – 1930*, defendida em 1995.

¹⁸ Idem. P. 14.

Outra constatação do autor seria a da constituição dos procedimentos policiais em um *fazer-se* nas ruas. Para tal o autor desfaz-se de duas perspectivas comuns de apreensão do trabalho policial: uma, frequentemente presente na literatura memorialista, opta por entender o trabalho policial a partir de pretensos ganhos “tecnicistas”: as novas técnicas iriam profissionalizando a polícia. Em outra, o policial tem suas ações enquadradas como corretas ou não de acordo com o que se esperava de seu papel – que acabaria por redundar simplesmente em descrições de normativas seguidas de listas de arbitrariedades. Ao invés disso, Bretas opta por analisar as atividades dos policiais na própria constituição das práticas policiais. Tais práticas seriam entendidas por estes últimos como a maneira mesmo de se ser policial no Rio de Janeiro, dado fatores como, por exemplo, falta de estrutura, equipamento e formação que viabilizariam a atuação de uma polícia como a descrita nos manuais.¹⁹

Além das publicações citadas, o estudo de Cláudia Mauch,²⁰ que data do mesmo período, apresenta uma perspectiva paralela a eles. Inserido no recorte efervescente da década de 1890 rio-grandense, com a instauração da República marcada pela instabilidade e reordenação do campo político, vivenciando internamente o conflito entre liberais aliados do poder e o Partido republicano, tensão chegaria ao ápice na Revolta Federalista, em 1893, e reforma de suas estruturas policiais é tomada como premente.²¹

Através da leitura de jornais, a autora observou como a polícia foi legitimada como órgão responsável pela manutenção da ordem, tanto pública quanto política em Porto Alegre. Além de ser a sede administrativa de um Estado em conflito político, a capital gaúcha, segundo seus jornais, estaria vivenciando uma crise “moral”, e era necessária a ação policial ostensiva para o controle de uma imensa população pobre, aglomerada nos becos da cidade, e autora dos mais diversos tipos de crimes: prostituição, embriaguez, vadiagem, roubos, assassinatos.²²

Assim, Mauch orienta seu olhar tanto pela exposição organizacional da estrutura policial, que data deste período, quanto pelo jogo de expectativa e frustração que se estabelece entre a instituição e os

¹⁹ Idem. P. 09.

²⁰ Publicado em 2004, o texto é resultado de dissertação de mestrado defendida em 1992, e se mantém, segundo a autora, praticamente como foi apresentado à banca examinadora. MAUCH, Cláudia. Op. Cit. P. 17.

²¹ MAUCH, Cláudia. Op. Cit. P. 39.

²² Ver, principalmente, Capítulo 2 – As imagens do perigo. MAUCH, Cláudia. Op. Cit.

jornais, com suas críticas infundáveis. Segundo a autora, foi exatamente a discrepância existente entre os manuais técnicos e suas normativas para a organização policial, e o retrato que da instituição faziam os jornais que suscitaram primeiramente a pesquisa.²³

O estudo de Mauch marca assim um outro universo de fontes potenciais para o estudo da polícia: a imprensa. Nela estão registrados elogios e críticas, denotando as impressões e posições que grupos sociais específicos estabeleceram com a instituição, bem como o funcionamento e a ação policial nas ruas. Além disso, proporcionaria a observação do aparato policial em uma dinâmica social diferenciada, já que os trabalhos citados anteriormente referem-se ao Rio de Janeiro.

A realização de estudos sobre a polícia aponta para a diversidade da constituição da própria instituição. Há uma variedade nas formas e práticas policiais em contextos diferenciados: em outras palavras, a polícia carioca não pode ser apontada como representativa da instituição pelo restante do país. Ainda que esteja nela a operacionalização das principais inovações técnicas, e de freqüentemente aparecer citada como contraponto nos estudos, a configuração policial, e até mesmo as formas como essa polícia irá constituir seu modo de ação, conforme apontou Bretas, está intrinsecamente ligado ao local de sua atuação, à maneira como sua estrutura funcionou, a relação com os organismos administrativos e grupos de poder e, até mesmo, as formas pelas quais, em cada lugar, se dava o ingresso e a formação do policial para atuar nas ruas.²⁴

Além disso, o trajeto da constituição dessas forças é bastante confuso, dada as mudanças que sofre, a mercê de decisões políticas e até mesmo econômicas. Nesse sentido é fundamental estudos como, por exemplo, de Wellington Silva²⁵, Regina Faria²⁶, Al-Alam²⁷ e André

²³ Idem. P. 15.

²⁴ BRETAS, Marcos L. **Ordem na cidade...**

²⁵ SILVA, Wellington Barbosa. **Entre a liturgia e o salário: a formação dos aparatos policiais no Recife do século XIX. 1830-1850.** Tese (Doutorado em História) UFPE, 2003. Ao realizar seu estudo com recorte em Recife, buscando a formação do aparato policial na capital pernambucana o autor assinala um ponto comum aos que optam pelo tema fora do *Riocentrismo*: os estudos contam com pouquíssima bibliografia para alicerçar as pesquisas, e o existente, reiterando o dito anteriormente, ou são as chamadas obras memorialistas, que já adquiriram muitas vezes o caráter de fonte; ou então a polícia surge como aparelho repressor, parte de estudo necessário para compreender as políticas estatais de controle social.

²⁶ FARIA, Regina Helena Martins de. **Em nome da ordem: a administração de aparatos policiais no universo luso-brasileiro (séculos XVIII e XIX).** Tese (Doutorado em História). UFPE, 2007. Muitas das inferências realizadas por Silva são retomadas por Faria, que também se debruça sobre a constituição dos aparatos policiais no Império. Ao contrário de Holloway, que havia traçado trajeto similar, a autora não coloca aqui os aparatos em uma dinâmica social,

Rosemberg²⁸. Além de traçarem a constituição da instituição policial em locais diversos, é possível identificar a abertura de possibilidades que o estudo sobre a polícia foi galgando.

O dois primeiros citados expõem as intrincadas estruturas que se estabeleceram institucionalmente; ao apresentarem a organização institucional, nos dão mostras de como o modelo preconizado nas instruções que partiam da Corte²⁹ eram relativizadas quanto instituídas nas províncias: a falta de estrutura física, escassez de homens para compor o Corpo, e o armamento deficitário são algumas das dificuldades apontadas pelos autores em seus estudos regionais. Já os textos de Al-Alam e Rosemberg trazem outra perspectiva para o estudo da polícia: os homens que compõem a Força. Reside talvez aqui o elemento mais interessante no que tange ao nosso interesse. Estes textos não se constroem apenas sobre a dinâmica das leis e decretos que oficializaram as instituições policiais na cidade, que caracterizam a tessitura de trabalhos na vertente de uma análise institucional, mas buscam, no processo de estabelecimento dessas instituições, a moldagem – ou tentativa desta – da matéria primeira na formação dessas forças: os próprios policiais. Está posto que seja fundamental a compreensão da organização policial e a localização de suas ações na dinâmica dos conflitos que se instituem nas cidades; no entanto, a análise dos homens que compõem a instituição policial internamente, não apenas identificá-los como grupo antagonico, torna o próprio entendimento dessa dinâmica muito mais flexível.

II.

propondo, ao invés disso, a observação da constituição das forças policiais, revendo os aparatos de policiamento em Portugal e sua aplicação na América Portuguesa, passando pela breve estada da sede do Império Português em terras brasileiras, e, após a independência, na constituição do aparato “brasileiro”. Após traçar tal panorama, com a descrição das instâncias judiciais e instituições responsáveis pelo policiamento, a autora retoma a aplicabilidade dessa trajetória em um “rincão” do Império, a província do Maranhão.

²⁷ AL-ALAM, Caiuá Cardoso. **A negra força da princesa: polícia, pena de morte e correção em Pelotas (1830-1857)**. Dissertação (Mestrado em História). UNISINOS, 2007.

²⁸ ROSEMBERG, André. **Polícia, policiamento e o policial na província de São Paulo, no final do Império: a instituição, a prática cotidiana e a cultura**. Tese (Doutorado em História). USP, 2008.

²⁹ Os quatro estudos citados estão contextualizados no Império. Citá-los foi uma opção menos pelo recorte temporal, dado ser este diverso do que pretendo empreender, mas por apresentarem as diferentes facetas que os estudos sobre polícia podem apresentar. O período Republicano, como será visto a seguir, apresenta ainda mais diversificações na estrutura policial, dado o caráter federativo que se instituiu, e, nos estudos sobre o período, a polícia ainda surge na maioria, como “parte” e não como objeto principal das análises.

Os historiadores unanimemente associam o surgimento do aparato policial, nos moldes em que conhecemos hoje, à emergência dos Estados Modernos e sua necessidade de estabelecer a ordem interna a partir da nova configuração social que iam adquirindo. Nas palavras de Holloway, a polícia seria “[...] uma das instituições fundamentais do mundo moderno, através da qual o poder do Estado invadiu o espaço público para controlar e dirigir o comportamento das pessoas.”³⁰ Assim, paralelo a constituição de uma estrutura tributária, foi fundamental no processo de formação do Estado moderno europeu a organização forças armadas permanentes, profissionais e centralizadas.³¹

A aceção weberiana de que o Estado teria adquirido pra si o *monopólio legítimo do uso da força*, tornando-se então o responsável pela regulação dos conflitos internos através de uma estrutura judiciária e dos aparatos repressivos, faria parte do processo apontado por Bayley de transição do privado para o público.³² Segundo Holloway, “num quadro de uma transição mais geral do controle exercido tradicionalmente através de hierarquias privadas para o exercício moderno do poder através das instituições públicas.”³³

Esse período marca também a mudança na perspectiva da legislação penal, que passa a prescrever punições específicas para tipologias de crime, identificados agora como infrações dentro de uma regra penal hierarquizada³⁴. O padrão orientado pela *punição* é paulatinamente substituído por um orientado pela *prevenção*. Segundo Souza, durante o final do século XVIII e início do século XIX, as punições “técnicas” passaram a ganhar o espaço das que envolviam sofrimento físico.

A mitigação das penas foi resultado de um processo da punição que incidia sobre o **corpo físico** para aquela que incidia sobre o **corpo político** do condenado. Assim, as punições

³⁰ Holloway abre seu estudo com essa assertiva. HOLLOWAY, Thomas. **A Polícia no Rio de Janeiro...** P. 19.

³¹ SILVA, Wellington. Op. Cit. P. 56.

³² BAYLEY, David H. Op. Cit. Ver especialmente capítulo 2, *O desenvolvimento da polícia moderna*. pp. 35-65.

³³ HOLLOWAY, Thomas. **A Polícia no Rio de Janeiro...** P. 19.

³⁴ Essa mudança é analisada por Michel Foucault, no contraste do exercício de dois tipos de poder: nos regimes absolutistas, onde o poder que se exercia por meio de punição severa; e no mundo pós-revolução francesa, no modelo que o autor denomina “sociedade disciplinar”, uma modalidade de poder que perduraria até nossos dias e que tem como viés a preocupação com o vigiar e o disciplinar. FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: história das violências nas prisões**. 13ª ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

passaram a estar relacionadas à retribuição, à recomposição da infração de uma lei anterior e o criminoso passou a ser visto como quem rompeu o pacto social.³⁵

Tal mudança em relação ao trato para com os que “rompem o pacto social”, ou seja, os que violam as regras estabelecidas para o convívio, altera a postura do Estado, e marca a *prevenção* como a nova orientação no trato com a sociedade.³⁶ Todavia, se anteriormente a punição recaía – ao menos em tese – sobre os indivíduos que haviam cometido irregularidades, o princípio da prevenção opera na lógica do controle e vigilância, na medida em que preza por evitar que as infrações ocorram.

[...] a escalada intervencionista dos Estados nacionais foi ampliando cada vez mais os tentáculos dos aparatos burocráticos estatais sobre os indivíduos; os mais diferentes aspectos da vida em sociedade foram sendo regulamentados. A teia de controle podia até não recair sobre cada indivíduo com o rigor e a eficiência desejada pelos governantes e pensadores políticos, mas novos aparatos foram

³⁵ SOUZA, Luís Antonio Francisco de. “A administração da Justiça Criminal e a experiência de São Paulo na Primeira República”. **Justiça e História**, Porto Alegre, v. 5, n. 9, 2005. [grifo meu]

³⁶ Para o fim aqui proposto, podemos localizar o “pacto social” no cerne da constituição do Estado moderno, e emblema dos valores burgueses. A “perda” de uma liberdade natural e o “ganho” da liberdade civil e o direito a propriedade reinventam as relações. Tal reinvenção pode ser observada na análise empreendida por Thompson, em *Senhores e Caçadores*. Tendo como ponto de partida uma lei aprovada na Inglaterra em 1723, que ficou conhecida com “A Lei Negra”, Thompson analisa o processo de criminalização de práticas e costumes populares, que apesar de historicamente arraigados, iam de encontro aos interesses de proprietários. Atendendo a esses últimos, a Lei Negra foi um instrumento de consolidação da noção moderna de propriedade e um dos mecanismos de criminalização de práticas populares. THOMPSON, Edward. **Senhores e Caçadores: a origem da lei negra**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Da criminalização de práticas populares para a criminalização das classes populares em si foi um “pulo”, e o conceito de “classes perigosas” passa a compor o rol dos discursos. Nesse cenário, o aparato policial, que também se constituiu com o Estado moderno, passa a deter o papel de responsável pelo controle daquelas “classes perigosas”. Uma discussão sobre o “pacto social” e seu local na constituição no Estado moderno pode ser vista em MASSON, Gisele. “Das teorias modernas de Estado à crítica da legitimação político-ideológica na organização social capitalista”. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, vol. 44, nº 1, p. 69-95, abril de 2010.

constituídos com esse objetivo, entre eles os que receberam a denominação “polícia”.³⁷

Essa postura centrada na vigilância e controle está intimamente ligada à inserção de uma nova ordem, principalmente industrial, que orientaria as relações sociais a partir de então. Souza identifica, na Inglaterra, que

[...] o processo de urbanização teria imposto uma pressão maior e mais generalizada no sentido de autocontrole individual e de formas não-violentas de resolução de conflitos. [...] Foi dada maior importância à prevenção, na qual representantes do poder do Estado passaram a funcionar como observatórios da vida social e como instrumentos privilegiados de repressão e controle.³⁸

Ao analisar a relação entre “crime” e “industrialização”, ainda na Inglaterra, Linebaugh apresenta-nos algumas das maneiras como a relação entre estes dois fenômenos sociais teriam sido tratados, resgatando os saldos positivos e negativos dessas análises até então. Observando perspectivas historiográficas diferentes, o autor identifica as maneiras como estudiosos perceberam tal relação e como, constantemente, sedimentaram em suas análises uma “passividade histórica das massas da população”³⁹ tanto nas perspectivas foucaultianas, que enfatizam os mecanismos de punição e controle, ou nas teorias de marginalização do mercado de trabalho, que infligiam a opção para o crime aos que vivam à margem da organização do sistema capitalista.⁴⁰ Seu texto irá desembocar na História social, marcadamente nos estudos de E. P. Thompson, como proposta para uma leitura menos maniqueísta da relação entre industrialização e crime, e onde este último readquiriria seu caráter temporal.⁴¹ Segundo o autor,

³⁷ FARIA, Regina Helena Martins de. Op. Cit. P. 20. A teia de controle citada, além de não recair com a eficiência desejada conforme aponta a autora, deve ser considerada como não igualitária: o controle não se dá sobre todos os indivíduos do mesmo modo.

³⁸ SOUZA, Luís Antônio Francisco de. “Autoridade, Violência e Reforma Policial. A Polícia Preventiva através da Historiografia de Língua Inglesa”. **Revista Estudos Históricos**, vol. 12, nº 22. Fundação Getúlio Vargas, RJ, 1998. P. 265.

³⁹ LINEBAUGH, Peter. “Crime e industrialização: a Grã-Bretanha no século XVIII”. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio (org.). **Crime, violência e poder**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1983.

⁴⁰ Idem, P. 102-105.

⁴¹ Thompson utilizou-se de estudos sobre modalidades de crimes como meio de acesso a vida cotidiana das camadas populares. Ver, por exemplo, **Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Cia. das Letras, 1998; **Senhores e Caçadores...**

Do mesmo modo que a natureza humana só se forma através da História, assim o crime, o direito, as punições e a propriedade não podem consubstanciar-se em categorias de pensamento a-históricas e transcendentais, prontas para serem arremessadas, por bem ou por mal, através dos séculos.⁴²

A exposição de Linebaugh torna-se conveniente para que a constituição da polícia, enquanto aparato repressor do Estado, não adquira ares de pronto-resposta a movimentos que emergiram imediatamente ao surgimento e estabelecimento de relações a partir da industrialização e as conseqüências sociais advindas com ela. Tal leitura solaparia toda a dinâmica que residiu neste processo, até que tal aparelho fosse, inclusive, entendido pelos seus “opponentes” como legítimo.

Para Bayley, o que diferenciaria as estruturas de policiamento que se instituíram anteriormente ao que designamos hoje como policiamento moderno seria a prerrogativa de que, a partir de então, a atividade policial adquiriu e passou a orientar-se, por dois princípios: a especialização e a profissionalização.⁴³ Tais atributos foram se estabelecendo ao longo de um processo, marcado pelo autor entre os anos de 1815 a 1915, iniciados na Europa e reinterpretados por diversos países.⁴⁴ Para Bretas, por outro lado, é preciso estar atento para os cuidados necessários no trato desses conceitos. Segundo ele,

É importante que o conceito de profissionalização seja tratado de maneira dúplice: há um processo de construção de uma identidade de grupo coerente, compreendendo uma série de valores que se espera sejam compartilhados pelos que aderem ao grupo, e também há um anseio de reconhecimento externo da capacidade do grupo de desempenhar uma tarefa específica na sociedade melhor do que os outros.⁴⁵

⁴² LINEBAUGH, Peter. Op. Cit. P. 108.

⁴³ BAYLEY, Davis. Op. Cit. Segundo o autor, essa é a correlação feita pela maioria das pessoas acerca do policiamento moderno, mas que o policiamento privado, que se expande rapidamente, é também detentora de tais características. P. 23.

⁴⁴ O autor apresenta essa trajetória especialmente no Capítulo 2. BAYLEY, David. Op. Cit.

⁴⁵ Os temas *especialização* e *profissionalização* estão presentes no III capítulo, *A Ordem na cidade: uma vista da linha de frente*. BRETAS, Marcos. **Ordem na cidade...** P. 97.

Pode-se marcar a emergência de um modelo de polícia especializada, orientado por um padrão de vigilância e controle, através da análise do desenvolvimento deste na Inglaterra, que tem inclusive seu modelo institucional frequentemente apontado como paradigma. O novo conceito de polícia inglesa, métodos e procedimentos, atuação e vigilância, seria inspirador para outros países, inclusive na América Latina.

A polícia metropolitana de Londres, instituída formalmente em 1829, é comumente apontada como o marco inicial do processo de profissionalização policial⁴⁶. Ela trazia consigo a ideia de *police discretion*, com a vigilância constante, e, também, a associação da ação policial a uma postura de criminalização dos protestos populares e de moralização dos costumes, focada principalmente nas classes trabalhadoras. Tal papel cunhará os *bobbies* como “missionários domésticos”, responsáveis em afirmar uma unidade moral da sociedade e impô-la.

As mudanças ocorridas nas relações de trabalho geraram alterações profundas nas relações sociais. Os abastados viam-se reféns dos que, à margem do sistema que se estabelecia, poderiam se insurgir – potencial que por vezes dava mostras de que poderia ser iminente. Segundo Linebaugh, “a classe média inglesa chegou à conclusão de que o problema da ordem urbana da população subalterna estava acima de todos os outros”.⁴⁷ Seus temores estavam associados ao aumento considerável da pobreza e da criminalidade – que constituía a denominada *classe perigosa*⁴⁸ – advindas da distância entre as classes, originadas pelo modo burguês de viver, que fez com que a minoria detentora do capital atemorize-se frente à massa desprovida de formas de subsistência, e exigisse do poder governamental um mecanismo para sua defesa e controle.

A vigilância promovida pelos aparelhos policiais do Estado teria a principal função de controlar o crime como forma de reprimir as ‘classes

⁴⁶ SOUZA, Luís Antônio Francisco de. “Autoridade, Violência e Reforma Policial...” P. 265.

⁴⁷ LINEBAUGH, Peter. Op. Cit. P. 127.

⁴⁸ Essa classe que carecia de controle foi denominada como *classe perigosa*. Seria constituída pelos indivíduos que não encontravam na cidade meios para sobreviverem; homens e mulheres, principalmente os que migravam para estes centros que pareciam prometer uma nova vida em termos de oportunidades. Mas as cidades, superpopulosas e desprovidas dessas perspectivas, tornou alguns meios escusos uma opção de sustento e sobrevivência. Aos que faziam tal opção denominou-se *classes perigosas*. SOUZA, Luís Antônio Francisco de. “Autoridade, Violência e Reforma Policial...” P.267.

perigosas', o protesto social ou as ameaças políticas. O próprio processo de urbanização teria imposto uma pressão maior e mais generalizada no sentido do autocontrole individual e de formas não-violentas de resolução de conflitos.⁴⁹

O *crime prevention*, seria, segundo Souza, a “resposta das elites”: focando nas críticas dos antigos métodos de repressão, propunham a implantação de uma racionalidade policial, tornando os policiais, enquanto representantes do poder do Estado, observatórios da vida social e instrumento de controle. Paralelamente, “a polícia passou a representar a penetração e a contínua presença da autoridade política no cotidiano da cidade, situação absolutamente inédita, inaugurada no século XIX.”⁵⁰

O êxito da polícia londrina costuma estar associado com sua estrutura institucional que primava pela busca de uma imparcialidade política, com regras como o impedimento de votar e um sistema de promoções baseado no mérito e no tempo de serviço. Esse desvinculo de uma dependência direta do poder político a tornaria menos vulnerável à corrupção e às influências pessoais. Ainda que mito questionável, o ideal almejado para a ação dos *bobbies*, com vistas a uma ação neutra e preventiva, utilizados em outros países como modelo a ser seguido, é apontado em muitos estudos como longe de se concretizar.⁵¹

Essa postura dúbia e arbitrária encontra referências principalmente nas práticas da polícia que se constituiu nos Estados Unidos⁵². A polícia americana se constituiu associada ao poder político. Segundo Souza,

⁴⁹ Idem. p. 266.

⁵⁰ Idem. p. 267-268.

⁵¹ É o caso da constituição da polícia argentina, estudada por Kalmanowiecki. Identificando a recorrência de um discurso de polícia profissional, a autora observa nos discursos de propagandistas da instituição argentina o requerimento do título de “melhor polícia do mundo” [pelo menos no que se refere ao hemisfério sul] ancorado na utilização de práticas similares ao modelo inglês, tais como o uso de raciocínio científico, serviço ao povo, prevenção do crime e o conhecimento do “subversivo/criminoso potencial”. Todavia, a autora apresenta a profissionalização da polícia argentina freqüentemente associada a atos discricionários e atrelada a interesses políticos e a “formas alternativas” na resolução de conflitos. KALMANOWIECKI, Laura. “Soldados ou missionários domésticos? Ideologias e autoconcepções da polícia argentina”. **Revista Estudos Históricos**, vol. 12, n° 22. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

⁵² Vale lembrar que nos Estados Unidos as políticas de segurança pública eram primeiramente de responsabilidade das administrações das cidades, passando posteriormente para o âmbito estadual, ainda no século XIX.. SOUZA, Luís Antônio Francisco de. “Autoridade, Violência e Reforma Policial...” p. 269.

[...] diferentemente do exemplo inglês, essas polícias não se desalinham dos seus laços políticos. Os chefes de polícia ainda eram apontados por políticos, e muitos homens que compunham a força também passavam pelo processo de patronagem; afora isso, não havia nenhum sistema formalizado de treinamento dos policiais [...] nesse momento [meados do século XIX], já era patente a existência de uma cultura policial notadamente segregatória, fantasiada de ciência ou de conhecimento prático, segundo o qual o policial devia julgar as pessoas [...].⁵³

Mesmo comungando de ideias tal qual a do policial como um representante dos bons costumes e fiscalizador de condutas impróprias por exemplo, o *cop*, se formava sob bases extremamente diversas da orientação inglesa, principalmente no concernente as experiências nas ruas serem a base do procedimento, seus vínculos políticos estruturais e a disseminada prática de arbitrariedades e corrupção. Quando opomos o modelo inglês ao americano, a incompatibilidade dos discursos entre os que requeriam o *status* de polícia técnica e racional e a configuração de um policial imbuído de práticas próprias torna-se melhor compreendido. É nesse sentido também que se identifica com esse “modelo” a polícia no Brasil.

III.

Se, quando de seu estudo, Holloway adentrou em terreno praticamente inexplorado, recentemente uma série de pesquisas começam a tecer a constituição dos aparatos policiais por todo o país durante o Império⁵⁴, tornando sua estrutura e procedimentos muito mais claros. Algumas premissas orientam tais pesquisas. Primeiramente a noção de que o processo de independência, com a separação da estrutura político-administrativa de Portugal, tornou premente a constituição de instituições substitutivas, em todos os níveis, inclusos aqui o sistema policial e jurídico.⁵⁵ Teríamos então, dado o rompimento com a

⁵³ Idem, p. 274.

⁵⁴ Conforme já citado, dedicaram-se ao período: HOLLOWAY, Thomas H. **A Polícia no Rio de Janeiro...**; SILVA, Wellington Barbosa. Op. Cit.; FARIA, Regina Helena Martins de. Op. Cit.; AL-ALAM, Caiuá Cardoso. Op. Cit.; ROSEMBERG, André. Op. Cit.

⁵⁵ ALVAREZ, Marcos C., SALLA, Fernando A., SOUZA, Luís Antonio F. “A sociedade e a Lei: o Código penal de 1890 e as novas tendências penais na primeira República”. **Justiça e História**, vol. 3, n. 6. Porto Alegre: TJRS, 2003.

metrópole, a necessidade de organização uma estrutura própria que marcasse tal rompimento.

Tanto a Constituição outorgada em 1824, quanto o Código Criminal de 1830, traziam a mescla de ideias que estavam em debate na Europa e nos Estados Unidos, com resquícios de outras herdadas dos tempos de domínio português⁵⁶. Além da mescla de perspectivas presentes nestes dois documentos, outro ponto que perpassa os estudos sobre polícia no período diz respeito a um outro diferencial brasileiro: a presença da escravidão, por quase todo o período Imperial.

Primeiro por, ao contrário do preceito inicial, o exercício legal da violência não ser uma prerrogativa exclusiva do Estado, já que os senhores tinham em sua alçada a possibilidade do uso de tal medida – e a utilizavam. E, ainda, a presença da escravidão impedia a eliminação de penas que infligiam sofrimento físico – ao contrário dos países europeus, que já as haviam substituído por penas de reclusão ou deserção. Dentro de um Estado que entende o escravo como posse, esse ficaria a mercê do castigo julgado devido pelo seu “dono”, colocando a possibilidade de uma justiça privada, exercida dentro da propriedade senhorial⁵⁷. Como aponta Souza, o escravo era considerado imputável nos casos de crimes cometidos contra seus senhores, até mesmo com a morte, mas muitas vezes o senhor preferia que a pena não fosse executada, aplicando ele mesmo algum corretivo que não implicasse na perda de sua propriedade.⁵⁸

Assim, ainda que a criação dos aparatos policiais e a organização do sistema judiciário tenham na Europa e nas ideias liberais seus marcos de referência, sua apropriação foi feita de forma seletiva dado contexto social brasileiro. Segundo Silva, a elite política imperial implantou o

⁵⁶ Estas rupturas e permanências são apontadas por FARIA, Regina Helena Martins de. Op. Cit.. Ver principalmente o Capítulo I.

⁵⁷ O sistema escravagista viu rupturas dessa política de domínio enquanto ainda vigente. Segundo Chalhoub, “Tradicionalmente, a escravidão sempre havia sido considerada como uma relação de sujeição e dependência pessoal; o escravo ficava sob a ‘sujeição dominical’ do senhor (...). Tal concepção de dominação tinha necessariamente como um de seus elementos a proximidade espacial do trabalhador em relação ao seu proprietário. Por isso, quando se generalizou, na cidade, a prática de os escravos de viverem longe dos senhores, este fato introduziu certa ambigüidade na definição ‘ortodoxa’, por assim dizer, de cativo”. O desvinculo espacial de escravos e senhores dificultou a prática da punição privada, além de abrir a possibilidade de o escravo lançar mão do sistema legal. CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. pp. 27-28.

⁵⁸ SOUZA, Luís Antônio Francisco de. “A administração da Justiça criminal...” pp. 10-11.

que havia de mais moderno nas práticas judiciais que se instituíam pela Europa, mas tais medidas eram marcadas por “senãos”.⁵⁹

Em um primeiro momento, o aparato jurídico-policial foi orientado pelo que ficou conhecido como *avanço liberal*, marcado pelas conquistas realizadas na aspiração do liberalismo. Segundo Faria, “No primeiro momento do afã legislativo, quando da ruptura com a Metrópole precisava ser continuamente explicitada e o antilusitanismo era uma bandeira popular, os liberais conseguiram aprovar uma série de leis, com as quais esperavam reformar as práticas políticas no novo país.”⁶⁰

No breve período, de menos de três anos, o *avanço liberal*⁶¹ marcou o início da montagem das bases legais do Estado Nacional, e podemos legar a criação da figura do juiz de paz como sua principal marca que, de caráter eletivo e com amplas atribuições, seria uma maneira de diminuir a vinculação com o Governo central.⁶² A descentralização iria gerar desconfiância dos políticos conservadores frente à falta do controle, dada à autonomia adquirida pelas províncias. Estes empreenderam então medidas que pretendiam a revisão da estrutura institucional, que incluía a centralização da polícia e da Justiça, com vistas ao fortalecimento do Poder Executivo.⁶³ Período denominado como *regresso conservador*, os debates avolumaram-se a partir da segunda metade da década de 1830, e efetivando-se em 1840, com a aprovação da *Lei de Interpretação do Ato Adicional*.⁶⁴

O retorno da centralização das decisões para o Governo central a partir de 1840 – incluso aqui a reforma do Código do Processo Criminal, em 1841⁶⁵ – iria repercutir diretamente na configuração das estruturas de policiamento pelas demais províncias, principalmente devido às distâncias e dificuldades de fiscalização dos aparatos, que possuíam contextos completamente diversos dos que orientavam a foralização de

⁵⁹ SILVA, Wellington. Op. Cit. pp. 237-238.

⁶⁰ FARIA, Regina Helena Martins de. Op. Cit. p. 62.

⁶¹ Idem. Em consonância com outros autores, data o avanço liberal entre a abdicação de D. Pedro I – em abril de 1831 à reforma da Constituição – em 1834.

⁶² A criação do juiz de paz, ponto contemplado na Constituição de 1824 e regulamentado em 1827, pode ser considerada a primeira grande reforma pela qual passou o sistema judicial brasileiro. Ver FLORY, Thomas. **Judge and Jury in Imperial Brazil, 1808-1871. Social Control and Political Stability in the New State.** University of Texas Press, 1981.

⁶³ SILVA, Wellington. Op. Cit. pp. 194-196.

⁶⁴ Lei n. 605, 12 de maio de 1840. Idem. p. 196.

⁶⁵ Legando a pessoa do chefe de polícia as atribuições anteriormente exercidas pelos juízes de paz, a Lei n.º 261, de 3 de dezembro de 1841 subordinava a autoridade judiciária e policial diretamente ao Ministério da Justiça. Ver FARIA, Regina Helena Martins de. Op. Cit. pp. 85-91.

tais aparatos. Faria aponta as dificuldades da aplicabilidade das políticas de segurança e policiamento urbano em regiões mais afastadas.

Entre a concepção e a prática, havia uma grande distância. À época, ocasionavam-na: a vastidão do território, que dificultava a rápida circulação das comunicações e o controle entre um centro de decisões do poder público e as periferias; o desconhecimento dos legisladores sobre a situação das diferentes regiões do Império, que os levava elaborar leis e regulamentos desconsiderando as especificidades regionais; o fato de eles legislar para atender a interesses político-partidários, de classes ou de grupos sociais minoritários, desconsiderando os setores mais amplos da população; a exigüidade e o despreparo do corpo administrativo, bem como as precárias condições de trabalho que lhes eram proporcionadas, prejudicando a eficiência de suas ações; a adequação que os agentes faziam aos seus interesses ou às condições locais das prescrições recebidas, entre outros fatores.⁶⁶

Tais fatores citados por Faria irão pesar, uns mais outros menos, na organização e atuação das forças policiais pelas províncias. Somado a esses empecilhos, estão os de ordem local, variáveis em cada região, mas constantes.⁶⁷ Além disso, o aparato de policiamento era marcado pela convivência conflituosa de grupos civis e militares, ambos exercendo as funções de polícia. Muitas das dificuldades do estabelecimento e funcionamento dos aparatos policiais adentram o período republicano. A característica federativa que a República contém, entretanto, irá devolver aos Estados a gerência desses aparatos, o que irá promover uma diversificada teia de projetos e de estruturas e funcionamentos.

IV.

⁶⁶ Idem, p. 24.

⁶⁷ Segundo a autora, o policiamento na Província do Maranhão era dificultado ainda por questões tais quais a falta de armamento, ou dá má qualidade do existente, baixo número de praças para a extensão territorial da província - o que ocasionava a falta total da presença dos agentes da ordem em alguns recantos - que além de insuficientes, eram despreparadas e indisciplinadas; soma-se ainda a constante mescla entre dois ambientes fundamentais ao policiamento: a inexistência, em diversos momentos, de um endereço tanto para o Quartel quanto para a Cadeia Pública, ambos acabavam ficando lotados no mesmo prédio, em sua maioria improvisados e alugados. FARIA, Op. Cit. P. 209-211.

A República irá inaugurar alguns pontos de discussão que não eram possíveis de se estabelecerem no Império, devido à presença do sistema escravista. Além de dificultar a localização do poder de punir, dada a detenção privada deste poder exercida por senhores, a longa duração da escravidão, associada à presença dos latifúndios como redutos de poder “autônomo”, segundo José Murilo de Carvalho, tiveram participação direta nos entraves para a constituição de um espaço legal durante o Império e, conseqüentemente, reflexos na constituição da cidadania no Brasil.⁶⁸

A perspectiva de uma justiça privada irá se estender do Império para a República. A Lei Rio Branco em 1871, a Abolição em 1888, e a promulgação do Código Penal em 1890, a primeira marcando a interferência direta do poder estatal na relação senhorial, a segunda findando os direitos de posse e desmandos sobre o corpo, e a última dando ao Estado a prerrogativa do exercício da justiça e da lei, não será aceita e/ou efetivada instantaneamente com a nova organização política vigente. Práticas de exercício da lei por detentores do poder econômico, independentemente ou com a conivência da estrutura legal, irão se perpetuar durante a Primeira República.

Ana Rios e Hebe Mattos, ao discutirem o trabalho rural no pós-Abolição, utilizando-se principalmente de memórias de descendentes de escravos, fazem colocações que ilustram essa dicotomia presente entre o novo momento vivido e a permanência de velhas práticas. Analisando um inquérito aberto em 1894, observa-se uma peculiaridade dos inquéritos policiais da fase republicana: a utilização sistemática do termo “cidadão” como designador de status social. Nesses inquéritos são chamados para depor “homens”, “mulheres” e “cidadãos”.⁶⁹ A cidadania não era um status comum a todos, mas denotava principalmente deferência a uma elite de poderio político e econômico. A grande massa que esta classe não comportava não possuía o título e, certamente, as benesses que dela advinham.

⁶⁸ CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 9^a. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 21. A análise de Carvalho localiza-se em um contexto agrário onde ocorre o modelo latifundiário, que não foi vivenciado pela capital catarinense. Outrossim, é pertinente pensar de que maneira a modalidade da escravidão aqui praticada experenciou o poder privado de punição, e que tipos de entraves pode ter legado a constituição da cidadania. Mais a frente, a documentação policial restringir a qualificação de “cidadão”, ao conceder o tratamento a alguns, e não a outros.

⁶⁹ RIOS, Ana Maria, MATTOS, Hebe M. “Para além das senzalas: campesinato, política e trabalho rural no Rio de Janeiro pós-Abolição”. In: CUNHA, Olívia M. Gomes da, GOMES, Flávio dos Santos. **Quase cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. P. 62.

No entanto, ainda que cercada de entraves para o seu exercício, a cidadania irá ter na República um maior espaço de maleabilidade, pois inauguraria uma inovação ao trazer ao bojo do debate o princípio jurídico da equidade. Segundo Gomes, mesmo podendo passar como mero formalismo, tal mudança resolve um dos entraves já citados anteriormente: a incorporação de ex-escravos e libertos a perspectiva de cidadania, com o primeiro Código Civil do país, de 1916. Segundo a autora,

Ele [o Código Civil] começou a ser elaborado durante o período monárquico, mas só pode ser concluído quando a situação de uma ampla parcela da população brasileira, composta basicamente por homens “de cor”, deixou de transitar entre a condição de escravo e homem livre, com graus de diferenciados de acesso à cidadania. (...) Não era tanto a escravidão em si que bloqueava a feitura de um Código Civil, mas sim a mobilidade entre a situação jurídico-política de ser ou não ser escravo.⁷⁰

Além disso, é preciso assinalar que a instauração da República foi campo de lutas de grupos conservadores e radicais. Esse cuidado é sentido no trabalho de Schettini, em seu estudo sobre a prostituição no Rio de Janeiro. Ao dar ênfase à utilização da via legal pelas prostitutas para tentar driblar os novos ditames, a autora localiza o enfrentamento de dois projetos para a República que se erigia. Segundo ela,

(...) estavam presentes uma concepção republicana autoritária, jacobina e positivista em que a supremacia do poder Executivo sobre os demais poderes, e até sobre a lei, se justificava pela ideia de que este poder incorporaria o interesse geral e coletivo da nação e, (...) uma concepção radicalmente distinta do que deveria ser o regime republicano, em que o mais importante era a garantia de direitos individuais,

⁷⁰ GOMES, Ângela de Castro. **Cidadania e direitos do trabalho**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002. P. 14. Sobre o longo debate sobre o Código Civil, ver PENA, Eduardo S. **Pajens da casa imperial: juriconsultos e escravidão no Brasil do século XIX**. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, 1998.

por meio do cumprimento dos princípios constitucionais.⁷¹

No caso citado acima, as prostitutas impetraram habeas corpus para garantir sua liberdade de prisões arbitrárias e estes eram concedidos pelo juiz. A utilização da Justiça como meio de resolução de conflitos surge como o exercício da cidadania dentro do possível. Dentro do possível por que a cidadania não está contemplada de todo e encontrar na figura da autoridade policial um limite muitas vezes para além do alcance legal. A Proclamação da República trouxe consigo mutações, permanências e rupturas para os sentidos que poderia adquirir a cidadania. Nas áreas urbanas o processo de reforma espacial e imposição de hábitos que seriam desejáveis redefiniram a cidadania para a população trabalhadora.

A República procurava introduzir com suas leis um respeito maior ao indivíduo, principalmente à proteção à integridade do corpo físico, atributo da modernidade. As leis proscreveram medidas penais que tinham por base a represália, ou seja, o direito da vítima revidar com dano igual ao recebido. Entretanto, se, por um lado ampliava-se a participação dos indivíduos e novas formas de cidadania, por outro, passava-se a responsabilizar o indivíduo por falta de recursos, mendicância e embriaguez, e restringia-se brutalmente a noção de espaço público, colocando para fora todos aqueles que não lhe eram gratos.⁷²

Esse cenário iria designar um papel chave para a instituição policial. Segundo Bretas,

O Estado brasileiro republicano irá se revelar – por diversas razões – incapaz de definir um agente específico para a ação coercitiva na cidade do Rio de Janeiro e assim de precisar suas tarefas, o que contribuirá para a constante indefinição do limite entre a ação policial e a arbitrariedade, criando uma zona cinzenta mal regulada, onde se movem os policiais e marginais

⁷¹ SCHETTINI, Cristiana. **Que tenhas seu corpo: uma história social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006. P. 35.

⁷² SANTOS, Myriam Sepúlveda dos. “A prisão de ébrios, capoeiras e vagabundos no início da Era Republicana”. **TOPOI**, v. 5, n. 8, jan.- jun. 2004, pp. 138-169.

em confrontos que se definem em si, de forma extralegal.⁷³

Essa marca de arbitrariedade que carrega o procedimento policial cunhou suas atividades e sedimentou sua localização nos estudos enquanto oponente direta dos grupos populares. A criminalização de alguns hábitos e a constituição de uma política de valorização do trabalho contribuiu, e muito, para acirrar os conflitos entre populares e polícia. No Rio de Janeiro, Sidney Chalhoub observou que a desconfiança popular em relação aos “meganhas” era proporcional a violência que estes empregavam contra os primeiros⁷⁴. Segundo o autor,

Ao nível da consciência popular, portanto, a desconfiança em relação à autoridade não se exprimia tanto através de uma percepção de que as leis eram feitas para garantir os privilégios de uns poucos, mas sim através da constatação prática de que a autoridade mais visível, o meganha, estava nas ruas e nos botequins da cidade para reprimir os homens pobres, e não para arbitrar seus conflitos.⁷⁵

Essa relação conflituosa cunharia a expressão que marcaria a Primeira República: a questão social seria um caso de polícia. A relação conflituosa com os trabalhadores advém da própria dificuldade de se desenhar o espaço de atuação do Estado, logo da polícia, pois a premissa liberal que regeria as opções republicanas relativizava os locais e formas de inserção deste órgão nas questões que ainda estavam se definindo como ordem privativa, e, portanto, fora da alçada de regulação e fiscalização do Estado.⁷⁶

Além disso, as práticas discricionárias tornaram as questões que envolviam os limites de atuação da polícia mais fortemente debatidos, principalmente no referente a alçada do próprio poder judiciário, que questionava as ilegalidades das práticas policiais, principalmente quando percebia que essa “invadia” seu espaço de atuação.

Encontramos assim, em um extremo, as irregularidades e arbitrariedades praticadas pelos policiais, constantemente criticados por

⁷³ BRETAS, Marcos L. **A guerra das ruas...** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997. P. 36.

⁷⁴ CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim...** Ver especialmente o capítulo 3.

⁷⁵ Idem. P. 191.

⁷⁶ Idem. P. 36.

órgãos como a imprensa;⁷⁷ e de outro, o desenrolar de debates que tinham como foco o desenvolvimento de um projeto de polícia que tomasse por orientação critérios técnicos e cientificistas.⁷⁸ Entre as duas perspectivas as relações, freqüentemente de embate, entre policiais e os populares em uma cidade que estava sendo reformulada.

O surgimento de uma perspectiva “científica” para o trabalho policial estava associado ao desenvolvimento de uma série de conhecimentos especializados sobre o crime, para sua elucidação e para a identificação de criminosos.⁷⁹ Ainda Griza aponta dois aspectos fundamentais para se perceber a inserção do discurso científico no aparato policial; primeiro, a extensão do encarceramento, que passaria a ser dirigido também a indivíduos outros que não os criminosos, mas que seriam também responsáveis por potencialmente desestabilizarem a ordem pública (mendigos, prostitutas, menores abandonados)⁸⁰, e cujo controle seria responsabilidade da polícia; um segundo aspecto seria a aplicação de procedimentos de identificação criminal.⁸¹

Ambos os aspectos irão voltar sua atuação não somente sobre criminosos, mas também para os possíveis portadores de uma “propensão a delinquir”.⁸² Essa abertura do campo de possíveis criminosos iriam colocar as classes populares no foco de ação do aparato policial. Essa perspectiva estaria presente, inclusive, no Código Penal de 1890, promulgado em 1891, que iria definir e redefinir o crime e a criminalidade. Norteando-se pelo princípio do trabalho enquanto marco positivo, e a sua ausência sendo criminalizada, este código visou principalmente à criação de um comportamento desejável. Segundo Marilene Silva,

⁷⁷ Analisando a relação entre a imprensa e o policiamento em Porto Alegre, Mauch aponta que as críticas eram uma constante nos jornais, principalmente em relação aos projetos para uma “nova polícia”. P. 177.

⁷⁸ Idem. P. 36-37.

⁷⁹ O final do século XIX marca a consolidação da Antropologia Criminal. Sua perspectiva determinista da ação humana passa a ganhar espaço e legitimidade no mundo jurídico. GRIZA, Aida. **Polícia Técnica e Ciência: o processo de incorporação de saberes técnico-científicos na legitimação do ofício de policial**. Porto Alegre: UFRGS, 1999. P. 51-52.

⁸⁰ A República estabeleceu novas modalidades de penas e tipos de prisões “adequadas à qualificação do preso segundo categorias criminais” PEDROSO, Regina Célia. “Utopias Penitenciárias: projetos jurídicos e realidade carcerária no Brasil.. **Revista de História**. FFLCH/USP, nº 136, 1º semestre de 1997. pp. 121-137.

⁸¹ GRIZA, Aida. Op. Cit. p. 64.

⁸² No caso específico da atuação policial sobre menores, Adriana Vianna destaca o papel da polícia como determinante na construção de um modelo de classificação e intervenção em relação ao *menor*. VIANNA, Adriana de Resende B. **O mal que se adivinha: polícia e menoridade no Rio de Janeiro, 1910-1920**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

O Código de 1890 radicalizou na proporção direta do crescimento da cidade, o processo da discriminação do ócio e sua perseguição como contravenção. Ser ocioso, ser preguiçoso não era apenas um problema moral, representando agora um ato criminoso. A ociosidade, sinônimo de vagabundagem, palavra impregnada pelo medo urbano que se desenvolvia junto com a cidade no imaginário dos proprietários.⁸³

Esse entendimento da condição de não-trabalhador, que recaía também sobre os que não conseguissem comprovar essa situação, ampliava os poderes da polícia sobre a população, viabilizando perseguições e práticas de suspeição sobre as classes populares. Mais do que a identificação com o trabalho, tais medidas eram orientadas pelas tentativas de controle e subordinação desses grupos. Esse arbítrio da polícia, que poderia “levar para o xadrez” qualquer suspeito sob a acusação de vadiagem, incide sobre um outro ponto de debate presente na Primeira República no que concerne entre o limite da ação policial e o âmbito jurídico: a autoridade para aplicação da “prisão preventiva”.

A legislação penal permitia a decretação da prisão preventiva apenas para crimes inafiançáveis e teria que ser decretada pela autoridade judiciária. Todavia, tal dispositivo era usado pelos policiais como forma de coerção. Partindo de uma prisão efetuada por vadiagem ou desordem, o policial poderia iniciar procedimento de prisão preventiva para “averiguações”, que muitas vezes eram feitos a revelia do poder judiciário.

Tais prisões eram um dos meios mais eficazes de a polícia efetuar seu “trabalho”. É o caso da campanha moralizadora empreendida na Capital Federal em fins do século XIX. Schettini aponta que, pressionada pelas elites para efetuar uma “limpeza” do centro do Rio de Janeiro da presença de prostitutas, especialmente as chamadas “prostitutas de janela”, o delegado Luiz Bartolomeu da Souza e Silva, em 1896, inicia uma campanha moralizadora e vai utilizar-se das prisões sistemáticas como meio de forçá-las a se mudarem.⁸⁴

Também em São Paulo era corrente que parte do trabalho policial era feito sob um poder discricionário lhe concedido informalmente.

⁸³ SILVA, Marilene Rosa Nogueira. **Legislação – diferença e desigualdade: As condições de produção do discurso jurídico-político do crime e da criminalidade nos códigos de 1890 e 1940**. Retirado de <http://www.uff.br/ichf/anpuhrio/Anais/2004>, em 25/08/2007.

⁸⁴ SCHETTINI, Cristiana Op. Cit. P. 34.

Santos⁸⁵ aponta a livre prática da modalidade das “averiguações” pela polícia paulista, motivadas por suspeição ou conveniência. Apoiando-se em brechas legais, os policiais realizavam sistemáticas prisões sob a égide da averiguação daqueles avaliados como suspeitos, alocando os excessos sob a alegação do “bem comum”.⁸⁶

O caráter de fiscal da moral marcará a ação policial no período republicano. Havia um intenso clamor das elites para a moralização das classes trabalhadoras, mas que pode ser lido muito mais por um controle e/ou extermínio de práticas e hábitos. Para tal tarefa, a polícia torna-se a responsável pela ação direta, nas ruas.

Altamente especializada e incorporada nos princípios da elite urbana, a polícia era, nas primeiras décadas do século, um veículo de formalização e discriminação da sociedade. A sua atitude como órgão público era elitista, pois discriminava a classe trabalhadora despossuída. Era ideológica, pois atuava de forma a submeter qualquer comportamento social que se diferenciava da ordem estabelecida pela dirigente. Amoral e voluntarista, porque, respaldada, fugia dos caminhos essencialmente legais que deveriam reger a sociedade.⁸⁷

A polícia se constitui na República em uma intersecção onde era a responsável pela efetivação de uma campanha moral, tinha à mão o uso de práticas discricionárias, e com seu alvo de atuação remodelado e ampliado – com população livre e a insurgência de uma classe operária⁸⁸. Sobre estes grupos, sua ingerência será ilimitada e sua atuação marcada pela brutalidade.

⁸⁵ SANTOS, Marco Antonio Cabral dos. “Entre a lei e o arbítrio: ordem pública e poder de polícia em São Paulo (1890-1920).” **LOCUS: Revista de História**, Juiz de Fora, v. 13, n. 1, p. 171-183, 2007.

⁸⁶ O autor utiliza como exemplo a o enquadramento no artigo 399 do Código Penal de 1890, que tratava da contravenção e da vadiagem, como meio legal utilizado muitas vezes para a prisão de suspeitos diversos e até mesmo desafetos pessoais. Idem, p. 176.

⁸⁷ NETTO, Luiz Roberto. “Por Debaixo dos Panos - A Máquina Policial e o Problema da Infância Desvalida na Cidade de São Paulo (1910 - 1930)”. **Revista Brasileira de História**: São Paulo, v. 9 no. 17, set.88/fev.89.

p. 131.

⁸⁸ São Paulo é território de estudos sobre o papel exercido pela polícia no “jogo de forças” entre operariado e industriais e a utilização da força policial desses últimos contra os primeiros. Ver : SANTOS, Marco Antonio Cabral dos. “Polícia e trabalhadores em São Paulo (1890-1920).” **LOCUS; revista de história**, Juiz de Fora, v. 11, n. 1 e 2, p. 33-50, 2005. VARGAS, João Tristan. **O trabalho na ordem liberal: o movimento operário e a construção do Estado na Primeira República**. Campinas, SP: UNICAMP/CMU, 2004.

Inserida até aqui na leitura de sua constituição através do contraponto com os grupos sociais a que estava mais diretamente ligada, pouco se pode entender dos aparatos policiais para além de sua ação arbitrária nas ruas. Está posto que a ação policial encaminhou-se, nas primeiras décadas republicanas, para ações de controle e vigilância das camadas populares, todavia, a observação somente desses embates diz pouco acerca da própria instituição policial.

V.

Enquanto período de grandes mudanças, a passagem do século XIX para o XX, e as primeiras décadas deste último foram largamente estudadas, principalmente no que se refere a questões urbanas. Isso por que neste momento diversas cidades sofreram transformações espaciais que acarretaram alterações no próprio viver urbano. Às cidades foi imposto um arcabouço de medidas reformistas e sanitaristas que lhes propiciaram os títulos de modernas e de *civilizadas* dentro dos moldes capitalistas do bem viver. Exemplo da conjugação entre as novas tecnologias e espaço limpo e ordenado, a presteza com que saltou de condição “medieval” para capital “moderna” tornou Paris a responsável pela constituição de uma “modernidade messiânica”, embasada nos ideais de progresso e civilidade que se propagou por várias cidades.⁸⁹

A experiência do Rio de Janeiro, Capital Federal no período citado, é o exemplo da incorporação desses valores no Brasil onde, resguardadas as diferenças para com a cidade francesa, teve a mesma motivação e a utilização de meios afins: além da busca pela implantação das novas tecnologias; como a energia elétrica; e das novidades trazidas por ela, o caráter reformista com as demolições, o “bota abaixo”, e a reconstrução dos espaços públicos também estiveram presentes⁹⁰. Vê-se aqui, como lá, a preocupação com a ordenação social, além do entendimento de que, conforme o pensamento da época, este espaço primava em atender a quem estivesse apto a utilizá-lo. A limpeza estética da cidade passava pela expulsão daquelas camadas sujas da população, com suas roupas maltrapilhas, seus expedientes informais, suas habitações insalubres e seus lazeres vistos como “promíscuos” e “viciados”.

⁸⁹ ROCHA, Amara Silva de Souza. “A sedução da luz: Eletrificação e imaginário no Rio de Janeiro da Belle Époque”. **Revista de História Regional**. Vol. 2, no. 2, 1997.

⁹⁰ CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril...** Ver o Capítulo 1. Os espaços privados também foram alvo de disciplinarização, na medida em que tinham que atender novos padres de urbanização.

A intervenção no espaço, visando a desamontoar os grupos sociais e atividades e aumentar a velocidade de circulação redefine a paisagem urbana em termos de funcionabilidade, provocando o efeito de supressão da cidade (...). Com isso rompe-se a rede de relações que dava fundamento à vida dos grupos populares que se nutriam da “desordem” calcada na ocupação indiscriminada do espaço público. A territorialização da ordem a partir da inscrição na paisagem urbana de uma geometria, de uma abstração irá subverter por completo a lógica que estruturava a vida urbana, comprometendo seriamente o destino daqueles nômades que sempre sobreviveram nas dobras da cidade.⁹¹

A *Belle Époque* carioca se forja no encontro de saberes que irão permitir desmandos sobre a população pobre nas suas mais variadas formas. A intensa valorização da ciência herdada do século XIX propicia a ascensão de saberes, principalmente sanitaristas e higienistas. Segundo Schwarcz, “(...) caberia aos médicos sanitaristas a implementação de grandes planos de atuação nos espaços públicos e privados da nação, enquanto os higienistas seriam os responsáveis pelas pesquisas e pela atuação cotidiana no combate às epidemias e às doenças que mais afligiam as populações”⁹². Tais doutores, pelo aval científico que detém, proporcionariam o suporte necessário para a intervenção do poder público na vida cotidiana da população.⁹³

Nesse sentido é a própria cidade do Rio de Janeiro que nos aponta exemplos da negativa de uma condição apática que poderia ser inferida a uma população que sofre paulatinamente o processo de exclusão. Estudos como os de Chalhoub⁹⁴ nos proporcionam um retrato das mais variadas formas articuladas pela população pobre da então Capital Federal para buscar preservar seu modo de vida e seus meios de

⁹¹ PECHMAN, Robert Moses. “Os excluídos da rua: ordem urbana e cultura popular”. In: BRESCIANI, Maria Stella (org.). *Imagens da cidade – séculos XIX e XX*. São Paulo: Marco Zero; ANPUH/SP; FAPESP, 1993. p. 32.

⁹² SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 208.

⁹³ Segundo Griza, transformados em “cientistas sociais”, médicos galgaram espaço no aparelho estatal e detiveram meios para intervir na vida privada do indivíduo com aval da Ciência, tornando-se indispensáveis para o exercício do poder do Estado. GRIZA, Aida. Op. Cit. pp. 59-60.

⁹⁴ CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim...* .

subsistência, ainda que, e freqüentemente, tais atitudes se encontrassem em conflito com o que se almejava para a cidade então.

Para entender os processos vivenciados pela cidade e pela sua população, o olhar sobre esse período deve ser orientado não somente pelos discursos presentes na imprensa da época e na documentação proveniente das instâncias governamentais, voltados para urgência, moderna e sanitária, das reformas urbanas. Tal noção pode acarretar em uma análise evolutiva da cidade, entre aspirações e realizações, muito mais voltadas para uma perspectiva urbanística; e tomando a população como desvalida de meios para enfrentar as incursões que fazia a elite sobre seus corpos e suas vidas; ou, ainda permitir que conceitos adquirissem forma e, por vezes, tornem-se a grande medida explicativa para todas as contradições existentes nesse período. *Modernidade, higienização, sanitarismo*, ao invés de serem elementos também das mudanças vivenciadas, passem a ser tidos como o grande norte ou explicação para as escolhas, decisões, medidas ou inconformidades presentes dentro daqueles universos em que ocorriam. Neste sentido, estudos como o supracitado, e de outros autores são alguns exemplos das possibilidades de análises que primam por buscar as ações e experiências dos populares durante a adversidade trazida pela remodelação urbana, resgatando a dimensão conflitual desse processo⁹⁵.

No caso de Florianópolis, esta não fugirá a regra, e também irá desenvolver neste período o seu desejo de inserir-se na *modernidade* propalada pelo país⁹⁶. Em comum com outras capitais brasileiras, sua arquitetura denotava claramente as marcas do passado colonial, com ruas estreitas e sinuosas, precário sistema de abastecimento de água e de

⁹⁵ Esta perspectiva pode ser vista em SOIHET, Rachel. **Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana (1890 – 1920)**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989; ESTEVES, Martha de Abreu. **Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Epoque**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989; PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Os pobres da cidade: vida e trabalho, 1880-1920**. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 1994.

⁹⁶ Diversos historiadores debruçaram-se sobre a cidade neste recorte temporal. Longe de esgotarem o debate, estes estudos apontam os diversos desdobramentos oriundos da mutação urbana, em seus mais variados aspectos. Dentre estes trabalhos podemos citar: ARAÚJO, Hermes R. de. Op. Cit.; KUPKA, Roselane N. **Tensões e imagens do viver urbano em Florianópolis – 1910 – 1930**. São Paulo: PUCSP, 1993 Dissertação (Mestrado em História); PEREIRA, Ivonete. **As decaídas: mulheres no cotidiano de Florianópolis (1900-1940)**. Florianópolis: UFSC, 1996. Dissertação (Mestrado em História); SCHMITT, Jaqueline Aparecida Zarbato. **Trabalhando em Florianópolis...: as práticas de trabalho e a memória de trabalhadores e trabalhadoras 1900 – 1920**. Dissertação (Mestrado em História). Florianópolis: UFSC, 2001. SARDÁ, Juliana. **Na contra-mão da lei: a repressão policial e os desviantes da ordem nas primeiras décadas do século XX**. Florianópolis: UFSC, 2005 Dissertação (Mestrado em História).

saneamento, e hábitos de higiene e práticas vistos agora como intoleráveis, como a criação de animais nos quintais e o acúmulo de lixo pelas ruas centrais⁹⁷. Aos olhos de seus dirigentes, era preciso sanear a velha Desterro e torná-la condizente com a condição de capital republicana. Tal medida passava invariavelmente pelo deslocamento daqueles que não pudessem se enquadrar com o projeto político em andamento.

É certo que o intuito de ostentar o indicativo de “cidade moderna” compôs o ideário de uma parcela da sociedade, e a divulgação dessa necessidade se dá, principalmente, por essa parcela ser detentora de uma condição financeira que lhe proporcionava exigir do poder público através de denúncias pela imprensa, ou ainda, quando eram estes mesmo pertencentes aos grupos políticos dirigentes. É certo ainda que o empenho dessa elite não foi nem pequeno, nem infecundo; mas, até que ponto, o desejo de tornar a cidade *moderna* orientou as interpretações da cidade nos estudos que se debruçaram sobre ela no período? Frente ao processo de transformação do espaço público, qual a percepção que as produções historiográficas fizeram das camadas populares; considerando que é recorrente nos estudos que enfocam o período em apontar os indivíduos a ela pertencentes como os principais prejudicados das medidas tomadas?

O estudo de Araújo, datado de 1989, aponta como seu objetivo primeiro “reconstituir as especificidades da capital catarinense no que se refere às tentativas de reformas urbanas e dos conseqüentes investimentos de controle e de segregação social que ocorreram no Brasil no início do regime republicano”⁹⁸. Todavia, em seguida, apresenta Florianópolis como exceção frente aos demais centros urbanos por não apresentar quatro características comuns a eles: a) crescimento populacional acentuado e/ou afluxo imigratório; b) desenvolvimento de indústrias, ainda que de pequeno vulto; c) presença de operários ou camadas populares pauperizadas; d) e, por fim, inexistência de tensões sociais que ameaçassem a ordem burguesa que estava se estabelecendo.

⁹⁹

⁹⁷ Ao propor desenhar a cidade de Nossa Senhora do Desterro, o médico Oswaldo Cabral relata várias práticas comuns nas áreas centrais da cidade. Concentrando-se no século XIX, muitas perdurariam ainda no início do século XX. Caracteristicamente coloniais, era sobre esses hábitos que recaía a ação governamental. CABRAL, Oswaldo Rodrigues. “O duradouro ciclo dos odores fortes e das pituitas resistentes”. In: **Nossa Senhora do Desterro**: Notícia. 2ª. ed. Florianópolis: Lunardelli, 1979.

⁹⁸ ARAÚJO, Hermes R. de. Op. Cit. P. 10.

⁹⁹ Idem, P. 11.

Assim, o único ponto de convergência entre Florianópolis no começo do século XX e as outras metrópoles no país seria o empenho de sua elite em implementar reformas urbanas que tirassem da cidade os “ares coloniais” que a colocava na contramão do desejável.¹⁰⁰ Tais constatações inferidas pelo autor sobre a cidade perpassaram todos os demais trabalhos relativos ao período. Todavia, ainda que respondam a dados específicos, o exercício de relativização destas premissas pode ser válido.

Sobre o aumento populacional, Florianópolis possuía, em 1902, 13.474¹⁰¹ habitantes na zona urbana e, em 1920, este número era de 19.514¹⁰². Dessa maneira temos, nas duas primeiras décadas, um incremento de 6.040 habitantes. Frente aos números de outras capitais¹⁰³ tais valores, comparativamente, podem ser lidos como pouco expressivos.

Todavia, é válido lembrar que estes números referem-se não ao aumento populacional da cidade como um todo, mas sim do que, no período, se limitava à região denominada área central, que concentrava toda a administração pública e a maior parte do comércio. Essa região compreendia as ruas que circundavam a Praça da Matriz, Rua João Pinto, Rua Tiradentes, Rua Conselheiro Mafra, Rua Trajano, Rua Deodoro, Rua Felipe Schmitt, incluindo o Mercado Público e o Prédio da Alfândega. Nos arredores, ainda como região central, aos menos nos critérios censitários, os bairros da Tronqueira e da Pedreira; à margem do rio da Fonte Grande, próximo ao Campo do Manejo e em direção às encostas do morro; no bairro da Toca, na passagem para quem se dirigia para o Saco dos Limões; a oeste da praça, e, algumas quadras mais distantes, o bairro da Figueira.

¹⁰⁰ Idem.

¹⁰¹ Idem, P. 45.

¹⁰² Recenseamento realizado em 1º de setembro de 1920.

¹⁰³ O Rio de Janeiro possuía em 1890, 522.651 habitantes, passando a ter, em 1906, 811.443 habitantes. Chalhoub. **Trabalho, lar e botequim...** p. 24; Porto Alegre apresentava 73.647 habitantes em 1900, saltando esse número para 179.263 em 1920. PESAVENTO, Sandra J. **O imaginário da cidade: visões literárias do urbano – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1999. p. 263. Com números não tão impressionantes, mas bastante significativos, Curitiba passaria de 24.553 habitantes em 1890 para 65.000 em 1912. BENVENUTTI, Alexandre F. **As Reclamações do Povo na Belle Époque: a cidade em discussão na imprensa curitibana (1909 – 1916)**. Curitiba: UFPR, 2004. Dissertação (Mestrado em História). p. 25.



Retirado de: VEIGA, Eliane Veras Da. **Florianópolis: memória urbana.** Florianópolis, SC: UFSC, 1993.

Ainda que um aumento de, em média, 335 habitantes por ano possa parecer ínfimo, tal número pode tornar-se um aumento sensível quanto essa população está concentrada em apenas uma região da

cidade, e, nesse sentido, reproduziria, em menor escala – e talvez com menos alarde – as mesmas pressões sobre a demanda por moradia e trabalho que estão no horizonte dos “problemas” urbanos do período. Nesse sentido, podemos questionar se esse aumento seria então realmente obsoleto e/ou com quase nenhum impacto.

Somado a isso, como outro dado a considerar, temos à existência e atividade do porto da cidade. O porto era um propiciador de uma mobilidade que não poderia ser identificada nos censos, pois estes não teriam como mensurar pessoas que desembarcavam, ou que permaneciam por algum tempo sem necessariamente se fixar, ainda mais se considerarmos o espaçamento temporal entre um levantamento populacional e outro. Além disso, o porto e os vários trabalhos relativos ao seu funcionamento ocupavam um contingente importante de trabalhadores, que muito possivelmente conectavam-se com outros centros portuários e urbanos. Sardá apresenta dados retirados do Relatório do Chefe de Polícia onde consta que, no período de 28 de setembro de 1910 a 15 de maio de 1911 deram entrada no porto um total de 3.596 passageiros, somados a isso 7.153 em trânsito.¹⁰⁴ Tais números denotam intensa circulação pela cidade, principalmente no que concerne a sua área central.

Podemos perceber essa tensão através do inquérito policial que investiga um possível roubo no “Restaurante do Povo”, localizado na Rua Deodoro nº 8. Arrolados no inquérito temos o acusado, Francisco Ramos, vindo de Curitiba a procura de trabalho; as testemunhas Oscar Duer, alemão, trabalhando a poucos meses na capital, morando provisoriamente no “Restaurante do Povo”¹⁰⁵ e Joaquim Martins da Costa, natural do Rio Grande do Sul, a caminho do Rio de Janeiro¹⁰⁶. Três personagens de lugares distintos, com motivações e tempo de permanência diferentes, encontrando-se em uma noite na cidade.

Inferimos que tal população se encontra concentrada na região que delimitamos acima como área central pela observação dos dados censitários de 1920¹⁰⁷. Através dos critérios estabelecidos pelo

¹⁰⁴ SARDÁ, Juliana. Op. Cit. P. 72-73.

¹⁰⁵ Ao que indicam as falas do processo, o “Restaurante do Povo”, de propriedade de Germano Bilk, fazia às vezes de hospedaria, abrigando tanto de quem não tinha condições de habitar em um local mais oneroso que um quarto, como é o caso de Oscar Druer, quanto para quem estava apenas de passagem pela cidade, modalidade em que estava hospedado Joaquim Martins da Costa. Era também “casa de pasto”, aberta a outros e não somente a seus hóspedes, além de ser a residência da família do proprietário. Inquérito policial Francisco Ramos, no ano de 1911.AMTJSC.

¹⁰⁶ Idem.

¹⁰⁷ Recenseamento realizado em 1º de setembro de 1920. ARAÚJO, Hermes. Op. Cit.

recenseamento, podemos observar como a população estava distribuída pelas freguesias. Nele encontramos a cidade dividida em nove freguesias: Florianópolis (Distrito Central), Santíssima Trindade, Saco dos Limões, Cachoeira, Lagoa, Canasvieiras, Rio Vermelho, Ribeirão e Santo Antonio. De uma população total de 41.338 habitantes, 19.514 residiam no Distrito Central, ou seja, 47% da população; seguida da Freguesia do Ribeirão, com 4.428 habitantes, representando 10%.¹⁰⁸

A classificação populacional por gênero e nacionalidade reforça a concentração demográfica. Em um total de um total de 1086 estrangeiros recenseados, apenas 61 estavam fixados nas demais freguesias, os demais se encontram residindo na região do Distrito Central. Observa-se assim, uma tendência dos que chegavam de permanecer na região da cidade que compreendia os estabelecimentos de hospedagem, de comércio e indústria e, por conseguinte, possibilidades de trabalho.

A área compreendida pelo critério censitário como Distrito central é passível ainda de um outro recorte, que indica que a localização dos estabelecimentos acima citados, e dos locais disponíveis para moradia pelos trabalhadores está concentrado em um espaço ainda mais reduzido. Uma análise do Livro de Registro de Imóveis torna claro que essa região da cidade apresenta dois padrões de ocupação espacial, um marcado pela presença da administração pública, comércio e bairros populares, e outro, comumente denominado de região das “chácaras”. A alcunha dessa região já denota seu tipo de ocupação: representando a maior parte da extensão territorial do Distrito Central, é composta por propriedades extensas e com baixa densidade populacional, como é o caso da propriedade de D. Ignez M. Faria, localizada na Rua São Sebastião¹⁰⁹, registrada no Livro de Imóveis EM 1895 como sendo “uma casa de morada assobradada, com 2 portas e 6 janelas, com frente à Rua S. Sebastião e fundos ao mar”,¹¹⁰ ou da propriedade de Maria Hackradt, registrada no mesmo ano como proprietária de dois imóveis na mesma rua, sendo um deles um terreno com 2.910 m².

Além desses dois imóveis, Maria Hackradt apresenta-se como proprietária de dois sobrados na Rua Altino Corrêa,¹¹¹ localizada na

¹⁰⁸ As demais Freguesias possuíam: Santo Antonio 3.091; Lagoa 3.036; Santíssima Trindade - 2.650; Saco dos Limões 2.265; Rio Vermelho 2.616; Cachoeira 1.858; Canasvieiras - 1.805. Idem.

¹⁰⁹ A Rua São Sebastião é a atual Rua Bocaiúva.

¹¹⁰ Livro de registro de Imóveis 1895. AHMF. D. Ignez M. Faria é proprietária ainda de outros 5 imóveis registrados.

¹¹¹ Atual Rua Conselheiro Mafra.

“outra” área do Distrito Central. Nesta, ao contrário da região das chácaras, observa-se a presença de propriedades menores, e com grande presença de edificações, aqui incluídos os cortiços e “pequenas casinhas”, como também casas e sobrados de menores proporções. Esses dados reduzem ainda mais o espaço em que a população do Distrito Central estava concentrada, reforçando a ideia de que o impacto dessa concentração não pode ficar diluído na perspectiva de um “baixo crescimento demográfico”

Tem-se ainda a imigração como outro ponto que surge destoando Florianópolis das demais capitais. Mas quando lembramos que os dados censitários não são nem absolutos, nem recobrem todo o período, somada a citada mobilidade proporcionada pelo porto, temos a possibilidade da inserção de elementos estrangeiros com mais frequência do que nos indica o censo. Ainda citando Sardá, em 1914, alemães que haviam desembarcado do vapor “Porto” foram recolhidos à Chefatura de Polícia após provocarem desordens pela cidade.¹¹²

Um outro ponto de dessemelhança entre Florianópolis e outros centros urbanos seria a não existência de empreendimentos industriais, de operários e “camadas populares pauperizadas”, ou ainda de “tensões sociais” que pudessem ameaçar a ordem burguesa. Tal afirmação parece apontar para uma comparação desproporcional entre a cidade e locais como a Capital Federal ou Santos, para citarmos cidades portuárias, como também é Florianópolis. Essa ausência de reciprocidade no paralelo entre ambas, onde o que havia na capital catarinense era a falta do que havia em outras cidades, parece esmorecer o que, por fim e efetivamente, ocorria na cidade.

A análise empreendida por Araújo identifica as camadas populares de Florianópolis como não pertencentes a um operariado reivindicativo, ou a uma condição de pobreza extrema e, não sendo nem uma, nem a outra, não são fomentadoras de tensões sociais ameaçadoras. E não se enquadrando, o autor partirá para a uma análise da leitura e do sentido que as elites da cidade imprimiram a essa população. Seu texto irá destrinchar o discurso que perpassa o início do século e que, juntamente com a reforma urbana, irá propalar a necessidade da “regeneração” do homem do litoral.¹¹³

Nesse momento é interessante retomar um dos pontos colocados acima, acerca da não existência de indústrias, segundo Araújo, “mesmo

¹¹² SARDÁ, Juliana. Op. Cit. P. 75.

¹¹³ ARAÚJO, Hermes dos R. Op. Cit. P. 133.

que de pequeno vulto”. Eliana Veras da Veiga¹¹⁴, citando Vírtilio Várzea, nos apresenta um panorama um pouco diferente. Segundo esta autora, o livro de Várzea intitulado “Santa Catarina: a Ilha”, publicado originalmente em 1900, traz uma cidade possuidora de diversos empreendimentos, onde se pode listar: uma fundição, pertencente à firma Carl Hoepcke e Cia, três fabricas de cerveja, duas fábricas “de preparar peixe em lata”; uma de sabão e velas; oficinas de carpinteiro, marceneiro, tanoeiro, funileiro e torneiro; uma fábrica de massas alimentícias e duas de “grandes refinações”. Ainda encontrava-se um engenho a vapor para pilar arroz e café, numerosos engenhos para prepara farinha de mandioca e outros de menor importância.¹¹⁵ A exposição feita passa ao longe da dinâmica industrial como a encontrada em São Paulo, por exemplo, e a produção aqui existente deve voltar-se a um abastecimento de curta distância. No entanto, ela envolve necessariamente trabalhadores, e estes dependem delas para sua sobrevivência.¹¹⁶

Ainda que tais empreendimentos possam não ter permanecido em funcionamento por todo o período, é pouco provável que não houvesse uma dinâmica de investimentos e iniciativas para o estabelecimento de outras variáveis industriais, mesmo que de pequeno porte. Ainda citando Várzea, o movimento industrial da cidade, localizado na Rita Maria – próximo a Figueira – era “pouco apreciável e pequeno” se comparado a Joinville e Blumenau, entretanto tal “movimento vinha aumentando com a fundação de novas oficinas e fábricas”.¹¹⁷

Além dos empreendimentos citados por Várzea, outros apontam para a cidade como propiciadora de diversas atividades. No Livro de Registro de Impostos Municipais¹¹⁸ encontramos listada uma gama

¹¹⁴ VEIGA, Eliane Veras da. Processo histórico de mutação da paisagem urbana da área central de Florianópolis 1850-1930. Dissertação (Mestrado em História). UFSC, 1990.

¹¹⁵ Idem. P. 111.

¹¹⁶ Sobre trabalho e trabalhadores de Florianópolis, ver: LEUCHTENBERGER, Rafaela. “O Lábaro protetor da classe operária: As associações voluntárias de socorros-mútuos dos trabalhadores em Florianópolis – Santa Catarina (1886-1932). Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. UNICAMP, 2009. Os homens do Corpo de Segurança também possuíram uma organização deste tipo, denominada “Sociedade Beneficente do Corpo de Segurança”, cuja existência me era conhecida através de um ofício, encaminhado ao Tribunal de Justiça de Santa Catarina pela mesma Sociedade, dando ciência da sua fundação no ano de 1909. O ofício que dava ciência dizia que, em anexo, encontrava-se o estatuto da entidade, aprovado em assembléia. O anexo não constava. Na dissertação citada, consta apenas que a Sociedade se configurava como compulsória – o funcionário era considerado membro, independente de seu interesse, tendo sua mensalidade descontada de seus vencimentos. p. 28.

¹¹⁷ Idem.

¹¹⁸ Livro de Registro de Impostos Municipais. AHMF.

variada de estabelecimentos, centradas principalmente na região definida como o Distrito Central. Na Rua João Pinto, por exemplo, estão listados 44 estabelecimentos, já na Rua Altino Correa, 81 estabelecimentos – isso para citar apenas dois endereços na cidade. Entre os ramos de atuação encontramos hospedarias, “casas de pasto”, tavernas, fábricas – como de cerveja, café, velas, sabão – lojas de fazenda, tinturaria, ourivesaria, bilhares, entre outros. O Livro de Registros apresenta uma grande diversificação de comércios e pequenas indústrias assentadas com o registro de 300 estabelecimentos em 42 endereços do centro da cidade.¹¹⁹

Dada a quantidade de empreendimentos, de maior ou menor porte, deve-se considerar que nestes locais estavam alocados trabalhadores com as mais variadas funções. Mais especializados ou menos especializados, homens e mulheres, e mesmo menores, formam um grande número de trabalhadores que compõem a população da cidade. Ademais, o Livro de Registros de Impostos apresentou um outro grupo de trabalhadores: aqueles que estão nas ruas, como na listagem do pagamento de impostos de donos de carroças. Estas parecem classificadas como: carroças de praça com duas rodas, carrinhos de vender pão, carroças de água, carroças de secos, e carrinhos de mão. No caso dos carrinhos de vender pão, todos pertencem a proprietários de padarias, sendo que um deles é dono de 4 carrinhos, e os outros de 1 carrinho cada.¹²⁰

Nos demais casos é possível perceber que alguns são de posse de proprietários de comércio, como Félix Piazza, que é proprietário de uma ferraria, podendo o carrinho arrolado tanto compor este mesmo negócio; ou ainda tratar-se de diversificações comerciais, sendo simplesmente alugados a terceiros mediante alguma forma de pagamento. Há também casos em parece ser o carrinho posse de algum trabalhador “autônomo”,

¹¹⁹ Livro de Registro de Impostos Municipais. AHMF. Estes estabelecimentos estariam distribuídos nos seguintes endereços: Praça XV de Novembro, Rua João Pinto, Rua Tiradentes, Rua Irmão Joaquim, Largo 13 de Maio, Rua Menino Deus, Rua São Cedro, Praça General Osório, Rua Fernando Machado, Rua Martinho, Rua Nunes Machado, Rua Victor Meirelles, Rua Saldanha Marinho, Rua General Bittencourt, Rua Major Costa, Caminho do Antão, Rua José Veiga, Rua Almirante Alvim, Praça 17 de novembro Rua Artista Bittencourt, Rua 16 de Abril, Rua 28 de Setembro, Largo d'Alfândega, Rua Altino Correia, Rita Maria, Arataca, Rua Sant'Anna, Rua Fraternidade, Rua Pedro Ivo, Rua Igualdade, Rua 7 de Setembro, Rua Álvaro de Carvalho, Rua General Deodoro, Rua Trajano, Rua Pedro Soares, Rua José Jacques, Rua da República, Rua Tenente Silveira, Rua Esteves Júnior, Rua Bocayúva, Rua Frei Caneca.

¹²⁰ São proprietários dessas padarias Nicolau Eusébio da Silva, localizada na Saldanha Marinho, Gustavo Adolpho Grahl, na Rua da República - atual Felipe Schmidt, João Moritz, na Rua Tiradentes e, proprietário de 4 carrinhos, Francisco Keinser, na Rua General Deodoro. Livro de Registro de Impostos Municipais. Ano de 1895. AHMF.

já que os proprietários listados não aparecem como proprietários de nenhum comércio. Isso se dá principalmente em relação aos carrinhos arrolados na categoria “carroças d’água”¹²¹, o que sugere ser essa uma das opções de atividades que os trabalhadores poderiam exercer com certa independência.

Várias outras atividades, que já sofriam cobranças para seu exercício, passaram sofrer alterações na sua regulamentação que dificultariam suas práticas. No caso de, por exemplo, “marchates, mascate, pombeiros ou ambulantes de qualquer tipo, assim como rinhedeiros e jogos permitidos e tolerados”¹²², as licenças passaram a ser “cobradas de uma vez, recebendo-se o semestre por inteiro, qualquer que seja a data de concessão da licença.”¹²³ Ou seja, seria necessário desembolsar uma quantia maior, de uma só vez, para se obter a permissão. Talvez essa tentativa de regulamentação deva-se exatamente pela dificuldade tanto de receber dos que estavam cadastrados, quando de listar com precisão os que praticavam essas atividades.

No caso dos carroceiros, transportadores tanto de água quanto de dejetos, ainda que esse possa ser entendido como um trabalho exclusivo de populares, onde dispunham de um certo grau de autonomia na sua realização, esta era uma atividade que se pretendia abolir. A política pública de saneamento e modernização da cidade previa a instalação de uma rede de canalização para o fornecimento de água que, em última instância, eliminaria a atividade. O Decreto nº 103 de 21 de novembro de 1899, autorizaria a Superintendência a “contrair em qualquer praça um empréstimo de 800 contos para a canalização e abastecimento de água”.¹²⁴

Além da canalização da água, concluída somente em 1909, uma parcela da população passou a contar com outras “melhorias”, como a instalação da rede de iluminação pública com energia elétrica, em 1919, e a construção de uma rede de esgoto entre 1913 e 1917, pois os dejetos eram recolhidos também por carrinhos e depositados no mar. Tanto o transporte de água, quanto o recolhimento de “águas

¹²¹ Apenas uma das oito carroças d’água listadas tinha por proprietário o dono de um estabelecimento, no caso Frederico Sohn, dono de um curtume. Isso talvez se deva a necessidade que tal atividade requeria de água, o que tornava mais vantajoso a posse da carroça. Livro de Registro de Impostos Municipais. Ano de 1895. AHMF.

¹²² Lei 157, de 1º abril de 1902. Livro de Leis e Decretos. 1899. AHMF.

¹²³ Idem.

¹²⁴ Livro de Leis e Decretos. 1899. AHMF.

servidas”¹²⁵ era realizado por populares, e a constituição das redes de abastecimento e de recolhimento de dejetos implicou na destituição gradual dessas funções. Gradual porque tais melhorias ficaram restritas a uma região da cidade e, segundo a imprensa, com frequência não atendiam adequadamente.¹²⁶

Essas implementações trouxeram novas exigências para os que habitavam na área central. Para tornar a cidade mais moderna, além da instalação desses serviços, era preciso embelezá-la. Uma das principais políticas públicas visando tanto o embelezamento quanto a funcionalidade da cidade era a sistemática de alargamento e alinhamento de ruas. Para dar uma ideia do volume de intervenção que sofria a cidade, no período de abril de 1899 a outubro de 1901 cerca de 20 ruas da área central da cidade tiveram suas reformas autorizadas.¹²⁷

Mais do que o próprio bater de picaretas, o maior transtorno que tais autorizações causavam se devia a desocupação de casas para a realização desses alargamentos e alinhamentos. Foi o caso, por exemplo, da abertura de Rua no Largo 17 de Novembro – atual Praça Getúlio Vargas, que, designada pelo Decreto 82 de 16 de abril de 1899, autorizava a desapropriação dos prédios do lado norte do Largo.¹²⁸

As autorizações de recursos para desapropriação seriam uma constante¹²⁹. Ainda que as desapropriações fossem feitas com pagamento para o proprietário do imóvel, esse procedimento não ocorria sem ônus. Todavia, esse ônus iria recair principalmente sobre os que moravam nas propriedades na modalidade de aluguel, tanto em casas ou quanto nos cortiços. É o que ocorreu, por exemplo, na Cidade Nova – localizada na região compreendida pelas ruas 28 de Setembro, Trajano e Marechal Guilherme, próxima ao prédio do Congresso Representativo e do Teatro Álvares de Carvalho – local de moradia de trabalhadores, onde em 1910 foram desapropriadas 20 casas e terrenos; ou ainda no Beco Irmão Joaquim, que continha cortiços, localizado na margem do canal da Fonte da Bulha, onde lavadeiras exerciam seu trabalho.¹³⁰

¹²⁵ Em 1899 houve a tentativa de se criar o “serviço de remoção de lixo, materiais fecais e águas servidas”, sendo o valor do imposto calculado sobre o valor locativo das casas. Decreto n. 100, de 30 de Outubro de 1899. Livro de Leis e Decretos. AHMF.

¹²⁶ PEREIRA, Ivonete. Op.Cit. P. 35-36.

¹²⁷ Livro de Leis e Decretos. AHMF.

¹²⁸ Livro de Leis e Decretos. AHMF.

¹²⁹ Para ilustrar essa incidência contínua, cito Resolução 23 de 20 de junho de 1905; Lei 291 de 11 de maio de 1908; Resolução 91 de 08 de julho de 1914; e Resolução 173 de 25 de abril de 1919. Estas são algumas das que versam, nos primeiros anos do século XX, sobre desapropriações com vistas a intervenções urbanísticas. Livro de Leis e Decretos. AHMF.

¹³⁰ KUPKA, Roselane. Op. Cit. P. 63.

No Rio de Janeiro, Chalhoub aponta para a ocorrência de uma política de expansão urbana que, em consonância com as diretrizes higienistas de salubridade, acarretou no deslocamento dos pobres das áreas centrais e a agregação de valor de determinadas áreas¹³¹. No caso de Florianópolis, é possível constatar que a população mais pobre sofre com as reformulações espaciais da cidade, e que foi sendo paulatinamente deslocada, da região central em direção aos morros que a cercam.

Além das moradias que foram derrubadas para o redesenho das ruas, outros critérios são destacados para os prédios da área central. É o caso do Decreto 105 de 22 de novembro de 1899, que determinava, em seu art. 1º, a “demolição de Cortiços e velhas casinhas que ameaçam ruínas e a tornar habitáveis e higiênicas aquelas que não estiverem em tais condições”.¹³² Não é possível precisar quais os critérios que determinariam as moradias condenadas, mas, além da Cidade Nova, já citada anteriormente, a Resolução 53, de 12 de maio de 1912, considera,

(...) atendendo aos pareceres do médico da higiene municipal e dos peritos nomeados por esta Superintendência. Considerar condenados para habitação, ou qualquer outro mister, os prédios n.^{os} 1, 2, 5, 6, 7, 8, 9, 10 e os puxados contíguos aos n.^{os} 1 e 3 do Beco Triumpho, meia água sem número à Rua Padre Miguelinho e a casa de habitação coletiva na Travessa Diabo a Quatro (...) ¹³³

Ainda que não tenhamos informações sobre os critérios que orientavam as condenações, estes exemplos apontam para os cortiços, ou moradas coletivas, como um alvo bastante visado. A existência desse tipo de habitação denota a condição deficitária de moradia que a cidade vivia, e podemos considerar um problema que já vinha se avolumando, dado o próprio investimento de proprietários no setor. É o caso de Luiz Molteni, que encontramos no Livro de Registro de Imóveis, de 1895, declarando-se proprietário de um terreno com 6 casas pequenas sob n.^{os} 47,49,51,53,55,57, localizada na Rua 16 de abril – atual Visconde de Ouro Preto. Pelos registros do Livro de Imóveis, Luiz Molteni aparece como proprietário de muitas propriedades na área central – somam-se, por terrenos, 8 propriedades, mas contabilizam-se 33 habitações. Pela

¹³¹ CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril...** P. 52-53.

¹³² Livro de Leis e Decretos. AHMF.

¹³³ Livro de Leis e Decretos. AHMF.

descrição de suas posses imobiliárias, pode ser considerado um explorador do negócio de aluguéis¹³⁴. Era de sua propriedade também o terreno, e as 20 casinhas lá dispostas, da já citada Cidade Nova, que teve ordem de demolição em 1910.

A gradual desarticulação de moradias populares na área central da cidade conduziu o movimento de ocupação dos morros periféricos, definindo os espaços da cidade. Contudo, deve-se considerar que este foi um movimento lento e combatido pelas camadas populares, que tentavam ainda se manter pela região central. Um exemplo que pode-se observar essas estratégias para a permanência em determinados espaços é encontrada por Ivonete Pereira¹³⁵, em seu estudo sobre as prostitutas em Florianópolis neste período.

A autora aponta como o discurso médico tornou-se a principal ferramenta dos órgãos públicos para tentar controlar e cercar a movimentação e atuação dessas mulheres pela cidade. Tanto jornais, noticiando “algazarra”, “má conduta” e a “péssima fama” que tais mulheres imprimiam a cidade, quanto médicos, que as associavam a sífilis como a causa principal de propagação da doença, fomentaram campanhas no intuito de dificultar e impossibilitar suas atividades. Contudo, a autora pôde perceber, para além da propagação de tais discursos, que essas mulheres mantinham-se na área central, ainda que constantemente fossem convidadas a se retirar de suas residências.

Segundo Ivonete, nos jornais havia constantemente denúncias da atividade de meretrício, associada a jogos, embriaguez e algazarra, que perturbavam o sossego das “boas famílias”. Para isso, conclamavam as autoridades, para que essas impusessem medidas enérgicas e fizessem cessar tais “estabelecimentos”.¹³⁶ E são nessas mesmas reclamações divulgadas pela imprensa, associados a processos criminais que envolviam prostitutas, que a autora consegue perceber que essas mulheres, ao serem notificadas pelas autoridades, mudavam de endereço, ou iam para casa de amigas, enfim, iam fazendo uso de uma rede de solidariedade que as possibilitava manter-se pela área central da cidade.

¹³⁴ É interessante notar que seu nome não surge vinculado a nenhum dos estabelecimentos comerciais listados no Livro de Impostos Municipais, mesmo possuindo tantos imóveis na área central. Infelizmente os estabelecimentos listados no Livro de Impostos Municipais não traz dados referentes ao número de seus endereços, o que impossibilitou o cruzamento de informações que permitisse observar se algum dos imóveis de Luiz Molteni era alugado para fins comerciais.

¹³⁵ PEREIRA, Ivonete. Op. Cit.

¹³⁶ Idem. P. 118.

A prostituição foi uma preocupação constante nos primeiros anos da República, dada a dificuldade de se estabelecer um posicionamento sobre ela, pois era uma “profissão”, ainda que não regulamentada, tolerada e, nesse sentido, aceita¹³⁷. Para poder controlar as prostitutas e a sua própria rede, o discurso médico tornou-se, em Florianópolis, a ferramenta principal do Estado. Além disso, houve uma preocupação com as “prostitutas em potencial”. O controle desse grupo coube as instituições assistenciais que surgiram no período, voltadas para a disciplinarização de corpos e mentes.

Conforme apontou Griza, uma das características do período com vistas ao controle e a vigilância era extensão da população passível de ser “encarcerada”¹³⁸. São instituídos, assim, o Asilo de Órfãos São Vicente de Paula, em 1910, que abrigaria meninas sem família, ou que se encontrassem “perdidas na vida”, tentando dessa maneira inviabilizar o aumento no número de mulheres que fariam da prostituição sua profissão; e o Asilo de Mendicidade Irmão Joaquim em 1902, que recolheria mendigos, bêbados, pedintes, ou seja, aqueles que transitavam pela cidade e faziam da rua sua moradia. A criação de instituições assistenciais foi um dos instrumentos acionados por estas elites ansiosas em converter a sua imagem tudo aquilo que se diferenciava delas, seja econômica ou culturalmente, visando a transformar estas diferenças numa espécie de público submisso e devoto de seus valores, crenças e normas.¹³⁹

Todavia, nas tentativas para disciplinar comportamentos ficava mais evidente a resistência das camadas populares de compartilhá-los. As políticas públicas, assistenciais e as constantes denúncias na imprensa tiveram bastante dificuldade para estabelecer os novos padrões de comportamento que desejavam para a cidade. A reação exacerbada frente à instalação dos postes de energia elétrica na Praça XV de Novembro¹⁴⁰, a negativa de um carroceiro de adequar-se a nova legislação que o obrigava a possuir um número de matrícula para o exercício de sua atividade¹⁴¹, a briga, no meio da rua, de prostitutas por causa de amores, que perturbou o sono das famílias “de bem” na noite de 31 de março de 1909¹⁴², a assertiva proclamada pelo praça embriagado ao gritar que “era homem muito” para enterrar a faca em

¹³⁷ SCHETTINI, Cristiane. Op. Cit. P. 38.

¹³⁸ Griza, Aínda. Op. Cit.

¹³⁹ KUPKA, Roselane Op. Cit. P. 103.

¹⁴⁰ Processo-crime em que é réu Calistrato Cunha, no ano de 1911. AMTJSC.

¹⁴¹ Inquérito policial. José “da Ponte”, no ano de 1913. AMTJSC.

¹⁴² Processo-crime em que é ré Amália Boava, no ano de 1909. AMTJSC.

seu oponente¹⁴³, e as artimanhas dos “turcos”, no uso de suas redes de solidariedade para livrarem-se da cadeia¹⁴⁴ são algumas das situações que encontramos na contramão daqueles desejos.

Cada um desses episódios só emergiu na cena da cidade a partir da leitura da documentação jurídico-policial. Isso porque a percepção da ação das camadas populares é extremamente prejudicada quando se faz uso de outros tipos de documentação para tentar observá-las. É o caso do estudo desenvolvido por Kupka. Nele a autora estabelece como objetivo exatamente “abrir espaço, em estudos sobre Florianópolis, para sujeitos sociais por muito tempo ausentes”¹⁴⁵, observando que Araújo não teria ultrapassado os discursos de normatização¹⁴⁶. Todavia, ao atentarmos o olhar, transparece na pesquisa empreendida pela autora uma dificuldade que perpassa os demais trabalhos, seja ela: a de conseguir aproximar-se das camadas populares através da documentação existente/escolhida. Por não deixarem vestígios diretos, os autores buscaram dar visibilidade a esse grupo através da documentação dita “oficial”, como seus documentos “institucionais”, que incluem as Mensagens e Relatórios que eram confeccionados para “prestação de contas”, entre o Governador e os órgãos que compunham o governo. Nesse grupo encontramos também os Relatórios da Inspetoria de Higiene e os Ofícios do Chefe de Polícia.

A mudança do olhar sobre a cidade, revelando-a nem tão pacata, nem tão tranqüila, altera também o olhar sobre as relações entre seus indivíduos. Essas relações passam a se estabelecer sob as tensões sociais advindas dos problemas urbanos que ela passa a compartilhar com as demais capitais: concentração urbana, déficit de moradias, mercado de trabalho diversificado e competitivo. Nesse burburinho, homens e mulheres, trabalhadores pobres, sobrevivem a intervenções cotidianas e a ação sobre suas vidas. Esses trabalhadores pobres exigiam do poder estatal, tanto quanto ocorria em cidades “maiores”, medidas de controle e vigilância para a manutenção da ordem dentro do regime recém instituído.

Chalhoub apresenta a releitura sofrida pela expressão *classes perigosas* por parlamentares brasileiros, pouco depois da abolição da escravidão. Estes teriam, segundo Chalhoub, redefinido a expressão, tornando o conceito aplicável para questões iminentes, dadas as

¹⁴³ Processo-crime em que são réus Ernesto Rodrigues Daniel e João Domingos Machado, no ano de 1910. AMTJSC.

¹⁴⁴ Processo-crime em que é réu José Lupertino Pereira, no ano 1901. AMTJSC.

¹⁴⁵ KUPKA, Roselane N. Op. Cit. P. 10.

¹⁴⁶ Idem, P. 13.

consequências que a abolição poderia acarretar. Assim, apropriando-se do conceito, e tornaram-no muito mais abrangente do que a ideia francesa original¹⁴⁷: os indivíduos que poderiam ser alocados naquela categoria ultrapassariam os que faziam uso de meios ilícitos para sobreviverem; a interpretação dos parlamentares conferiu uma correlação entre pobreza e criminalidade sob uma lógica onde “os pobres carregam vícios, os vícios produzem malfeitores, os malfeitores são perigosos à sociedade; juntando os extremos da cadeia, temos a noção de que os pobres são, por definição, perigosos”.¹⁴⁸

Essa maleabilidade adquirida pelo conceito permitiu a suspeição generalizada das camadas populares. A lógica concluía que os trabalhadores urbanos, ainda que trabalhadores, eram detentores de vícios que os tornavam potenciais ameaças sociais. Detectar e vigiar essa população para preservar a ordem era a função das instituições policiais.¹⁴⁹ É possível observar como essas premissas passaram a orientar o olhar que a instituição policial passara a dirigir para os pobres, como no trecho abaixo:

(...) a procura de zelar os grandes interesses da coletividade, garantindo-lhes a paz, a tranqüilidade, a segurança, desenvolve, neste momento, no âmbito de suas atribuições funcionais [da polícia] a campanha a mais obstinada e enérgica contra o jogo em suas múltiplas modalidades – por que os meios honestos convenceram-se, por fim, que o jogo, como já disse algures, citando o conceito de distinto policialista, estímulo fascinador e irresistível às ambições da fortuna, mata o escrúpulo, nivela os caracteres, corrompe o sentimento e educa o espírito na crença de azares e superstições falhazes, as quais imolam até a honra do lar! (...) pais que esquecem que sua grande missão ante os filhos é prepararem-nos, no bem, no justo e no honesto para o dia de amanhã (...)¹⁵⁰

¹⁴⁷ CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril...* P. 20-21.

¹⁴⁸ Idem. P. 22.

¹⁴⁹ Griza identifica, em periódicos voltados para a formação “científica” de policiais, a presença da relação entre classe social do autor e crimes cometidos, com caráter deterministas. GRIZO, Aida. Op. Cit. P. 120.

¹⁵⁰ Processo-crime em que são réus Miguel Bufaraco, Fernando de Barros e Antonio Jesuino Lobo, no ano de 1900. AMTJSC.

O mal avassalador que são os vícios, como o jogo de azar que aparece na citação acima, é alvo de campanhas promovidas pela polícia. Retirado do processo-crime em que é réu Miguel Bufaraco, em 1900, em que é acusado de praticar o jogo do bicho, a fala do Prefeito de Polícia, que toma para a polícia o dever de combater o mal advindo dos jogos, capaz de corromper a sociedade por gerações. Esse discurso é encontrado também na imprensa, com um propagandear constante pela erradicação dessas práticas e comportamentos, principalmente ancorados em discursos de valorização do trabalho e em prol de uma moralização dos costumes.

A descrição acima busca dinamizar o pano de fundo da ação policial que será analisado mais a frente. Dada a cidade, situada entre o desejo de modernizá-la, reformá-la e civilizá-la de alguns, e as práticas e comportamentos condenáveis de outros, a análise da instituição policial e dos indivíduos que a compunham pode apresentar outras maneiras de observar como grupos a princípio oponentes, como as camadas populares e os policiais, estavam enredados no processo vivido pela capital catarinense. Ademais, a relação antagônica muitas vezes se diluí, tornando-se os policiais como componentes, com os populares, de redes que estrategicamente visaram à proteção de ambos.

CAPÍTULO II

Durante o Império, a organização hierárquica da Chefatura de Polícia tinha em seu topo o Chefe de Polícia, nomeado diretamente pelo Presidente da Província. Subordinada a ele, uma estrutura que contava com delegados, subdelegados, carcereiros e os inspetores de quarteirão. No entanto, desde sua criação, em 1827¹⁵¹, até a reforma do Código do Processo Criminal, em 1841¹⁵², o Chefe de Polícia exercia seu cargo sem deter as funções judicantes. A partir da dita reforma ocorreu a “retirada das atribuições policiais que tinham sido da alçada dos juízes de paz e a transferência destas mesmas atribuições para as mãos dos delegados e subdelegados de polícia.”¹⁵³

Em Santa Catarina a Lei de 1841 somente iniciou sua implementação a partir de março de 1843, não sem dificuldades. Nas palavras do presidente da província, Mar. Antero Jozé Ferreira de Brito,

Não poucos benefícios tem já colhido a província da execução desta Lei, principalmente no que pertence à prevenção de delitos, à repressão deles, e da vagabundagem. (...) Mas não podemos por hora fruir todos os bens que de reformas tão salutares devem resultar, porque além de haver ainda carência de cidadãos cabalmente habilitados para bem desempenharem as funções dos diversos empregados criados pela Lei, não tem ela tempo bastante de execução para que estejam tão geralmente conhecidas e entendidas todas as suas disposições, como cumpre principalmente pelas classes menos ilustradas.¹⁵⁴

¹⁵¹ BRASIL. Coleção das Leis do Império do Brasil, 1827. Lei de 15 de outubro de 1827 –Cria em cada uma das freguesias e das capelas curadas um Juiz de Paz e suplente. P. 67. <<http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/Legimp-J.pdf>>

¹⁵² BRAZIL. Lei nº 261, de 3 de dezembro de 1841, que estabelece a reforma do Código do Processo Criminal. Retirado de <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/104058/lei-261-41>>, em janeiro de 2010.

¹⁵³ SILVA, Wellington Barbosa. Op. Cit. p. 200.

¹⁵⁴ Fala que o presidente da Província de Santa Catharina, o Marechal de campo Antero Jozé Ferreira de Brito, dirigiu á Assembléia Legislativa, em 1.º de março de 1843. <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/930/000010.html>>

Dessa maneira, em Santa Catarina, a Repartição policial teve como primeiro a ocupar o cargo de Chefe de Polícia o Dr. Juiz de Direito Severo Amorim do Valle, que o exerceria até 24 de janeiro de 1851. Posteriormente, por decreto nº 1898, de 21 de fevereiro de 1857, foi reorganizada a Repartição policial, criando-se os lugares de 1º Escriutário servindo de secretário, mais dois amanuenses (pois só havia um), sendo um destes externo, e um porteiro servindo de contínuo.¹⁵⁵

Em estudo realizado sobre as especificidades do policiamento da capital catarinense, objetivando a observação da dinâmica dessa estrutura em uma região dita periférica, Thomas Holloway, através da análise dos relatórios apresentados pelos Chefes de Polícia ao Presidente da Província, aponta que, no período estudado por ele (1841-1871) “as pessoas que sentiram todo o peso do poder da polícia foram os escravos, homens livres de cor e outros da base da estrutura de classes.”¹⁵⁶

Essa população seria o foco principal da preocupação para com a ordem urbana, sendo essa preocupação intensificada a partir de 1870, quando mudanças legislativas inauguraram novos cenários no cotidiano e novas possibilidades de ação e negociação para os atores sociais. Nesse sentido, muitas práticas sedimentadas precisaram forçosamente ser revisadas e refundadas, dentre elas a ação policial.¹⁵⁷

Apesar de estar consonante com as mudanças legislativas do país, e de reproduzir internamente a tensão entre os principais grupos afetados pela nova legislação, é comum encontrar produções sobre a capital catarinense que reforçam uma perspectiva de pacatez reinante, devida principalmente à “índole pacífica” do povo, característica que seria reativada e reforçada na República.

Ao sistematizar os dados dos Relatórios do Chefe de Polícia, Holloway apresenta números que reassentariam estas características: segundo o autor, durante o período de 1846 a 1864, a média de detenções, por ano, foi de 169, ritmando o trabalho policial em uma parada a cada dois dias, o que não ocasionaria maiores encargos para o seu exercício. Este trabalho se constituiria em “rondas pelas ruas da

¹⁵⁵ Dados extraídos do Relatório apresentado ao Ilmo. Exmo. Sr. Cor. Dr. Augusto Fausto de Souza, Presidente da Província, pelo Sr. José F. de Mello, Chefe de Polícia, em 28 de junho de 1888. APESC. Segundo orientação da Lei de 1841, art. 8º. “Para o expediente da Polícia, e escrituração dos negócios a seu cargo, poderão ter os Chefes de Polícia das Províncias um até dois Amanuenses, cujos vencimentos, e os dos Carcereiros, serão marcados pelo Governo, e sujeitos à aprovação da Assembléia Geral Legislativa.”

¹⁵⁶ HOLLOWAY, Thomas H. *The Brazilian “Judicial Police”*... p. 748.

¹⁵⁷ A alteridade deveu-se, principalmente, a lei Rio Branco de 1871, largamente conhecida como a “Lei do Ventre Livre”, a partir da qual o Estado passava a se posicionar, em caráter legislativo, na relação antes privativa de senhor/escravo.

cidade, e ações sobre distúrbios, alterações, embriaguez pública e atividades suspeitas ou ilícitas.”¹⁵⁸

Ao mesmo tempo em que identifica uma baixa atividade policial na cidade, o autor aponta que era parte da dinâmica do trabalho a resolução direta de incidentes menores, sem que se efetuassem prisões. Segundo o autor, as relações em Florianópolis se caracterizavam por relações “face-to-face”, dada as proximidades estabelecidas entre os órgãos públicos.

Florianópolis manteve uma sociedade face-a-face, com o Delegado de polícia e os seus homens nos mesmos escritórios que o Chefe de Polícia, este só tinha de atravessar a praça conferenciar com o Juiz de Direito do distrito, com o Presidente da Província, e com os membros da Assembléia Provincial.¹⁵⁹

Se ampliarmos essa característica para as ruas da cidade, podemos cogitar que aqueles os homens responsáveis pela patrulha possuíam interesses e estabeleciam relações com seus pares, e que tal proximidade das relações pudesse favorecer uma gama muito maior de interferências e autonomia na resolução de conflitos. Isso nos leva a considerar que, apesar dos baixos números das ações regulares citadas nos Relatórios, outras contendas vivenciadas nas ruas puderam ter sido finalizadas através de outros caminhos.

Para a fama de pacatez da cidade contribuía o caráter “periférico” da Capital catarinense, apontado principalmente pelas suas características demográficas – com um crescimento tido como irrisório – e econômicas – pois teria uma produção limitada ao abastecimento interno. Inexpressiva, a capital catarinense não apresentaria o burburinho das grandes cidades, com o vai e vem de pessoas, um dos fatores que e poderiam desestabilizar a sua tranquilidade. Porém, as duas premissas citadas não são irretocáveis.¹⁶⁰ Holloway mesmo apresenta cidade possuidora de uma complexa estrutura social, salientando a

¹⁵⁸ HOLLOWAY, Thomas. The Brazilian “Judicial Police” ... p. 740.

¹⁵⁹ Idem. p. 739.

¹⁶⁰ CARDOSO, Paulino de Jesus F. “Em busca de um fantasma: as populações de origem africana em Desterro, Florianópolis, 1860 a 1888.” **PADÊ**: estudos em filosofia, raça, gênero e direitos humanos. UniCEUB, FACJS, Vol.2,N.1/07. O estudo de Cardoso é voltada para a busca da presença negra, principalmente escrava, durante o período Imperial. Sua análise, no entanto, leva necessariamente a um questionamento da imagem construída sobre a cidade, ao seguir pistas que “sugerem a imagem de Desterro e seu porto distinta daquela construída pela interpretação hegemônica vigente na historiografia de Santa Catarina.” p. 23.

presença militar e naval, concentrada no Porto e em uma série de fortes e baterias da costa às entradas para o canal entre a Ilha e o continente¹⁶¹.

O caráter estratégico da posição geográfica de Desterro iria orientar a presença constante de instalações militares, desde os tempos coloniais, haja vista ser sua salvaguarda a garantia da manutenção do domínio marítimo no sul do Brasil. Em *História Militar da Ilha de Santa Catarina*¹⁶², o autor aponta o “Regimento de Linha da Ilha”, também conhecido como “Regimento Barriga-Verde”, como a primeira guarnição estabelecida na Ilha. Organizada em um batalhão de quatro companhias, sendo dois de fuzileiros e dois de artilheiros, era composto pelo contingente militar trazido por Silva Paes¹⁶³ do Rio de Janeiro, e, somado aos locais, eram responsáveis pela defesa do território da Ilha e pela guarnição das fortificações instaladas em pontos estratégicos.¹⁶⁴

Os conflitos entre Portugal e Espanha, sobre as demarcações territoriais do período colonial, colocaram a defesa da Ilha de Santa Catarina no centro das atenções, e para ela foram enviados, durante o século XVIII, tropas para garantirem a posse e defesa territorial.¹⁶⁵ Já no século XIX, e amainadas as disputas entre os países ibéricos, continuaria sendo Desterro local, ora de passagem, ora de estabelecimento de forças militares. O impacto causado por tais deslocamentos não pode ser ignorado, dadas as proporções que por vezes alcançou: é o caso, por exemplo, da chegada, em 1808, da Divisão de Voluntários Reais d’El Rei, composta por 4.000 homens, que se encaminhavam para a fronteira do Rio Grande do Sul. Nesse mesmo período, a população de Desterro era em torno de cinco a seis mil habitantes, o que ocasionaria quase que a duplicação da população. Nesse sentido, seguindo o indicado por Holloway, mesmo que não componham alterações demográficas

¹⁶¹ Holloway P.739.

¹⁶² CALDAS, Mar. Cândido. Op. Cit.

¹⁶³ Brigadeiro Silva Paes: primeiro governador da Capitania de Santa Catarina, 1739, em sua escolha deve ter pesado sua profissão: era oficial de engenharia e ficou responsável pela melhoria das fortificações erigidas em defesa da Capitania. Idem. pp. 30-31.

¹⁶⁴ Com intuito de defender a entrada da Ilha, um estudo realizado orientou a escolha de três pontos, na Baía Norte, para fechar-lhe o acesso. Os três pontos foram: ilhota de Anhatomirim, elevação da Ponta Grossa, e a Ilha de Ratones. As construções iniciaram-se, da primeira em 1939, e das duas outras, em 1740. Já na Baía Sul, erigiu-se uma fortificação, na Ilha de Araçatuba, levantada a partir de 1741. História militar. Posteriormente, construíram-se outros dois Forte, um na Praia de Fora e outro no Estreito entre a Ilha e o Continente, datados de 1763. Idem. pp. 30-32; 35.

¹⁶⁵ Os conflitos com a Espanha só findaram com o tratado ratificado em 1777, que devolveu as terras a Portugal, depois de ter permanecido a Ilha sob domínio espanhol de fevereiro de 1777 a julho de 1778. Idem.

significativas, a característica militar da cidade é fundamental para a compreensão da história social da região.¹⁶⁶

Isso porque o impacto da circulação dessas populações ultrapassava a própria inflação demográfica: além de todas as demandas sociais que gerava – como alimentação e moradia – o caráter militar ocasionaria uma outra gama de decorrências. Um dos aspectos a serem destacados em relação à presença de militares das mais variadas unidades¹⁶⁷ na cidade eram os conflitos que acudiam pelas ruas, desencadeados por questões de pertencimento institucional. Sua condição, muitas vezes desassociados da dinâmica social da cidade na qual se encontram temporariamente, e muitas vezes em um regime diferenciado da população, tornava-os, aos olhares da cidade, indisciplinados e desregrados. Sua presença errante e frequentemente indisciplinada era motivo de reclamações contra o Chefe de Polícia, haja vista que, muitas das vezes, o que se via pelas ruas eram embates entre tais homens e os seus policiais, tanto nas tentativas de manutenção da ordem, quanto em franca disputa pelo domínio do espaço.¹⁶⁸

A necessidade de controle das praças locais, todavia, era permeada por outra questão intrínseca do policiamento: a dificuldade de fazê-las reconhecerem, muitas vezes, a autoridade do Chefe de Polícia, pois estas não faziam parte do quadro de pessoal da Chefatura de Polícia, mais sim de um outro vértice da organização policial: a Força Pública do Estado¹⁶⁹.

Formada em 1835, os homens da Força Pública eram responsáveis pelo policiamento da cidade durante o período imperial.

¹⁶⁶ HOLLOWAY, Thomas. The Brazilian “Judicial Police”... p. 739.

¹⁶⁷ Podemos destacar a presença, durante o Império, da Guarda Nacional, da Força de Linha, além da Armada, dado o porto aqui presente.

¹⁶⁸ Nascimento aponta esse conflito muito marcado, no caso entre marinheiros e policiais. “(...) marinheiros não tinham tanto respeito por policiais e vice-versa. Havia uma grande rivalidade entre eles, por uma série de razões. A começar, é claro, pelas incessantes incursões policiais em torno dos marinheiros. Já tinham que aturar e respeitar o poder dos oficiais e sargentos durante o dia ou semana, e quando estavam em terra, lá vinham os policiais para assumir o lugar de seus comandantes”. Há aqui somente a perspectiva do marinheiro que desce a terra. A polícia possuía, também suas motivações para tornar o marinheiro um inimigo em seu território, assim como se configurariam também os pertencentes a outras instituições militares. NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. “Entre o convés e as ruas: vida de marinheiro e trabalho na Marinha de Guerra (1870-1910)”. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. **Nova história militar brasileira**. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p. 330.

¹⁶⁹ Diversos foram às denominações recebidas pela instituição, tanto no período monárquico quanto republicano: Força Policial, em 1835; Companhia de Polícia, 1854; Força Policial, em 1857; Corpo de polícia, em 1887; Corpo de Segurança, em 1894, Regimento de segurança, 1912; Força Pública, em 1917; novamente Força Policial, em 1936; e, em 1947, Polícia Militar, a qual vive atualmente.

Conforme a solicitação do Chefe de Polícia e a anuência do Comandante da Força, alguns praças eras deslocados para servirem a Repartição policial. Todavia, esse deslocamento ocasionava conflitos entre o praça e seu “novo” superior, pois freqüentemente não reconheciam a autoridade de outro chefe hierárquico sobre si. Estas insubordinações são perceptíveis, principalmente, na documentação produzida pelo Chefe de polícia, como se verá mais adiante.

Podemos apontar as discrepâncias entre as duas instituições a partir mesmo da função que exerciam que as colocavam em áreas de atuação diferenciadas e que, por conta de fatores alheios a elas – freqüentemente apontados como a falta de verba - tornavam necessária uma política de cooperação cotidiana.

Em seu estudo sobre a Força Pública no Estado de Minas Gerais, Cláudia Viscardi aponta a instituição como originária dos corpos da Guarda Municipal Permanente. Segundo a autora,

O Governo Imperial havia tomado a decisão de extinguir todas as forças paramilitares existentes, reduzir o Exército ao mínimo para a criação da Guarda Nacional e das Guardas Municipais Permanentes, as quais deram origem a todas as Forças Públicas Estaduais do país. Assim, foram finalmente extintas as Milícias e Ordenanças com a criação da Guarda Nacional que substituiu os antigos Corpos Auxiliares. Autorizou-se a criação de Guardas Municipais com permanentes voluntários, cabendo aos Governos Provinciais organizá-las, pagando e nomeando seus oficiais.¹⁷⁰ (grifo meu)

Wellington Silva marca a criação das Guardas Municipais Permanentes, datada de 1831¹⁷¹, no contexto de esvaziamento do centro político e de ampliação da esfera privada do poder provincial e municipal, se constituindo, dessa maneira, “num importante instrumento de coerção legítima nas mãos daqueles presidentes (provinciais)”¹⁷² Sua criação visava o assessoramento das atividades dos juizes de paz, que tiveram, até 1841, dentre suas responsabilidades as funções policiais. No

¹⁷⁰ VISCARDI, Cláudia. M. R. “A Força Pública em Minas Gerais.” **LOCUS: Revista de História**, Juiz de Fora, v. 1, n. 1, pp. 41-61, 1995.

¹⁷¹ Os Corpos de Guarda Municipais Voluntários foram criados a partir da autorização dada pela Lei de 10 de outubro de 1831. IMPÉRIO DO BRASIL. **Collecção das leis do Império do Brasil**, Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1831. Disponível em: < <http://www.camara.gov.br> >. Acesso em abril de 2009.

¹⁷² SILVA, Wellington. Op. Cit. pp. 36-37.

rol de suas atribuições estava incluído “a garantia do cumprimento das Posturas Municipais, prisão e interrogatório de delinquentes, feitura do auto de corpo de delito, obrigar ao trabalho indivíduos considerados como vadios, através dos Termos de Bem Viver, entre outras atividades”¹⁷³

Enquanto Viscardi aponta o surgimento das “Forças Públicas” distribuídas pelas províncias como herdeiras diretas das Guardas Municipais, em seu texto comemorativo editado em 1935¹⁷⁴, a Força Pública de Santa Catarina inaugura sua trajetória marcando sua origem em um contraponto àquela instituição. Sua criação, decretada pela Lei Provincial nº 12, de 05 de maio de 1835, foi associada à figura de Feliciano Nunes Pires, considerado patrono da instituição.¹⁷⁵ Segundo o texto,

Dentre os inúmeros benefícios que Feliciano Nunes Pires proporcionou a Província de Santa Catarina, quando presidente, avulta a criação da Força Policial Militar, em substituição a ineficiente Guarda Municipal, oferecendo com ela, aos seus conterrâneos, fiel garantia as leis asseguradoras da ordem e da liberdade, sem as quais, acatadas e protegidas, não se operaria, absolutamente, o progresso da província¹⁷⁶

Ainda seguindo a resenha da obra comemorativa, o Corpo de Guarda Municipal foi descrito como, “(...) pela bisonhice dos elementos heterogêneos de que se compunham, de uma improficiência incontestável”.¹⁷⁷ O Presidente da Província teria tido, como uma de suas “mais acertadas resoluções” a extinção do “heterogêneo e ineficaz Corpo de Guardas Municipais, criando em sua substituição uma Força Policial Militar, disciplinável e composta exclusivamente de cidadãos brasileiros”.¹⁷⁸

Apesar de a substituição ser conclamada como um avanço, muitos eram os problemas que acometeriam a Força Pública durante o Império. Em Relatório apresentado em 1836, um ano após a sua criação, o então Presidente da Província declarava que “o número de praças que

¹⁷³ AL-ALAM, Caiuá Cardoso. O. Cit. p. 78.

¹⁷⁴ **Força Pública...**

¹⁷⁵ Feliciano Nunes Pires era então Presidente da Província. É considerado, hoje, patrono da Polícia Militar de Santa Catarina, que se tem como herdeira histórica da Força Pública.

¹⁷⁶ **Força Pública...** p. 8.

¹⁷⁷ Idem. p. 9.

¹⁷⁸ Idem.

a compõem (a Força) é insuficiente para o serviço que lhe incumbe prestar: todavia não proponho o seu aumento atendendo a escassez das rendas.”¹⁷⁹ A Força era então composta, em seu primeiro efetivo, por 1 Primeiro Comandante, 1 Segundo Comandante, 1 Cabo de Cavalaria, 8 soldados de cavalaria, montados a sua custa, 4 cabos de infantaria, 36 soldados e 1 corneta, num total de 52 homens.¹⁸⁰ Em relação ao comandante, este, em princípio, deveria ser oriundo das classes dos oficiais de 1ª linha do Exército.

Estes homens seriam responsáveis pelo policiamento de toda a Província. No entanto, dado o número reduzido, não conseguiriam cumprir tal tarefa sozinhos. Por conta disso, dividiriam sua incumbência com a Guarda Nacional¹⁸¹, mais uma força a atuar na segurança. A Guarda Nacional era requisitada tanto para cobrir uma região, quando não havia disponibilidade de homens da Força para suprir; como em 1850, quando foi necessária a manutenção de um destacamento em Lages¹⁸²; ou então para compor as suas fileiras, dada a dificuldade de se alcançar o número de efetivos aprovados pela Assembléia Provincial. A utilização de homens da Guarda Nacional no efetivo da Força Pública teria fim em 1871, quanto seus homens foram dispensados pela Força Pública ter atingido seu efetivo completo.¹⁸³

Ainda assim, são constantes as reclamações quanto à insuficiência do número de praças para todas as demandas do território catarinense. Estas incluíam atender as regiões que solicitavam auxílio, manter destacamento em vilas específicas, e ainda atender as necessidades da Capital. Era nesta última que estava sediado o Comando da Força, e de onde partiam os destacamentos conforme a necessidade e ordem do Presidente da Província. Além de abrigar o contingente, era para Desterro que se designava um número fixo de praças, por conta da

¹⁷⁹ Relatório do Presidente da Província de Santa Catarina, Albuquerque Cavalcante, na abertura da 2ª sessão da 1ª Legislatura Provincial em 5 de abril de 1836. Retirado de < <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/923/000004.html>>

¹⁸⁰ **Força Pública...** p. 9.

¹⁸¹ Sobre a Guarda Nacional, ver CASTRO, Jeanne Berrance. **A milícia cidadã: A Guarda Nacional de 1831 a 1850**. 2. ed. São Paulo: Ed.Nacional, 1979.

¹⁸² “Para melhor instrução dos elementos da Força Policial, obteve autorização da Assembléia para abonar pelos cofres públicos vencimentos aos guardas nacionais que julgasse necessários, a fim de manter destacamento em Lages”. **Força Pública...** p. 13. Neste mesmo ano, na Fala, o Presidente da Província, Guarda Nacional contava na Província, com 6.899 homens. Fala que o presidente da província, o Exmo. Sr. Dr. João José Coutinho, dirigiu à Assembléia Legislativa da mesma província, por ocasião da abertura da sua sessão ordinária em 1º de março de 1850. Retirado de <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/937/>, em abril de 2009.

¹⁸³ **Força Pública...** p. 19. O efetivo deste ano havia sido estipulado em 94 homens, podendo o Presidente da Província engajar mais 10 praças, conforme sua avaliação da necessidade.

instalação na cidade dos prédios públicos. Em 1856 o Presidente expunha tal necessidade: “O serviço da Capital, isto é, faxina de presos, rondas noturnas, inspeção do asseio, diligências, guarda do quartel e ordenanças, não pode ser satisfeito por menos de **cinquenta** cabos e soldados”¹⁸⁴ Isso representaria a imobilidade de 40% da Força na Capital naquele ano – que era composta por 120 homens – o que ocasionava freqüentemente, ou a insuficiência de pessoal para atender as necessidades da Capital; ou a disponibilização de um número bem menor de praças para deslocamentos para as demais regiões da Província

No referente à atividade cotidiana, os militares da Força Pública detinham sob sua alçada atividades amplas, como se pode observar na descrição dos seus deveres, presentes no Regulamento interino datado de 12 de maio de 1835:

(...) prender os criminosos em flagrante, dispersar os ajuntamentos de escravos e de quaisquer pessoas que com eles estivessem de mistura, empregando a força se necessária e prendendo os resistentes, acudir os incêndios dando parte deles ao Comandante, guardas e patrulhas que primeiro encontrasse, conduzir os embriagados a lugar que estivessem seguros, até passar a embriaguez e mesmo prende-los, se estivessem em estado de recluir-se deles algum desatino, apalpar de noite e mesmo de dia as pessoas desconhecidas ou suspeitas, prendendo as que encontrassem com armas proibidas ou instrumentos próprios para roubos ou alguma malfetoria e dar parte das infrações que observasse das posturas municipais sobre fatos transitórios.¹⁸⁵

Para o cumprimento desses deveres, como se pode observar, não era necessário “estar de serviço”: era sua função, caso identificasse alguma das situações descritas, dar parte à primeira autoridade instituída. É interessante observar que algumas das atividades descritas acima não se repetirão no Regulamento de 1874. Consoante ao apontado por Holloway, a preocupação com os escravos é bem marcada, mas pode ser estendida a toda a camada popular “que com eles estivessem de

¹⁸⁴ Fala do Presidente da Província Dr. João José Coutinho, dirigido Assembléia Legislativa Provincial, em 1º de março de 1856 < <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/943/000007.html>>. Grifo meu.

¹⁸⁵ **Força pública...** P. 10.

mistura”: a manutenção da ordem pública passa pelo controle dos que ocupam as ruas.¹⁸⁶ O autor identifica, nos relatórios de prisões efetuadas, a presença de padrões de motivações diferentes para prisões de escravos, livres e, além destes, da existência de um “padrão de reincidência” que o autor classifica como “*street people*”: pessoas que freqüentemente eram alvo policial, na maioria das vezes por embriaguez, conforme o boletim da prisão.¹⁸⁷

Em ato de 22 de junho de 1874¹⁸⁸ é emitido o novo regulamento para o Corpo de Polícia. Diferentemente do Regulamento expedido quando da sua instalação, em 1835, este novo não traz em seu corpo textual a descrição das atividades que cabiam aos praças, nem no geral, nem no que se referia a policiamento. Seu foco está na disciplina interna, que perpassa os deveres e as punições, pelas infrações listadas, ou quando do não cumprimento de deveres dentro e fora do quartel. Estar fora do quartel freqüentemente significava ou estar em algum posto de guarda, livre do controle instituído pelos superiores, sendo o momento em que a maioria das praças criava conflitos que lhes resultava punições por dissonância ao comportamento devido; ou quando o praça estava a serviço de outra autoridade que não seus superiores hierárquicos, em serviço denominado ordenança, como os que eram destinados ao Chefe de polícia, ou ao Inspetor de saúde; a ambos eram designados homens para lhes auxiliarem, pois não possuíam quadro próprio para tal. A leitura do Regulamento de 1874 aponta para as tentativas da Força Pública de dar conta do equilíbrio entre as duas autoridades “de polícia” que conviviam na Província.

A divisão de uma mesma atividade – o policiamento – em duas estruturas díspares e autônomas, uma administrativa e outra militar, seria a tônica de muitas críticas, poucas vezes escancaradas, presentes principalmente nos Relatórios dos Chefes de Polícia. Sob a argumentação de que a atividade policial deveria primar pela cooperação e presteza entre ambas as instituições, a dependência de

¹⁸⁶ Holloway coloca no contraponto destes que “ocupam as ruas”, o grupo dos “respeitáveis”, que estavam fora da alçada policial. Segundo o autor, “Pessoas respeitáveis não saem à rua, não frequentam tavernas, não se embebedam, e não lutam em público. Mulheres respeitáveis permanecem isoladas da arena pública, onde ocorrem as atividades da alçada da polícia.” HOLLOWAY, Thomas H. The Brazilian “Judicial Police”... p. 748.

¹⁸⁷ HOLLOWAY, Thomas H. The Brazilian “Judicial Police”... p.746.

¹⁸⁸ Há um regulamento anterior, de 1872. Composto de trinta e três artigos, pode ser entendido como introdutório ao que seria decretado em 1874, pois suas principais modificações, no concernente a engajamento, saúde, obrigações, infrações e punições, seriam expandidas naquele regulamento posterior, mais longo e minucioso (possuía 154 artigos). BASTOS Jr, Edmundo J. **Polícia Militar de Santa Catarina**... p. 24.

homens da Força Pública para poder realizar suas atividades, e a dificuldade de exercer sua autoridade frente às praças, retroalimentava o discurso civil da necessidade da constituição de uma guarda municipalizada.

A tensão existente na relação entre ambas as instituições na capital catarinense não destoava da que ocorria entre as mesmas em outras províncias. Segundo Rosemberg, em São Paulo, a cessão de praças do Corpo Policial Permanente seguia o seguinte formalismo: as autoridades policiais e judiciárias deveriam *requisitar* o auxílio dos policiais junto do comando, nunca ordenar. Este, por sua vez, não poderia declinar o pedido, salvo situação de emergência.¹⁸⁹ O Regulamento de 1874 desenhava a mesma disposição, descrevendo a forma como se deveriam operar as relações entre a Força e as demais instituições. Segundo o art. 147, “As requisições de força serão feitas por escrito, salvo os casos tão urgentes, que não permitam tal formalidade, mas a autoridades, cuja ordem tiver operado a força, dará depois uma declaração por escrito para salvar qualquer responsabilidade.”¹⁹⁰ Na seqüência, o art. 148 explicita a estrutura hierárquica,

O comandante do corpo só receberá ordem do presidente da província; das outras autoridades somente requisições, e estas sobre objeto que não interesse a disciplina, boa ordem, economia e polícia interna dele, será por tudo responsável ao presidente da província.¹⁹¹ (grifo meu)

Neste regulamento observa-se, já em seu artigo primeiro, a demarcação da função policial da Força Pública, pois este era órgão especialmente criado para “auxiliar a justiça, manter a ordem e segurança pública na Província, acudir aos incêndios, sempre que tenha deles conhecimento.”¹⁹²

O Regulamento traz, em seu texto, além da organização da instituição, o “tipo” de homens que desejava o Corpo de Polícia que compusesse as suas fileiras. Segundo o Regulamento, alistar-se-iam “cidadãos brasileiros de 18 a 35 anos de idade, livres de crimes, que forem de boa conduta e que tiverem a necessária robustez.”¹⁹³ Desses, se

¹⁸⁹ ROSEMBERG, André. Op. Cit. p. 58.

¹⁹⁰ REGULAMENTO PARA O CORPO POLICIAL. Ato de 22 de junho de 1874. APESC.

¹⁹¹ Idem. Art. 148.

¹⁹² Idem. Art. 1º.

¹⁹³ Idem. Art. 3º.

prefeririam os que soubessem ler e escrever e solteiros, os que já houvessem servido na Força e os que tivessem servido no exército, nessa ordem.¹⁹⁴ No entanto, tais prerrogativas e preferências acabariam sendo relegadas quanto se tornava mais imperioso do que a composição de um Corpo formado por homens detentores de tais características, a necessidade de que se preenchessem o efetivo completo.

O engajamento impunha condições sobre a vida dos praças. Ficariam atrelados ao Corpo por quatro anos, e somente ao fim deste período poderiam de desvincular; se fosse sua vontade reengajar, careceria de uma avaliação em que constasse que tivesse servido bem. Era necessária autorização para contrair matrimônio, ou para qualquer tipo de afastamento do serviço. A princípio, e pelos meios legais, a única maneira de se desligar da Força era por motivo de saúde ou por incapacidade física que o impedisse de exercer suas atividades, sendo que tal alegação seria averiguada por médicos de uma junta militar. Somente com a verificação destes poderia solicitar a exclusão, que só o Presidente da Província poderia anuir, mas a quem o praça nunca poderia recorrer diretamente.

A vida passava a ter também códigos rígidos. A disciplina vinha sempre associada a medidas punitivas, na tentativa de regar a vida daqueles que representavam a ordem pela cidade. Por conta disso, o Regulamento dedicava-se a discorrer sobre os crimes puníveis e seus correspondentes castigos, os quais deveriam ser de conhecimento do praça, conforme Art. 6º “Para que não possa alegar ignorância e ficar bem interado do cumprimento de seus deveres, serão lidos e explicados ao engajado, antes de prestar o juramento do artigo antecedente, os artigos criminais deste regulamento.”¹⁹⁵

Os crimes listados podem ser divididos em três tipologias: crimes contra a instituição, que no caso seria a deserção e a deserção qualificada; crimes contra seus pares, compreendendo aqui oficiais e praças, que incluiriam injúrias, ameaças e ofensas físicas, homicídios, ou tentativa de homicídio e o furto ou roubo de objetos de seus pares ou da instituição; e, por fim, listados os crimes contra o serviço, que seriam as faltas, empréstimo de armas entre si, embriaguez, desamparo da ronda ou de postos de guarda, desobediência, extravio de fardamento, uso das armas para fins ilícitos, permissão, com ou sem conveniência, da fuga de presos, prestação de informações falsas e indisciplina.

¹⁹⁴ Idem.

¹⁹⁵ Idem. Art. 6º.

A questão disciplinar era central. O aquartelamento, o mínimo espaço para escolhas, a necessidade de autorizações para decisões pessoais e as demarcações hierárquicas sedimentadas que definiam os círculos e os limites da convivência, todas estas perspectivas reforçam o controle sobre os praças. Ainda assim, com seu cotidiano costurado ao da instituição, era tarefa hercúlea disciplinar aqueles homens. A grande maioria das restrições era burlada. Os que eram obrigados a dormir no quartel, mesmo estando de folga – regra válida para as praças solteiras – pulavam os muros que cercavam o Quartel, os que não recebiam autorizações para casarem-se, amasiavam-se, os que eram destacados para longe de seus locais de origem, desertavam, entre outras séries de artifícios e desobediências que desmoralizavam seus superiores e toda a instituição, que, ao menos legalmente, não poderiam mais se utilizar de castigos físicos para punir seus insolentes insubordinado, conforme havia sido estabelecido também naquele ano pela Lei nº 2556, de 25 de setembro.¹⁹⁶ O Regulamento de 1874, decretado poucos meses antes da referida lei não traz nenhum tipo de punição física, provavelmente refletindo discussões já correntes. Apesar de se optar pela ilegitimidade do castigo, é possível observar que abrir mão de tal artifício não foi considerado todas às vezes como a melhor alternativa, como se pode subentender na fala abaixo,

O direito de que se viam cercados os Comandantes da Força, de acordo com o Regulamento, de impor muitas vezes o merecido castigo aos seus comandados, faltosos ao cumprimento do dever, dependendo a implantação de tal disciplina do presidente, deixa-nos antever quão espinhosa era a missão daquele que tinha a responsabilidade da direção e manutenção da ordem em uma corporação em que a disciplina, embora não estivesse inteiramente dependente de sua autoridade, deveria existir em toda sua plenitude, afim de que o soldado policial representasse perante o público em perfeito elemento garantidor da ordem.¹⁹⁷

¹⁹⁶ A citada lei estabelece o modo e as condições do recrutamento para o Exército e para a Armada. Somente seu art. 8º dedica-se a questão dos castigos corporais “Ficam abolidos no exército os castigos corporais, sendo substituídos por outras penas disciplinares, cominadas nas leis e regulamentos”. Lei nº 2556, de 26 de setembro de 1874. Retirado de <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=72568&tipoDocumento=Lei&tipoTexto=PUB>>

¹⁹⁷ **Força Publica...** 23.

Porém, na mesma medida que os praças driblavam os regulamentos, e eram punidos por isso, deve-se questionar se o castigo físico foi simplesmente abolido.¹⁹⁸ Ainda assim, haviam regulamentadas as medidas punitivas, que deveriam ser aplicadas conforme a falta cometida. Quanto às penas, inclui-se: prisão; que poderia ser de dias ou meses, podendo ser combinada com baixa de posto, temporário ou permanente; exercício em esquadra de ensino, limpeza de armamento e limpeza do quartel. Haveria ainda a exclusão, nos casos de deserção, ou no caso da prática de crime grave, como homicídio e tentativa de homicídio, que levaria o praça a ser julgado e punido pela justiça comum.

Quanto às práticas passíveis de punição, estas refletiam as faltas mais frequentes dos componentes da Força e, apesar dos castigos serem seguidos e aplicados, eram incessantes os praças e mesmo o oficialato que nelas incorriam. Por fim, e muitas vezes, as faltas praticadas tiveram de ser toleradas a mais do que o estipulado, dada a necessidade de manter a quantidade necessária de homens apta a realizar os serviços do Corpo. Essas investidas em disciplinar os homens responsáveis pelo policiamento apontam para tentativas de torná-los sensíveis a uma partilha de valores em comum, valores esses que deveriam ser disseminados. De acordo com Rosenberg,

Esperava-se que a rotina militar constante aproximasse, gradualmente, o comportamento dos soldados de um suposto ideal almejado pelas autoridades. Seria o caso, portanto, de crer que a submissão a um cotidiano de exercício e disciplina, em que a supervisão fosse mais rigorosa, tivesse o condão de preparar indivíduos para cumprir as expectativas de um bom policiamento, mesmo que não houvesse nenhum consenso formal do que isso significasse. Esse sentimento geral refletia uma

¹⁹⁸ Em documento avulso, localizado junto dos pertencentes ao mês de setembro de 1895, porém sem identificação precisa de data, recomenda-se a punição de 8 dias de prisão, no Estado-maior do Quartel, ao alferes Enéas, pela acusação que segue: “este fato constitui verdadeira ofensa a lei e a disciplina e praticando-lhe o alferes Enéas exorbitou de suas funções, por que o castigo corporal foi abolido das corporações armadas, e, ao mesmo tempo, esqueceu-se dos deveres que lhe assistem, não atendendo a qualidade do ofendido que no momento representava uma parcela, diminuta embora, da autoridade pública. E não se pode admitir como dirimente do delito o irregular procedimento do mesmo ofendido, porquanto para o caso o Regulamento do Corpo estabelece o devido castigo, não sendo lícito, alias a pessoa alguma, mesmo quanto lhe caiba a função de punir (atribuições que não cabia ao acusado) impor penas que não as expressamente taxadas em lei.” Boletim do Quartel do Comando do Corpo de Segurança, de setembro de 1895. APMSC.

tendência à profissionalização do serviço policial, que deveria ser desincumbido por um grupo especializado, dotado de treinamento e conhecimentos específicos, não compartilhados pelo resto da população.¹⁹⁹

Os desejos de uma polícia exemplar iriam tomar ainda maior corpo com o advento da República. Combater a imperfectibilidade dos praças e construir uma polícia profissionalizada seria o objetivo de ambas as instituições responsáveis pela manutenção da ordem em Santa Catarina. Dada a posição política que possuía dentro do Estado, Desterro, posteriormente Florianópolis, seria o cenário para as tentativas de ensaiar e administrar mudanças nesse sentido.

A solução, apontada pelos Chefes de Polícia, era a instalação de uma guarda municipalizada. Era a *delenda est Cartago*²⁰⁰; conforme registro de um deles; sua, de seus anteriores, e possivelmente de outros que viriam a sucedê-lo, profetizava. Todavia, entre ameaças de extinção, número insuficiente de componentes e/ou carência de recursos financeiros para sua manutenção, a Força Pública seguiu como a instituição responsável pela ordem e segurança do Estado. O advento da República iria encontrar essa mesma estrutura no trato com a população. As questões suscitadas pela mudança no regime não impactaram com maior força a estrutura militar, para além de uma nova mudança de nomenclatura.²⁰¹ O último comandante da Força durante o regime monárquico, Major Policarpo Vieira da Cunha Brasil, voltaria a exercer o cargo na República²⁰².

¹⁹⁹ ROSEMBERG, André. Op. Cit. p. 62

²⁰⁰ Relatório apresentado ao Sr. Secretário do Interior, pelo Sr. Benício N. T. da Cunha Mello, Prefeito de Polícia, em 8 de junho de 1900. APESC.

²⁰¹ A intenção aqui não é tomar por tranqüila a transição do regime. O que apontamos é a permanência dos postos de comando, principalmente nos cargos mais altos da hierarquia, além da continuidade da utilização do órgão como responsável pela ordem e segurança; o que não significa de todo a aceitação imediata do novo regime, ao contrário: a “Rebelião do 25º Batalhão de Infantaria”, ou “Motim de 18 de novembro”, como ficou conhecido, refere-se à sublevação de praças e alguns oficiais, num total de 40 ou 50 soldados, que se postaram, armados, defronte o Quartel em prol da restituição da Monarquia. O caso cima ainda não foi objeto de uma pesquisa mais detalhadas, mas encontra-se citada em CASTRO, Celso. “Revolutas de soldados contra a República”. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. **Nova história militar brasileira**. Rio de Janeiro: FGV, 2004. pp. 302-303; OLIVEIRA, Felipe Carlos de. **A aclamação da República** : imagens do ideário político catarinense. Florianópolis, SC, 2008. Programa de Pós-Graduação em História, UFSC. pp. 67-68.

²⁰² O cargo foi exercido pelo Major Policarpo Vieira da Cunha Brasil no período de 14/10/1885 a 17/11/1889 e de 21/12/1889 -11/1891. **Força Pública...** pp. 31; 56.

Santa Catarina ingressa no período republicano mantendo as duas instituições no controle e manutenção da ordem no Estado: a Secretaria de Polícia – dantes Chefatura de Polícia - e o Corpo de Segurança - nova denominação da Força Pública. No entanto, ambas trilhavam um difícil caminho no que dizia respeito às fronteiras na atuação de cada uma. Menos do que pela delimitação institucional dessas fronteiras, era no cotidiano de suas atividades que emergiam os conflitos que apontavam a tenuidade com que se constituíam os limites entre os dois órgãos na sua prática real.

Secretaria de Polícia e Força Pública estavam intrinsecamente ligadas: eram, de certo modo, servidas pelos mesmos homens: ao Chefe de Polícia era enviado um determinado número de praças, pertencentes ao Corpo de Segurança, que ficavam sob suas ordens para realizarem os serviços da Capital e nas diligências pelo interior do Estado. Nesse grupo não se incluíam as guardas dos prédios públicos, já que estas eram destacadas, diariamente, pelo Comandante da Força. Cabiam aos coordenados pelo Chefe de Polícia as rondas e patrulhas, a segurança da Chefatura de Polícia e da cadeia e o assessoramento nas diligências empreendidas pelos arredores da Capital e interior do Estado.

Essa dinâmica, tolerada durante o Império, e cujas escusas embasavam-se nas limitações financeiras, passa a receber um volume maior de críticas no período republicano e arrefecer os clamores pela instauração de uma Guarda Civil para a Capital. Todavia, como veremos, as discussões se estenderiam e, a despeito de algumas iniciativas, seriam as praças da Força Pública que atuariam pelas ruas. Tornava-se assim, fundamental que o comportamento desses homens correspondesse a sua função de promotores e defensores da ordem urbana; para tal fim, era preciso que, sobre os destoantes, se intensificassem as punições, excluindo de suas fileiras os que eram claramente inaptos para o exercício daquela função.

Em decreto publicado em 1º de junho de 1894, o governador Antonio Moreira César cria o Corpo de Segurança do Estado²⁰³. Este seria, na verdade, a nova nomenclatura da Força Policial. Além da alteração de nome, o decreto deixa subentendido à abolição do Regulamento de 1874, ao determinar que, enquanto não fosse decretada a organização completa da polícia, o Corpo de Segurança seria regido por regulamentos do Exército, “tanto quanto possível”, sendo eles o Regulamento Interno “Ordem do dia nº 214 de 1891” e Regulamento

²⁰³ Decreto 191, de 1º de junho de 1894. “Cria um Corpo de Segurança, da arma de infantaria”. APESC. – Doravante Dec. nº191/1984.

Disciplinar “Ordem do dia nº 1116 de 1875”.²⁰⁴ Estes corresponderiam, respectivamente, ao “Regulamento para o serviço interno dos corpos arregimentados do Exército”,²⁰⁵ e o “Regulamento Disciplinar para o Exército em tempos de paz.”²⁰⁶ Utilizar-se-á, também, do “Regulamento que estabelece o modo e as condições do recrutamento para o Exército e Armada,”²⁰⁷ ao definir que “o alistamento e a baixa serão feitos como no exército”,²⁰⁸

A pesar de corresponder à primeira medida republicana voltada diretamente para a organização do Corpo de Segurança, o decreto é bastante sucinto, trazendo, além da orientação apresentada acima, a disposição do efetivo a partir de então (ver tabela 1), o quadro de vencimentos (ver tabela 2), e uma explanação breve sobre o funcionamento do Corpo, como segue

A nomeação dos oficiais será atribuição do Governador, a aquisição de praças de pret e a promoção delas pertencerá ao Comandante, com as fórmulas seguintes do Exército. O Comandante será um oficial do exercito em comissão por ordem do Ministério de Guerra. Os oficiais serão considerados em comissão e só depois de 6 anos de bons serviços e conduta exemplar, receberão uma patente, que lhes garantirá os mesmos direitos e vantagens que os demais empregados estaduais. O governador poderá tirar um oficial para seu ajudante de ordens e uma ou mais praças para ordenanças (...); os presos de qualquer graduação e qualquer que seja a causa só receberão a etapa durante a prisão. O alistamento e baixa serão feitos como no exército, servindo os voluntários por cinco anos e os engajados por

²⁰⁴ Idem. Art. 3º.

²⁰⁵ Decreto nº 338, de 23 de maio de 1891. “Aprova os Regulamentos para o serviço interno e externo dos corpos arregimentados do Exército”. Disponível em <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=97300&tipoDocumento=D EC&tipoTexto=PUB>>. Doravante Dec. nº 3338/1891.

²⁰⁶ Decreto nº 5.884, de 8 de março de 1875. “Aprova o Regulamento Disciplinar para o Exército em tempo de paz” Disponível em <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=72494&tipoDocumento=D EC&tipoTexto=PUB>> Doravante Dec. nº 5884/1875.

²⁰⁷ Decreto nº 5881, de 27 de fevereiro de 1875. “Aprova o Regulamento que estabelece o modo e as condições do recrutamento para o Exército e Armada”. Disponível em <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=72488&tipoDocumento=D EC&tipoTexto=PUB>>. Doravante Dec. nº 5881/1875.

²⁰⁸ Dec. nº 191/1894.

tempo nunca inferior a dois anos. As praças de má conduta serão expulsas e obrigadas a viverem nas colônias militares. As praças doentes serão tratadas na Santa Casa ou hospitais e perderão o valor da etapa, durante esse tempo. O comandante do Corpo poderá dar licença as praças de boa conduta, para se tratarem em casa de suas famílias e neste caso só tem direito a etapa e metade do soldo. O fardamento será o da tabela junta, sempre fornecido a vencer pelo tempo marcado na mesma tabela. (...) A musica só tocará grátis em festas nacionais, nas retretas ao Governador e um dia da semana na praça municipal. As tocatas particulares serão sempre por contrato marcado em tabela feita pelo comandante e aceita pelo governador. As praças não poderão, por pretexto algum, serem distraídas em serviços particulares. Em marcha por terra as praças vencerão mais 1\$000 por dia e os oficiais 2\$000, calculando-se na razão de 18 quilômetros por dia.²⁰⁹

A exposição de então Governador apressa-se a tocar somente nos pontos em que há uma clara divergência com o exposto nos Regulamentos do Exército, ou quanto o tema não é tratado neles. Assim aponta, por exemplo, que voluntários somente poderão servir por cinco anos, ao contrário do Exército, de seis anos,²¹⁰ aloca os oficiais no quadro dos empregados estaduais, traz dados sobre o fardamento – inspirado abertamente na farda do Exército, mas com algumas particularidades – além de disposições sobre a Banda do Corpo de Segurança, bastante atuante nos primeiros anos republicanos.

O Decreto 191/1894 trazia ainda a nova organização do efetivo do Corpo, que ficava constituído por um Batalhão de Infantaria, dividido em quatro Companhias, composto por de 246 homens em “tempos normais”, podendo ser ampliado para até 419 homens, em “tempos anormais”, conforme segue:

Organização	Em tempos normais	Em épocas anormais
Tenente-coronel comandante	1	1

²⁰⁹ Dec. nº 191/1894.

²¹⁰ Dec. nº 5881/1875. Art. 101.

Major fiscal		1
Capitão		4
Tenente	4	4
Alferes	4	8
Alferes quartel mestre	1	1
Alferes secretário	1	1
Sargento ajudante	1	1
Sargento secretário	1	1
Corneta-mor	1	1
Mestre de música	1	1
Músicos de 1ª classe	12	12
Músicos de 2ª classe	15	15
1ºs sargentos	4	4
2ºs sargentos	4	16
Forrieis	4	4
Cabos	16	32
Anspeçadas	32	64
Soldados	140	240
Cornetas	4	8

Tabela 1 – Organização do Corpo de Segurança. Retirada do Decreto nº 191, Decreto 191, de 1º de junho de 1894. “Cria um Corpo de Segurança, da arma de infantaria”. APESC

Os cinco primeiros postos correspondem ao oficialato, os oito subsequentes correspondem aos postos do oficialato inferior, e os demais são as graduações possíveis entre as praças inferiores – ou subalternos. Os oficiais inferiores são soldados como os praças, mas com status: tem contato direto com os superiores, além de serem poupados de executar determinados trabalhos no quartel.

O ingresso na vida militar dava-se através do assentamento, quando paisano, e do engajamento, quando egresso de outra força militar, um procedimento simples a que não era necessário atender a muitos requisitos: no caso dos voluntários, ter idade mínima de 17 anos – menores de 21 anos deveriam apresentar autorização de pai ou tutor – e máxima de 30 anos; ter a robustez física necessária para o serviço militar e apresentar folha corrida.²¹¹ Estrangeiros também poderiam ingressar, nas mesmas condições dos brasileiros, tendo somente que, ao invés da folha corrida, apresentar documentação do consulado respectivo.²¹² Voluntários assentavam praça, e seu tempo de serviço era

²¹¹ Idem. Art. 65

²¹² Idem. Art. 66.

de cinco anos. No caso de egresso de outras forças militares, a idade era entendida até os 35 anos, e deveriam permanecer engajados por, pelo menos, dois anos.

Antes de ingressarem no Corpo de Segurança, os homens dentro das condições acima deveriam se alistar – procedimento que precedia a convocação, que só ocorreria depois da fixação do contingente – de onde saíam os homens que preencheriam o efetivo decretado anualmente pelo Governador. O Regulamento de 1874 elencava, como características preferenciais dos homens da Força Pública, que fossem solteiros e que soubessem ler escrever. Tais condições, com a nova regulamentação, já não constariam mais.

A impossibilidade de tornarem obrigatório tais critérios deve-se, principalmente, a necessidade de preencher as fileiras, dada a remuneração não muito sedutora, e, também por conta disso, do público que se via impelido a abraçar tal atividade: a pouca exigência de formação anterior tornaria a vida militar uma opção sempre considerada ou para aqueles que não apresentassem profissão, ou ainda para os que, tendo ofício, não o estivessem exercendo.

No referente à ascensão, ainda que possível, era restrita: a própria estrutura limitava numericamente esta possibilidade, além de que, os que cometessem determinadas irregularidades, quando não expulsos, teriam a mudança de posto ou graduação muito distante. Aqui nos interessa, principalmente, a mobilidade entre graduações possíveis para as chamadas praças de pret. Porém, era imprescindível para ascenderem dentro da estrutura militar, ser alfabetizado, o que acabava por excluir uma grande quantidade de praças dessa possibilidade.

Com o decreto nº 191/1894, a seção da cavalaria é extinta, e os vencimentos, como se verá, teriam um aumento considerável. O quadro abaixo apresenta as graduações e vencimentos para em 1894:

Graduações	Vencimentos
Tenente coronel	270\$000
Major	219\$000
Capitão	189\$000
Tenente	159\$000
Alferes	143\$000
Alferes ajudante	153\$000
Alferes q. mestre	153\$000
Alferes secretário	153\$000
Sargento ajudante	84\$000
Sarg. Quartel mestre	84\$000

Sargento secretario	84\$000
Corneta mor	57\$000
Mestre de música	84\$000
Musico de 1ª classe	57\$000
Musico de 2ª classe	54\$000
1ºs sargentos	69\$000
2º sargentos	57\$000
Furriéis	54\$000
Cabos	51\$000
Anspeçadas	49\$000
Soldados	48\$000
Cornetas	48\$000

Tabela 2 – Tabela de vencimentos dos oficiais e praças do Corpo de Segurança. Retirada do Decreto nº 191, Decreto 191, de 1º de junho de 1894. “Cria um Corpo de Segurança, da arma de infantaria”. APESC.

Mesmo que a diferenciação salarial entre das graduações das praças da Companhia possam ser considerada pequena, ela detém uma representatividade quase que simbólica, na mudança de status dentro do grupo. Um furriel, por exemplo, recebe apenas 3\$000 a mais do que o cabo, no entanto, enquanto ao cabo cabem atividades como fazer guarda e patrulhas, fazer rondas das sentinelas, tanto de dia como de noite, administrar todo o serviço da faxina no quartel, o furriel, escolhido entre os cabos de confiança do comandante, é responsável pelo controle e conservação de armamento e utensílios.²¹³

Em relação aos vencimentos, podemos observar seu sensível aumento no período, quando o compararmos com os dados relativos ao ano de 1890²¹⁴, através da Lei nº 1270²¹⁵, que fixava estrutura, efetivo e vencimentos da Força Pública, conforme segue:

²¹³ A descrição das atividades de ambas as graduações encontram-se nos capítulos XV – “Dos Forriéis”, XVI – “Dos Cabos de Esquadras e dos Anspeçadas” e XXVIII – “Da Faxina”. Dec. nº 3338/1891.

²¹⁴ As praças de pret somavam, em 1890, 155 homens, e os oficiais 5 (1 capitão, 1 tenente e 3 alferes) livro da Força Pública 1889. Estes estariam distribuídos pelo Estado sob a seguinte configuração: “Pela mesma Lei [Lei nº 1246, de 26 de outubro de 1889, que solicitava o aumento do efetivo] foi o Corpo dividido em seções, tocando uma seção a cada uma das Comarcas da Província, cabendo a da Capital 44 homens, inclusive o Comandante, o Tenente e inferiores; a de S. José, 14; a de Laguna 18; a de S. Francisco, 18, a de Itajaí, 14; a de S. Miguel, 12; a de Tubarão, 12; a de Lages, 16, e a de Curitibaanos, 12. Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. José Ferreira Mello passou a administração da Província de Santa Catarina ao Dr. Coronel Augusto Fausto de Souza, em 13 de fevereiro de 1889. Disponível em

Art. 1º - A Força policial do Estado para o próximo exercício constará de um Cap. Comandante, um Tenente, três alferes e 155 praças de pret, sendo 4 de Cavalaria e 151 de Infantaria, com os vencimentos mensais seguintes: Cap. Comandante – 120\$000, Tenente – 80\$000, Alferes – 70\$000, 1º Sargento – 36\$000, 2º Sargento – 32\$000, Cabo 30\$000, Soldado de infantaria – 26\$000, Corneta – 27\$000 e Soldado de cavalaria – 38\$000.²¹⁶

Percebe-se que, em um período de quatro anos, todo o quadro recebeu aumento significativo, tanto entre o oficialato, quanto entre os subalternos, além de um distanciamento salarial maior entre os praças – a diferença entre o soldo de um soldado para o de um 1º Sargento, graduação mais alta entre as praças, que era de 38% em 1890, passa para 43% em 1894.

Além do aumento dos vencimentos, dois outros pontos devem ser salientados para o período: primeiro, uma clara ampliação do quadro, tanto dentro do oficialato, superior, quanto entre as graduações das praças de pret, além da abertura do quadro dos oficiais inferiores. O segundo ponto importante foi o aumento do efetivo para o período: em 1890 a Força Pública contava com cinco oficiais e 155 praças; em 1894 contaria com um efetivo de 246 homens, sendo 9 oficiais, 33 oficiais inferiores e 204 praças. Em 1896 esse número passaria para 17 oficiais e 334 praças, dispostos em quatro companhias, sendo uma delas montada.²¹⁷

Vale situar, entretanto, as condições que tornaram possível essas alterações do quadro da instituição. Estas devem ser associadas ao episódio político-militar, denominado Revolução Federalista (1893-1895), da qual Santa Catarina foi um dos palcos²¹⁸. As tentativas de fazer freio ao avanço dos revolucionários foram certamente o estímulo para o aumento, tanto salarial, quanto, seguramente, do efetivo, dado

<<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u944/000022.html>>. Na Capital ficam estabelecidos mais do que o dobro de homens das demais seções.

²¹⁵ Lei estadual nº 1270, de 9 de novembro de 1889. “Fixa a força pública para o exercício de 1900. APESC.

²¹⁶ **Força Pública...** p. 33. A diferença de valores nos vencimentos entre soldado de infantaria e soldado de cavalaria deve-se ao adicional, pago a este último, para a manutenção da montaria.

²¹⁷ Idem. pp. 33-34.

²¹⁸ Ver: PEREIRA, Carlos da Costa. **A revolução federalista de 1893 em Santa Catarina**. Florianópolis: Governo do Estado de Santa Catarina, 1976.

que a maior parte dos homens foi deslocada para a fronteira com o Rio Grande do Sul.²¹⁹

O aumento dos vencimentos e a ampliação do efetivo ocorrido nesse momento certamente tornaram o ingresso no Corpo de Segurança uma opção bastante sedutora para os homens das classes populares, lembrando a flexibilidade das exigências para o assentamento de praça. Os dados referentes ao assentamento e engajamento de praças estão listados nos Boletins, que são relatórios diários de toda movimentação e atividade do Corpo de Segurança, além das Ordens do dia.

No concernente ao ingresso de novas praças, as informações encontram-se dispersas e não seguem um padrão específico, mas apresentam dados constantes, quais sejam: nome, filiação, naturalidade, idade, estado civil, cor de pele, olhos e cabelos, alfabetização, ofício e companhia a qual ficaria lotado, dados como data de ingresso e companhia a que ficaria vinculado correspondem à organização de pessoal feita internamente: seriam essas informações usadas quanto da baixa, ou ainda promoções e contagem de tempo de serviço. Os demais que formavam a ficha seriam extremamente úteis para a captura dos que viessem a desertar.

Por vezes algum dos itens não está listado, em outras alguns dados são incorporados – como a altura, por exemplo – porém estes são os mais constantes. No entanto, a maior dificuldade para uma análise dos engajamentos e das baixas deve-se a lapsos documentais, principalmente nos primeiros anos republicanos: os anos de 1892 1893, por exemplo, não sobreviveram ao tempo e 1891 e 1894 possuem muitas lacunas. Apenas a partir de 1895 os dados passam a ter alguma regularidade, ficando para os turbulentos anos da Revolta Federalista²²⁰ os dados militares bastante comprometidos. Ainda assim, percebe-se que diversos meses apresentam dados faltantes.

Apesar dessas ausências, é interessante de se observar que, nos dados presentes, o Corpo de Segurança é marcado pela diversidade dos que optaram pelo ingresso na vida militar, ainda que como amostra. Em 1895, por exemplo, está registrado o ingresso de 58 praças, sendo 4 engajamentos de ex-praças do exército, e os demais citados como paisanos, em um efetivo de 334 homens estabelecido para aquele ano. Observemos então, dentro dos dados registrados pelo serviço de

²¹⁹ **Força Pública...** p. 35.

²²⁰ As dificuldades acerca de informações provenientes do Corpo de Segurança para o período que compreende a Revolução Federalista é citada no livro da Força: “Deixamos de mencionar os vários combates em que tomou parte, por não haverem dados a respeito, no arquivo da Força”. Idem.

assentamento, o perfil destes ingressantes. Deve-se lembrar, porém, que não é possível determinar se este foi efetivamente o número de ingressantes daquele ano, pois existem páginas dos boletins ilegíveis e datas que não possuem registro, que muito provavelmente se perderam – visto que estes eram diários.

Dos 58 praças engajados em 1895, dois possuem registro incompleto: de José Joaquim dos Santos e Manoel Nascimento, registrados ambos em 08 de julho; destes sabe-se apenas a filiação paterna e, do primeiro, que era natural de Santa Catarina. A situação de ambos deve-se a forma como se deu o assentamento: ainda que incluídos em julho, já haviam sido assentados no mês anterior, em São Joaquim da Costa da Serra. Quando o procedimento assim ocorria, se perdiam dos dados coletados nos registros realizados no quartel, bastando apenas o informe dado pelo oficial da Companhia que registrava o ingresso.

Dos 56 restantes encontramos poucos dados incompletos, o que possibilita traçar um perfil das praças ingressantes daquele ano. No referente à naturalidade, 60% deles são naturais de Santa Catarina, porém a utilização da expressão “desse Estado” impossibilita determinar a origem por região. Na sequência, tem-se o ingresso de oriundos do Rio Grande do Sul – 17%. Quanto à naturalidade, observa-se ainda a presença de nordestinos, que totalizam 10% dos ingressos na Força – 1 baiano, 1 cearense, 2 paraibanos, 1 pernambucano e 1 sergipano²²¹. O engajamento de nordestinos, ainda que não se configurasse como massivo, dava-se em uma constante. Eram muitas vezes egressos de outras forças militares, deslocados por conta do movimento dessas mesmas forças.

Apesar de a legislação limitar o serviço militar até os 30 anos (35 no caso de engajados), naquele ano ingressaram Gabriel Pereira e Antonio Francisco Ferreira, ambos com 39 anos, José Maria Soares e Antonio da Silva Ribeiro, aos 40 anos, Zacarias José da Silva, com 42 anos, e, por fim, Antonio Barbosa da C., aos 44 anos, este último ingressante através da modalidade “substituição”.²²² A abertura existente para o ingresso fora da idade regulamentar seria quando configurado “tempo de guerra”, que permitia a queda das isenções, entre elas “o que

²²¹ Fecham o número de ingressantes dois mineiros e um maranhense.

²²² “De conformidade com o despacho proferido no requerimento do soldado da 4ª Companhia Frederico Enerher Junior, determino a que o mesmo excluído do estado efetivo do Corpo e da 4ª Companhia deixando por seu substituto Antonio B. da C., filho de Eusébio Barbosa (...)” Boletim do Quartel do Comando do Corpo de Segurança, de março 1895. APMSC. Sobre a modalidade de substituição, Dec. nº 5881/1875, artigos 71 e 72.

tiver completado 30 anos.”²²³ É possível que essa tenha sido uma medida utilizada para preenchimento das fileiras durante o conflito com o Rio Grande do Sul.

Acerca das características físicas, alfabetização e ofício, os dados apontam que a Força era massivamente não branca –70 % estão listados como “pardos”, “morenos” ou “pretos” –, analfabeta – 73% declararam não saberem ler e escrever – e “sem ofício” – 71% assim se declararam. Apesar de essas características darem o tom da composição da Força Pública, deve-se estar atento as demais matizes, ainda que em menor escala. Brancos e letrados também ingressaram naquele ano: cerca de 30% dos homens engajados em 1895. E, entre os que declaram ofício, encontram-se: 1 pintor, 1 sapateiro, 1 alfaiate, 1 encadernador, 1 tipógrafo, 1 ferreiro, 3 pedreiros e 6 carpinteiros. Estes se configurariam entre os potenciais “merecedores” de elevação de posto ou graduação.

As características apresentados pelos ingressantes no Corpo de Segurança no ano de 1895 reiteram a observação de que a opção pela vida militar estava muitas vezes ligada à falta de possibilidades, seja por uma determinante de cor, ou de formação, no caso da alfabetização ou da falta de um ofício. A opção pela carreira militar, por não possuir muitos critérios restritivos, era uma alternativa para homens das classes populares: além de garantir um ganho fixo, havia ainda à possibilidade de ascensão, que agregaria status e melhoria no ganho.

A ascensão era procedimento determinado pelo oficial comandante da companhia. Este indicava ao Comandante Geral os nomes possíveis para a migração de posto. Tais nomeações eram normalmente aceitas sem questionamentos, avalizando o conhecimento de cada oficial de seu grupo de homens. Tal procedimento aponta ainda a necessidade de se estabelecer um bom relacionamento com os superiores, pois seria somente este o caminho para a mudança dentro da instituição, para aqueles que conferiam estar habilitados para tal.

No boletim de 16 de fevereiro de 1895 pode-se observar a dinâmica da ascensão, conforme dito acima. Com o subtítulo de “Promoção” discorre-se a mudança de graduação de alguns dos praças, conforme segue:

Aproveitando as propostas apresentadas pelo cidadão Capitão da 3ª e 4ª companhias promovo nesta data a furriel o cabo de Esquadra nº 11 Jeronemo José Lopes, para a 4ª companhia a

²²³ Dec. nº 5881/1875, art. 3º, § 11.

anspeçadas os soldados da mesma nº 23 Antonio Francisco dos Santos, nº 24 Antonio Francisco de Souza, nº 28 Paulo Joaquim da Silva, nº 34 Jacintho Sebastião Paiva e nº 36 Bernardino Manoel Gonçalves.²²⁴

No dia seguinte, nova leva de promoções se seguiu:

Aprovando proposta apresentada pelo cidadão capitão comandante da 1ª Cia e Tenente comandante interino a 2ª Cia promove nesta data anspeçada a 2ª Companhia os soldados da mesma nº 21 Francisco Antonio Rodrigues, nº 22 Estanislau Jacintho de Aguiar, nº 23 Herculano Fermino da Silva, nº 61 Miguel de Souza Lima, nº 66 Antonio Rocha. Nº 67 Candido Antonio da Silva a Cabo de Esquadra para a 2ª Companhia e a Anspeçada da 4ª Paulo Joaquim da Silva.²²⁵

Apesar de seqüentes, estas seriam as únicas promoções ocorridas naquele ano. Nos anos seguintes a mudança de posto passaria a ser muito mais localizada, não voltando a ocorrer como se apresenta acima. Ainda que configurassem uma mudança de status dentro da corporação, tais alterações não minimizam as cobranças a que estariam sujeitos seus merecedores, que, muitas vezes, eram punidos por praticarem afrontas a ordem e a disciplina tal quais os soldados das companhias de que eram oriundos.

Antonio Rocha, citado acima, assentou praça em 21 de janeiro de 1895. Sergipano, contava então com 29 anos. Declarou-se analfabeto, solteiro e sem ofício. Foi caracterizado como “branco”, e, sendo paisano, serviria por 5 anos sob o nº 66 na 1ª Companhia. Menos de um mês depois, era promovido a anspeçada lotado na 4ª companhia, passando a perceber a quantia de 58\$220, ao invés dos 56\$400 determinado aos soldados. Além disso, Antonio Rocha passa a atuar em diligências para o interior, denotando apresentar, desse modo, um grau de confiabilidade de seus superiores. Em 20 de março de 1896, registra-se seu regresso de diligencia no interior do Estado, e, em 30 de maio, nova partida para o interior. Em 26 de junho, seguiria em diligencia para a Vila de Araranguá, sob ordens do 2º sargento Francisco Roy de D. Espíndola, acompanhando um preso civil. Antonio Rocha retorna aos

²²⁴ Boletim do Quartel do Comando do Corpo de Segurança, de 16 de fevereiro de 1895. APMSC.

²²⁵ Boletim do Quartel do Comando do Corpo de Segurança, de 17 de fevereiro de 1895. APMSC.

registros em oito de outubro daquele ano, em citação menos apreciativa: o boletim mandava executar contra ele ordem de prisão no xadrez, por oito dias, sob acusação de “ter respondido grosseiramente a seu superior e maltratado sua mulher neste quartel”.²²⁶

A mudança de posto pode ser considerada a moeda de troca da instituição para com seus comandados. A ela estavam destinados aqueles que atendessem os princípios de moralidade e comportamento desejáveis para os componentes do Corpo. No entanto, era a inexistência desses princípios que muitas vezes embasava as reclamações dos superiores, associada à falta de critérios mais rígidos para o ingresso em suas fileiras – a tal flexibilidade de acesso seria um dos pontos responsáveis pela constituição de um Corpo pouco afeito as rígidas regras internas da instituição.

Aqueles a que a ascensão dentro da carreira militar não era uma opção – caso dos que declararam não saber ler nem escrever – ainda assim a opção pelo ingresso em uma instituição militar respondia a sua condição social. Ao analisar o perfil dos praças que compunham o Corpo Policial Permanente – CCP em São Paulo, Rosenberg identifica, entre os que optavam por comporem o Corpo, duas características comuns a maioria dos ingressantes: conviverem com a instabilidade inerente a pobreza e a escolha em ser policial, dentro do espectro restrito de possibilidades que sua colocação social permitia.²²⁷

Se lembrarmos de que, naquele ano de 1895, mais de 71% dos que se voluntariam declaram-se sem ofício, ou pelo menos sem um ofício digno de nota, podemos pensar que estes homens viviam necessariamente em uma situação de instabilidade por não exercerem uma profissão definida, nem possuírem uma renda garantida. Soma-se a essa condição o fato de 70% daqueles homens serem não-brancos, o que nos leva ao ingresso no Corpo de Segurança como uma das poucas opções possíveis para homens negros, pardos e morenos pobres. Não se deve perder de vista que a abolição da escravidão era ato recente, contando com apenas sete anos de vigência. Apesar de não ser possível responder, é válido perguntar quantos ex-escravos ou seus descendentes diretos viram no uso da farda como a melhor opção de vida naquele momento.

Apesar de apresentar-se como uma saída possível, a opção pela vida militar transformava o cotidiano daqueles que por ela optavam. Os praças do Corpo de Segurança eram em sua maioria aquartelados; a

²²⁶ Boletim do Quartel do Comando do Corpo de Segurança, de 8 de outubro 1896. APMSC.

²²⁷ ROSENBERG, André. Op. Cit. p.100.

poucos era dado direito de habitarem fora do quartel. Diversas atitudes que correspondiam a decisões individuais ficavam então ao encargo da instituição: para realizar viagens, casamentos e até mesmo para tratar-se de uma moléstia em casa era necessário a autorização do comando sob forma de uma licença.

Ausentar-se do quartel sem a devida licença era punida com prisão. Foi o que ocorreu com o soldado da 2ª companhia Marcelino Manoel que, ao sair sem a permissão oficial, incorreu em transgressão prevista no Regulamento disciplinar, conforme art. 5º, § 23 “ausentar-se sem licença, mas não por tempo que constitua deserção.”²²⁸ A “fugida” de Marcelino lhe acarretou 10 dias de prisão em célula.²²⁹

O ansejada da 2ª Companhia, Antonio Pereira dos Santos obteve resposta positiva a sua requisição para tratar-se na casa de sua família²³⁰ A permissão indica que Antonio era considerado “praça de boa conduta”, pois somente assim tal medida era permitida, conforme o decreto nº 191/1894.²³¹ Porém, a opção de Antonio lhe acarretaria a perda de metade do soldo. Os praças doentes, conforme orientação do mesmo decreto, deveriam ser “tratadas na Santa Casa ou hospitais e perderão o valor da etapa, durante esse tempo”.²³² Na Capital, eram encaminhados para o Hospital de Caridade, sendo o tratamento fornecido à custa do Estado.

Quando decidiu casar-se com Anna Correia Vieira, o 2º Sargento Francisco Rey de D. Espíndola encaminhou um requerimento ao Comando do Corpo, que anuiu o seu pedido.²³³ Não teve a mesma sorte, todavia, o soldado da 2ª companhia Candido Francisco de Souza. Tendo encaminha também requerimento com intuito de casar-se com Florinda Maria de Jesus, teve seu pedido indeferido, sob a seguinte alegação: “informação dada pelo comandante de sua companhia: constando em seu assentamento de praça ser casado, precisa de certidões de óbito de sua mulher para que este comando tenha ciência em vista de documento ser o suplicante viúvo.”²³⁴ Frente à possibilidade de deparar-se com tal empecilho, antecipou-se o 2º Sargento Carlos Augusto Caminha,

²²⁸ Dec. nº 5884/1875. Art. 5º, § 23

²²⁹ Boletim do Quartel do Comando do Corpo de Segurança, de 3 de junho de 1898. APMSC.

²³⁰ Boletim do Quartel do Comando do Corpo de Segurança, de 7 de fevereiro de 1897. APMSC.

²³¹ Dec. nº 191/1894.

²³² Idem.

²³³ Boletim do Quartel do Comando do Corpo de Segurança, de 20 de março de 1897. APMSC.

²³⁴ Boletim do Quartel do Comando do Corpo de Segurança, de 19 de maio de 1896. APMSC.

apresentando certidão de óbito de sua primeira mulher, sendo-lhe concedida licença para casar-se com d. Ernestina Moraes dos Passos.²³⁵

O controle sobre a vida pessoal dos praças não impedia, por outro lado, que estes escapassem da vigilância imposta sobre eles, aparecendo muitas vezes a figura do praça “amasiado”, ou seja, estabelecendo laços fora do rito “oficial”. É o caso de João de Almeida, cabo do Corpo de Segurança que se vê enredado em sérios problemas em relação ao posto que ocupa ao ser o alvo em uma disputa violenta entre duas mulheres.²³⁶

Para tentar condicionar comportamentos taxados como desviantes da conduta que se primava, eram impostas as praças uma constante vigilância e um sistema de punições gradativas, que passava por advertência, multa, repreensão, impedimento, desconto do soldo, rebaixamento, prisão e exclusão.²³⁷ Mais do que observar a eficácia – ou não – desses mecanismos, as punições nos permitem observar as dificuldades, ou mesmo a negação, daqueles homens em se adequarem ao padrão que para eles se impunha. Isso fica claro pelos tipos de transgressões que estes cometiam, muitas vezes repetidamente - como o cabo de esquadra Manoel Belmiro P. dos Santos, rebaixado definitivamente do posto e preso por oito dias, “pela reincidência em escalar o muro do quartel depois do toque de recolher do silêncio e ausentar-se do mesmo”.²³⁸

Podemos dispor estas faltas em dois grandes grupos, onde o primeiro corresponderia aos agravos cometidos contra a instituição e/ou seus superiores; e o segundo enquadraria os “desvios comportamentais” praticados. Ainda que a manutenção da disciplina e o respeito à hierarquia seja ponto chave dentro da lógica da instituição, é no segundo dos grupos de infrações que mais incorrem as praças: são constantes as prisões disciplinares pelo não condicionamento dos seus hábitos, como ocorre no caso acima, protagonizado por Manoel Belmiro.

A rotina militar é regrada por procedimentos rígidos, que objetivam fortalecer a disciplina e obediência de seus pertencentes. A passagem da tropa em revista é um desses procedimentos, que deve ser seguida a risca tanto pelas praças quanto pelos oficiais por ela

²³⁵ Boletim do Quartel do Comando do Corpo de Segurança, de 7 de fevereiro de 1897.APMSC.

²³⁶ Processo-crime em que é ré Amália Boava, no ano de 1909. AMTJSC.

²³⁷ Constata-se divergências entre as punições listadas no Dec. nº 5884/1875 e as encontradas nos Boletins. No decreto observa-se, por exemplo, as modalidades de prisão e de detenção, e nos Boletins somente a última, independente da duração da punição. A documentação não esclarece de que maneira ocorre essa variação.

²³⁸ Boletim do Quartel do Comando do Corpo de Segurança, de 13 de maio de 1895. APMSC.

responsáveis. No entanto, por diversas vezes, tanto soldados, quanto oficiais inferiores, foram punidos por não cumpri-las.

O cotidiano militar dentro do quartel era marcado pelo procedimento da revista. Esta ocorria em três momentos fixos do dia, denominadas “de seis horas da manhã, do meio-dia, de recolher,”²³⁹ além das ditas “incertas” a critério do comando. O procedimento é assim descrito: no caso da revista ao meio-dia, 15 minutos antes o corneta de prontidão toca a chamada geral, após esse toque, os sargenteantes formam as praças dentro de suas respectivas companhias. Efetua-se o toque de meio-dia e um oficial do Estado-maior efetua a revista e manda tocar o debandar. A revista das seis horas da manhã segue o mesmo padrão. Já o toque de recolher é seguido pelo fechamento dos portões, a chamada pela escala do serviço, que será comparada pelo sargenteante com as praças que pernoitarão no quartel, a fim de observar as que não se apresentaram no quartel.²⁴⁰

A revista é um procedimento de controle bastante eficaz no que tange a identificar aqueles que, principalmente à noite, estão fora do cumprimento de seus deveres. Ainda que acarretasse em uma punição certa²⁴¹, não se apresentar ao som da corneta é infração freqüente. Em 20 de janeiro de 1896, o soldado Manoel Henrique Oliveira foi punido com impedimento de 24 horas por ter faltado à revista do recolher. No dia 3 de fevereiro daquele mesmo ano, o 1º sargento da 2ª companhia Juvino da Costa Dutra sofreu punição de prisão por 4 dias no corpo da guarda por não haver passado a revista, e, tendo sido solto no dia 7 de fevereiro, novamente dia 26 do mesmo mês determinou-se que ficaria preso por 24 horas “por deixar de passar revista em sua companhia às 6 horas da manhã” O mesmo boletim determinava ainda a prisão, por 48 horas, do o 2º sargento da 1ª Cia. Carlos Augusto Conceição “por ter faltado a revista do recolher e das 6 horas da manhã”.²⁴² A falta de apreço tanto de oficiais inferiores quanto de soldados para com aquele procedimento de rotina era criticada pelo comando. Em 4 de agosto de 1896 o boletim trazia explicitamente a orientação para a tropa: “Haverá amanhã as 4 horas da tarde revista neste Corpo, em ordem de marcha, recomenda-se o maior asseio e sem faltar praça algum”.

²³⁹ Dec. n.º 3338/1891. Cap. XXII – “Revista das seis horas da manhã, do meio-dia, de recolher e incertas”

²⁴⁰ Idem.

²⁴¹ Dec. n.º 5884 1875. Art. 5º § 26 – “Estar fora do quartel ao toque de recolher sem ser em serviço, ou sem licença especial”.

²⁴² Boletins do Quartel do Comando do Corpo de Segurança, conforme a ordem em que foram citados: 26 de janeiro, 3 de fevereiro, 7 de fevereiro, 26 de fevereiro, todas as ocorrências em 1896.

Tais recomendações, entretanto, eram constantemente ignoradas pela soldadesca, que freqüentemente era punida por não apresentarem-se quando devido. Em 5 de julho de 1897 o cabo de esquadra Ernesto Vieira, o soldado Pedro Moreira Lima e os corneteiros Marcelino Roza Oliveira ficaram impedidos por 4 dias por terem faltado à revista de recolher. Já José Gomes Machado, em 4 de outubro de 1899, foi punido com prisão por 2 dias por ter cometido a mesma infração. As diferenças de punição – impedimento e prisão – ocorrem quando o praça castigado apresenta em seu histórico reincidência, considerada circunstância agravante da transgressão.

Outra formalidade descumprida que gerava punições era a prestação de continências, como ocorreu com o soldado Manoel Fontes: “por deixar de fazer as devidas continências ao cidadão Tenente-Coronel Comandante ontem quando passavam em frente à guarda da Cadeia”, ficou preso por 2 dias no corpo de Guarda.²⁴³

No boletim de 25 de setembro de 1896 segue a orientação acerca de tal procedimento, onde “declara-se que todas as praças deverão fazer continência aos oficiais inferiores desta guarnição, sendo rigorosamente castigado aquele que isto deixar de cumprir”.²⁴⁴ Apesar de tal declaração, as praças seguidamente incorriam em tal delito. Em 1899 é publicada uma “Tabela de Continência”²⁴⁵, que discorria detalhadamente a formalidade, como se pode observar em seu art. 1º, § 22, que determinava que

A praça de pret desarmada fará continência durante o tempo em que falar com oficial, levando a mão direita a tocar com a primeira falange do dedo indicador a extremidade da pala do boné, quepe ou gorro, acima do olho direito, tendo a mão aberta, com a palma para frente e os dedos unidos.²⁴⁶

Além dos oficiais, a tabela regularizava os padrões de continência para chefes de Estado, secretários e prefeito de polícia, além de autoridades e oficiais de outras instituições militares, hierarquizando e diferenciando cada maneira e disposição, uso de armas e tipos de

²⁴³ Boletim do Quartel do Comando do Corpo de Segurança, de 3 de janeiro de 1895. APMSC.

²⁴⁴ Boletim do Quartel do Comando do Corpo de Segurança, de 25 de setembro de 1896. APMSC.

²⁴⁵ “O cidadão Tenente-coronel do Estado maior publica para conhecimento do Corpo e devida execução a Tabela de Continência, que baixa com o decreto nº 389, de 18 de março de 1899”. Boletim do Quartel do Comando do Corpo de Segurança, de 7 de julho de 1899. APMSC.

²⁴⁶ Idem..

formação para cada caso. Apesar disso, as praças seguem infringindo tal determinação, como no caso do músico Ernesto Francisco da Silva, que ficou preso por 3 dias por não ter feito a devida continência ao Secretário de Estado.²⁴⁷

Outra falta cometida pelas praças a que se punia rigorosamente era a venda de pertences, ainda que de uso pessoal, da corporação. A opção pela negociação de fardamento, ou até de armamento, pode ser vista como um meio de aumentar a renda, ainda que sob risco iminente de prisão.²⁴⁸ Em boletim de 10 de junho de 1896 é publicado um aviso para praças.

Previne-se as praças deste Corpo que não podem trocar ou vender qualquer peça de seus uniformes e aquela que isto fizer será rigorosamente castigada; dando este comando 4 dias de dispensa do serviço a praça que sabendo de qualquer venda de fardamento e denunciar o vendedor ou o comprador.²⁴⁹

Sabendo-se que a prática já constava como transgressão no Regimento disciplinar, a necessidade reforçar a informação supõe-se decorrer da prática estar se tornando alastrada entre as praças. O cabo da 4ª companhia José Francisco de Paula foi unido com impedimento, até segunda ordem, por ter tentado vender seu capote no mercado da cidade²⁵⁰ O cabo da 4ª companhia Antonio Paulo Mello por ter subtraído 2 pares de botinas dos soldados da 2ª companhia, V. Luz de França e Estanislau L. Carvalho, sendo punido com rebaixamento do posto por 60 dias e preso no xadrez por 15 dias, além de ter que fazer guarda a meio dia de folga. Além disso, foram entregues novos pares de botinas aos praças prejudicados, as quais deveriam ser descontadas seus vencimentos do referido Cabo.²⁵¹ O ansepeçada Fernando Braga, tendo

²⁴⁷ Boletim do Quartel do Comando do Corpo de Segurança, de 4 de outubro de 1899. APMSC.

²⁴⁸ Dec. nº 5884 1875. Art. 5º § 16. “Não ter cuidado em suas armas, uniforme, cavalo, e em tudo que lhe pertencer, ou negligentemente o arruinar ou estragar”. Em 1911, ao ser acusado do roubo de uma caixa de velas de sebo do armazém do Sr. Osvaldo Lobo Habenbecke[?], Cincinato Ignácio Mendes, 46 anos, casado, natural de Niterói, músico do Corpo e Segurança, quando perguntado sobre o motivo do roubo, respondeu que “tem uma numerosa família e que seus vencimentos é pouco [sic] e como não querem dar mais velas, razão por que ele [sic] viu-se necessitado a praticar semelhante coisa” Inquérito policial – Cincinato Ignácio Mendes, no ano de 1911. AMTJSC.

²⁴⁹ Boletim do Quartel do Comando do Corpo de Segurança, de 10 de junho de 1896. APMSC.

²⁵⁰ Boletim do Quartel do Comando do Corpo de Segurança, de 17 de setembro de 1897. APMSC.

²⁵¹ Boletim do Quartel do Comando do Corpo de Segurança, de 17 de fevereiro de 1898. APMSC.

recebido da arrecadação geral um par de botinas, autorizou que seu fornecedor, anseçada Adolpho Deoclesiano Gomes, que realizasse venda da mesma. Ambos foram punidos com prisão de 8 dias, o primeiro pela venda, o segundo “por ter se prestado a vendê-la, sabendo que é proibido.”²⁵²

Das infrações acima citadas, pode-se dizer que estas não correspondiam ao maior dos problemas entre a corporação e seus homens. Mais grave que a falta ao toque de recolher ou a venda de botinas eram as freqüentes afrontas aos graus de hierarquia com a qual os comandantes tinham que lidar, passando desde o descumprimento de ordens diretas, falta de respeito, chegando até mesmo às vias de fato, inclusive dentro do quartel.

Em 28 de julho de 1896, o cabo corneta da 3ª comp. Thomaz Fernandes de Almeida Castro recebeu punição de impedimento por “não querer fazer o serviço que lhe foi escalado e andar com desordens nas ruas da cidade.”²⁵³ Em novembro daquele mesmo ano, determinou-se que seria preso por dez dias e rebaixado definitivamente do posto, pois teria se apresentado, durante a parada da guarda, “em completo estado de relaxamento fora do uniforme do dia, falta esta que comete diariamente”²⁵⁴. A punição de rebaixamento, ou seja, a destituição da promoção alcançada, era utilizada com freqüência em caráter temporário. O rigor do rebaixamento definitivo dava-se, principalmente, na perda do status dentro da corporação, pois realocava aquele que o sofria novamente no grupo dos soldados rasos. Thomaz reaparece nos boletins em 27 de outubro de 1897, já na condição de soldado, agora a 1ª Companhia, sendo solto, por conclusão de um outro castigo que lhe fora imposto²⁵⁵. Apesar de não haver dados acerca da falta cometida, sabe-se que seu comportamento seguia passando ao largo do que deveria apresentar.

Os boletins da Força trazem, assim como Thomaz, diversos outros que, tendo ingressado na Força, ficavam aquém do que desejavam seus comandantes. Theodoro Reinaldo de Mesquita assentou praça em 12 de agosto de 1897, aos 24 anos. Natural do estado de São Paulo, branco, declarou saber ler e escrever, ser solteiro e não possuir

²⁵² Idem.

²⁵³ Boletim do Quartel do Comando do Corpo de Segurança, de 28 de julho de 1896. APMSC.

²⁵⁴ Boletim do Quartel do Comando do Corpo de Segurança, de 26 de novembro de 1896. APMSC.

²⁵⁵ Boletim do Quartel do Comando do Corpo de Segurança, de 27 de outubro de 1897. APMSC.

ofício. Foi incluído na 3ª companhia.²⁵⁶ Poucos meses depois, em outubro, já sofria punição: oito dias preso no Corpo da Guarda, por responder insubordinadamente a seu comandante de companhia.²⁵⁷ Segundo o regimento disciplinar, Theodoro havia incorrido no art. 5º, § 11 “esquecer-se do respeito devido ao seu superior, responder-lhe com menos atenção, quer por escrito, quer verbalmente.”²⁵⁸

Apesar da afronta aparece, no mês seguinte, na condição de 1º sargento da 1ª Companhia. No entanto, sua promoção surge na documentação através de uma repreensão que ele deveria sofrer no círculo dos inferiores²⁵⁹, por “achar-se ontem no Teatro Álvaro de Carvalho, sentado com um músico d’este Corpo e em palestra com o músico, mostrando assim falta de disciplina e desconhecer o lugar que ocupa na qualidade de oficial inferior, do mesmo.”²⁶⁰ Theodoro é punido por não estabelecer a distância que deveria haver entre oficiais, ainda que inferiores, com os componentes das demais companhias, muito possivelmente por se entender dentro dela.

As relações estabelecidas dentro do quartel entre as praças de pret deveriam ser reinventada por aqueles que fossem premiados por mudanças de posto ou graduação; dado que o equilíbrio da Corporação tem por base primeira o respeito pelo princípio hierárquico. Em 3 de outubro do ano seguinte, o boletim registraria a quarta falta ao quartel consecutiva do sargento Theodoro²⁶¹ e, no dia 10 daquele mês, oficializava sua exclusão do efetivo, “por ter sido classificado réu de 1ª deserção simples pelo conselho de disciplina”²⁶². Sua estada pelo Corpo

²⁵⁶ Boletim do Quartel do Comando do Corpo de Segurança, de 12 de agosto de 1897. APMSC.

²⁵⁷ Boletim do Quartel do Comando do Corpo de Segurança, de 26 de outubro de 1897. APMSC.

²⁵⁸ Dec. nº 5884 1875. Art. 5º, § 11.

²⁵⁹ Dec. nº 5884 1875. Art. 9º, § 3º. “No círculo de todos os Oficiais, ou no de todos os cadetes, ou particulares, se o culpado pertencer a estas duas últimas classes”.

²⁶⁰ Boletim do Quartel do Comando do Corpo de Segurança, de 22 de novembro de 1897. APMSC.

²⁶¹ Boletim do Quartel do Comando do Corpo de Segurança, de 3 de outubro de 1898. APMSC.

²⁶² O Conselho de Disciplina tem por função verificar o mau procedimento e inaptidão dos oficiais inferiores e a incorrigibilidade das demais praças de pret, manifestando opinião ao comandante a respeito de qualquer falta cometida no corpo e indicando o castigo. Será formado pelo Major do corpo – ou pelo oficial mais graduado na ausência deste – como presidente, e dos quatro oficiais mais graduados ou mais antigos, excetuando o comandante da companhia a que pertencer o indivíduo de que estiver tratando o conselho. O procedimento transcorria como o seguinte exemplo: em 24 de abril de 1895, a Ordem do dia nº 26 determinava que: “Em vista da parte dada pelo cidadão Alferes Comandante interino da 1ª Companhia contra o 2º sargento da mesma Valdemiro Bonifácio do Livramento, determino que seja o mesmo sargento submetido a Conselho de Disciplina, visto o Art. 36, 2º do regulamento da disciplina.” O parágrafo 2º determinava como alçada do Conselho de disciplina “Verificar o mau

de segurança, que deveria durar cinco anos, resumiu-se há 14 meses. Não é possível precisar as motivações para o abandono, apesar de estar traçando dentro da corporação o caminho de ascensão ansiado por outros. Além do que, as possibilidades de Theodoro eram bem maiores que da grande maioria dos ingressantes, pois era branco e letrado. A despeito disso, não se condicionou aos padrões de disciplina, ao afrontar seu superior, enquanto ainda soldado, e não tomar “postura de oficial”, quando com a insígnia foi contemplado.

A acusação de insubordinação, sempre punida com prisão, ocorre com frequência nos boletins. É o caso do corneteiro Godofredo de Almeida, que também foi punido, assim como Theodoro, com prisão por oito dias, tendo ainda que fazer piquete no dia de folga, “por ter se insubordinado com o sargento-ajudante na ocasião da parada de guarda.”²⁶³ A trajetória de Godofredo é bastante díspar da de Theodoro.

Tendo se engajado em 15 de junho de 1896, Godofredo de Almeida, era ex-corneta do exército.²⁶⁴ Contava então com 26 anos, era natural do Rio Grande do Sul, e foi classificado como “preto”. Declarou-se solteiro, analfabeto e sem ofício. Devia servir pelo tempo de dois anos, e teve a posição que possuía no exercito mantida, sendo incluído como corneta da 4ª companhia. No entanto, menos de quatro meses depois, foi excluído do Corpo como réu de 1ª deserção simples.²⁶⁵ Mas a história de Godofredo pela corporação não se findava aí: em dezembro ele seria novamente incluído, haja vista ter se apresentado a sua companhia, sendo imediatamente preso para responder ao Conselho.

O procedimento de nova inclusão era bastante comum, menos através de apresentação, mas na maioria das vezes através da captura dos desertados. Ao contrário do que se possa pensar, aqueles que desertavam podiam voltar ao efetivo normalmente, após serem penalizados com prisão temporária, possivelmente por não poder a Força desfazer-se dos componentes das suas fileiras, além de reforçar a autoridade da instituição sobre seus componentes, inclusive aqueles que querem dela se desligar. É o que observa-se no caso do corneta Godofredo, que, em 1897, continuava no efetivo de sua companhia, e, assim como outros de seus companheiros, seguia frustrando aqueles que esperavam disciplina e respeito dos inferiores para com seus superiores.

comportamento dos oficiais inferiores, e sua inaptidão para o cumprimento de seus deveres.” BRASIL. Decreto nº. 5884, de 8 de março de 1875.

²⁶³ Boletim do Quartel do Comando do Corpo de Segurança, de 16 de setembro de 1897. APMSC.

²⁶⁴ Boletim do Quartel do Comando do Corpo de Segurança, de 15 de junho de 1896. APMSC.

²⁶⁵ Boletim do Quartel do Comando do Corpo de Segurança, de 5 de outubro de 1896. APMSC.

É o caso do alferes Cantídio N. de Souza, preso no Estado maior, sob a acusação de ter “passado para o continente sem permissão, deixando de cumprir com os seus deveres e ter, em ocasião que o Cap. Fiscal interino observado esta falta, respondido insubordinadamente na presença deste comando”, ou ainda do soldado Pedro Dantas do Nascimento, que sofreu punição de prisão por 15 dias em célula a pão em água, sob acusação de “ter desmentido um oficial quando estava em conversação com diversas pessoas e por mais faltas cometidas.”²⁶⁶

Através do soldado Pedro Dantas do Nascimento, podemos passar do eixo das faltas cometidas contra a instituição e seus oficiais para outra esfera das motivações para as punições: os problemas de comportamento. Estes somavam um numero muito maior de ocorrências nos boletins do que as primeiras, levando as praças seguidamente a prisão, ao rebaixamento, e até mesmo a exclusão.

Pedro Dantas do Nascimento assentou praça em 4 de dezembro de 1897, aos 22 anos, na 3ª companhia. Era natural de Pernambuco, de cor “morena”, sem ofício, não trazendo no registro dados sobre alfabetização e estado civil.²⁶⁷ Em maio do ano seguinte, Pedro é punido com prisão, por dez dias em célula a pão e água “por achar-se de guarda no Tesouro e apresentar-se a este quartel completamente alcoolizado, e também querer se evadir do xadrez.”²⁶⁸ Dia 12 de maio, após ter cumprido sua pena, é determinado que seja preso por mais dois dias, pois, se achando de reforço, abandona o posto, apresentando-se horas depois em estado de embriaguez e provocando desordens. Os problemas relacionados ao consumo de álcool pelos praças são freqüentes. Seguindo o rastro do soldado Pedro, o encontramos sendo encaminhado para a prisão novamente em 18 de maio, sob a acusação - citada anteriormente - de haver desmentido um oficial, engrossando seu rol de “faltas cometidas”.

No mês seguinte, nova punição: dez dias a pão e água. Desta vez por conta de uma briga com o soldado da 1ª companhia José Maurício Ignácio, dentro do quartel. Este último ficou bastante ferido, o que protelou sua punição de dez dias no xadrez para quando do seu retorno do Hospital de Caridade. Em agosto, nova prisão por agressão, desta vez com punição de 25 dias em célula no xadrez, “por ter ferido gravemente seu companheiro propositalmente com um pé de ferro no

²⁶⁶ Boletim o Quartel do Comando do Corpo de Segurança, de 18 de maio 1898. APMSC.

²⁶⁷ Boletim do Quartel do Comando do Corpo de Segurança, de 4 de dezembro de 1897. APMSC.

²⁶⁸ Boletim do Quartel do Comando do Corpo de Segurança, de 2 de maio de 1898. APMSC.

alojamento.”²⁶⁹ E, em setembro novamente, o soldado Pedro foi preso em célula por cinco dias, acusado de tentar agredir seu companheiro de posto na guarda do palácio.²⁷⁰ A sequência indisciplinar de Pedro Dantas terá continuidade nos boletins da Repartição Policial, como se verá adiante.

A opção pela exclusão por indisciplina é bem menos recorrente do que a motivada por deserção. Os critérios para uma exclusão pelo “bem da moralidade e disciplina” são determinadas pelo Regulamento de Disciplinar, conforme segue

Se for cabo, anspeçada, ou outra praça de pret sem graduação, e houver cometido no mesmo espaço de tempo, (doze meses) (...) doze transgressões de disciplina, quaisquer que sejam, poderá ser declarada incorrigível por decisão do conselho de disciplina (...).²⁷¹

Depois de registrada a ocorrência de transgressões superior ao número permitido no espaço de tempo determinado, seguida da avaliação do conselho de disciplina, que formularia um parecer, encaminhado depois para o comando e para o comandante da companhia, estes avaliariam então o procedimento a ser adotado em relação à praça, que poderia ser, em última instância, a exclusão do Corpo de Segurança.

Vejamos a passagem do praça Zacarias José da Silva pela corporação. Zacarias verificou praça no dia 18 de junho de 1885, como soldado da 1ª Companhia. Natural de Minas Gerais tinha 42 anos, cor “morena”, solteiro, e de ofício encadernador, não constando informações acerca de alfabetização. Deveria servir por cinco anos, dada sua condição de paisano.²⁷² Apesar de ter ingressado na corporação em 1895, seu nome não aparece nos meses seguintes. É possível que tenha sido destacado para alguma região do interior do Estado.

Porém, em 1896, já tendo sido promovido a anspeçada da mesma companhia em que fora incluído, terminaria seu anonimato, e atos indisciplinares levariam a sua exclusão rapidamente. Em outubro, sofreria a punição de prisão e rebaixamento de posto, como segue: “determino que seja preso por oito dias e rebaixado do posto por quinze

²⁶⁹ Boletim do Quartel do Comando do Corpo de Segurança, de 11 de agosto de 1898. BRASIL. APMSC.

²⁷⁰ Boletim do Quartel do Comando do Corpo de Segurança, de 9 de setembro de 1898. APMSC.

²⁷¹ Dec. nº 5884 1875. Art. 33, § 3º.

²⁷² Boletim do Quartel do Comando do Corpo de Segurança, de 2 julho de 1895. APMSC.

o anspeçada da 1ª companhia Zacarias José da Silva, por andar alcoolizado pelas ruas da cidade”²⁷³ No mês seguinte, prisão de 25 dias em célula e rebaixamento definitivo, novamente acusado de embriaguez, provocar desordens pela cidade e, ainda, “tentar evadir-se da prisão em que se achava”²⁷⁴

Esta última sentença não chegará a ser cumprida, pois, tendo seu caso julgado pelo conselho de disciplina naquele mesmo mês, este determinou que fosse “expulso desse corpo por mau comportamento habitual”²⁷⁵ Observa-se uma margem de tolerância bem menor no caso de Zacarias em relação ao do soldado Pedro, citado anteriormente. Se considerarmos que Zacarias encontrava-se destacado no período em que seu nome não se encontra nas fontes, é possível que, em seu retorno tenha trazido consigo punições cometidas, conforme estabelece o Regulamento, “quando a praça qualificada de incorrigível seguir para o seu destino, a guia que acompanhá-la mencionará esta qualificação e todas as circunstâncias que a determinaram.”²⁷⁶

Além disso, Zacarias foi identificado como portador de “mau comportamento habitual” associado ao consumo de álcool. Apesar de Pedro Dantas receber suas primeiras punições devido ao abuso do álcool, não aparece associado a sua figura o vício, com a carga de dependência que ela traz; Zacarias, ao contrário, quando expulso, tem tal comportamento taxado como “habitual”, o que poderia denotar a dependência. A embriaguez enquanto transgressão disciplinar aparece em dois momentos diferenciados do art. 5º do Regulamento: “§ 14. Faltar à parada da guarda, ou nela apresentar-se embriagado”, e “§ 21. Dar-se ao vício da embriaguez.”²⁷⁷

Outro caso análogo é dos soldados João Manoel Dias, Alfredo V. dos Santos, José Antonio da Silva e Luiz Francisco de Oliveira. Há 8 de julho de 1899, determinou-se que os quatro fossem “excluídos do estado efetivo do corpo e companhias a que pertencem, a bem da moralidade e disciplina, visto darem-se ao vício da embriaguez e serem constantes as faltas que cometem no serviço.” João Manoel Dias, ex-praça do exercito então com 30 anos, catarinense, engajado por 3 anos, foi excluído antes

²⁷³ Boletim do Quartel do Comando do Corpo de Segurança, de 26 de outubro de 1896. APMSC.

²⁷⁴ Boletim do Quartel do Comando do Corpo de Segurança, de 26 de novembro de 1896. APMSC.

²⁷⁵ Boletim do Quartel do Comando do Corpo de Segurança, de 28 de novembro de 1896. APMSC.

²⁷⁶ Dec. nº 5884 1875. Art. 34.

²⁷⁷ Idem. Art. 5º.

de completar 3 meses de serviço.²⁷⁸ Alfredo V. dos Santos, catarinense também ex-praça do exército, engajou aos 19 anos, para servir por 3 anos. Poucos dias antes da sua exclusão, havia sido condenado a prisão por 8 dias, mais multa de metade dos vencimentos, por “ter saído sem licença da guarda do tesouro às 5 horas da tarde, só regressando às 10 da noite em completo estado de embriaguez.”²⁷⁹ Sua passagem pelo corpo durou igualmente menos de 3 meses. João Antonio da Silva alistou-se em 8 de abril de 1899, aos 22 anos. Catarinense, “preto”, solteiro, analfabeto e sem ofício, repetiu a curta estada de 3 meses no efetivo do corpo como seus companheiros anteriormente. Por fim, Luiz Francisco de Oliveira, pernambucano, assentou praça à 1º de agosto de 1898. Paisano, deveria servir por 5 anos. Contava com 30 anos, “pardo”, casado, analfabeto e sem ofício.²⁸⁰ Diferentemente dos dois anteriores, permaneceu no Corpo por quase um ano. Tal diferença, no entanto, pode ser creditada ao fato de que, logo que ingressou, fora destacado para cidade de Itajaí, e a efetivação de procedimentos burocráticos, quando distante do Comando geral, serem mais flexível. Quando da sua exclusão, já se encontrava na Capital, donde podemos inferir que, ou já trouxe com seu retorno a indicação para sua exclusão, ou, aqui estando, seu comportamento tenha determinado tal punição. Vale observar, entretanto que os quatro citados foram expulsos antes de completar os 12 meses regulamentares para configurar a exclusão.

Tão freqüentes quanto as punições por embriaguez são as associadas a prática de “desordens”. Essas ocorriam tanto dentro do quartel, quanto fora, pelas ruas da cidade. No boletim de 22 de julho de 1896, determinou-se a prisão por quatro dias dos soldados da 2ª companhia Hodorico Rodrigues de Araújo e Justiano Ribeiro, “por se acharem lutando dentro do recinto deste quartel.”²⁸¹ Já o soldado também da 2ª companhia Virgílio Luiz d’França sofreu punição de prisão de 25 dias, a pão e água, por ter ferido um companheiro dentro também do quartel.²⁸² João Francisco Ribeiro da Silva, soldado da 1ª Companhia ficou preso no xadrez por quatro dias “por ter provocado desordem nas imediações deste quartel, achando-se de guarda no Palácio.”²⁸³

²⁷⁸ Boletim do Quartel do Comando do Corpo de Segurança, de 14 de abril de 1899. APMSC.

²⁷⁹ Boletim do Quartel do Comando do Corpo de Segurança, de 4 de julho de 1899. APMSC.

²⁸⁰ Boletim do Quartel do Comando do Corpo de Segurança, de 12 agosto de 1898. APMSC.

²⁸¹ Boletim do Quartel do Comando do Corpo de Segurança, de 22 de julho de 1896. APMSC.

²⁸² Boletim do Quartel do Comando do Corpo de Segurança, de 4 de fevereiro de 1897. APMSC.

²⁸³ Boletim do Quartel do Comando do Corpo de Segurança, de 21 de outubro de 1898. APMSC.

Enquanto os casos de Hodorico, Justiano e Virgílio são resolvidos internamente, o caso de Francisco, ocorrido para além dos muros do quartel, expõe a instituição para um público fora do seu controle. Quer estando de serviço, como Francisco, quer estando de folga, o comportamento dos praças deveriam corresponder a imagem de ordem e disciplina. Em março de 1897, segue publicado no boletim:

Chamo atenção do Cidadão Major-fiscal, para que este chame a do oficial do estado maior, sobre o ajuntamento de praças de folga, as quais com gargalhadas interrompem o serviço, estranhando o mesmo Comando a falta de atenção do oficial de serviço para este abuso.²⁸⁴

A prática de desordens pelas ruas da cidade era uma ofensa direta do praça a posição social que ocupa como agente da ordem, desmoralizando diretamente a instituição frente à população da cidade. Contudo, apesar da vigilância constante e a punição certa, o que se observa é o não condicionamento daqueles homens aos padrões a eles impostos. O furriel da 2ª companhia João Custódio Martins foi preso por 25 dias no xadrez, e rebaixado de seu posto por outros 60 dias, por “andar embriagado desordens pelas ruas desta cidade, e faltar com o respeito ao oficial de ronda a guarnição deste corpo.”²⁸⁵ José Marcelino, soldado da 2ª companhia, preso por 4 dias, também por “andar provocando desordens.”²⁸⁶ Prisão de três dias para o músico de 2ª classe Eleutério Venceslau da Conceição, “por ter provocado desordem com seu companheiro.”²⁸⁷ Dez dias em célula a pão e água foi a punição dada ao soldado da 3ª companhia Manoel Luiz Pereira “por ter provocado desordem em uma casa de negócio, achando-se embriagado e ferindo um seu companheiro,”²⁸⁸ e rebaixamento de posto e prisão por oito dias ao cabo da 1ª companhia José Estevão Lopes “por ter abandonado o serviço eu lhe foi determinado e provocado desordens na rua.”²⁸⁹

Essas são apenas algumas das diversas citações de castigo dado aos praças que “provocaram desordens.”²⁹⁰ Sob o título “Prevenção”, o

²⁸⁴ Boletim do Quartel do Comando do Corpo de Segurança, de 20 de março de 1897. APMSC.

²⁸⁵ Boletim do Quartel do Comando do Corpo de Segurança, de 13 de junho de 1896. APMSC.

²⁸⁶ Boletim do Quartel do Comando do Corpo de Segurança, de 17 de julho de 1896. APMSC.

²⁸⁷ Boletim do Quartel do Comando do Corpo de Segurança, de 11 de janeiro de 1897. APMSC.

²⁸⁸ Boletim do Quartel do Comando do Corpo de Segurança, de 3 de novembro de 1898. APMSC.

²⁸⁹ Boletim do Quartel do Comando do Corpo de Segurança, de 20 de outubro de 1889. APMSC.

²⁹⁰ Dec. 5884/1875. Considera-se transgressão militar art. 1º, § 3º “todos os atos imorais, e ações ofensivas do sossego e da ordem pública.”

boletim de 26 de novembro de 1896 trazia a seguinte orientação aos praças: “este comando previne as praças deste Corpo que obtiverem pernoite e forem a divertimentos públicos, e que se portarem mal, dando gritos e vaias, serão rigorosamente punidos”²⁹¹ Os boletins, pela característica sumária que possuem, torna a expressão “provocar desordem”, além de genérica, destituída da ação de seus praticantes. Que tipo de incômodos causavam as praças pelas ruas da cidade?

Encontraremos a descrições pormenorizadas dos incidentes em outras fontes. É o caso do ocorrido com o guarda Luiz Felisberto de Medeiros, que tem sua prisão e acusação relatada em correspondência expedida em 12 de fevereiro de 1891²⁹², conforme segue

Esta praça, achando-se destacada no Forte de Sant’Ana em serviço da Higiene, dirigiu-se na dita noite para esta cidade e introduzindo-se entre o povo que se achava seguindo para ver os carros da sociedade “Diabo a Quatro” que passava nessa ocasião, aviltou miseravelmente a uma moça de família, apalpando-a brutalmente, o que a fez gritar assustada chamando por seu pai, que próximo a ela se achava com duas irmãs mais moças.

Este pobre pai que, conquanto de nacionalidade italiana, é homem que goza de algum conceito entre a sociedade brasileira, quis reagir, porém viu-se obrigado a desamparar o projeto de reação por ter o referido guarda feito menção de tirar de dentro da blusa qualquer objeto que lhe pareceu ser arma, tomando por melhor fugir do agressor, que convicto da infâmia que praticou, tratou de desaparecer.

Esta ocorrência foi-me participada no dia seguinte pelo dito Capitão.

Em vista de semelhante procedimento e, considerando que a moralidade é a base primeira da disciplina que deve manter o soldado sob quem pesa a manutenção da segurança e ordem pública, considerando não poder ser ela mais de confiança

²⁹¹ Boletim do Quartel do Comando do Corpo de Segurança, de 26 de novembro de 1896. APMSC.

²⁹² Ofício do Major Policarpo Vieira da Cunha Brasil, Comandante da Força Pública, ao Cidadão Coronel Gustavo Richard. Governador do Estado, em 12 de fevereiro de 1891. APESC.

pública, tornando-se por isso indigno de pertencer à força de polícia, solicito a vossa autorização para excluí-lo da força.²⁹³

Luiz Felisberto, praça da Força Pública, fora colocado a serviço da Inspetoria de Higiene do Estado, o que o colocaria distanciado do olhar e cobrança da Força sobre suas atividades. Assim como se observou anteriormente, suas faltas parecem não ter determinado a sua exclusão, apesar desta ser abertamente recomendada. Luiz Felisberto encontra-se vinculado a Força Pública ainda em 1896, agora como anseçada da 1ª companhia, sendo colocado, em boletim de 16 de março, na mesma função acima, a serviço da Higiene Pública, e segue sofrendo punições por conta de comportamento irregular, como em oito de outubro daquele mesmo ano, tendo ficado impedido, até segunda ordem, “por andar embriagado pelas ruas da cidade”²⁹⁴

No entanto, tendo deixado seu posto para acompanhar ao divertimento público pelas ruas da cidade, no qual provoca confusão, Felisberto insere sua falta em um espaço na qual a Força Pública perde sua gerência autônoma: as ocorrências nas ruas eram de responsabilidade do Chefe de Polícia. Esse era um ponto nodal do policiamento da cidade, o encontro, através dos praças, da autoridade das duas instituições.

²⁹³ Idem.

²⁹⁴ Boletim do Quartel do Comando do Corpo de Segurança, de 8 de outubro de 1896. APMSC

CAPÍTULO III

Sobre a utilização de praças da Força Pública no policiamento, a proposta da Repartição policial era a constituição de uma Guarda Civil, que atendesse especificamente as demandas da Capital, e fosse estruturalmente subordinada ao Chefe de Polícia. O estabelecimento de tal Guarda formalizaria dois desejos do órgão policial: o desvinculo, e conseqüentemente a independência, daquela estrutura da Força Pública; e a possibilidade de ter para a realização do policiamento, homens preparados e aptos para tal. As duas motivações se complementavam, na medida em que uma das maiores reclamações entre os Chefes de Polícia era a inabilidade das praças da Força Pública para os trabalhos “de rua”, marcada principalmente pela sua formação de caráter militar.

Ainda que tolhidos constantemente nesta aspiração por conta da falta de verbas, a proposição da constituição de uma Guarda Civil tornou-se uma reivindicação perene por todo o período. No entanto, deve-se citar aqui que tal projeto não se constitui fruto somente do período republicano; ao contrário, é possível encontrar solicitações para a constituição de uma guarda civil em fins do período imperial. A ideia de que a Força Pública exercia um papel para o qual não era preparada já estava colocada antes mesmo da República. Em 1876, em Fala dirigida a Assembléia Provincial, o Presidente da Província João Capistrano Bandeira de Mello Filho, após as já comuns explanações acerca das dificuldades financeiras enfrentadas pela Província, relata que

(...) afoito-me a dizer, que conviria não ter dado à força policial um regime e aparato militar, incompatíveis com a natureza do serviço a que ela se destina. Difere muito, como sabeis, o serviço policial do militar e pois devem ser diversos o sistema e os meios de cada um. É um mal crônico existente em todas as províncias – não se consultar a especialidade do serviço incumbido a força de polícia. (...)

Com efeito, a criação de guardas locais ou municipais (e a experiência o tem provado nas

Províncias do Rio de Janeiro e Pernambuco) é de mais profícuos resultados (...) ²⁹⁵

A citação possibilita observar, além do claro acompanhamento das discussões e implementações acerca do aparato policial em outras localidades, a postura de crítica ao caráter militarizado em que se baseava a ação da Força Pública e da existência de um descontentamento em relação a essa estruturação de manutenção da ordem.

Em Relatório apresentado em 1882, no tópico referente à Força pública, novamente é apresentado pelo Chefe de Polícia os benefícios da constituição de tal Guarda. Segundo ele,

É diminuídíssima [a Força Pública], cumprindo decretar-se o seu aumento, no intento de acudir nas [ilegível]do serviço público, principalmente no que se refere ao policiamento da Capital, que atualmente não dispõe de uma só praça para o serviço da patrulha. (...) A criação de uma guarda cívica, anexa ao corpo de polícia, para o serviço urbano de policiamento e extinção de incêndios, seria de profícuo resultado, quando por ventura, os cofres públicos puderem comportar semelhantes despesas. ²⁹⁶

Ainda que seja um projeto já existente no período imperial, o que se percebe é a colocação da necessidade de uma guarda civil, se aliado a uma crítica ferrenha ao caráter que o policiamento possuía, principalmente no tangente a Capital. A falta de hierarquia entre as duas instituições, associada à tênue linha que separava os campos de atuação de cada uma, passa a ser explicitada com veemência nos relatórios policiais. Havia a necessidade, segundo seus dirigentes, de uma profissionalização dos agentes da lei: era preciso disciplinar e preparar os policiais que agiam nas ruas. A relação de dependência herdada do Império, que orientava o fornecimento da “mão de obra” para a repartição policial, em muito desagradava os Chefes de Polícia, que passariam a criticar constantemente tal disposição.

²⁹⁵ Fala com que o Exmo. Sr. Dr. João Capistrano Bandeira de Mello Filho abriu a 1.a sessão da 21.a legislatura da Assembléia Legislativa da Província de Santa Catarina em 1º de março de 1876. Disponível em <http://www.crl.edu/content/provopen.htm>, retirado em novembro de 2010.

²⁹⁶ Relatório apresentado ao Ilmo. Exmo. Sr. Dr. Antônio Gonçalves Chaves, Intendente da Província, pelo Sr. José Xavier Machado [?], Chefe de Polícia, em 30 de setembro de 1882. APESC.

Assim, os Chefes de Polícia iniciam suas investidas acerca da impossibilidade de equilibrar a prática policial com o caráter militar dos homens da Força Pública. Sem empunhar uma crítica aberta àquela instituição, buscavam embasar a necessidade de uma formação diferenciada, civil, daqueles que deveriam prestar serviços a população. É neste sentido que deve ser lida a exposição realizada no Relatório de 1896. Primeiramente, sugere que os funcionários da repartição policial deveriam ser “remunerados e submetidos a um regime uniforme, e cuja aptidão seja garantida por longa prática do serviço adquirida em cargos subalternos.”²⁹⁷ Ademais, era necessário “antes de tudo, tornar o Corpo de Segurança compatível com a índole e necessidade policial”²⁹⁸

Após acenar para o estabelecimento de uma carreira policial, ao sugerir que seus funcionários trilhem “degraus” dentro da instituição, e de apontar a discrepância entre o Corpo Policial e o trabalho – índole e necessidade – policial, o Chefe argutamente insere uma exposição sobre as duas referências modernas para o setor: o Corpo dos *Gardiens de La paix publique* de Paris e o Corpo de *Constables* de Londres. Segundo ele, nenhuma das polícias uniformizadas daquelas capitais possuía caráter militar: “visto serem grandes massas a dirigissem (sic), é verdade sujeitar a uma certa disciplina militar, mas estão muito longe de serem corpos militares”²⁹⁹

Ainda neste relatório, o Chefe de Polícia estabelece abertamente uma discussão sobre competências, que será levada em paralelo à discussão de formação da guarda civil. Segundo ele, era necessário estabelecer definitivamente a disposição hierárquica que deveria haver entre as duas instituições. Defendendo, obviamente, o órgão a que estava vinculado, sugere que a Força, enquanto “braço executor”, deve estar submetida ao Chefe de polícia, que era a “cabeça diretora” da atividade policial.³⁰⁰ Indo mais além, sugere ainda que “o comandante

²⁹⁷ Relatório apresentado ao Exmo.Cidadão Dr.Governador Hercílio Pedro da Luz, pelo Sr. Antero Francisco de Assis, Prefeito de Polícia, em 30 de junho de 1896. APESC.

²⁹⁸ Idem.

²⁹⁹ Idem. Segundo o relatório, o corpo dos *Gardiens de La Paix* possuía 8.000 homens, e o Corpo de *Constables*, 15.000.

³⁰⁰ Idem. O funcionamento institucional do aparato policial na República seguiria conforme estava disposto no Império: tanto o Comandante da Força Pública, quanto o Prefeito de Polícia eram nomeados pelo Presidente da Província. Já a Secretaria de Polícia, na figura de seu Prefeito, era responsável por nomear os Comissários e Subcomissários de cada Termo. Em 1896, estava a Província dividida em 17 Termos, quais sejam: Capital, São José, Laguna, Tubarão, Araranguá, Lages, Campos Novos, Curitibaanos, São Joaquim, Tijucas, Biguaçu, São Francisco, Itajaí, Brusque, Joinville, São Bento e Blumenau. Cada um dos Termos acima se subdividia em distritos policiais, os quais eram providos de delegados auxiliares, também nomeados, ou avalizados, pelo Prefeito de Polícia. A Capital, por exemplo, encontrava-se

geral do Corpo policial deve ser pessoa de confiança do Chefe de polícia, nomeado e submetido por proposta deste.”³⁰¹

O incômodo decorrente da falta de subordinação do Corpo de Segurança ao comando do Chefe de Polícia era apontado por este último como um grave empecilho para a execução do trabalho policial, como fica aparente em sua exposição no relatório apresentado em 1900

A força pública não tem nenhuma relação direta de dependência com o Prefeito de Polícia (...). E esperar que se atenda a uma requisição sua para por no encalço de um facinora que se evada para fora da Capital após a perpetração de um grande crime, duas ou três praças do Corpo de Segurança, e ser coagido a cruzar os braços no momento em que a mais ligeira vacilação seria em detrimento dos interesses da comunhão social.³⁰²

Tais solicitações não foram atendidas, principalmente a que submeteria o Comandante da Força a autoridade do Chefe de Polícia. As quizilas entre as instituições seguem república adentro. Em 1908, ao discriminar o andamento dos trabalhos policiais, ainda que muitas vezes procurando apresentar a relação entre as instituições como amigável e colaborativa, a tensão existente surge em críticas explícitas do Chefe de Polícia.

O Corpo de Segurança precisa de regulamento conveniente a fim de evitar os constantes atritos que se dão com aquela corporação por ocasião de requisição de praças e outras medidas policiais. O referido Corpo se julga completamente independente desta Repartição e por essa razão o respectivo comandante e alguns oficiais se mostram obstinados em não obedecer ao que lhes é determinado. Esta falta já se faz notar desde muitos anos e tem desgostado a todos os meus ilustres antecessores, tornando-se assim preciso uma medida legal a fim de fazer desaparecer de uma vez tão grave inconveniente.³⁰³

dividida em oito distritos: Florianópolis, Praia de Fora, Trindade, Lagoa, Santo Antonio, Rio Vermelho, Canasvieiras e Ribeirão.

³⁰¹ Idem.

³⁰² Relatório apresentado ao Sr. Secretário do Interior, pelo Sr. Benício N. T. da Cunha Mello, Prefeito de Polícia, em 8 de junho de 1900. APESC.

³⁰³ Relatório apresentado ao Ilmo. Sr. Dr. Secretario Geral dos Negócios do Estado, pelo Sr. Prefeito de Polícia Manoel da Silva Corrêa de Oliveira, ano de 1908. APESC.

Sem conseguir se estabelecer hierarquicamente em um patamar superior ao do Comandante da Força, o Chefe de polícia vem requerer a regulação das praças que o servem. Isso porque, segundo ele, as reclamações e repreensões as praças não tinham que ser encaminhadas para o Quartel, pois o vínculo militar das mesmas estabelecia que estas deveriam ser punidas pela estrutura militar, o que, segundo o Chefe de polícia, não se dava a contento: as faltas cometidas quando à serviço do órgão policial não recebiam a punição devida pelo Corpo de Segurança, desestabilizando a autoridade do Chefe de Polícia.

O primeiro movimento para a constituição de uma Guarda Civil se dará na Lei 856/1910³⁰⁴, que estabelecia

Art. 42 – O Poder Executivo fica autorizado a criar uma guarda civil para auxiliar o Corpo de Segurança na manutenção da ordem, segurança e tranquilidade públicas, ficando imediatamente subordinada ao Chefe de Polícia.

§ 1º A guarda civil servirá exclusivamente para o policiamento desta Capital, devendo seus membros terem os seguintes requisitos:

- a) ser cidadão brasileiro maior de 21 anos e menos de 40 anos;
- b) saber ler e escrever corretamente;
- c) ser de reconhecida moralidade e bom comportamento e reunir as condições de robustez física;

§ 2º O Governo expedirá o regulamento para a organização dessa Guarda.

Entrementes, um ano após sua aprovação, a Guarda Civil ainda não havia sido articulada, estando listada, inclusive, entre as medidas levantadas em 1911 para melhoria do órgão policial do estado. Na expectativa de sua organização, o Chefe de Polícia de então sugere que seja formada por 30 homens. Na seqüência, todavia, solicita que, caso não seja possível, que se decrete o aumento da Força Policial, para que a Capital possa dispor de uma força policial que ali atue exclusivamente, e que estas desfrutem, nas instruções militares, de “ensinamentos precisos para fins policiais”.³⁰⁵

³⁰⁴ SANTA CATARINA. Lei de Organização Policial do Estado de Santa Catarina, nº 856, de 19 de outubro de 1910. APESC. Doravante Lei nº 856/1910.

³⁰⁵ Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Coronel Vidal José de Oliveira Ramos, Governador do Estado, pelo Desembargador Sálvio de Sá Gonzaga, Chefe de Polícia, em 1º de junho de 1911. APESC.

Em 1913 uma lei municipal é aprovada, referendando o disposto no artigo 42 da Lei n. 856, de 19 de outubro de 1910. Lançada sob o nº 351 abria-se novamente a possibilidade de constituição da Guarda Civil, conforme os termos dispostos abaixo

Art. 1º Fica o Poder executivo Municipal autorizado a criar, quando julgar oportuno, a Guarda Municipal com o numero que entender conveniente e expedir o respectivo Regulamento.
Art. 2º Para a execução da presente Lei poderá abrir os créditos necessários.³⁰⁶

Novamente o projeto não sai do papel. Não fica claro na documentação se a impossibilidade da criação da dita Guarda tenha sido exclusivamente financeira – por mais que houvesse autorização para que verbas fossem destinadas para tal fim – ou que tenha havido outra motivação. No relatório seqüente a que se tem acesso, de 1915, não constam informações sobre o assunto. Já em 1918, o tema ressurgue no relatório do Delegado de Polícia da Capital

É de grande necessidade a criação de um corpo de guardas para o serviço de policiamento desta cidade. Não obstante o art. 42 da Lei nº 856 autorizar a organização da Guarda Civil, até hoje não se procurou cumprir aquela Lei organizando a aludida Corporação, que tão grandes serviços prestaria ao Governo e a Sociedade. Florianópolis, cujo desenvolvimento e progresso acentua-se rapidamente dia para dia, não pode continuar com o insignificante policiamento que tem atualmente.³⁰⁷

A não criação da Guarda Civil define as praças do corpo de Segurança como os responsáveis pelo policiamento da Capital, o que gera o conflito para o estabelecimento de uma ordem hierárquica entre a Repartição Policial e a Força Pública. Em 1900 é sugerido que se expeça “uma ordem permanente ao Comandante do Corpo para que satisfizesse

³⁰⁶ Lei nº 351, de 7 de janeiro de 1913. Livro de Leis e Decretos. AHMF.

³⁰⁷ Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Chefe de Polícia do Estado de Santa Catarina, Dr. João da Silva Medeiros Filho, pelo Delegado de Polícia da Capital, Dr. Cid. Campos, em 30 de abril de 1918. APESC.

todas as requisições de força que lhe forem feitas pela Prefeitura (de Polícia)”.³⁰⁸

A Lei nº 856/1910 perpetuava a relação “colaborativa” entre as duas instituições; em seu art. 18, alínea “h”, estabelece como competência privativa do Chefe de Polícia “requisitar ao comando do Corpo a força precisa para as diligências, manutenção da ordem, destacamentos nas comarcas, ronda e vigilância”.³⁰⁹ Ou seja, apenas formaliza o procedimento de que dispunha o Chefe de Polícia até então, na medida em que não garante o pronto atendimento de tal requisição pelo Comando do Corpo. As dificuldades decorrentes do questionamento da autoridade exercida pelo Chefe de Polícia, pelas praças do Corpo de Segurança se somaria como mais uma das reclamações apresentadas por aquele para o exercício de sua função.

Tal situação pode ser observada no incidente ocorrido em 1903. Naquele ano, a Fortaleza de Sant’Anna abrigava três “lázaros”, dada a inexistência de lugar apropriado, que aguardavam seu envio para a Capital Federal. Sob responsabilidade da Chefatura de Polícia, estes receberiam alimentação como os que se encontravam dispostos na Cadeia. Solicita então o Chefe de polícia ao Corpo de Segurança a cessão de uma praça para fazer o transporte da dita alimentação. À sua solicitação, obtém como resposta a negação do Comando do Corpo, sob a seguinte alegação

É expressamente proibido, para a manutenção da boa marcha da disciplina, que praças do Corpo de Segurança andem nas ruas da cidade carregadas de embrulhos de qualquer natureza, assim como é de praxe, uma praça só não acompanhar um preso nas faxinas internas, quanto mais que esta é de caráter externo, salvo se essa prefeitura assumir diretamente com as responsabilidades que possa advir.³¹⁰

Diante da negativa, encaminha o Chefe de Polícia a solicitação de providências, pois a requisição da praça havia sido autorizada pelo Governador. As dificuldades de comunicação entre as duas autoridades, ainda que não seja a tônica durante todo o período, pontuam os

³⁰⁸ Relatório apresentado ao Sr. Secretário do Interior, pelo Sr. Benício N. T. da Cunha Mello, Prefeito de Polícia, em 8 de junho de 1900. APESC.

³⁰⁹ Lei nº 856/1910.

³¹⁰ Ofício do Chefe de Polícia ao Secretário Geral Interino dos Negócios do Estado, em 03 de janeiro de 1903. O ofício recebido do Comando do Corpo de Segurança encontra-se anexo, em cópia conforme o original. APESC.

descaminhos em que a organização policial poderia se enredar, por conta da manutenção das duas instituições, sem a devida definição de muitos pontos entre ambas.

Tal indefinição pode ser observada no ofício encaminhado a secretaria de negócios em 1901. Nele, o Chefe de Polícia solicitava que o Corpo de Segurança se responsabilizasse sobre dados das praças destacadas que, segundo constava, só a ele cabia. Os destacamentos de praças era procedimento comum, com o envio para pontos do interior do Estado. Nestes estavam incluídos também as praças destacadas para as diligências efetuadas pelo Chefe de Polícia. Toda a responsabilidade sobre as praças destacadas, contudo, era da alçada do Corpo de Segurança, procedimento que vinha sendo subvertido. Conforme o citado, estava se oficializando praxe na qual a Repartição policial era levada a participar dos ditos procedimentos, conforme expõem o chefe de Polícia;

(...) o Comando do Corpo de Segurança inteira esta prefeitura da situação financeira dos soldados perante o erário público, do mesmo modo que os Comandantes de destacamento fizeram passar por esta repartição tudo que diz respeito a vencimentos, fardamento, etc., a que teria direito os soldados destacados, serviço este que, como sabeis, é da exclusiva competência do Corpo de Segurança sob a imediata fiscalização dessa Secretaria, outras não sendo as relações que deve manter com esta Prefeitura, também subordinada a esta secretaria, senão as que dizem respeito as requisições de força e satisfação dessas requisições.³¹¹

A simbiose a que estava arriscada as instituições por conta da proximidade institucional propiciava casos como o visto acima, no âmbito burocrático, como também na própria execução das atividades que cabia a cada uma delas.

No dia 3 de abril de 1902 ocorreu uma fuga da cadeia. A Cadeia Pública era um exemplo da disposição da autoridade dentro da organização policial: sob responsabilidade direta do Chefe de Polícia, sendo este o responsável pela indicação do seu administrador, o carcereiro, tinha, porém por sentinelas as praças do Corpo. Constatada a fuga, ocorrida por volta das cinco horas da manhã, foi comunicada pelo

³¹¹ Ofício do Chefe de Polícia ao Sr. Diretor encarregado da Secretaria de Estado dos Negócios do Interior, em 26 de agosto de 1901. APESC.

soldado da 1ª Companhia Casimiro Petit primeiramente ao sargento-ajudante do Corpo de Segurança Mario Agostinho Gouveia, que, por conseguinte, mandou comunicar ao Chefe de Polícia, apesar de ser este responsável pelas providências a serem tomadas sobre o caso.³¹²

A seqüência acima, apesar de poder ser observada ordinariamente como reflexo da própria disposição do espaço físico – a cadeia pública estava localizada contígua ao Quartel³¹³, determinando dessa maneira o informe dado a autoridade mais próxima disponível – ainda assim abre possibilidades para ocorrências de “desautorizações”, como qualificam, ambas as partes, as ingerências da outra sobre sua área de atuação.

Caso bastante emblemático consta no ofício nº 97, datado de 16 de setembro de 1905. Tal ofício era resposta ao de nº 62, recebido diretamente da Secretaria de Negócios Interiores, que lhe inquiria acerca da decisão do Chefe de Polícia de dispensar os soldados que faziam a guarda do posto policial. Tal informe havia sido dado pelo Coronel comandante da Guarnição, que teria sido informado pelo Capitão-Fiscal da solicitação de que se apresentasse reforço de oito praças, apenas dia seguinte, às oito horas da manhã. Contudo, o dito pelo oficial do corpo de Segurança é, segundo o Chefe de polícia, faltante com a realidade do ocorrido. Segundo ele, tal ordem não havia sido dada, limitando-se ele apenas a autorizar a rendição das praças de serviço no posto policial, que deveriam ser substituídas incontinenti, o que não foi cumprido por aquele oficial.

As questões presentes neste ofício decorrem dos distúrbios ocorridos na capital, nos dias sete e oito de setembro, quando soldados do exército promoveram uma tentativa de invasão da Prefeitura de polícia, intencionando retirar da detenção a mulher de um seu companheiro. O ataque resultou na depredação do prédio da dita Prefeitura, envolvendo ainda populares que engrossaram o ataque.³¹⁴ A tentativa de invasão da Repartição policial principiou-se, porém, no dia

³¹² Ofício do Chefe de Polícia ao Sr. Secretário Geral interino dos Negócios do Estado, em 3 de abril de 1902. APESC.

³¹³ Em 1905 a Prefeitura de Polícia iria instalar-se em um novo prédio, sito a Praça XV de Novembro, nº 5, que passaria a deter xadrez para as prisões correccionais, ficando os sentenciados alocados ainda na Cadeia anexa ao Quartel. Ofício do Chefe de Polícia ao Sr. Dr. Secretário Geral dos Negócios do Estado, em 18 de janeiro de 1905. O mesmo ofício encaminhava ainda pedido de destacamento de praças para guarda do dito prédio. APESC.

³¹⁴ Ofício solicitando o pagamento de conta “na importância de 15\$000 réis, apresentada pelo cidadão Manoel dos passos Vianna, pela colocação de 15 vidros nas janelas e em um armário desta Prefeitura, em substituição aos que foram quebrados no assalto que sofreu esta repartição nos dias 7 e 8 do mês findo, por praças do exército e pessoas do povo.” Ofício do Chefe de Polícia ao Secretário Geral dos Negócios do Estado, em outubro de 1905. APESC.

seis, indo o Chefe de Polícia solicitar auxílio e praças do Corpo de Segurança para conter a balbúrdia. O desmerecimento com que ele descreve a situação em que encontrou o Quartel deve ser considerado dentro da legitimação da sua defesa frente à disputa que se abriu entre ele e o Capitão Fiscal sobre os fatos que envolviam a dispensa das praças de plantão descrita anteriormente.

Fui ao quartel às nove horas e encontrei apenas seis praças, algumas de menor idade, a quem estava confiada à defesa do Corpo de Segurança e de uma cadeia com cerca de cinquenta presos, muitos dos quais assassinos perigosos. Subi as escadas do vasto prédio que mais parecia um claustro, tal o silêncio sepulcral que notei. Procurei o oficial de Estado e perguntando como ficavam tantos presos e o quartel entregue a guarda de 6 praças, respondeu que tinham ido dormir. Tristíssima confissão! Pungentíssima realidade!³¹⁵

As críticas ao Corpo de Segurança estendem-se. No dia 8 de junho 1908, por volta das três horas da tarde, o Chefe de polícia requisitou em caráter de urgência, conforme determinava o procedimento, um cabo e duas praças do Corpo para serem encaminhadas a uma diligência. O ofício relatava que até o meio-dia do dia seguinte se encontrava o Chefe de Polícia aguardando as providências a respeito de sua solicitação.³¹⁶

Além disso, são comuns os casos de desobediência de praças a autoridade policial a que servem de ordenança, prática que motivou a prisão do músico do Corpo de Segurança Manoel Pedro Cardozo³¹⁷, ou ainda no caso relatado envolvendo a já citada praça Pedro Dantas do Nascimento. Punida seqüencialmente pelo comando do Corpo por seus atos indisciplinados, sob as ordens do Chefe de Polícia o soldado Pedro Dantas segue infringindo os parâmetros buscados para o serviço policial, sendo sugerido por este a sua expulsão. Segundo relata o Chefe de Polícia, em dezembro de 1901, destacado para uma diligência no distrito da Lagoa, para efetuar a prisão de um indivíduo em companhia

³¹⁵ Ofício do Chefe de Polícia ao Secretário Geral dos Negócios do Estado, em 23 de fevereiro de 1905. APESC.

³¹⁶ Ofício do Chefe de Polícia ao Ilmo. Sr. Dr. Secretário Geral, em 9 de junho de 1908. APESC.

³¹⁷ Ofício do Chefe de Polícia ao Ilmo. Sr. Dr. Secretário Geral, em 5 de agosto de 1908. APESC.

do amanuense da Chefatura, este último precisou intervir em defesa do preso, já que a praça intencionava surrá-lo com o seu rifle, alegando que este “lhe fizera dar grande caminhada”³¹⁸

Naquele mesmo mês, a repartição recebeu denúncia de que este mesmo soldado, em uma outra diligência para que fora destacado, teria atacado uma senhora que tentava defender o filho que por aquele vinha sendo espancado. Por tais atos, solicita o Chefe de polícia “uma proveitosa correção disciplinar”, considerando que, além dos atos inconcebíveis por ele praticados, era ele ainda “um ébrio incorrigível.”³¹⁹ O caráter sucinto dos boletins impedem a contextualização das violências creditadas ao soldado Pedro Dantas, todavia, a solicitação encaminhada ao Corpo de Segurança, e o histórico do soldado, apresentado anteriormente, indicam o não enquadramento de muitos homens ao esperado para o exercício do trabalho policial. O soldado Pedro Dantas, assim como tantos outros, segue mantendo seus lazes e meios de resolução de conflitos, independente da cobrança de mudança de postura ou da certa punição que adviria com suas ações pelas ruas da cidade.

Apesar do relato minucioso apresentado pelo Chefe de polícia ao Comando do Corpo, não é possível determinar se a prisão recomendada tenha sido efetivada. O caso que envolve o soldado João Justino indica as dificuldades de conciliação entre as duas instituições no concernente a punição, pelo Comando, a partir da orientação da Chefatura. A serviço da guarda de Prefeitura em setembro de 1905, este foi encaminhado preso para apresentação ao Comando do Corpo, com recomendação para que fosse punido devidamente. Tal medida decorria da insubordinação apresentada por aquela praça, ao desobedecer a uma ordem direta do Chefe de Polícia –“tendo mandado a praça João Justino conduzir a cadeia pública o alienando que V. Ex^a me mandou apresentar a fim de ser ali recolhido até segunda ordem, a dita praça desobedeceu-me, negando-se a cumprir as minhas ordens”.³²⁰

No entanto, as recomendações do Chefe de Polícia não se fizeram valer, conforme oficiou em 30 de setembro seguinte.

Tendo no dia 28 do corrente dado parte do
soldado João Justino dos Santos, que estava de

³¹⁸ Ofício do Chefe de Polícia ao Sr. Secretário dos Negócios do Interior, em 18 de dezembro de 1901. APESC.

³¹⁹ Idem.

³²⁰ Ofício do Prefeito de Polícia Heráclito Carneiro Ribeiro ao Exmo. Sr. Cel. Governador do Estado, de 28 de setembro de 1905. APESC.

guarda nesta Prefeitura, por desobedecer uma ordem minha e estar completamente embriagado, este mesmo soldado que pelas suas infrações cometidas devia sofrer punição severa, esteve esta noite patrulhando a cidade, como verifiquei da própria relação que hoje me deu o oficial de ronda.”³²¹

O não cumprimento do indicado pelo Chefe de Polícia, entretanto, aponta para a postura do Comando do Corpo em não acatar medidas externas a ações em que cabe somente ao Corpo decidir. Inserir-se, dessa maneira, na já citada dificuldade do exercício de autonomia decorrente da inevitável proximidade em que estavam dispostas as duas instituições. A postura do Corpo de Segurança fica clara no episódio relatado baixo.

Em ofício datado de três de abril de 1908, o Chefe de Polícia relata que, apesar de haver solicitado, no dia dois de março, uma praça para efetuar uma diligência, só obteve resposta no dia nove seguinte, tendo lhe sido enviada, entretanto, uma praça “que não convinha no referido destacamento”, a qual ele apresentou ao quartel, requisitando uma outra para o mesmo fim.³²²

Em ofício, porém, o comando do Corpo de Segurança coloca de que maneira interpretou a medida do Chefe de Polícia. Naquele, expõem que, em conformidade com a solicitação apresentada, encaminhou a praça solicitada para compor a diligência, a qual retornou, acompanhada de ofício solicitando a substituição da dita praça. Segundo o comando, a substituição devia-se unicamente ao desejo daquela Prefeitura de que, ao invés do soldado Otacílio José Espíndola, enviado pelo Corpo, tivesse sido apresentado o soldado João Francisco da Silva. Diante tais acontecimentos, responde o Comando do Corpo de Segurança à Prefeitura de Polícia nos seguintes termos

Já tendo por mais de uma vez oficiado a esta Prefeitura, declarando que a escolha das praças para destacamento ou qualquer diligência é de privativa atribuição do Comandante, único competente para saber se esta ou aquela praça está em condições de destacar, considere o fato como um princípio de desautorização ou imposição,

³²¹ Ofício do Prefeito de Polícia Heráclito Carneiro Ribeiro ao Sr. Dr. Secretário Geral dos Negócios do Estado, em 30 de setembro de 1905. APESC.

³²² Ofício do Prefeito de Polícia Manoel da S. Corrêa de Oliveira ao Ilmo. Sr. Dr. Secretário Geral, de 3 de abril de 1908. APESC.

fatos estes que não devem existir quando se trata do serviço público, para boa marcha do mesmo.³²³

A dinâmica que impunha ao Chefe de Polícia a dependência de praças cedidas pelo Corpo de Segurança dava margem para tensões, que se instalavam principalmente por conta da desobediência destas as ordens dadas pelo Chefe de Polícia, além de a punição para tais comportamentos dependerem de uma tomada de posição do Corpo de Segurança. Era uma posição deste tipo que o Chefe via-se aguardando quando comunicou o ocorrido na noite de 1º de dezembro de 1908, conforme relata

(...) na noite de 1 para 2 do corrente um inferior do 37º batalhão de Infantaria esbofeteou a uma praça de patrulha no circo “Pavilhão Fluminense”, e, procurando o oficial que se achava de ronda, alferes Amaro de Seixas Ribeiro, para indicar o ocorrido, não foi ele encontrado nem no local do conflito nem no teatro “Álvaro de Carvalho”
Mandeí procurá-lo pelo sargento comandante da patrulha, que o encontrou tomando café não sei onde e não atendeu o que lhe havia dito aquele inferior por minha ordem. Até hoje não justificou sua ausência do serviço e a razão pela qual não obedeceu a ordem eu lhe mandei. ”³²⁴

Apesar das dificuldades de se estabelecer uma sintonia entre ambas, dados os conflitos institucionais em que se viam enredadas, era tarefa das duas o controle do espaço urbano da Capital catarinense, ainda que esta surja muitas vezes como imersa em um cotidiano de paz e tranqüilidade.

“Participo-vos que das comunicações oficiais recebidas hoje nesta Repartição, não consta haver sofrido alteração alguma a ordem e tranqüilidade pública (...).” Esta assertiva é utilizada costumeiramente na abertura das correspondências expedidas pela Repartição policial, encaminhadas para a Secretaria de Interior e Justiça a qual estava subordinada. Produzida diariamente, tais correspondências informavam sobre o cotidiano da Capital e seus distritos, descrevendo as ocorrências relativas à ordem urbana e sobre o andamento das atividades da Secretaria de Polícia. As comunicações a que se refere dizem respeito

³²³ Idem. O ofício recebido do Comando do Corpo de Segurança encontra-se anexo, em cópia conforme o original. APESC.

³²⁴ Ofício do Prefeito de Polícia Manoel da S. Corrêa de Oliveira ao Ilmo. Sr. Dr. Secretário Geral, de 4 de dezembro de 1908. APESC.

aos informes dados pelos comissários, que remetiam ao Chefe de polícia os acontecimentos passados nos distritos sob sua jurisdição.

A tranquilidade urbana da Capital, apontada acima através do não acontecimento de fatos que alterassem a ordem na cidade, se constrói através do não enquadramento de algumas ocorrências enquanto possíveis destabilizadoras da placidez urbana. No entanto, ao observarmos o cotidiano da Repartição policial relatado nos boletins, é possível entrever uma cidade que vivenciava, naqueles primeiros anos da República, uma intensa atividade que não referenciava a condição de pacata que a documentação policial apontava.

As partes produzidas pelo Chefe de polícia, após a costumeira introdução transcrita acima, era seguida do relato de prisões, realizadas diariamente, sob as mais diversas alegações: embriaguez, desordem, gatuagem, brigas, porte de armas, ofensas a moralidade pública, dentre outras diversas. Tais prisões, efetuadas correcionalmente, ou ainda sob a justificativa de averiguações policiais, apresentam-se fartamente nas correspondências, indicando um cotidiano policial muito mais dinâmico e ativo, além trazer a luz personagens citadinos que vivam sob constante vigilância e repressão sob suas ações.

Nesse cotidiano policial emergem figuras das quais muitas vezes não se sabe sequer nome, tendo sua identidade substituída pelas alcunhas com que eram conhecidos pelas ruas da cidade. Assim, freqüentaram a documentação policial, Bico de Fogo, recolhido a prisão em 17 de junho de 1899,³²⁵ Chico Caveira, recolhido em 27 de junho de 1899,³²⁶ José dos Papéis, recolhido em 19 de novembro de 1900,³²⁷ Cara-dura, recolhido em 3 de fevereiro de 1903,³²⁸ Pernambucano, recolhido em 30 de outubro de 1908,³²⁹ Cacau, recolhido em 15 de março de 1909,³³⁰ além daqueles que tem seu nome precedido simplesmente pela forma “de Tal”. Todos os que foram citados acima foram recolhidos por andarem embriagados.

³²⁵ Ofício do Chefe de Polícia ao Ilmo. Exmo. Secretário, em 17 de junho de 1899. APESC.

³²⁶ Ofício do Prefeito de Polícia Benício N. T. da Cunha Mello ao Sr. Secretário d'Estado do Interior e da Justiça, em 27 de junho de 1899. APESC.

³²⁷ Ofício do Prefeito de Polícia Benício N. T. da Cunha Mello ao Sr. Secretário do Interior, em 19 de novembro de 1900. APESC.

³²⁸ Ofício do Prefeito de Polícia Egidio Francisco das Chagas ao Sr. Secretário Geral dos Negócios do Estado, em 3 de fevereiro de 1903. APESC.

³²⁹ Ofício do Prefeito de Polícia Manoel da Silva Corrêa de Oliveira ao Ilmo. Sr. Dr. Secretário Geral, em 30 de outubro de 1908. APESC.

³³⁰ Ofício do Prefeito de Polícia Manoel da Silva Corrêa de Oliveira ao Ilmo. Sr. Diretor encarregado do expediente da Secretária Geral, em 15 de março de 1909. APESC.

A forma como surgem na documentação policial apresenta tais personagens ligados apenas as infrações pelas quais foram detidos, como ocorre no caso acima. De forma sumária, e com frequência liberados no dia seguinte, dados como idade ou profissão não constam nas partes policiais. No entanto, aqueles que eram recolhidos a cadeia estão inseridos na dinâmica da cidade, na qual estabelecem relações e exercem atividades para sua sobrevivência, ainda que estas informações não se qualifiquem como necessárias, limitando o registro policial apenas a classificação de desordeiros ou “bêbados contumazes”.

Tibúrcio de tal possui dois registros de prisão. Em correspondência datada de 21 de dezembro de 1899, informa o Chefe de Polícia que Tiburcio foi recolhido à cadeia no dia anterior, por ordem do Comissário de Polícia, por estar provocando desordens, sendo posto em liberdade no dia seguinte.³³¹ Em 14 de setembro de 1901, foi novamente recolhido ao posto policial, sob a alegação de “achar-se em uma taverna fazendo algazarra, o vagabundo Tibúrcio de tal”³³² Tibúrcio, vagabundo conforme sua última prisão, reaparece citado em ofício dezesseis dias depois. Dessa vez, no entanto, não será devido à nova prisão, mas enquanto dado de um fato qualificado como “ocorrência policial” – a única citada pelo Chefe de Polícia daquele dia: o ofício registrava sua queda no mar, na tarde de 28 de setembro. Tal desventura será a única forma de se vislumbrar outra faceta daquele: a queda se deu enquanto trabalha a bordo de uma embarcação no porto da cidade.³³³

Tibúrcio provavelmente era mais um dentro os diversos homens que trabalhavam como jornaleiro, desempenhando atividades diversas, ou sem configurar um vínculo, ou de ser digna de constar como profissão. Seu corpo foi encontrado somente na manhã do dia 1º de outubro subsequente.³³⁴

De outros tantos constantes nas partes policiais, ficou somente o registro de entrada e saída da prisão. É o caso de Júlio Manoel Alexandre, conhecido como Júlio desertor. Em 25 de abril de 1899, o ofício 175 registra que foi recolhido a prisão, sem declarar, entretanto o motivo, sendo solto somente 6 dias depois. Conforme o ofício nº 170, Julio havia sido posto em liberdade de uma outra prisão 5 dias antes. Foi

³³¹ Ofícios do Chefe de Polícia Benício N. T. da Cunha Mello ao Sr. Secretário do Interior e Justiça em 21 de dezembro de 1899; e em 23 de dezembro de 1899. APESC.

³³² Ofício do Prefeito de Polícia interino Manuel Pimentel de Barros Bittencourt ao Sr. Diretor encarregado da Secretaria do Interior, em 14 de setembro de 1901. APESC.

³³³ Ofício do Prefeito de Polícia interino Manuel Pimentel de Barros Bittencourt ao Sr. Diretor encarregado da Secretaria do Interior, em 30 de setembro de 1901. APESC.

³³⁴ Ofício do Prefeito de Polícia interino Manuel Pimentel de Barros Bittencourt ao Sr. Diretor encarregado da Secretaria do Interior, em 1º de outubro 1901. APESC.

preso novamente em 30 de maio³³⁵, e no início de setembro³³⁶. Em nenhuma das vezes que foi recolhido a cadeia foi citado na parte policial o motivo, sendo indicado somente ter sido recolhido por ordem do Comissário de polícia.

Assim como Júlio em 1899, João Antonio de Almeida faz presença constante no xadrez em 1908/1909, sendo citado, entretanto, pela alcunha por que é conhecido, João Catharina. Nos ofícios analisados, consta que foi recolhido em 2 de maio,³³⁷ 4 e 5 de agosto³³⁸ e em 24 de novembro³³⁹ de 1908, e em 22 em junho³⁴⁰ e 28 de junho³⁴¹ de 1909. Todas às vezes sob a alegação de embriaguez.

Praticar desordens era, juntamente com embriaguez, as duas modalidades que mais frequentemente levavam a uma noite na cadeia. Além disso, é comum encontrar aqueles que são recolhidos acusados da prática de ambas pelas ruas da cidade, como Cecílio Pantaleão, recolhido em 31 de maio de 1899,³⁴² Gabriel de Motta e Souza, em 21 de junho de 1899,³⁴³ Mario Barboza, João Maria Machado, Wenceslau Marcolino da Conceição e Barcínio da Conceição, todos recolhidos em 4 de fevereiro de 1909,³⁴⁴ Joaquim Pereira Nunes, em 11 de fevereiro de 1909,³⁴⁵ Aparício Leonardo da Conceição, em 15 de março de 1909,³⁴⁶ Horácio Ferreira, Antonio Paca, Dante Buck, Antonio Hutëman, todos

³³⁵ Ofício do Prefeito de Polícia Benício N. T. da Cunha Mello ao Sr. Secretário d'Estado dos Negócios do Interior e da Justiça, em 30 de maio de 1899. APESC.

³³⁶ Ofício do Prefeito de Polícia Benício N. T. da Cunha Mello ao Sr. Secretário d'Estado do Interior e da Justiça, em setembro de 1899. APESC.

³³⁷ Ofício do Prefeito de Polícia Manoel da Silva Corrêa de Oliveira ao Ilmo. Sr. Dr. Secretário Geral, em 2 de maio de 1908. APESC.

³³⁸ Ofícios do Prefeito de Polícia Manoel da Silva Corrêa de Oliveira ao Ilmo. Sr. Dr. Secretário Geral, em 4 de agosto de 1908; e em 5 de agosto de 1908. APESC.

³³⁹ Ofício do Prefeito de Polícia Manoel da Silva Corrêa de Oliveira ao Ilmo. Sr. Dr. Secretário Geral, em 24 de novembro de 1908. APESC.

³⁴⁰ Ofício do Prefeito de Polícia Manoel da Silva Corrêa de Oliveira ao Ilmo. Sr. Dr. Secretário Geral, em 22 de junho de 1909. APESC.

³⁴¹ Ofício do Prefeito de Polícia Manoel da Silva Corrêa de Oliveira ao Ilmo. Sr. Dr. Secretário Geral, em 28 de junho de 1909. APESC.

³⁴² Ofício do Prefeito de Polícia Benício N. T. da Cunha Mello ao Exmo. Sr. Secretário dos Negócios do Interior e da Justiça, em 31 de maio de 1899. APESC.

³⁴³ Ofício do Prefeito de Polícia Benício N. T. da Cunha Mello ao Sr. Secretário d'Estado do Interior e da Justiça, em 21 de junho de 1899. APESC.

³⁴⁴ Ofício do Prefeito de Polícia Manoel da Silva Corrêa de Oliveira ao Ilmo. Sr. Dr. Secretário Geral, em 4 de fevereiro de 1909. APESC.

³⁴⁵ Ofício do Prefeito de Polícia Manoel da Silva Corrêa de Oliveira ao Ilmo. Sr. Dr. Secretário Geral, em 11 de fevereiro de 1909. APESC.

³⁴⁶ Ofício do Prefeito de Polícia Manoel da Silva Corrêa de Oliveira ao Ilmo. Sr. Diretor encarregado do expediente da Secretário Geral, em 15 de março de 1909. APESC.

em 29 de março de 1909.³⁴⁷ O registro de tais “desordens” seguem, em sua maioria, o caráter sumário da comunicação policial, não constando sequer a rua de onde aqueles teriam sido retirados. Poucas vezes ocorrem dados diferenciados, como no registro de Modesto de tal, em 6 de agosto de 1900: este teria sido recolhido “por achar-se embriagado e provocando desordem na porta do Circo Pery, na ocasião da função”³⁴⁸

O caso de Lindolpho Antonio Gomes exemplifica a complexidade destes personagens para além do registro das partes policiais. Em quinze de Janeiro de 1900, Lindolpho foi recolhido à prisão por praticar desordens.³⁴⁹ Este era o nome daquele que era conhecido pelas ruas da cidade como “Doca Carneiro”. Lindolpho era remeiro do escaler da Prefeitura, morador da Toca. Esses dados constam na parte policial que registra uma agressão sofrida pelo mesmo no dia doze de outubro de 1901. Acerca da agressão sofrida, declarou não saber de quem se tratava seus agressores, e, ainda que conste na parte que foi aberto inquérito policial para apurar o incidente, este não foi localizado.³⁵⁰

Só é possível saber mais de Lindolpho através de um interrogatório constante em um processo aberto, desta vez contra ele, no ano de 1903, também sob a acusação de agressão.³⁵¹ Conforme interrogatório, diz chamar-se Lindolpho Antonio Gomes, natural deste estado, solteiro, morador desta cidade desde a infância, sabendo ler e escrever.

Conforme a fala das testemunhas constata-se que é pardo. Nenhuma das testemunhas sabe seu nome, apesar de que todas, quando relataram o ocorrido, alegaram ter identificado o agressor: Doca Carneiro. A acusação é de que, sem motivo algum, Doca e um seu

³⁴⁷ Ofício do Prefeito de Polícia Manoel da Silva Corrêa de Oliveira ao Ilmo. Sr. Diretor encarregado do expediente da Secretário Geral, em 29 de março de 1909. APESC.

³⁴⁸ Ofício do Prefeito de Polícia Benício N. T. da Cunha Mello ao Exmo. Sr. Secretário do Interior, em 6 de agosto de 1900. APESC.

³⁴⁹ Ofício do Comissário de Polícia Fernando Machado Vieira, encarregado pelo expediente da Prefeitura de Polícia, ao Sr. Secretário do Interior, em 5 de janeiro 1900. APESC.

³⁵⁰ Ofício do Prefeito de Polícia interino Manuel Pimentel de Barros Bittencourt ao Sr. Diretor encarregado da Secretaria do Interior, em 14 de outubro de 1901. APESC.

³⁵¹ BRASIL. **Código Penal dos Estados Unidos do Brasil**. Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890. “Art. 303. Ofender fisicamente alguém, produzindo-lhe dor ou alguma lesão no corpo, embora sem derramamento de sangue.”. É solicitado grau máximo da pena, por conta da presença de circunstâncias agravantes, conforme art. 39§ 4º Ter o delinqüente sido impelido por motivo reprovado ou frívolo; e § 5º Ter o delinqüente superioridade em sexo, força ou armas, de modo que o ofendido não pudesse defender-se com probabilidade de repelir a ofensa. Disponível em www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=66049&tipoDocumento=DEC&tipoTexto=PUB, retirado em setembro de 2010.

companheiro, identificado como Joanico de tal, agrediram brutalmente Antonio Sarraceni, ferreiro, de 29 anos, em uma taverna localizada na Rua da Fraternidade, na Figueira, de propriedade de Miguel Kamischi. Tanto a vítima quando o proprietário da venda narram não ter se passado nada entre ambos que justificasse a dita violência. Ademais, Antonio Sarraceni diz que sequer conhece propriamente os agressores. A versão do acusado só aparece quando do seu interrogatório. Segundo ele, “o fato se deu por ter o ofendido tratado mal ao interrogado e seu companheiro, ao sair da venda de Kamischi, obrigando assim o interrogado a dar alguma honradez no mesmo ofendido”.³⁵²

Em 17 de outubro de 1903, o tribunal julgou não estarem suficientemente provada as acusações, absolvendo o réu. No entanto, a promotoria pública recorreu à decisão, alegando ter o júri ignorado, tanto a confissão de Doca Carneiro, quanto o relato de todas as testemunhas, que afirmaram, sem contestação do réu, terem presenciado o espancamento e as contusões infligidas a Antonio Sarraceni. Em oito de dezembro de 1903, Doca Carneiro é condenado a um ano e dois meses de prisão.³⁵³

Conforme a sentença, o réu cumpriria pena até fevereiro do ano de 1904, no entanto, em 1905 encontrava-se Doca Carneiro novamente nas partes da repartição Policial. Em ofício de 6 de novembro o Chefe de Polícia solicita providências ao Secretário Geral de Negócios do Estado acerca do pagamento da importância de 25\$00 réis aos Sr^s Ortiga & Fernandes, proprietários da empresa funerária, por conta de um caixão fornecido pelos mesmos para o enterro do indigente Doca Carneiro, que havia morrido em oito de setembro, durante aquele mesmo assalto à Repartição, promovido por praças do exército citado anteriormente.³⁵⁴

A citação dos diversos casos acima caracteriza o cotidiano do trabalho policial enquanto responsável pela manutenção de determinada ordem pelas ruas, recolhendo a prisão homens, mulheres e menores que estivessem promovendo, de alguma maneira, comportamentos “não-aceitáveis”. Tais comportamentos, ainda que não constassem na narrativa oficial como fatos que perturbassem a ordem pública, ocorriam diária e sistematicamente. Casos como o de João Catharina, que nas três vezes em que foi recolhido a prisão não teve citado o motivo para tal,

³⁵² Processo-crime em que é réu Lindolpho Antonio Gomes, ano de 1903. AHTJSC.

³⁵³ Idem.

³⁵⁴ Ofício do Comissário de Polícia Jeronymo Medeiros da Rocha, encarregado do expediente da Prefeitura de Polícia, ao Sr. Dr. Secretário Geral dos Negócios do Estado, em 6 de novembro de 1905. APESC.

indicam que a polícia agia muitas vezes sobre uma população por ela reconhecida, a qual não precisaria sequer registrar sua motivação para ação.

Assim como são frequentes as prisões por embriaguez e desordens, visando a manutenção da ordem pelas ruas da cidade, são frequentes também as prisões sob alegação da prática de furto e “gatunagem”, estas ligadas a proteção da propriedade privada. No entanto, as experiências policiais na cidade não são estanques: assim como encontramos Doca Carneiro ora agredido, ora agressor; ora trabalhador, ora indigente; aqueles presos por desordens são encontrados também nas prisões por outras infrações.

É o caso de Barcínio da Conceição, citado anteriormente recolhido a prisão por embriaguez e desordens em fevereiro de 1909. Barcínio, entretanto, já se encontra nos registros policiais em 1903, quando, juntamente com Pedro José Martins e Henrique Otaviano do Livramento, foi recolhido à prisão “por ter sido encontrado no interior da casa do cidadão Arthur Camisão, à Rua 28 de Setembro”³⁵⁵. Barcínio é registrado como menor, e, assim como os demais, é solto no dia seguinte à sua prisão. Os registros que envolvem os casos de furto, gatunagem e roubo trazem muito claramente a quem está destinada a condição de “cidadão”. Como no caso acima, onde Arthur Camisão, cidadão, que tem seu domicílio invadido. A condição de cidadania é encontrada nos registros policiais no contraponto da ação dos ébrios, dos desordeiros, dos gatunos.

As prisões por gatunagem, no entanto, não deixam claro em que circunstâncias ocorreram: se foram feitas em flagrante, sob denúncia ou em caso de suspeita policial. Assim, dormiram na cadeia sob tal alegação Manoel Roza Linhares, em 15 de maio 1899³⁵⁶, Manoel Antonio, em 16 de maio³⁵⁷, Horácio Ferreira em 25 de setembro³⁵⁸,

³⁵⁵ Ofício do Prefeito de Polícia Egydio Francisco das Chagas, ao Sr. Secretário Geral dos Negócios do Estado, em 11 maio de 1903. Barcínio da Conceição tem registro ainda em 1908, quando foi recolhido por embriaguez. Ofício do Prefeito de Polícia Manoel da Silva Corrêa de Oliveira ao Ilmo. Sr. Diretor encarregado do expediente da Secretário Geral, em 1º de dezembro de 1908. APESC.

³⁵⁶ Ofício do Prefeito de Polícia Benício N. T. da Cunha Mello ao Exmo. Sr. Secretário dos Negócios do Interior e da Justiça, em 15 de maio de 1899. APESC.

³⁵⁷ Ofício do Prefeito de Polícia Benício N. T. da Cunha Mello ao Exmo. Sr. Secretário dos Negócios do Interior e da Justiça, em 16 de maio de 1899. APESC.

³⁵⁸ Ofício do Prefeito de Polícia Benício N. T. da Cunha Mello ao Exmo. Sr. Secretário dos Negócios do Interior e da Justiça, em 25 de setembro de 1899. APESC. Horácio Ferreira possui ainda dois outros registros policiais: foi recolhido “por vagabundo” em 1900 e, em 1909, por embriaguez e desordens. Ofício do Prefeito de Polícia Benício N. T. da Cunha Mello ao Sr. Secretário do Interior, 25 de fevereiro de 1900; e Ofício do Prefeito de Polícia Manoel da Silva

Antonio Barboza da Silva, em 6 de novembro³⁵⁹, Julio Paes Barreto, em 2 de dezembro³⁶⁰, Juvencio da Silva Ramos, em 21 de dezembro³⁶¹, todos em 1899; Laudelino da Silva Ramos e João Pansada, em 21 de novembro de 1902,³⁶² José Quintino Leal, em 15 de outubro de 1903,³⁶³ João Alfredo da Silva, em 29 de janeiro e Firmino Joaquim Domingos, em 7 de fevereiro, ambos em 1908,³⁶⁴ e Idalino Manoel Thomaz da Costa, em 23 de junho de 1909,³⁶⁵ só para citar alguns casos.

Apesar da pretensa tranqüilidade, o registro de prisões acima apresenta o sistema policial em constante vigilância sobre aqueles que representassem ameaça da propriedade privada. E as partes informariam, além da gatinagem, roubos considerados elaborados, como o registrado em 27 de setembro de 1899. Segundo a parte policial, na noite anterior

Foi aberta com chave falsa a porta da casa e negócio do cidadão André Wendhausen, à Rua Altino Correa nº 3, e penetrando ali o ladrão ou ladrões no interior da loja, subtraíram a quantia de 30:000\$000 réis que estavam no cofre que, com toda a proficiência, fora arrombado.³⁶⁶

Corrêa de Oliveira ao Ilmo. Sr. Diretor encarregado do expediente da Secretaria Geral, em 29 de março de 1909. APESC.

³⁵⁹ Ofício do Prefeito de Polícia Benício N. T. da Cunha Mello ao Exmo. Sr. Secretário dos Negócios do Interior e da Justiça, em 6 de novembro de 1899. APESC.

³⁶⁰ Ofício do Prefeito de Polícia Benício N. T. da Cunha Mello ao Exmo. Sr. Secretário dos Negócios do Interior e da Justiça, em 2 de dezembro de 1899. APESC. Possui registro de prisão anterior, “por determinação do Prefeito de Polícia”. Ofício do Prefeito de Polícia Benício N. T. da Cunha Mello ao Exmo. Sr. Secretário dos Negócios do Interior e da Justiça, em 3 de abril de 1899.

³⁶¹ Ofício do Prefeito de Polícia Benício N. T. da Cunha Mello ao Exmo. Sr. Secretário do Interior e da Justiça, em 21 de dezembro de 1899. APESC.

³⁶² Ofício do Prefeito de Polícia Egydio Francisco das Chagas, ao Sr. Secretario Geral interino dos Negócios de Estado, em 21 de novembro de 1902. APESC. Laudelino e João são acusados neste ofício também de prática de feitiçaria. Nos dados analisados foi encontrado somente mais um caso similar, a prisão de Narcizo Silvano da Costa. Ofício do Prefeito de Polícia Benício N. T. da Cunha Mello ao Sr. Secretário d’Estado Interior e da Justiça, em 4 de dezembro de 1899. APESC. Não constam, em nenhum dos dois registros, dados que indiquem em que consistia a prática de feitiçaria.

³⁶³ Ofício do Prefeito de Polícia Egydio Francisco das Chagas, ao Sr. Secretario Geral dos Negócios de Estado, em 15 de outubro de 1903. APESC.

³⁶⁴ Ofício do Prefeito de Polícia Manoel da Silva Corrêa de Oliveira ao Ilmo. Sr. Dr. Secretário Geral, em 29 de janeiro de 1908. APESC; e Ofício do Prefeito de Polícia Manoel da Silva Corrêa de Oliveira ao Ilmo. Sr. Dr. Secretário Geral, em 7 de fevereiro de 1908. APESC.

³⁶⁵ Ofício do Prefeito de Polícia Manoel da Silva Corrêa de Oliveira ao Ilmo. Sr. Dr. Secretário Geral, em 23 de junho de 1909. APESC.

³⁶⁶ Ofício do Prefeito de Polícia Benício N. T. da Cunha Mello ao Sr. Secretário do Interior e da Justiça, em 27 de setembro de 1899. APESC.

Ou ainda o ocorrido em 1903, quando “os amigos do alheio arrombaram a porta da sacristia da Igreja Nossa Senhora do Parto, roubando o dinheiro que ali encontraram no respectivo cofre, que foram também arrombados”,³⁶⁷

Os registros não trazem dados posteriores acerca do arrombamento ocorrido na Igreja, já no referente ao da casa de negócio de André Wendhausen, o ofício nº 8, de 8 de janeiro de 1900, registra a fuga de Henrique Olivo da Ponte, pronunciado por aquele crime. Henrique fugiu com Manoel Luiz dos Santos, sentenciado por roubo praticado na casa de Felipe Elias, na ocasião em que realizavam a faxina da cadeia.³⁶⁸ Ambos foram capturados no dia seguinte.³⁶⁹

Preso também foi João Xavier, acusado de ter furtado a quantidade de 217\$000 réis pertencentes aos senhores Gualberto Leal e Jorge Fadel, hospedados no Hotel do Comércio, em 24 de novembro de 1908.³⁷⁰ Henrique, Manoel e João são acusados de furto, não sendo possibilitado pela documentação observar nem em que condições foram presos, nem quais foram os desdobramentos de cada um dos casos, impossibilitando, por conseguinte, a observação do trabalho policial nestes episódios.

Em inquérito aberto em 1911³⁷¹, para investigação de um roubo, os dados registrados possibilitam essa observação. Francisco Ramos, 22 anos, solteiro, catarinense, sem saber ler nem escrever, carpinteiro e recém chegado de Curitiba, recebeu voz de prisão em frente da Alfândega, por volta da meia noite, após ser perseguido pela patrulha pelo centro da cidade, vestindo apenas ceroulas.

Francisco era acusado de ter praticado roubo no “Restaurante do Povo”, sito a Rua Deodoro, nº 8, onde estava hospedado. Interessante observar no caso do “Restaurante do Povo” é a ação policial pelas ruas da cidade, apreendida através dos depoimentos dos policiais envolvidos na prisão do acusado. O relato dos policiais nos autos de prisão em flagrante apresenta a descrição da sua movimentação pelas ruas e a maneira como se organizavam os praças de plantão para atuarem quando solicitados. Oscar Antonio Sampaio, 28 anos, solteiro, pernambucano,

³⁶⁷ Ofício do Prefeito de Polícia Egydio Francisco das Chagas, ao Sr. Secretario Geral dos Negócios de Estado, em 23 de setembro de 1903. APESC.

³⁶⁸ Ofício do Prefeito de Polícia Benício N. T. da Cunha Mello ao Sr. Secretário do Interior e da Justiça, em 8 de janeiro de 1900. APESC.

³⁶⁹ Ofício do Comissário de Polícia Fernando Machado Vieira, encarregado pelo expediente da Prefeitura de Polícia, ao Sr. Secretário do Interior, em janeiro 1900. APESC.

³⁷⁰ Ofício do Prefeito de Polícia Manoel S. Corrêa d’Oliveira, ao Ilmo. Sr. Dr. Secretário Geral, em 24 de novembro de 1908. APESC.

³⁷¹ Inquérito policial – Francisco Ramos, no ano de 1911. AMTJSC.

praça do Regimento de Segurança, declara não saber ler e escrever, é o responsável pela prisão e condução de Francisco até a Repartição policial. Segundo ele,

(...) estando de patrulha na Rua Conselheiro Mafra, ouviu gritos de *pega ladrão* e acudindo auxiliado por seu companheiro Joaquim Laurindo e em frente a Alfândega veio correndo um indivíduo das imediações da Rua Deodoro, dando ali mesmo voz de prisão ao indivíduo.³⁷²

Joaquim Laurindo dos Santos, catarinense de 27 anos, praça do Regimento, também declarou não saber ler e escrever, relata sua participação no ocorrido:

(...) que estava na esquina da casa do Senhor Branco, e seguindo rondando até a Confeitaria Chiquinho ouviu gritos dirigidos a ele que atacasse por baixo, e ele assim o fez, e chegando em frente da Alfândega viu os praças conduzindo o indivíduo, chegando em seguida o dono do Restaurante do Povo, dizendo que o indivíduo havia lhe roubado certa quantia.³⁷³

Por fim, Honorato Jesuíno de Souza, 26 anos, casado, sabendo ler e escrever, declara que

(...) estava de patrulha na Conselheiro Mafra esquina com a Trajano, ouviu apitos e gritos de *pega ladrão*, indo ao encontro de um homem que mais tarde soube chamar-se Francisco Ramos, o qual vinha em ceroulas e com outras peças de roupas na mão, correndo perseguido por praças

Como já foi dito, as praças que realizam a patrulha noturna são enviadas pelo Corpo de Segurança e ficam sob comando do Chefe de Polícia. Pelo que se pode observar dos relatos prestado pelos três praças acima, a patrulha era realizada na região central da cidade. Além dos gritos, os policiais utilizam apitos, expediente viável devido ao recorte espacial restrito em que atuavam.³⁷⁴

³⁷² Idem.

³⁷³ Idem.

³⁷⁴ O Prefeito de Polícia encaminha nota no valor de 188\$200, referente à compra de 200 apitos. Ofício do Prefeito de Polícia Manoel S. Corrêa d'Oliveira, ao Ilmo. Sr. Dr. Secretário Geral, em 26 de setembro de 1908. APESC.

Após as declarações prestadas, não se encontrando em posse de Francisco nenhum dinheiro, arquivou-se o caso. Segundo o próprio Francisco, ele não teria roubado nada e tudo não teria passado de um grande mal entendido que teria ido tão longe que, devido a agressões de seus acusadores, ele teve que sair correndo e sem roupas para não sofrer maior violência. Não tendo em mãos quantia alguma, o delegado acaba por encerrar as investigações neste ponto, não encaminhando a acusação.

Outro tipo de ocorrência policial comum pela cidade são as brigas, geralmente seguidas por registros de ofensas físicas. Elias Nahas e José Pedro – ambos identificados como árabes no registro policial – foram presos em flagrante por estarem lutando no meio do Jardim Almirante Gonçalves, sendo ambos liberados após pagamento de fiança.³⁷⁵ Já Henrique Nascimento e José Nazário foram presos pelas praças da patrulha por estarem brigando no interior de uma taverna.³⁷⁶ Se a desavença entre Elias e Pedro ou Henrique e José não lhes causaram maiores aborrecimentos, a mesma sorte não teve Izidoro de tal, envolvido em briga com Celestino Aparício, tendo sido espancado e ferido por este,³⁷⁷ ou Luiz Hunhosa Madrilenho, atacado e ferido gravemente por Julião Gallego e Sebastião Garcia, que foram recolhidos a prisão em flagrante.³⁷⁸

São diversos os registros policiais em que constam agressões e ferimentos. Cara-dura, citado anteriormente, saiu ferido da briga que se envolveu com Domingos do Nascimento, Capitão do 3º Batalhão de Artilharia, durante o carnaval.³⁷⁹ João Prado, patrão do escalér da Alfândega, foi agredido por um grupo de indivíduos no Largo 13 de Maio, só conseguindo evitar maiores conseqüências por conta da interferência de populares que intervieram na ocasião.³⁸⁰ No interior da barbearia Barriga Verde, sita a Praça XV de Novembro, após altercação com o dono do estabelecimento José Venâncio Alves, foi ferido

³⁷⁵ Ofício do Prefeito de Polícia Egydio Francisco das Chagas, ao Sr. Secretario Geral interino dos Negócios de Estado, em 23 de março de 1903. APESC. – árabes não dormem na cadeia.

³⁷⁶ Ofício do Prefeito de Polícia Manoel S. Corrêa d'Oliveira, ao Ilmo. Sr. Dr. Secretário Geral, em 5 de setembro de 1908. APESC.

³⁷⁷ Ofício do Prefeito de Polícia Benício N. T. da Cunha Mello ao Sr. Secretário do Interior e da Justiça, em 25 de agosto de 1899. APESC.

³⁷⁸ Ofício do Prefeito de Polícia Benício N. T. da Cunha Mello ao Sr. Secretário do Interior, em 27 de fevereiro de 1900. APESC.

³⁷⁹ Ofício do Prefeito de Polícia Manuel Pimentel de Barros Bittencourt ao Sr. Secretário Geral dos Negócios do Estado, em 12 de fevereiro de 1902. APESC.

³⁸⁰ Ofício do Prefeito de Polícia Egydio Francisco das Chagas, ao Sr. Secretario Geral interino dos Negócios de Estado, em 12 de junho de 1902. APESC. Os agressores de João Prado evadiram-se sem serem identificados.

Herculano Nunes de Freitas.³⁸¹ Trajano de Assis envolveu-se em discussões com Antonio José da Costa, conhecido por Fortaleza, e foi por este alvejado com um tiro no abdômen.³⁸² Francisco José Pinheiro foi recolhido à prisão por, andando armado com um canivete, tentar ferir um seu companheiro,³⁸³ tendo sido recolhido também Constancio Antonio de Moura, acusado de agredir “uma pobre velha”.³⁸⁴ Novamente são as partes policiais restritivas, não informando detalhes dos eventos ou dos envolvidos.

No dia 24 de março de 1900 foi preso em flagrante, dentro do Mercado Público, Agostinho Alves Bezerra, sob acusação de ter agredido José Carlos Feijó e Silva. Diferentemente dos registros anteriores, o caso de Agostinho dá início a um processo que permite observar os desdobramentos do caso. Era o acusado padeiro, natural do Rio Grande do Norte, com 29 anos de idade. A vítima, José Carlos, empregado público aposentado com 65 anos.

José Carlos, em depoimento, diz que, estando no Mercado Público, por volta das 7 horas da manhã, fazendo compras, foi atacado, sem aviso anterior pelo acusado, que lhe esbofeteou e deu-lhe bengaladas as costas, fazendo para tal uso da bengala do próprio ofendido. As seqüentes inquirições de testemunhas, comerciantes e atendentes do Mercado Público, confirmam a primeira versão apresentada pelo ofendido. Somente quando Agostinho é inquirido delineia-se a possível motivação para o ato: segundo ele, teria sido ridicularizado por João Carlos, em questões que envolviam a sua família. As testemunhas são chamadas novamente a depor, que passam a informar que os envolvidos eram sabidamente vizinhos e que traziam, há algum tempo, conflitos, de onde o ocorrido dentro do Mercado Público possa ter derivado.³⁸⁵

Os boletins produzidos pela Repartição policial não informam detalhes das ocorrências, mas delineiam a ação policial principalmente onde esta não se desdobra. Muitos dos conflitos vivenciados nas ruas são meramente resolvidos pela prisão correcional, que se resumia na maioria das vezes na passagem noturna pela cadeia, ou ainda a prisões

³⁸¹ Ofício do Prefeito de Polícia Egydio Francisco das Chagas, ao Sr. Secretario Geral interino dos Negócios de Estado, em 12 de junho de 1902. APESC.

³⁸² Ofício do Prefeito de Polícia Egydio Francisco das Chagas, ao Sr. Secretario Geral interino dos Negócios de Estado, em 7 de julho de 1902. APESC.

³⁸³ Ofício do Prefeito de Polícia Manoel S. Corrêa d'Oliveira, ao Ilmo. Sr. Dr. Secretário Geral, em 21 de janeiro de 1908. APESC.

³⁸⁴ Ofício do Prefeito de Polícia Manoel S. Corrêa d'Oliveira, ao Ilmo. Sr. Dr. Secretário Geral, em 15 de janeiro de 1909. APESC.

³⁸⁵ Processo crime em que é réu Agostinho Alves Bezerra, no ano de 1900. AMTJSC.

embasadas na prevenção, registradas como prisão para averiguações policiais. A prisão para averiguações funcionava como ferramenta do trabalho policial independente da ação do judiciário, possibilitando ao Chefe de Polícia, ou ainda aos Comissários, autoridade autônoma para efetuar prisões e solturas embasadas unicamente em seus próprios critérios. Assim, foram recolhidos preventivamente, para averiguações policiais, Hermógenes Rodrigues de Abreu, em 3 de junho³⁸⁶, Raymundo Nonato, em 9 de agosto³⁸⁷, José Demarque e João Camerane, em 28 de setembro³⁸⁸, todos em 1899; Antonio Joaquim Brinhosa e Braz Fiorenzano, em 8 de agosto de 1902³⁸⁹ e Faustino João Vieira e sua mulher, Luiza Vieira, em 4 de maio de 1908.³⁹⁰

Essa parece ter sido a condição em que foram presos os paulistas Henrique de Natal, Arthur Emygdio dos Santos, Manoel Pedro e José da Silva. No pedido de *habeas corpus*, eles solicitam que cesse “o ilegal constrangimento que se acham sofrendo”³⁹¹. Segundo eles,

Alegamos que fomos presos no dia 16 do mês de setembro do corrente ano a ordem do Dr. Chefe de Polícia sem nota de culpa ou mandado de prisão de juízes, que não posso (sic) estar preso sem tempo determinado, pena esta que não fomos condenados por autoridade competente. Não é verdade egrégio Tribunal que o artigo 1º do Código Penal diz que nenhum indivíduo pode ser punido por suspeita ou por fatos que não tenha sido qualificado crime em face desse artigo?³⁹²

Não fica claro quem teria redigido a petição, visto que as assinaturas foram feitas a rogo, pelo redator. Solicitado ao Chefe de Polícia esclarecimentos, este encaminha ofício em que coloca que os

³⁸⁶ Ofício do Prefeito de Polícia Benício N. T. da Cunha Mello ao Sr. Secretário do Interior e da Justiça, em 3 de junho de 1899. APESC.

³⁸⁷ Ofício do Prefeito de Polícia Benício N. T. da Cunha Mello ao Sr. Secretário do Interior e da Justiça, em 9 de agosto de 1899. APESC.
Of. 297, 9 de agosto de 1899.

³⁸⁸ Ofício do Prefeito de Polícia Benício N. T. da Cunha Mello ao Sr. Secretário do Interior e da Justiça, em 28 de setembro de 1899. APESC.

³⁸⁹ Ofício do Prefeito de Polícia Emygdio Francisco das Chagas, ao Sr. Secretario Geral interino dos Negócios de Estado, em 8 de agosto de 1902. APESC.

³⁹⁰ Ofício do Prefeito de Polícia Manoel S. Corrêa d'Oliveira, ao Ilmo. Sr. Dr. Secretário Geral, em 2 de maio de 1908. APESC.

³⁹¹ *Habeas corpus* impetrado por Henrique de Natal, Arthur Emygdio dos Santos, Manoel Pedro e José da Silva, 1918. AMTJSC.

³⁹² Idem

quatro haviam realmente estado presos na Cadeia Pública, onde foram mantidos para averiguações, mas que já tinham sido liberados. A petição foi redigida em 20 de setembro, sendo as informações solicitadas ao Chefe de Polícia encaminhadas no dia 26 subsequente. Não há detalhamento do motivo das prisões, ou que tipo de averiguação foi realizada, mas, pelo que se pode observar através deste e de alguns outros pedidos de *habeas corpus*, prender sob alegação de “averiguação” e “suspeita” era procedimento comum.

É o caso na prisão de Antunes d’Ávila e Amadeu Barbi. Em pedido impetrado pelo advogado de ambos, Gilberto Jorge da Silva, este alega que seus pacientes, tendo se apresentado voluntariamente na Chefatura de Polícia no dia 17 de agosto de 1920, para prestar esclarecimentos a respeito de uma queixa de rapto e defloramento, teriam sido imediatamente presos e, no dia subsequente, encaminhados a Cadeia Pública. O *habeas corpus* se justificaria, segundo o advogado, por não haver contra ambos culpa formada.

Interessante neste processo é entrever o espaço de manobra que possuía o Chefe de Polícia diante do tempo do trâmite jurídico. Do momento da prisão dita ilegal, até que o recurso chegasse a ser avaliado pelos juízes, o Chefe de polícia poderia fazer a manutenção das prisões, procedendo à soltura antes mesmo de ser deferido o *habeas corpus*. É o que acontece no caso exposto acima. O advogado impetra o pedido a 19 de agosto, e anexa correspondência do carcereiro da Cadeia Pública, para confirmação de que Antunes d’Ávila e Amadeu Barbi encontram-se presos sob ordem do Chefe de Polícia. No dia seguinte, 20 de agosto, segue correspondência ao Chefe de Polícia solicitando informações sobre o caso. Três dias depois o Chefe de polícia informa que “Waldemiro Antunes d’Ávila e Amadeu Barbi estiveram detidos para averiguações policiais, mas presentemente já se acham em liberdade.”³⁹³ Segue acórdão dos juízes colocando que se encontrava “prejudicada a ordem impetrada visto como pelas informações prestadas [pelo Chefe de polícia] verificam que nenhuma coação estão sofrendo em sua liberdade os pacientes [...]”.³⁹⁴ Assim, estabelece-se implicitamente um período “viável” para a prática do procedimento de prisão para averiguações, além de não implicar em nenhuma sanção ao Chefe de Polícia, pois a soltura pode ser realizada antes mesmo de se configurar uma possível ilegalidade da prisão.

³⁹³ *Habeas corpus* impetrado pelo Dr. Gilberto Jorge da Silva, tendo por pacientes Antunes d’Ávila e Amadeu Barbi, no ano de 1920. AMTJSC.

³⁹⁴ *Idem*.

As prisões que, constitucionalmente poderiam ser lidas como ilegais e constrangedoras, também encontravam caminhos para tornarem-se legítimas, prolongando o cárcere por mais algum tempo. É o caso que envolvia Francisco Salles dos Prazeres, em pedido de habeas corpus impetrado por Fernando Machado Vieira ³⁹⁵. Segundo este, Francisco encontrava-se preso há 82 dias, sem ter sido até então iniciado os termos de formação de culpa, caracterizando a prisão ilegal.

Adiante, Mileto Tavares, Juiz de Direito da 2ª Vara vem esclarecer, como havia sido lhe solicitado pelo Desembargador que estava apreciando o caso, que havia decretado a prisão preventiva de Francisco, por solicitação do Delegado Auxiliar da Capital. A motivação para ter decretado a prisão teria sido por ter o acusado confessado, por ter o sumário de culpa atrasado por procedimento do Promotor Público e por fim, e talvez principalmente, baseado em sua percepção do acusado. Segundo ele

Finalmente, revestindo-se de gravidade o crime de que se acusa Francisco dos Prazeres, **homem aventureiro, sem lar e sem família**, era com V. Exa. Vê de toda urgência a medida decretada e que longe de infligir ao acusado constrangimento ilegal que o impetrante idealizou, foi um ato de prudência e justiça.

A motivação maior para a manutenção de Francisco dos Prazeres em prisão ilegal por quase três meses, segundo Mileto Tavares, seria ser ele desprovido de laços familiares que, associado ao crime praticado – Francisco havia confessado ter deflorado uma menor - o tornaria pernicioso para a sociedade, ao ponto de exigir sua reclusão. É interessante que o juiz não faz alusão direta da possibilidade de fuga de Francisco, o que só supomos na medida em que lemos sua justificativa, já que a ideia de que ele seria “aventureiro” e sem laços poderia indicar a tentativa de eximir-se de qualquer penalidade por seus atos, tentando deixar a cidade.

Retomando o cotidiano apresentado pelos Ofícios expedidos pela Prefeitura de Polícia, além de proporcionar a observação tanto das ferramentas ao alcance da polícia para processar sua ação nas ruas – tendo como principais delas a prisão correcional e a prisão para

³⁹⁵ Vale notar que Fernando Machado Vieira, que apresentando-se como “(...) cidadão brasileiro no uso dos seus direitos civis e políticos”. Apesar da distância temporal, ele é possivelmente o responsável pelo Comissariado de Polícia da Capital, no ano de 1900, conforme Boletins citados anteriormente.

averiguações – estes ofertam a ampliação da ação policial, ao registrar a sistematização de campanhas com foco em atividades específicas, como o controle sobre os jogos proibidos.

Ainda em 1888 o Relatório da Repartição Policial dedicava um de seus tópicos a questão dos jogos proibidos. Segundo o Chefe de Polícia, as casas de víspera em funcionamento na Capital, autorizadas e administradas pela Câmara Municipal, realizavam os jogos de azar, levando a Repartição Policial a publicar edital³⁹⁶ determinando “que são proibidos os jogos de paradas ou apostas, por meio de cartas ou outro meio”, e sendo os infratores que nesta falta incorrerem sujeitos a multa de 30\$000, além de prisão de 15 a 60 dias. Além do lançamento do dito edital, o Chefe de polícia solicitou na Câmara a revogação da permissão do estabelecimento de casas onde se realizava o jogo de víspera.³⁹⁷

A despeito de tal empenho naquele ano, o problema policial com os jogos não reaparece nos relatórios subsequentes, apesar deste ser um tema a qual se dedica a ação policial. Em 1900 o Chefe de polícia denuncia diretamente Pedro Joaquim Dutra, funcionário público que, segundo ele, é notoriamente conhecido por possuir uma casa de jogatina, na qual “se reúnem quase todas as noites indivíduos de todas as espécies para se entregarem francamente aquele vício”.³⁹⁸ Em anexo ao ofício 137, datado de 14 de dezembro de 1906, consta cópia de carta encaminhada pelo Comissário de Polícia responsável pelo distrito da Trindade ao Chefe de polícia, solicitando o envio de uma praça “para conter a jogatina na região, que termina sempre em brigas e embriaguez”.³⁹⁹ Já Afonso Henrique Lambert foi recolhido à prisão em 13 de janeiro de 1909, sob acusação de “andar vendendo bilhetes de loteria do Rio Grande do Sul”⁴⁰⁰

Mas a empreitada mais duradoura empreendida pela polícia naqueles anos referente a jogos ilegais foi sobre o jogo do bicho⁴⁰¹.

³⁹⁶ Edital publicado no jornal “Conservador”, em 7 de outubro de 1887. Extraído do Relatório apresentado ao Ilmo. Exmo. Sr. Cor. Dr. Augusto Fausto de Souza, Presidente da Província, pelo Sr. José F. de Mello, Chefe de Polícia, em 28 de junho de 1888. APESC.

³⁹⁷ Idem.

³⁹⁸ Ofício do Prefeito de Polícia Benício N. T. da Cunha Mello ao Sr. Secretário do Interior, em 11 de outubro de 1900. APESC.

³⁹⁹ Ofício do Subcomissário do Distrito da Trindade em exercício Honorato Gomes, ao Ex. Sr. Dr. Prefeito de Polícia, em 21 de novembro de 1906. Consta como cópia, conforme o original, anexa ao ofício do Prefeito de Polícia Henrique Lessa, ao Exmo. Sr. Dr. Honório H. Carneiro da Cunha, D. D. Secretário Geral, em 14 de dezembro de 1906. APESC.

⁴⁰⁰ Ofício do Prefeito de Polícia Manoel S. Corrêa d’Oliveira, ao Ilmo. Sr. Dr. Secretário Geral, em 13 de janeiro de 1909. APESC.

⁴⁰¹ Sobre o jogo do bicho, ver: DAMATTA, Roberto e SOÁREZ, Elena. **Águias, Burros e Borboletas: Um Estudo Antropológico do Jogo do Bicho**. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

Originário da Capital Federal, datado de 1892, os primeiros registros policiais da sua ocorrência em Florianópolis datam de 1900, no entanto é possível que a ação policial sobre tal atividade tenha se iniciado após a rápida inserção da prática pela cidade.⁴⁰² Apesar de não se tornarem mote para a constituição de processo criminal, nos registros policiais das prisões efetuadas no biênio 1900/1901 estão listadas o maior número daquelas vinculadas ao jogo do bicho, denotando, para aquele período, um empenho para extirpação da prática não observado nos registros posteriores. Assim, foram recolhidos a prisão José Antonio Esteves⁴⁰³, Elias Jorge, Jorge Alcefe e Elias Fial,⁴⁰⁴ Bellarmino Alves, Manoel Ferreira Andreia, José Garcez e Henrique Ferrari,⁴⁰⁵ estes acusados de venderem bilhetes do jogo do bicho. Pedro Tipié, Idalino Marcolino da Silveira, Fernando de Barros e Carolina Tembusek, em 20 de junho⁴⁰⁶, João Lopes, seis dias depois,⁴⁰⁷ Sebastião Torres, Manoel Andrade, Francisco da Costa e José Severino e Juvencio Ignácio Pereira, ainda naquele junho de 1901,⁴⁰⁸ Francisco João e João Soares, em agosto,⁴⁰⁹ Osório de tal e Francisco de tal, em novembro⁴¹⁰, estes sob acusação de agenciarem o jogo.⁴¹¹

Diferentemente dos casos anteriores, Miguel Bufaraco, Fernando de Barros – o mesmo de que consta prisão acima registrada no ofício 205, do mês de junho anterior próximo – e Antonio Jesuino Lobo têm sua prisão feita em flagrante, no dia 23 de agosto de 1901, o primeiro como banqueiro e os dois últimos por agenciadores do jogo do bicho. Esse foi o único processo encontrado embasado unicamente naquela prática ilegal, sendo os réus enquadrados no art. 367, § 1º.

⁴⁰² Em 1894 já existiriam variantes do jogo do bicho em Santa Catarina. Idem. pp. 76-79.

⁴⁰³ Ofício do Prefeito de Polícia Benício N. T. da Cunha Mello ao Sr. Secretário do Interior, em 16 de agosto de 1900. APESC.

⁴⁰⁴ Ofício do Prefeito de Polícia Benício N. T. da Cunha Mello ao Sr. Secretário do Interior, em 25 de junho de 1901. APESC.

⁴⁰⁵ Ofício do Prefeito de Polícia Benício N. T. da Cunha Mello ao Sr. Secretário do Interior, em 19 de junho de 1901. APESC.

⁴⁰⁶ Ofício do Prefeito de Polícia Benício N. T. da Cunha Mello ao Sr. Secretário do Interior, em 20 de junho de 1901. APESC.

⁴⁰⁷ Ofício do Prefeito de Polícia Benício N. T. da Cunha Mello ao Sr. Secretário do Interior, em 26 de junho de 1901. APESC.

⁴⁰⁸ Ofício do Prefeito de Polícia Benício N. T. da Cunha Mello ao Sr. Secretário do Interior, em 28 de junho de 1901. APESC.

⁴⁰⁹ Ofício do Comissário de Polícia João Pedro de Oliveira Carvalho, encarregado do expediente, ao Sr. Secretario do Interior, em 17 de agosto de 1901. APESC.

⁴¹⁰ Ofício do Prefeito de Polícia Manuel Pimentel de Barros Bittencourt ao Sr. Diretor encarregado da Secretaria do Interior, em 29 de novembro de 1901. APESC.

⁴¹¹ Não há uma diferenciação clara entre o vendedor e o agenciador, podendo inclusive, os termos corresponderem a denominação da mesma atividade.

O flagrante configurou-se com a prisão do mencionado Fernando de Barros, de 23 anos, casado, jornalista residente na Rua Pedro Soares nº 12, e de Antonio Jesuíno Lobo, 24 anos, casado, boleeiro, residente na Rua Bocaúva nº 103, quando estes prestavam contas, fazendo a entrega dos papéis numerados e do dinheiro referente ao jogo do bicho ao seu banqueiro. Em seu depoimento, Fernando, já preso anteriormente por agenciar o dito jogo, declara: “foi nesta cidade, em outros tempos, agenciador, como muita gente era, do jogo do bicho, depois que a polícia começou a perseguir esse jogo ele acusado abandonou-o, receando que algum mal lhe pudesse acontecer.”⁴¹²

Já Miguel Bufaraco, primeiro a depor, contando com 26 anos, solteiro, negociante, morador da sua casa comercial sita a Rua João Pinto⁴¹³, acusado de ser o banqueiro do jogo, alega não saber de que se tratavam os ditos papéis de anotações que foram encontrados com os acusados. Apesar da tentativa de expressar inocência, está mostra-se vã: os seqüentes depoimentos, tanto dos que com ele foram presos, quanto das testemunhas arroladas, apresentam Bufaraco como conhecido banqueiro do dito jogo, atividade que exercia a algum tempo, nos seguintes termos: pela testemunha Mustaphá Silva, de 17 anos, solteiro empregado do comércio, residente na Rua Fernando Machado nº 21, é dito que “sabe que o acusado Miguel Bufaraco é banqueiro do chamado jogo dos bichos”. Sólón Zózimo da Silva, de 20 anos, desempregado do comércio, morador do mesmo endereço que Mustaphá, relata que “relativamente ao jogo dos bichos e as pessoas constantes do auto que lhe foi lido sabe que Miguel Bufaraco é banqueiro desse jogo porque por diversas vezes ele testemunha jogou nos bichos em sua casa comercial dele Bufaraco (...)”. Por fim, Candido Armino Mello, de 21 anos, solteiro, jornalista, morador do Beco Irmão Joaquim nº 4, declarou também ser sabedor de que o acusado é afamado banqueiro do dito jogo, inclusive “passando ele testemunha pela casa comercial do dito Miguel este o chamou e em presença de seus empregados e do acusado Fernando de Barros, que também ali de achava, convidou-o para ser agenciador seu do dito jogo, prometendo lhe dar onze por cento sobre as vendas que fizesse (...)”.

⁴¹² Processo-crime em que são réus Miguel Bufaraco, Fernando de Barros e Antonio Jesuíno Lobo, no ano de 1900. AMTJSC. Em seu primeiro depoimento, Fernando alega ter voltado a exercer atividade vinculada ao jogo do bicho devido a moléstia de que vinha sofrendo sua esposa. Apesar de soar como uma medida desesperada para escapar de uma possível condenação, quando interrogado novamente, já se declara viúvo.

⁴¹³ Mais a frente, quanto interrogado novamente, surge sua nacionalidade, declarando que é sírio, morando há sete anos na cidade de Florianópolis. Idem.

Apesar da ação policial, que pela disposição dos autos apresenta-se como planejada – conforme o depoimento dos condutores que efetuaram a prisão em flagrante, houve a espera pelo comando do Comissário de Polícia para que estas se efetuassem, objetivando certamente a chegada dos agenciadores a casa do banqueiro para a entrega das anotações e dinheiro – e de a ocorrência haver se desdobrado em um processo, Miguel Bufaraco e aqueles que com ele foram presos tem fiança paga no mesmo dia das prisões, passando a acompanhar o trâmite jurídico em liberdade.⁴¹⁴

Antes de apresentar os desdobramentos do caso “Bufaraco”, vale notar que as três testemunhas que depuseram no auto de flagrante estariam presentes em outras fontes, e em todas elas vinculadas ao órgão policial. Mustaphá Silva, então com 17 anos e empregado do comércio, reaparece em 1907, aos 24 anos, como o sargento do Corpo de Segurança a serviço do Chefe de polícia, ferido por um soldado do 37º Batalhão de Infantaria, no caso que será discutido mais a frente; Sólon Zózimo da Silva, de 20 anos, naquele ano desempregado do comércio, em 1911, com 31 anos, oficial do Corpo de Segurança, no comandante da patrulha responsável pela prisão de um homem embriagado durante a Procissão de Nosso Senhor Jesus dos Passos, em outro caso que também será tratado posteriormente. Já Candido Armindo Mello, de 21 anos, que se declara jornalista, é encontrado na folha de pagamentos da Chefatura de Polícia, como encarregado do serviço de policiamento secreto⁴¹⁵ no período de dezembro de 1901 a janeiro de 1902.⁴¹⁶ Os registros do processo seguem até o mês de setembro, com a sequência de depoimentos, de onde as peças finais não mais constam.

Todavia, o ofício nº 304, de três de outubro daquele ano, nos apresenta o alvoroço causado pelo julgamento de acusados pela prática do jogo do bicho. Os relatos do dia três de outubro reforçam a

⁴¹⁴ Auto de fiança provisória. O fiador foi Nagib Nicolau Nahas, comerciante, morador da Rua João Pinto nº três – mesmo logradouro do comércio de Miguel Bufaraco. O valor estipulado para a soltura foi de um conto de réis para o acusado Miguel Bufaraco e de seiscentos réis para cada um dos dois outros acusados. *Idem*.

⁴¹⁵ Este seria um dos dois únicos registros localizado sobre o policiamento secreto. O outro diz respeito à solicitação da “criação de um pequeno grupo de secretas”, como uma das mudanças necessárias para que a instituição cumprisse o seu papel. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Coronel Vidal José de Oliveira Ramos, governador do Estado, pelo Desembargador Sálvio e Sá Gonzaga, Chefe de Polícia, em 1º de junho de 1911.

⁴¹⁶ Conforme segue a exposição do chefe de Polícia “o ajuste que esta Prefeitura fez com o referido guarda foi, conforme me autorizastes, de 60\$000 réis mensais, que os Oliveira Carvalho & Irmão pagaram em fornecimento de gêneros segundo autorização que firmei.” Ofício do Prefeito de Polícia Manuel Pimentel de Barros Bittencourt ao Sr. Secretário Geral dos Negócios de Estado, em 14 de fevereiro de 1902. APESC.

importância adquirida pela rede do jogo do bicho na cidade – como se pode observar pelas prisões citadas anteriormente, e pelos convites que disseram as testemunhas terem recebido do banqueiro – se estas não o aceitaram, outros, como Antonio Jesuino, assim o fizeram.

O caso é que o Chefe de polícia encontrava-se, naquele três de outubro, bastante apreensivo acerca de um julgamento, perante a Junta Correccional da Capital, de indiciados pela prática e atividade do jogo do bicho. Segundo o Chefe de Polícia, informações por ele recebidas afirmavam que defensores daquele “nefasto jogo” pretendiam

(...) fazer manifestações hostis ao referido tribunal, assim, como, precedidos de banda de música, acompanharem-nos em passeata pelas ruas desta Capital, o que deveis convir outra cousa não traduz senão uma afronta e um desacato aos poderes públicos, quiçá fomentando a propaganda do repugnante jogo que as autoridades agem no sentido de extingui-lo.⁴¹⁷

Para enfrentar tal situação, solicita o chefe autorização do Governador para ter a disposição “30 praças municidadas, sob o comando de um oficial enérgico”, para conter possíveis transtornos e garantir o trabalho daquele tribunal. A possível mobilização em prol do jogo do bicho indica a importância e arraigamento daquela atividade. Apesar do ano de 1901 deter o maior número de registros de prisões policiais de envolvidos naquela atividade, indicando inclusive a execução de uma campanha para sua extirpação, os anos seguintes registram, cobrança de medidas mais eficazes de combate ao jogo, que era conhecido e praticado largamente, inclusive por autoridade policiais, como se pode observar no ofício nº 36, de 1904, onde consta a solicitação para exoneração de João Vieira Cordeiro, subcomissário de polícia do distrito da Trindade, sob acusação de ser aquela autoridade agenciador “dos mais fortes” do jogo do bicho.⁴¹⁸

Os relatos apresentados, donde constam casos de jogatina acima, ou ainda de desordem, embriaguez, furto, gatunagem e agressões decorrentes de brigas, constantes pelas ruas da cidade durante os primeiros anos republicanos, podem passar a errônea impressão de que tais acontecimentos tenham sido protagonizados somente por homens.

⁴¹⁷ Ofício do Prefeito de Polícia Manuel Pimentel de Barros Bittencourt ao Sr. Diretor encarregado da Secretaria do Interior, em 3 de outubro de 1901. APESC.

⁴¹⁸ Ofício do prefeito de Polícia Antonio Gomes Domingues, ao Exmo. Sr. Secretário Geral dos Negócios do Estado, em 23 de maio de 1904. APESC.

No entanto, ao contrário, a ação policial se dava intensamente sobre as mulheres e também sobre menores, sendo ambos listados freqüentemente como protagonistas das mesmas infrações listadas.

No referente aos casos envolvendo menores, a repartição tem aberto um canal de conversação com a Escola de Aprendizes Marinheiros⁴¹⁹, para onde encaminha, com aval do responsável, os menores causadores que conflitos pela cidade. É o que ocorre, por exemplo, Luiz Cardozo Ribeiro, recolhido a prisão pela prática de gatunagem, que, com a autorização da mãe, foi encaminhado à dita Escola em 13 de janeiro de 1908 para seu alistamento.⁴²⁰ Já o menor Adão foi entregue pela polícia do Paraná a Capitania do Porto daquele Estado para ser remetido para mesma instituição.⁴²¹

A Escola de Aprendizes Marinheiros é, no período, o depositário para os menores que se configuravam como um problema pelas ruas da cidade, como se pode observar abaixo

Nesta capital, onde abundam rapazes vadiando pelo mercado e pelos trapiches, muitos até maltrapilhos, a causarem dó, em idade de procurarem ocupações úteis, bom seria que se estimulassem á vida da Armada que lhes garante o presente e o futuro, em vez de continuarem na vida que levam, estragando a saúde, viciando-se em jogos e perdendo o brio como condutores de estranhos á causas duvidosas.⁴²²

O envio para a Escola de Aprendizes Marinheiros, entretanto, requer o aval do seu responsável, o que nem sempre ocorria.⁴²³ Quando tal, a ação policial sobre eles repete o procedimento realizado com

⁴¹⁹ Instituição criada pela lei nº 148, de 27 de agosto de 1840, tinha por objetivo a formação de praças para o serviço ativo da Marinha de Guerra. Em Santa Catarina, o decreto nº 2003, de 24 de outubro de 1857, criou as duas primeiras Companhias de Aprendizes, como eram denominadas até 1886, uma em Desterro e outra em Laguna. MACHADO, Gisele. **“Escreveu não leu, o pau comeu”**: A Escola de Aprendizes-Marinheiro de Santa Catarina (1889-1930) Dissertação (Mestrado em Educação). Florianópolis: UFSC, 2007. p. 49.

⁴²⁰ Ofício do Prefeito de Polícia Manoel S. Corrêa d'Oliveira, ao Ilmo. Sr. Dr. Secretário Geral, em 13 de janeiro de 1908. APESC.

⁴²¹ Ofício do Prefeito de Polícia Manoel S. Corrêa d'Oliveira, ao Ilmo. Sr. Dr. Secretário Geral, em 27 de fevereiro de 1908. APESC.

⁴²² ESCOLA DE APRENDIZES MARINHEIROS. In: **A Fé**. Órgão da Associação Irmão Joaquim – Protetora dos Necessitados. Florianópolis, ano IV, n. 143. 17 abri. 1907, p. 3. Acervo da BPSC. *Apub.* MACHADO, Gisele. Op. Cit. p. 60.

⁴²³ O ingresso na Escola de Aprendizes Marinheiros estava estabelecido no Regimento interno da mesma. Seu artigo 17 previa a condição de voluntariado, além do consentimento do pai legítimo, tutor, tutora e mãe viúva ou solteira, manifestado por petição assinada requerendo o alistamento do filho ou tutelado. MACHADO, Gisele. Op. Cit. p. 64.

infratores adultos: recolhem a prisão, onde passam a noite, sendo liberados no dia seguinte. Assim, são recolhidos Avelino de tal, acusado de vagabundagem,⁴²⁴ Humberto Delayte e Paulino de Carvalho⁴²⁵ e Joaquim Domingos⁴²⁶, todos presos por gatunagem, e ainda o menor conhecido como “Donga”, recolhido por estar jogando cartas na rua.⁴²⁷

Uma ação policial mais sistemática sobre os menores seria objetivada pela Repartição, após reclamações promovidas pela imprensa. Para tal, o Chefe de Polícia encaminharia ao governador do Estado autorização para aumento do número de praças deslocados para a Repartição policial, o que possibilitaria a realização de um policiamento ostensivo durante o dia, para que pudesse desse modo ser disperso “os grupos de menores que, dados ao vício do jogo, são encontrados diariamente no Largo Badaró, Campo do Manejo e imediações do Trapiche Municipal”⁴²⁸. Além do número de praças ser considerado deficitário, o serviço de patrulhamento pelas ruas era realizado somente no período noturno, sendo durante o dia apenas atendido a chamados recebidos no posto policial.

Se as passagens registradas contra menores não constituem grande montante, no referente às mulheres estas ocorrem em profusão, perpassando por todas as infrações cometidas acima pelos homens. Até mesmo no referente ao jogo do bicho: a prisão de Carolina Tembuseck, citada acima, ainda que não se saiba o tipo de envolvimento desta com a dita atividade, foi realizada sob acusação de agência do jogo do bicho.

Como Carolina, outras mulheres tiveram por dormitório, às vezes por mais de uma vez, o catre da cadeia. Assim, pousaram na cadeia, sem o registro da motivação para tal, Basilina de tal⁴²⁹, Rosa Bucker⁴³⁰, Rita Januária da Silva⁴³¹ e Maria das Neves.⁴³² Já Alice Maria Theodora,

⁴²⁴ Ofício do Prefeito de Polícia Benício N. T. da Cunha Mello ao Sr. Secretário do Interior, em 19 de novembro de 1900. APESC.

⁴²⁵ Ofício do Prefeito de Polícia Manoel S. Corrêa d’Oliveira, ao Ilmo. Sr. Dr. Secretário Geral, em 14 de janeiro de 1908. APESC.

⁴²⁶ Ofício do Prefeito de Polícia Manoel S. Corrêa d’Oliveira, ao Ilmo. Sr. Dr. Secretário Geral, em 16 de janeiro de 1908. APESC.

⁴²⁷ Ofício do Prefeito de Polícia Manoel S. Corrêa d’Oliveira, ao Ilmo. Sr. Dr. Secretário Geral, em 30 de agosto de 1908. APESC.

⁴²⁸ Ofício do Prefeito de Polícia Heráclito Carneiro Ribeiro ao Sr. Dr. Secretário Geral dos Negócios do Estado, em setembro de 1905. APESC.

⁴²⁹ Ofício do Prefeito de Polícia Benício N. T. da Cunha Mello ao Exmo. Sr. Secretário dos Negócios do Interior e da Justiça, em 4 de maio de 1899. APESC.

⁴³⁰ Ofício do Prefeito de Polícia Benício N. T. da Cunha Mello ao Sr. Secretário do Interior, em 12 de maio de 1900. APESC.

⁴³¹ Ofício do Prefeito de Polícia Benício N. T. da Cunha Mello ao Sr. Secretário do Interior, em 23 de julho de 1900. APESC.

Joaquina Maria da Conceição,⁴³³ Sabina José do Monte⁴³⁴ e Maria Euzélia da Conceição⁴³⁵ foram detidas para averiguações policiais.

Enquanto as prisões acima se apresentem genericamente, ao não propiciar a acusação que tenha recaído sobre essas mulheres, outras tantas trazem, brevemente, os porquês de serem alvo do trabalho policial. Vagabundagem e desordem são os grandes motes para as prisões femininas, seguidos pelos casos de embriaguez e gatunagem.

Ao contrário dos homens, é comum se encontrar prisões “coletivas”: um grupo grande de mulheres detidas conjuntamente, como registrado nas seguintes ocorrências: em setembro de 1901, foram recolhidas a prisão Maria José da Silva, Maria Zeferina da Conceição, Maria Carolina dos Santos, Domingas Varela de Souza, Basília Honorata de Jesus, Joanna Maria de Oliveira, Rita Rosa dos Santos e Maria Margarida de Souza,⁴³⁶ e novembro de 1902 foram detidas Maria Luiza, Genoveva Rita, Maria Francisca, Maria Joaquina, Joanna Maria da Conceição e Maria da Conceição da Silva,⁴³⁷ todas as citadas sob acusação de desordeiras e vagabundas.

Muitas dessas mulheres possuem mais de um registro, como Joanna Maria da Conceição, citada duas vezes acima, ou Maria Luiza – ou preta Maria Luiza, conforme alguns dos registros – que já havia sido recolhida em agosto daquele ano; ou ainda Maria Roza, que foi recolhida quatro vezes,⁴³⁸ nos três primeiros registros por desordem, sempre presa com mais mulheres, e na última por conta de uma briga em que se envolveu com Maria das Neves, na Pedreira.

⁴³² Ofício do Prefeito de Polícia Egydio Francisco das Chagas, ao Sr. Secretario Geral interino dos Negócios de Estado, em 20 de outubro de 1902. APESC.

⁴³³ Ofício do Comissário de Polícia Fernando Machado Vieira, encarregado pelo expediente da Prefeitura de Polícia, ao Sr. Secretário do Interior, em 30 de janeiro 1900. APESC.

⁴³⁴ Ofício do Prefeito de Polícia Benício N. T. da Cunha Mello ao Sr. Secretário do Interior, em 5 de fevereiro de 1900. APESC.

⁴³⁵ Ofício do Prefeito de Polícia Manoel S. Corrêa d'Oliveira, ao Ilmo. Sr. Dr. Secretário Geral, em 27 de maio de 1908. APESC.

⁴³⁶ Ofício do Prefeito de Polícia interino Manuel Pimentel de Barros Bittencourt ao Sr. Diretor encarregado da Secretaria do Interior, em 13 de setembro de 1901. APESC.

⁴³⁷ Ofício do Prefeito de Polícia Egydio Francisco das Chagas, ao Sr. Secretario Geral dos Negócios de Estado, em 21 de novembro de 1902. APESC.

⁴³⁸ As prisões estão registradas nas seguintes ofícios: Ofício do Prefeito de Polícia Manuel Pimentel de Barros Bittencourt ao Sr. Diretor encarregado da Secretaria do Interior, em 30 de setembro de 1901; Ofício do Prefeito de Polícia Manuel Pimentel de Barros Bittencourt ao Sr. Diretor encarregado da Secretaria do Interior, em 18 de novembro de 1901; Ofício do Prefeito de Polícia Egydio Francisco das Chagas, ao Sr. Secretario Geral interino dos Negócios de Estado, em 31 de março de 1902; Ofício do Prefeito de Polícia Egydio Francisco das Chagas, ao Sr. Secretario Geral interino dos Negócios de Estado, em 17 de outubro de 1902. APESC.

Sobre as populares recaía ainda a insígnia da prostituição, que distendia a ação policial sobre elas em um grau diferente do que estavam suscetíveis os homens. Nas prisões registradas são as mulheres que são detidas sob acusações desdobradas das configuradas como “desordem”, enquanto aos homens bastava apenas a citação desta última. No caso feminino, registra-se a prisão como motivada por “ofensa a moral pública”, como Maria Alves da Rosa e Maria Sapateira,⁴³⁹ Rita Victória, a já citada Maria das Neves e Maria Rita da Conceição, detidas no cortiço Guarany,⁴⁴⁰ ou “perturbação do sossego público” como Amélia Maria da Conceição e Maria da Glória,⁴⁴¹ e Elisa Braga, Amália Boava e Maria Roza,⁴⁴² e Maria de Oliveira e Maria Cândida Espíndola,⁴⁴³ estas últimas por “andarem fora de horas vagando pelas ruas”.

Os personagens acima apontam para uma cidade possuidora de um cotidiano muito mais dinâmico. Ainda que a documentação a eles dedicada tenda a desenhar uma relação harmoniosa da segurança pública com a ordem urbana, o não enquadramento comportamental fica claro, oficiado nos registros de prisão por vezes rotineiros. Outro ponto importante é a identidade, além dos casos em que se perdem até mesmo o sobrenome, os registros policiais não possibilitam acessar aquelas que são recolhidos: idade, procedência, ou ainda atividade de que se ocupa são dados que não constam nos registros.

O cruzamento dos nomes daqueles que foram recolhidos a prisão com os que constam nos livros do registro municipal de impostos⁴⁴⁴, em funções exercidas por populares, como vendedores de leite, pão, ou ainda doceiros, são pouquíssimos e imprecisos os nomes encontrados em ambos. Ao contrário, é comum observar a posse dos carros e tabuleiros desses comércios sob a posse de comerciantes de estabelecimento fixo, o que os colocaria muito possivelmente como jornaleiros, quiçá a serviço desses mesmos comerciantes. Todavia o caráter autônomo, que beirava a instabilidade, daqueles que trabalhavam por jornada estabelecia-se no limite tênue dos caracteres que constituíam

⁴³⁹ Ofício do Prefeito de Polícia Benício N. T. da Cunha Mello ao Sr. Secretário do Interior, em 11 de abril de 1901. APESC.

⁴⁴⁰ Ofício do Prefeito de Polícia Manoel S. Corrêa d’Oliveira, ao Ilmo. Sr. Dr. Secretário Geral, em 9 de dezembro de 1908. APESC.

⁴⁴¹ Ofício do Prefeito de Polícia Manoel S. Corrêa d’Oliveira, ao Ilmo. Sr. Dr. Secretário Geral, em 31 de dezembro de 1908. APESC.

⁴⁴² Ofício do Prefeito de Polícia Manoel S. Corrêa d’Oliveira, ao Ilmo. Sr. Dr. Secretário Geral, em 17 de fevereiro de 1908. APESC.

⁴⁴³ Ofício do Prefeito de Polícia Manoel S. Corrêa d’Oliveira, ao Ilmo. Sr. Diretor encarregado do expediente da Secretaria Geral, em 25 de março de 1909. APESC.

⁴⁴⁴ Livro de Registro de Impostos Municipais, anos de 1895 a 1902. AHMF.

a imagem do “vagabundo”⁴⁴⁵, acusação que levaram tantos homens e mulheres a prisão naqueles anos.

Em um outro espaço de vigilância estavam os responsáveis pela ordem. Como se observou anteriormente, os homens que ingressavam na Força Pública eram oriundos principalmente das classes populares. Muitas vezes destituídos de perspectivas, a vida militar torna-se uma opção muito mais segura do que a situação dos jornalheiros, por exemplo, com peculiaridades com um salário fixo e uma referência de trabalho.

No entanto, o condicionamento desses a função de representantes da ordem ficava muito aquém dos ideais e expectativas, principalmente na perspectiva do Chefe de Polícia, que os recebia para os serviços policiais. “Indisciplinados” e “incorrigíveis” eram alguns dos adjetivos a eles associados. Todavia, quando se observa as infrações que estes homens incorrem, estas são as mesmas praticadas pelos populares, com um único diferencial: a farda.

A ostentação da farda, que representa a posição social ocupada pelo soldado, permeia tanto as críticas do Chefe de Polícia e da imprensa, que esperam daqueles um comportamento condizente e exemplar; quando mesmo dos próprios soldados, que sabem que o uso da mesma os distingue dos demais populares, tanto na punição a que estavam sujeitos, quando nas brechas de escape que essa poderia lhes oferecer; e ainda, torna-os alvo de populares, que vêem neles aqueles que os vigiam e encaminham para a prisão.

No referente a este último, é possível encontrar prisões decorrentes de agressões praticadas contra praças do Corpo de Segurança, como a de José Albano dos Santos,⁴⁴⁶ Pedro Elias Chaves⁴⁴⁷ e André Miguel Sunico.⁴⁴⁸ Como consta em seus registros apenas tentativas, ou o efetivo ferimento no soldado, não é possível identificar o estopim da agressão. No entanto, deve-se considerar que é muito comum a culpabilidade da praça nos distúrbios registrados, e que tal

⁴⁴⁵ Ainda que localize nas mulheres seu objeto de estudo, Leriche Garzoni realiza um amplo debate sobre os usos de termos como “vadiagem” e “vagabundagem” na primeira República. GARZONI, Leriche. Castro. **Vagabundas e conhecidas: novos olhares sobre a polícia republicana** (Rio de Janeiro, início do século XX). Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. UNICAMP, 2007.

⁴⁴⁶ Ofício do Prefeito de Polícia Benício N. T. da Cunha Mello ao Sr. Secretário do Interior, em 12 de maio de 1900. APESC.

⁴⁴⁷ Ofício do Prefeito de Polícia Benício N. T. da Cunha Mello ao Sr. Secretário do Interior, em 5 de junho de 1900. APESC.
of. 194, 5 de junho de 1900

⁴⁴⁸ Ofício do Prefeito de Polícia Benício N. T. da Cunha Mello ao Sr. Secretário do Interior, em 20 de fevereiro de 1901. APESC.

culpa está presente no registro policial, servindo muitas vezes de argumentação para a cobrança de punições dentro do Corpo de Segurança.

Tal postura leva a considerar que, nos três casos acima, o ataque se configure como um “ataque institucional”, e não pessoal. É o caso do ocorrido com a praça do corpo Pedro Francisco de Oliveira que, estando à noite no Largo 13 de Maio assistindo a uma serenata, foi ferido por um grupo de indivíduos, o qual não pode identificar nem os autores, nem o motivo.⁴⁴⁹

Mais comum do que tais casos, entretanto, são os que contam com o envolvimento direto das praças. Todos os comportamentos populares policiados pelas ruas são por estes homens praticados, sobre eles incidindo uma crítica severa. O envolvimento em brigas e casos de agressão é comum, sendo os conflitos que envolvem diretamente praças de outras instituições militares somam a maioria dos registros encontrados.

É o caso envolvendo Leopoldino Rodrigues da Silva, corneteiro-mór do 37º Batalhão de Infantaria, e o músico Bellarmino Telles, músico do Corpo de Segurança que, por volta da duas horas da madrugada na Rua Altino Correia, entraram em conflito. O músico do Corpo, tendo recebido daquele uma facada, teve que ser recolhido ao Hospital de Caridade.⁴⁵⁰

O registro do conflito travado diretamente entre o cabo do Corpo Antonio Lino Sagaz e o cabo fogueira do Itabúna Zacarias Cecílio de Mendonça possibilita observar os desdobramentos de uma rixa entre esses grupos. Na noite de 27 de outubro, o dito cabo do Corpo, em companhia de dois outros seus companheiros, os três estando a serviço na guarda do Palácio, abandonaram o posto e dirigiram-se uma venda localizada defronte ao Teatro Álvares de Carvalho. Naquele lugar, iniciaram uma briga com o dito fogueira, que acabou por receber uma bofetada de Antonio Lino. Sabedor de que seu agressor estava de serviço no Palácio, Zacarias para lá se dirigiu posteriormente, objetivando a identificação de seu agressor a fim de encaminhar queixa no Quartel. Lá chegando, encontrando somente seu agressor e seus companheiros, foi por estes espancado, resultando contusões e ferimentos provocados pelos sabres utilizados pelas praças. Zacarias

⁴⁴⁹ Ofício do Prefeito de Polícia Egydio Francisco das Chagas, ao Sr. Secretario Geral dos Negócios de Estado, em 22 de abril de 1902. APESC.

⁴⁵⁰ Ofício do Prefeito de Polícia Benício N. T. da Cunha Mello ao Sr. Secretário do Interior, em 15 de março de 1900. APESC.

dirigiu-se então a Chefatura de Polícia, onde se registrou o ocorrido.⁴⁵¹ A autoridade policial, todavia, não possuía autoridade direta sobre as praças do Corpo de Segurança, só cabendo punição determinada por seus superiores hierárquicos.

A capital catarinense, como foi colocado, era tradicionalmente um território de presença militar. Além do Corpo de Segurança naturalmente aqui sediado, consta a existência do 37º Batalhão de Infantaria e do 3º Batalhão de Artilharia, ambos do Exército, e a passagem rotineira embarcações da Marinha Nacional, dado o porto. Como no caso de Zacarias, os embates entre as praças do Corpo e os pertencentes as demais instituições eram recorrentes.

Os deslocamentos a que estavam sujeitos esses homens os dotavam de relações díspares com as cidades em que aportavam ou se fixavam provisoriamente. No caso dos marinheiros, por exemplo, o porto representava o fim de um período de isolamento e a possibilidade vivenciar lares dos quais estavam privados, além da garantia real de que, em poucos dias, poderiam estar em outro qualquer lugar. Há ainda a real possibilidade de o desembarque configurar-se em um modo de evadir-se do convés. Manoel Castanho, marinheiro nacional do cruzador “República” foi preso por praticar desordens pelas ruas da cidade.⁴⁵² Já Paulo Manoel dos Santos foi preso na Costa da Lagoa, e apresentado ao Capitão do Porto, pois havia desertado do “Riachuelo”.⁴⁵³ O impacto que poderia decorrer quando aportava um navio pode ser observado no registro abaixo,

(...) ontem à tarde diversos marinheiros nacionais, que em trânsito seguiam para o estado do Mato grosso, desembarcaram e praticaram nas ruas desta Capital diversas tropelias, e como a ordem pública estivesse alterada com o procedimento que estavam tendo, requisitei a força necessária para mantê-la, o que consegui obrigando os referidos marinheiros a reembarcarem.⁴⁵⁴

⁴⁵¹ Ofício do Prefeito de Polícia Benício N. T. da Cunha Mello ao Sr. Secretário do Interior, em 29 de outubro de 1900. APESC.

⁴⁵² Ofício do Prefeito de Polícia Manoel S. Corrêa d’Oliveira, ao Ilmo. Sr. Dr. Secretário Geral, em 20 de fevereiro de 1908. APESC.

⁴⁵³ Ofício do Prefeito de Polícia Manoel S. Corrêa d’Oliveira, ao Ilmo. Sr. Dr. Secretário Geral, em 20 de fevereiro de 1908. APESC.

⁴⁵⁴ Ofício do Prefeito de Polícia Manoel S. Corrêa d’Oliveira, ao Ilmo. Sr. Dr. Secretário Geral, em 9 de outubro de 1908. APESC.

À Chefatura de Polícia cabia ainda as prisões correccionais de marinheiros, efetuadas a pedido, como se observa nas prisões de dois marinheiros nacionais não identificados, ordenadas pelo Capitão do Porto,⁴⁵⁵ e de dois outros, que repetem a não identificação, dessa vez através da requisição do capitão do torpedeiro “Tupy”, a que pertenciam.⁴⁵⁶ A citação das diferentes embarcações militares apontam para uma dinamicidade favorecida pelo porto da cidade, propiciadora da perspectiva da capital como ponto de convergência de diversidade e movimento de pessoas, pois o porto aqui estabelecido era também responsável pelo trânsito ou desembarque de civis, das mais variadas procedências.

Afora os conflitos com os marinheiros de passagem, conta-se ainda com os que ocorriam com os militares aqui sediados, como o caso que envolveu a praça do Corpo de Segurança Juvenio Felisbino Simão, ferido pelo guarda-marinha da Escola de Aprendizes de Marinheiros Felíssimo Amaro da Silva, dentro de uma casa de negócio próxima do Teatro Álvaro de Carvalho. Considerando o horário do ocorrido, por volta das 11 horas da noite, pode-se inferir que a dita casa de negócio possa ser uma taverna, quiçá a já anteriormente citada naquela localidade.⁴⁵⁷

A questão da autoridade é central nos conflitos entre fardas. O pertencimento a outra hierarquia militar, produzia a perspectiva de que se estava eximido da punição, que não pelos seus. Além disso, qual das instituições detinha autoridade sobre a outra? Há quem, além de seus superiores, deveriam prestar obediência? O sargento Eduardo Trilha, comandante da patrulha em 23 de fevereiro de 1903, viu-se em questão exemplificante. No dia anterior, tendo as praças da sua patrulha encontrado, no jardim Almirante Gonçalves, com um moço jogando entrudo, no que foi notificado da proibição de tal prática, foram insultadas pelo mesmo. Encaminhando ao sargento Trilha o ocorrido, o dito moço dirigiu a este a mesma sorte de impropérios, sendo perguntado “se não sabia com quem estava falando”, identificando-se então como Victor Lapagesse, alferes aluno adido do 37º Batalhão de

⁴⁵⁵ Ofício do Prefeito de Polícia Manoel S. Corrêa d’Oliveira, ao Ilmo. Sr. Dr. Secretário Geral, em 12 de março de 1908. APESC.

⁴⁵⁶ Ofício do Prefeito de Polícia Manoel S. Corrêa d’Oliveira, ao Ilmo. Sr. Dr. Secretário Geral, em 20 de março de 1908. APESC. Nesse mesmo registro consta a prisão de um outro marinheiro, também não identificado, por embriaguez.

⁴⁵⁷ Ofício do Prefeito de Polícia Egydio Francisco das Chagas, ao Sr. Secretario Geral dos Negócios de Estado, em 10 de março de 1903. APESC.

Infantaria, e “que ele sargento o respeitasse e se retirasse”⁴⁵⁸ O registro final do sargento, apresentando o ocorrido como um “desrespeito as ordens dadas pelas autoridades”, sem a efetuação da prisão punitiva, indica os limites institucionais entre as corporações, no qual inclusive agia conscientemente o alferes. Entretanto, em sua fala fina, fica dito pelo mesmo sargento que tais acontecimentos demandam atenção, “a fim de ser evitado qualquer conflito”, possível decorrência de casos como aquele.

Eram com as praças do exército os mais recorrentes conflitos pelas ruas da cidade. As praças Adriano José, Joaquim Baptista e José Thomaz, que estavam de patrulha na Rua Altino Correia, entraram em luta corporal com o cabo Antonio Lourenço dos Anjos e o músico Joaquim dos Santos Ribeiro, ambos pertencentes ao exército. Da dita luta, saíram feridas as praças Adriano Baptista e José Manoel Espíndola, que se dirigiram para o local, após ouvirem os apitos, em socorro dos companheiros.⁴⁵⁹

Os casos de brigas compõem os registros mais freqüentes envolvendo as praças, como o ocorrido com as praças do Corpo de Segurança Annibal Teixeira do Amaral e Alfredo Antonio da Cruz, feridas por praças do Exército durante uma briga acontecida na madrugada.⁴⁶⁰ O soldado Pedro Dantas do Nascimento protagoniza outro boletim policia, desta vez como agredido, por praças do exército, enquanto estava de guarda no Tesouro.⁴⁶¹ Dorvalino Nunes da Silva, praça do Corpo, foi espancado por soldados do exército, quando saía de sua casa na Pedreira para assumir o segundo quarto de ronda. No caso de Dorvalino, o registro informa que, tendo um oficial do exército tomado conhecimento, este teria mandado prender os agressores.⁴⁶² A Pedreira é palco recorrente de conflitos entre as praças do Corpo de Segurança e do Exército, como a briga entre uma praça não identificada do 3º Batalhão de Infantaria e Manoel Pereira da Silva, corneteiro do

⁴⁵⁸ Ofício do Prefeito de Polícia Egydio Francisco das Chagas, ao Sr. Secretario Geral dos Negócios de Estado, em 23 fevereiro de 1903. APESC.

⁴⁵⁹ Ofício do Prefeito de Polícia Benício N. T. da Cunha Mello ao Sr. Secretário do Interior, em 9 de agosto de 1900. APESC.

⁴⁶⁰ Ofício do Prefeito de Polícia Egydio Francisco das Chagas, ao Sr. Secretario Geral dos Negócios de Estado, em 3 fevereiro de 1903. APESC.

⁴⁶¹ Ofício do Prefeito de Polícia Benício N. T. da Cunha Mello ao Sr. Secretário do Interior, em 3 de julho de 1901. APESC.

⁴⁶² Ofício do Prefeito de Polícia Benício N. T. da Cunha Mello ao Sr. Secretário do Interior, em 28 de maio de 1901. APESC.

Corpo de Segurança, da qual saiu ferido este último,⁴⁶³ ou o episódio descrito como um grande conflito, ocorrido por volta das cinco horas da tarde, na qual se envolveram diversas praças, resultando em ferimentos em duas praças do Exército e de uma do Corpo de Segurança.⁴⁶⁴

O espaço público tornava-se uma zona de disputa, principalmente no que diz respeito às zonas de lazer, ou seja, bares e casas de meretrício. Soldados do Corpo de Segurança, que por obrigação tinham o direito de fiscalizar a noite, utilizavam-se dessa função para agir sobre o ir e vir dos pertencentes a outras instituições. No processo-crime datado de 1910, onde são réus Ernesto Rodrigues Daniel e João Domingos Machado, essa quizila entre “fardas” fica bastante evidente. Ernesto é ex-armeiro, João Praça do Corpo de Segurança, e o cenário a Victor Meirelles, local onde morava a meretriz Raphaela, uma outra personagem desta história.

Conforme denúncia da Promotoria, Emiliano, ao sair da casa de Raphaela, foi interpelado por Ernesto Rodrigues Daniel e João Domingos Machado, que

(...) em atitude provocadora e sem razão suficiente, travaram-se de razões com Emiliano Bispo, tendo como conseqüência que Emiliano e Ernesto arrancado fueiros de uma carroça próxima e entraram em franca luta corporal. Como Emiliano conseguisse na luta quase subjugar a Daniel, este gritou a Machado que trouxesse a faca para sangrar seu contendor. Machado não duvidou em acudir ao apelo do seu companheiro e intervindo na contenda saiu momentos após Emiliano com um profundo ferimento.⁴⁶⁵

A desavença, seguindo as indicações do processo, pode ser recortada em três momentos. Primeiramente a afronta sofrida por Emiliano logo na saída da casa da meretriz Rafaela. Depois, a luta em si, que como indica a citação, teve vários reveses até Emiliano ser ferido com maior gravidade. Por fim, a fuga dos agressores, que foram se refugiar em uma padaria, que veio a ser cercada e invadida para pudessem os denunciados serem presos.

⁴⁶³ Ofício do Comissário de Polícia João Pedro de Oliveira Carvalho, encarregado do expediente, ao Sr. Secretario do Interior, em 17 de agosto de 1901. APESC.

⁴⁶⁴ Ofício do Comissário de Polícia João Pedro de Oliveira Carvalho, encarregado do expediente, ao Sr. Secretario do Interior, em 9 de agosto de 1901. APESC.

⁴⁶⁵ Processo-crime em que são réus Ernesto Rodrigues Daniel e João Domingos Machado, no ano de 1910. AMTJSC.

O oficial de ronda, Manoel Pereira da Silva, estava no Café Comercial, localizado em uma das esquinas da Praça XV de Novembro, de onde saiu ao ouvir apitos, e enquanto encaminhava-se para o local de onde vinha o som, encontrou no mesmo movimento outros dois praças da patrulha. Lá chegando, encontrou Emiliano já ferido, “(...) a qual declarou ter sido o criminoso um paisano em companhia de uma praça do Corpo de Segurança alta, tendo ele, respondente, desconfiado imediatamente ser o soldado João Domingos Machado(...)”⁴⁶⁶ Manoel imediatamente relaciona João ao ocorrido, indicando que este possivelmente fosse reincidente neste tipo de confronto ou contumaz causador de arruaça. Isso por que, conforme ainda o seu depoimento, João não estava de serviço, pois, quando foi preso João foi censurado pelo Comissário ao dizer-lhe (...) que praças do Corpo não deviam andar altas horas da noite na rua”.

Emiliano Bispo dos Santos expõe, longa e minuciosamente a sua versão do conflito que não teria sido por ele causado. Emiliano diz que, saindo da casa de Rafaela encontrou-se com o praça do Corpo de Segurança que o interpelou, perguntando aonde ia, ao que ele respondeu estar indo para o Quartel, ao que foi retrucado “(...) que era bom que ele fosse sem demora”. Sem querer dar mais assunto, Emiliano tentou seguir seu caminho, enquanto João teria ficado a riscar o a parede com uma faca.⁴⁶⁷

Ao perceberem que se aproximava a patrulha, João e Ernesto evadem-se do local. Sua fuga apresentará novas informações sobre as relações entre as praças e os populares. Os dois correm pelas ruas da cidade e forçam a entrada na Padaria Moritz. Àquela hora, já perto das 11 horas da noite, o estabelecimento já se estava fechado, porém seus funcionários estavam fazendo a limpeza. Forçando a entrada através da ameaça – e seus depoimentos os funcionários disseram que João Domingos, por eles reconhecido como praça do Corpo de Segurança,

⁴⁶⁶ Idem. João Domingos Machado já havia sido recolhido à prisão por “tentativa de morte”. Ofício do Prefeito de Polícia Manoel S. Corrêa d’Oliveira, ao Ilmo. Sr. Diretor encarregado do expediente da Secretaria Geral, em 25 de março de 1909.

⁴⁶⁷ Uma personagem fortuita no processo é a prostituta, também moradora da Rua Victor Meirelles, Honorina Vieira do Carmo, que tenta se esquivar para não se ver envolvida com “assuntos de polícia”. Segundo ela mesma relata, *[...] ouviu apenas gritos de socorro e ao mesmo tempo de pega o desgraçado, mas que não abriu a porta com medo de servir de testemunha*. Novamente é compreensível, entendendo seu meio de vida como alvo de cotidiana vigilância, que ela evite o contato, primeiro com a própria briga que a estaria comprometendo, e, depois, de ter que se apresentar na delegacia prestar depoimento, o que acabou por vir a acontecer. Idem.

trazia a faca em punho – de onde só saíram por volta de duas horas após o ocorrido, após o cerco feito pelo Chefe de Polícia.

Levados a julgamento, ainda que tenham sido vistos brigando com Emiliano, e portando a faca, João e Ernesto são absolvidos por falta de prova cabal para sua punição.

A motivação que teria levado João a importunar Emiliano pode parecer, a princípio, um tanto confusa, haja vista que, conforme o depoimento dos envolvidos, estes não se conheciam, sequer sabiam os nomes. A disputa também não se desenrolou por causa de Raphaela, já que não aparece qualquer indício nos depoimentos. O que se sabe todavia é que João e Emiliano pertencem a instituições diferentes. Quanto pergunta a Emiliano onde ele estava indo e este responde estar voltando para o quartel, eles passam a referirem-se um ao outro como a praça do 55º e a praça do Corpo. Ao ver Emiliano, João, que já se encontrava alcoolizado, fica lhe cercando e incitando, mandando que este vá logo em direção ao quartel, abertamente fazendo uma provocação à condição de aquartelado de Emiliano. Continua então a lhe instigar, ao ficar expondo uma faca e proclamando sua valentia. Quando por fim entra em cena Ernesto, que é ex-armeiro, e também alardeia suas proezas e façanhas, Emiliano não mais intenta ir para o Quartel, e sim dar resposta às insinuações e afrontas que lhe foram feitas, o que resultando na briga como foi.

Já o processo em que é réu Marcolino Victório, soldado do 37º Batalhão de Infantaria, apresenta a relação conflituosa na definição da autoridade diante da convivência entre instituições militares diferenciadas.

“Na noite de 7 do corrente, às 10 horas mais ou menos, passava Marcolino Victoria pela Prefeitura de Polícia, á Praça 15 de Novembro, quando entendeu de desrespeitar o sargento comandante da guarda daquela repartição pública, tentando depois feri-lo com uma faca de que se achava armado, e como o soldado do Corpo de Segurança Euzébio Simões, que fazia parte da sobredita guarda, fosse em socorro de seu superior, o denunciado deu-lhe uma facada (...). As testemunhas, unânimes, afirmam que não houve a menor provocação, quer da parte do referido sargento, quer da dos seus comandados”.⁴⁶⁸

⁴⁶⁸ Processo-crime em que é réu Marcolino Victorio, no ano de 1907. AMTJSC.

A acusação que sofre Marcolino é de que, sem qualquer motivo aparente, teria ele investido contra o sargento de serviço no posto policial, intencionado de feri-lo, no que só foi impedido devido a intervenção dos demais praças que ali estavam presentes. Todas as testemunhas arroladas no processo, que é bastante longo, são pertencentes ao Corpo de Segurança, sendo entendido que estes foram os **únicos** a presenciar tal acontecimento.

Ao que indicam os depoimentos, que são consensuais, Marcolino teria iniciado uma discussão após tentar passar pela calçada em que estavam os praças, ao que foi repreendido pelo sargento. Tendo sido admoestado na frente dos demais, Marcolino investiu contra o mesmo na tentativa de mostrar-se fora dos limites do controle exercido por aquele, aparentemente orientado pelo fato de pertencer a uma outra estrutura militar. Em frente à Prefeitura de Polícia, diversos praças encontravam-se reunidos pela calçada. Aparentemente, esta prática era bastante comum, ali eles se reuniam, ficavam conversando, reforçando assim a unidade do grupo. A construção de uma identidade policial, bastante prejudicada no período devido primeiro à rotatividade do Corpo de Segurança, e depois pela rotatividade no serviço policial, certamente vez uso desse tipo de comportamento. Tais “reuniões de plantão” proporcionavam a estes homens um momento em que o elo principal entre eles era o trabalho que estes desenvolviam. O métier, o local de trabalho, o patrulhamento pelas ruas, os recorrentes e as habituais personagens da delegacia, estabelecia entre estes homens uma relação de cumplicidade.

Após dar-se o confronto Marcolino, fugindo da patrulha que o persegue pelas ruas da cidade, vai esconder-se no quartel em que está arregimentado, buscando assim abrigo entre seus pares. De onde, entretanto, sai preso. O desenrolar do processo é descrito sob o discurso dos praças do Corpo de Segurança, que tem suas falas consonantes: agressão, gratuita, teria partido de Marcolino. Francisco Ferreira foi o alferes responsável pela sua prisão no Quartel, e, ao encontrá-lo, foi-lhe dito por Marcolino que não tinha conversa com praças de polícia, apontando novamente para o antagonismo entre os pertencentes das duas instituições.

Somente no momento em que aparece a versão de Marcolino, de uma forma reduzida e limitada, pois sua fala irá surgir no momento em que o juiz lhe permite questionar os depoimentos, apontando uma outra possibilidade para os acontecimentos. Segundo Marcolino,

(...) como estivesse ocupada a calçada da Prefeitura pelas praças de polícia ele réu apenas observou que a calçada sendo para todos não devia ser nela impedido o trânsito e tanto bastou para que fosse o réu repreendido pelo sargento e logo maltratado com pancadas pelos praças, aparándo o réu os golpes com o braço um dos quais ficou ferido por um pontão, sendo o réu perseguido até as proximidades do seu quartel qual apresentando foi aí preso o réu a pedido do oficial de polícia.⁴⁶⁹

Nesse momento pode-se questionar se a postura do sargento e de seus subordinados é tão defensiva quando foi demonstrada. Fica aparente que Marcolino é provocador em sua passagem pelos policiais, ao fazer insinuações sobre o fato de estarem estes postados na calçada que deveria ser de livre trânsito, porém, não foi somente advertido pelo sargento. Segundo ele, as praças partiram o agrediram, participando ativamente do desenrolar do conflito

Deve-se lembrar, porém, que muitas vezes praças do Corpo de Segurança eram oriundas das fileiras do Exército, o que delineia outras possibilidades de relações entre elas. Não se deve pensar que somente o pertencimento tal instituição se configurasse no norteador das relações estabelecidas pela cidade, solapando amizades e parcerias que se construiriam no viés do pertencimento a instituições militares, em oposição a populares civis, por exemplo.

Saturnino Nelson teve sua casa invadida pelo cabo do Corpo de Segurança e uns seus companheiros, praças do exército. Interessante observar que Saturnino é identificado como “indivíduo” a ter sua casa invadida, e não como “cidadão”, como ocorreu em situações similares, devendo-se tais opções possivelmente a avaliação policial do comportamento de Saturnino, que não seria “também de conduta exemplar”, pois já havia sido recolhido a prisão por ter tentado fornecer uma faca a presos da cadeia. Ademais, observa-se naquela investida, que acabou no espancamento do dito Saturnino, “sob o pretexto de que em sua casa achava-se uma rapariga que eles procuravam”, a parceria entre pertencentes a duas instituições diferentes.⁴⁷⁰

Já o cabo Bezerra, estando embriagado e em companhia de praças do exército, ao ser incentivado por esses últimos teria efetuado a prisão,

⁴⁶⁹ Idem.

⁴⁷⁰ Ofício do Prefeito de Polícia Benício N. T. da Cunha Mello ao Sr. Secretário do Interior, em 5 de junho de 1901. APESC.

por conta própria, de Adolpho Thouzarke, a quem espancou. Levado preso para o Quartel pela patrulha, saltou o muro, atacando então o soldado Theodoro José da Costa, a mulher e o cunhado daquele, sendo preso novamente.⁴⁷¹

Os divertimentos públicos, espaços de controle da Chefatura de Polícia, eram muitas vezes palco de desordens e conflitos provocados pelas praças do Corpo, tanto como freqüentadores, quanto quando ali estavam para garantir a ordem. É o que se pode observar no registro dos distúrbios ocorridos durante apresentação do “Circo Equestre”, em funcionamento no Largo Fagundes.

Consta na parte policial que, tendo recebido denúncia de que durante apresentação do Circo Equestre alguns indivíduos estavam, de modo insólito e indecente, vaiando o palhaço enquanto este fazia seu número, o Chefe de Polícia encaminhou para o local o Ten. Geraldo Furtado àquela diligência. Lá chegando, constatou-se que os responsáveis pela balbúrdia eram os alferes do corpo de segurança Enéas Silva, Carlos Barbosa Castro e o sargento-ajudante Francisco Alves Cabreira; e, quando interpelados pelo tenente, seu superior hierárquico e em cumprimento de ordens diretas do Chefe de Polícia, o desrespeitaram, enquanto tentavam agredir a um dos artistas da companhia.

As ditas praças, todavia, não foram presos, ainda que tenham sido expulsos do circo. No registro policial consta que, conforme teria sido informado no dia seguinte, aqueles praças teriam causado ainda diversas tropelias pela cidade, conforme descreve

(...) andarão durante toda a noite pelas ruas da cidade, embriagados e a provocar desordens, espancando no hotel “República ao cidadão José Fernandes Livramento e tentando ferir com um punhal a uma mulher que dizem ser amásia do referido sargento.”⁴⁷²

Diante do ocorrido, o Chefe de Polícia solicita que àquelas praças seja destinado castigo severo a quem tal medida compete, pois tal reprimenda escaparia a suas atribuições.⁴⁷³ No ano seguinte seria o ten. Geraldo, citado acima, alvo de crítica do Chefe de Polícia por ter sido,

⁴⁷¹ Ofício do Prefeito de Polícia Benício N. T. da Cunha Mello ao Sr. Secretário do Interior, em 16 de novembro de 1900. APESC.

⁴⁷² Ofício do Prefeito de Polícia Benício N. T. da Cunha Mello ao Sr. Secretário do Interior, em 12 de março de 1900. APESC.

⁴⁷³ Idem

segundo ele, o fomentador de um conflito entre soldados do Corpo e forças da Guarnição, durante apresentação do circo Chileno. O caso teria sido o ápice das seqüências indisciplinadas cometidas pelo Tenente, as quais as punições e castigos aplicados não surtiriam efeito.

Raro é o dia em que esta Prefeitura não toma conhecimento de excessos por ele praticados e, o mais deprimente é o modo por que executa as ordens que lhe são transmitidas com relação à repressão do jogo do bicho que encontra nesse oficial o seu mais devotado cultor, até mesmo nos dias em que lhe é confiada a ronda da cidade.

Ao contrário da punição sugerida praças acima, ao Ten. Geraldo solicita-se sua exclusão do Corpo de Segurança, como “única providência compatível com a moralidade administrativa do Estado.”⁴⁷⁴

O envolvimento das praças em infrações que são associadas a lazeres populares é bastante comum, como o apreço do Ten. Geraldo ao jogo do bicho, conforme citado acima. Como demonstrado anteriormente, no ano de 1901 a ação policial se dedicou ativamente na tentativa de impedir sua prática, ao mesmo tempo em que sofria pressões contrárias, inclusive com a possibilidade de manifestações em seu apoio.

Em ofício daquele ano, o Chefe de Polícia solicitaria providências em relação ao Alferes do Corpo de Segurança Carlos Barbosa de Castro, segundo ele por falta grave cometida tanto contra a disciplina do Corpo, quanto à autoridade por ele representada. Segue o relato do Chefe sobre o caso

Achando-se no inabalável propósito de reprimir e dar caça ao prejudicial jogo do bicho lançando mão dos meios legais e ao meu alcance para sua completa extirpação, prendi ontem diversos viciosos notoriamente conhecidos como jogadores e agenciadores do aludido bicho e entre eles o individuo Henrique Ferrari, e os fiz recolher a cadeia.

Sabendo o alferes Castro que Ferrari havia sido preso, dirigiu-se a cadeia para obter a nota de culpa e, meio embriagado conforme informou-me o carcereiro, começou em altas vozes a fazer-me

⁴⁷⁴ Ofício do Prefeito de Polícia M. P. de Barros Bittencourt, ao Sr. Diretor encarregado da Secretaria do Interior, em 22 de outubro de 1901. APESC.

acres censuras, qualificando meu ato de violento e arbitrário, em um estabelecimento sujeito a minha jurisdição e protestando requerer habeas corpus. Não satisfeito ainda com esse alarde de indisciplina e desrespeito aos seus superiores andou pelas ruas, a procura de um advogado que se incumbisse de requerer habeas corpus para seu protegido e às 5 horas da tarde mais ou menos esteve com o advogado Dr. Valgas a quem foi convidar para se incumbir disso. Limito-me a dar-vos conhecimento de mais essa proeza do Alferes Castro sem fazer comentários deixando ao vosso reconhecido critério as medidas que ponham de vez cobro a tantos desatinos e que cerquem a autoridade de força prestígio.⁴⁷⁵

A intolerável posição tomada pelo Alferes constata que, apesar de estarem vinculados a instituição mantenedora da ordem, suas redes pessoais de relações interferem diretamente em suas tomadas de posição, ao ponto de confrontarem diretamente a ordem estabelecida. Orientando-se por essa perspectiva, é possível estender esta postura para atos mais cotidianos e menos explícitos, donde podemos considerar que, apesar das freqüentes prisões de “desordeiros” e “vagabundas”, muitos destes alvos visados tiveram suas contendas resolvidas em instâncias não legalizadas, com resoluções efetuadas diretamente nas ruas pelas praças do Corpo.

Uma outra instância de observação da dicotômica atuação das praças pelas ruas da cidade refere-se ao seu envolvimento com as mulheres. Estas, como observado anteriormente, eram um dos alvos da constante vigilância social e policial, principalmente as pertencentes às classes populares. Muitas vezes trabalhadoras que no exercício de suas atividades transitavam pelas ruas da cidade, como doceiras, lavadeiras e domésticas, ou ainda as próprias prostitutas, sendo que sobre essas a vigilância exercia-se muito severamente. Em ambos os casos, entretanto, um dos personagens comuns com que conviviam pelo espaço público eram as praças do Corpo de Segurança, estando ou não no serviço policial. Tal relação pode ser observada no caso emblemático, protagonizado pelo triângulo formado por Amália Boava, Sabina Maria da Conceição e o praça do Corpo de Segurança João de Almeida.

⁴⁷⁵ Ofício do Prefeito de Polícia Benício N. T. da Cunha Mello ao Sr. Secretário do Interior, em 19 de junho de 1901. APESC.

No processo-crime que envolve a briga entre duas mulheres, identificadas como prostitutas nos autos, é ré Amália Boava, acusada da agressão, e ofendida Sabina Maria da Conceição. Sabina, uma paraibana de vinte e dois anos, acusa Amália, dezoito anos, de ter lhe agredido com uma faca. O motivo exposto pela ofendida seria o ciúme que sentira Amália ao vê-la a passear com seu antigo amante por defronte a sua casa. O configurado triângulo amoroso completa-se com José de Almeida, dezoito anos, praça do Corpo de Segurança.

A figura do praça surge nesse processo completamente envolvido com as populares, ao figurar como o amante disputado pelas duas mulheres. Dessa maneira temos neste processo a exposição das relações contraditórias desses dois grupos. Policiais e prostitutas historicamente convivem e se embatem no mesmo espaço e dividem a noite entre si, elas por força da profissão, eles como os responsáveis pela manutenção da tranquilidade que os cidadãos que fazem da noite o seu período de descanso.

O conflito é primeiramente apresentado através do auto de flagrante delito, onde os condutores de Amália, que foi recolhida a prisão, são os primeiros a narrar o ocorrido. Pompeo Theodoro Dias, oficial de ronda, é o primeiro a prestar declaração, sendo seu posto o que determina a primazia. Mesmo não tendo presenciado o conflito, é dele a introdução ao caso e sua a primeira versão.

(...) achando-se na Prefeitura de Policia, á uma hora da madrugada, foi avisado pelo cabo João Almeida que havia um rolo de duas meretrizes (...) que ao receber o aviso foi imediatamente á rua Victor Meirelles no lugar da luta, (...) que fez recolher tanto Amalia quanto Sabina ao posto policial (...)⁴⁷⁶

Conforme o depoimento de Pompeo, este foi avisado pelo próprio João de Almeida, que se dirigiu até a delegacia para informar as autoridades sobre o “rolo”. João, dessa maneira, exclui-se em um primeiro momento da cena. É reconhecido pelo oficial de ronda a quem faz a denúncia como cabo, participando do acontecimento como tal, ao estar favorecendo a manutenção da ordem, eximindo-se de sua parte no barulho. O cabo João Almeida claramente percebe que não seria nem um pouco pertinente para sua imagem encontrar-se no meio da confusão armada por Sabina e Amália. Esta postura reflete a situação dúbia que se coloca toda a categoria policial frente às posturas exigidas papel que

⁴⁷⁶ Processo-crime em que é ré Amália Boava, no ano de 1909. AMTJSC.

exercia: enquanto espera-se dele uma postura disciplinada, pois é sua função fiscalizar comportamentos e práticas populares, ao mesmo tempo estão completamente envolvidos no cotidiano das classes que deveriam controlar. É o caso de João neste momento, que, sendo a motivação da briga entre as mulheres, posiciona-se fora do conflito, ao tornar-se o responsável pelo informe no posto policial.

Ainda naquela noite tanto Amália quanto Sabina iriam expor suas versões sobre o ocorrido. A primeira a apresentar-se ao Delegado, que não estava de plantão, mas foi atender o chamado do oficial de ronda, foi Amália, que acusa Sabina de tê-la provocado, isto ainda na tarde daquele dia, por volta das duas horas, adentrando em sua casa, e insultando-a; não satisfeita, teria tornado a lá passar a noite, e, estando Amália sentada defronte a sua residência, Sabina novamente dirigiu a ela insultos e provocações. Mediante a afronta, (...) *ela acusada saio à rua e brigou com Sabina, atirando em Sabina uma pedra.*⁴⁷⁷

Amália não nega em momento algum ter agredido Sabina, e isso caracteriza uma postura de “honra”, na medida em que se sente na defesa de algo legítimo e de direito dentro do seu universo. Porém, sobre a faca, diz não portá-la. Sua sugestão de que “os praças poderiam confirmar seu depoimento” seria o reverso da versão de Sabina, que infere uma outra possibilidade da atuação policial. Relata que

(...) chegou à patrulha, sendo duas praças que a compunham, prendendo-as, (a ela e a Amalia) sem desarmar Amalia, apesar dela declarante dizer as praças que estava ferida e que Amalia tinha uma faca, **no que os praças não atenderam e até pediram a ela declarante que não desse parte ao oficial de ronda;** que logo em seguida o oficial de ronda compareceu ao local onde se achavam (...) o oficial de ronda procurou desarmar Amalia Boava, não encontrando porém faca em seu poder; que as praças em lugar de conduziram Amalia Boava ficaram conversando com ela, só o fazendo quando chegou o oficial de ronda que ainda os encontrou no lugar do delito⁴⁷⁸. (grifo meu)

As declarações de Sabina sugerem uma série de irregularidades que teriam sido cometidas pelos soldados que, ao que indica, foram os primeiros a chegar ao local e que muito provavelmente teriam apartado

⁴⁷⁷ Idem.

⁴⁷⁸ Idem.

a briga. Os dois soldados teriam conhecimento de Amália e teriam tomado ostensivamente partido na contenda. Primeiramente eles teriam ignorado a afirmação de que sua agressora possuía uma faca, não fazendo a busca da arma; pediram-lhe ainda que não registrasse ao oficial de ronda o ocorrido, não dando assim parte da agressora, encerrando então a questão, e, por fim, ao invés de conduzirem a acusada à delegacia e darem prosseguimento a ação policial, ficaram a conversar com Amália, enquanto ela, ferida, esperava pela resolução da situação, que só tomaria rumo com a chegada do oficial de ronda. Seguindo as declarações de Sabina, os soldados teriam feito uso da já discutida possibilidade de julgar ou avaliar as proporções de um conflito, tornando-se assim responsáveis por decidir pela lei. Teriam assim tomado partido e tentado impedi-la de registrar a acusação contra Amália. Indica ainda, ao colocar que o oficial não tenha encontrado a faca, que os praças de alguma maneira tivessem possibilitado que Amália tivesse se desfeito da faca.

Segundo Heitor Bernardino de Siqueira, solteiro, 16 anos, último a depor no auto de flagrante, (...) viu a mulher de nome Sabina dizer achar-se ferida e pediu, ao ser presa, para as praças desarmarem Amália, no que as praças não o fizeram mesmo por que Amália entrou para sua casa (...).⁴⁷⁹ Fica sugerido novamente o comportamento desproporcional em relação às duas mulheres. Enquanto Sabina, que afirmava estar ferida, era mantida sob a guarda da patrulha, Amália pode adentrar em sua casa, possibilitando, inclusive, livrar-se da faca, caso estivesse portando alguma.

A ideia de que Amália tenha recebido proteção por parte de policiais é bem plausível, no contexto em que relações construídas nas ruas e as trocas decorrentes destas, postura policial bastante comum, na prática da parcialidade quando esta lhe favorece ou protege alguém seu conhecido são bastante possíveis. Ao ficarem conversando com Amália e permitido seu livre trânsito da rua para o interior da casa nos indica que realmente Amália era deles conhecida.

O policial é responsável por vigiar e restringir a atuação das meretrizes, salvaguardando as famílias “de bem” de sua presença. Todavia, as leis que se constroem nas ruas pouco seguem as determinações do papel. O policial, por estar em contato permanente com o ambiente de meretrício, dele faz parte e atua. Acaba por estabelecer relações com essas mulheres e, em suas disputas internas, ser partidário. Além do que, como nos mostra este caso, o policial é também

⁴⁷⁹ Idem.

cliente, constituindo com essas mulheres relações que podem vir a estabelecer laços de confiança, confidência e proteção, além dos amorosos, é claro.

A briga entre Amália e Sabina, duas prostitutas, é motivada exatamente por questões de amores, no caso de um praça do Corpo de Segurança. O acontecimento poderia ser categorizado como mais um dos “barulhos” provocados por essas mulheres na noite da cidade, porém, ao olharmos mais atentamente teremos uma outra perspectiva da cidade que tanto ensejava ser civilizada. Essas mulheres representam a sobrevivência de um modo de viver não desejado. Já o cabo João de Almeida é exatamente quem tem por obrigação estabelecer o limite do que não se consegue extirpar, mas que, ao contrário, está envolvido com as mulheres. Seus procedimentos na noite da briga indicam que ele sabia que não seria nem um pouco bom para sua imagem encontrar-se no meio daquela confusão.

E ele estava correto. No ofício nº 105, do dia 31 de março, seu procedimento será arrolado, juntamente a outros praças, em uma crítica produzida pelo Chefe de Polícia a partir do caso acima exposto.

“Levo ao conhecimento de V. Ex^a que ontem a noite duas mulheres de vida duvidosa travaram luta resultando em uma ferimentos graves as quais foram socorridas pelo farmacêutico Luiz d’Acampora a uma hora da madrugada. Por este fato delituoso mandei o Comissário de Polícia proceder na forma da lei. É impossível suportar o procedimento de algumas praças do Corpo de Segurança pela sua incorreção, pois não obstante as recomendações desta Prefeitura, procedem conforme entendem. Entre eles José Athanásio de Freitas e João de Almeida, que quase todos as noites passeiam com meretrizes pelas ruas da cidade dando escândalos.

Os músicos João Rosa e Francisco Cunha não deixam o violão todas às noites pelas ruas da cidade não obstante as advertências feitas. Pelos autos de perguntas feitas a ofendida e a testemunha Heitor Bernardino de Siqueira está provado que as praças que estavam de patrulha de nomes Manoel Candido da Silva e Bernardino Polycarpo Furtado, tendo ciência de que Amalia Boava tinha ferido com uma faca a Sabina Maria da Conceição, procuraram ocultar o crime

mandando para casa a criminosa, escondendo a arma e recomendando a ferida que não levasse o fato ao conhecimento do oficial de ronda.”⁴⁸⁰

A crítica feita pelo Chefe de Polícia dava-se sobre o comportamento, motivação que mais punia esses homens também dentro do quartel. Para além de uma polícia modelo, exemplar e disciplinada, os homens do Corpo de Segurança praticavam toda sorte de infrações, mas que correspondem principalmente à manutenção de práticas, lazes, ou ainda modalidade de resolução de conflitos reconhecidamente válidos para eles, oriundos principalmente do local de onde eram originários: as classes populares. Apesar disso, eram muitas vezes vistos de maneira ressabiada por estes últimos, ao exercerem o papel de principal executor de medidas punitivas contra os que, a princípio, eram seus iguais.

Por fim, como último processo a ser analisado, o caso que envolve os praças do Corpo de Segurança responsáveis pela patrulha – logo a serviço da Repartição Policial – e o italiano Antonio Morza⁴⁸¹. Este processo irá apontar o embate entre a população e os responsáveis pela ordem de modo bastante ostensivo.

Durante a procissão de Nosso Senhor Jesus dos Passos, após ouvirem-se gritos, formou-se uma aglomeração nas proximidades da Praça XV de Novembro. A causa era a tentativa dos policiais da patrulha de prenderem um homem que, alcoolizado, lhes enfrentava fazendo uso de uma faca. O homem interpelado pelos policiais era Antônio Morza, italiano de 27 anos, casado, ferreiro, morador da Capital havia 2 anos. Na acusação feita pela Promotoria, o caso é narrado da seguinte maneira:

No dia dois do corrente mês, as 5½ horas da tarde, realizava-se a tradicional Procissão dos Passos e a Praça 15 de novembro, na sua parte baixa, regurgitava de povo. De repente, entre a imensa massa popular aparece o indivíduo Antônio Morza [...], gesticulando e falando em voz alta. E como um soldado de polícia que, estando de folga, fazia parte do préstito religioso, lhe pedisse que se contivesse e tirasse o chapéu, que ele teimava em conservar na cabeça, Antônio Morza sacou uma

⁴⁸⁰ Ofício do Prefeito de Polícia Manoel S. Corrêa d'Oliveira, ao Ilmo. Sr. Diretor encarregado do expediente da Secretaria Geral, em 31 de março de 1909. APESC.

⁴⁸¹ Processo crime em que é réu Antonio Morza, no ano de 1911. AMTJSC.

faca e investiu contra as pessoas que lhe estavam próximas.

Como é natural, manifestou-se grande pânico entre a multidão, que se dispersou para todos os lados, fugindo do centro da agitação. E Antônio Morza teria, talvez, causado algum ferimento, si uma praça do Batalhão Naval não tivesse intervindo imediatamente, desarmando-o.”⁴⁸²

Condizente com a acusação da promotoria, o depoimento de Aydomem João Teixeira reafirma as acusações. Teixeira, praça do Corpo de Segurança, teria sido primeiro a interferir na desordem provocada por Antônio. Estando de folga, “a passeio apreciando a procissão dos Passos [...] viu grande correria e gritos por parte do povo”⁴⁸³. Teixeira afirma ter solicitado ao réu que tirasse o chapéu que estava utilizando e, diante isto, Morza teria reagido com violência, tornando necessária uma intervenção e a sua retirada da festividade, ato que só se efetivou com a ajuda de seus companheiros Pedro Francisco de Oliveira e Izauro Cypriano do Livramento, estes praças que estavam de serviço e que o auxiliaram. Contaram também com auxílio da praça do Batalhão Naval.

Quando se deu o incidente, ao notar o agito em meio ao povo, as praças que se encontravam em serviço rapidamente foram em direção ao local. Utilizando-se de apitos, alertaram os demais. Sólon Zózimo, comandante da patrulha diz que, “[...] sentindo apitos para o lado da Rua João Pinto imediatamente para lá se dirigiu com a patrulha que comandava a fim de verificar d’onde partiam aqueles apitos[...].”⁴⁸⁴. Izauro Cypriano do Livramento relata que, “[...] estando ele as ordens do Delegado de Polícia da 2ª zona desta capital como sua ordenança viu na Praça 15 de novembro [...] apitos para o lado da esquina da Rua João Pinto que para lá se dirigiu acompanhado pelo mesmo Delegado[...].”⁴⁸⁵ Formaram assim uma rede que avançou sob Morza, contendo-o e encaminhando-o ao xadrez.

A história da desventura de Morza poderia estar concluída, ficando ele entendido como bêbado e arruaceiro, e seus contendas com o mérito de terem restabelecido a ordem entre a população, que poderia dar continuidade as suas comemorações. Porém no processo aberto

⁴⁸² Processo crime em que é réu Antonio Morza, no ano de 1911. AMTJSC.

⁴⁸³ Idem.

⁴⁸⁴ Idem.

⁴⁸⁵ Idem.

depoimentos que viriam a ser arrolados trariam um olhar diferente sobre o ocorrido.

Emiliano da Silva Lemos, acompanhava a procissão “com sua filhinha vestida de anjo”⁴⁸⁶. Vê que o “barulho” diz respeito a um homem que gesticula muito, e que um cabo, que ele não conhece o nome, que está fardado, mas não armado, o interpela e diz para que tire o chapéu, e que durante este diálogo entre os dois, ouve gritos vindos do Banco do Comércio de “Não pode”. Viu então a chegada de mais praças e de um soldado do batalhão naval cercando o indivíduo, na tentativa de dominá-lo. Por estar com sua filha no cortejo, logo que começa o agito, Emiliano se retira.

A segunda testemunha a depor é Sólon Zózimo da Silva. Sólon, já foi citado. Ele é sargento do Corpo de Segurança, e era o comandante da patrulha que acompanhava procissão, diz ter encontrando Antonio rodeado e já dominado, mas acrescenta que “viu diversos paisanos gritarem ‘Não podem’ e ao mesmo tempo quiseram agredir as praças do Corpo de Segurança e mesmo ao soldado naval que tratava de desarmar o referido italiano [...]”⁴⁸⁷.

Sólon traz a posição da população diante da ação policial. Inclusive, no depoimento dos condutores no auto de flagrante fica sugerido que a população sentiu-se ameaçada pela presença e atitude de Antonio, tornando necessária a intervenção dos policiais. Todavia, Sólon nos aponta outra perspectiva, em que a população reagiu, na verdade, a favor de Antonio.

O grande diferencial encontra-se nos depoimentos dos civis, como no de Emiliano acima. Além dele, depuseram também Francisco Jacintho de Medeiros e Frederico Rolla. Será somente no decorrer destes dois derradeiros depoimentos que irá se construir concretamente a possibilidade de uma nova perspectiva do ocorrido. Francisco é o primeiro a depor, segundo ele,

[...] achava-se n’uma das janelas do Banco do Comércio e viu d’aí o réu presente com duas crianças pelas mãos, uma de cada lado, e viu chegar uma praça do Corpo de Segurança, desarmada, e afastou do réu uma das crianças, o que indignou o mesmo réu que disse, apontando para a imagem do senhor dos Passos: “Aquele que me há de vingar” – vindo em seguida um outro

⁴⁸⁶ Idem.

⁴⁸⁷ Idem.

soldado, que se atirando sobre o réu, derrubando-o chegando também um fuzileiro Naval, que o desarmou, levantando em seguida os ditos policiais o réu, pelos os cabelos e o levaram para a Chefatura.⁴⁸⁸

Na seqüência, Francisco é inquirido pelo Promotor Público, que lhe perguntou “se acha admissível, que tanta gente se atirasse contra o réu e o derrubasse e lhe [...] pelos os cabelos sem o que réu desse motivo? Respondeu que assim procederam contra ele por que ele indignado gritava contra a polícia.”⁴⁸⁹ Foi perguntado então pelo advogado de defesa o motivo pelo qual estava o réu indignado e por que gritava, e ele respondeu que um soldado derrubara uma das crianças que o réu trazia pela mão.

Frederico Rolla foi o próximo a depor, relatando que

[...] achava-se no passeio do prédio onde funciona o Banco do Comércio e viu o réu presente gritar e o cabo de polícia que há pouco depôs dar um soco nos peitos do réu e levá-lo a encontro da parede derrubando nessa ocasião uma criança que se achava por detrás do mesmo réu, gritando este que não precisava o mesmo polícia dar.⁴⁹⁰

Em nenhum momento da acusação os policiais conseguiram precisar o motivo real da prisão de Morza. A alegação de que ele estaria provocando “desordem” torna-se oca na medida em que não é precisada pelos mesmos. É escorada então em um ato de afronta ao policial e aos demais ao negar-se a retirar o chapéu que trazia, fato este que só aparece no depoimento do cabo que primeiramente foi ter com ele. Quando se dá fala aos populares que assistiram a cena observa-se que a imagem construída de Antonio é questionável. Ao invés de ser um bêbado que irrompe na festividade causando desordem e provocando algum tipo de perigo se altera na medida em que ele mesmo faz parte do evento e, acompanhado de duas crianças participa efetivamente.

Ao que, por fim pode-se inferir é que ao desobedecer ao cabo, recusando-se a retirar o chapéu, disparou naquele momento todo um mecanismo de hierarquia desrespeitado – lembrando que o mesmo cabo, mesmo não estando de serviço, encontrava-se fardado. Ao se ver desobedecido, a questão de Antonio é levada às últimas conseqüências.

⁴⁸⁸ Idem.

⁴⁸⁹ Idem.

⁴⁹⁰ Idem.

Antonio, segundo a testemunha, foi levado pelos cabelos para a delegacia. Não se considera aqui que Antonio Morza não tenha resistido e enfrentado as praças que avançaram sobre ele, inclusive fazendo uso da faca que possuía. O interessante é a observação dos depoimentos orquestrados entre os policiais envolvidos, que passam a ser questionados quando passam a depor os civis. Em nenhum momento da versão policial a população foi citada como contrária à ação. Porém, nos depoimentos os usuais gritos de “não pode, não pode”, principal meio de defesa utilizado pela população na proteção de seus iguais se fizeram ouvir. Antonio Morza foi absolvido das acusações que lhe foram imputadas.

Salvo dois fatos de pouca importância pelo seu resultado nulo, um devido a excessos de moços irrefletidos (...) e outro devido à presença de um italiano ébrio na procissão de Passos, motivando correria e duas prisões, nada mais houve que abalasse o espírito público. As festas sagradas e as diversões populares correram sem o menor incidente, sendo mesmo o motivo de admiração não haver uma só prisão, nem um só crime nas festas de Natal e durante o carnaval.⁴⁹¹

Quanto à ação dos *moços irrefletidos* não foi possível obter dados. Já sobre o italiano ébrio, o processo impetrado contra ele, conforme observado acima, traz em seu corpo de texto informações que denotam que o incidente ocorrido na Procissão teve mais repercussão que o sugerido na fala do Chefe de Polícia.

A opção pelo uso do processo-crime que envolve Antonio Morza se deve a ele trazer, no seu desenrolar, dados sobre o trabalho policial, além de apontar para uma coordenação entre os policiais e seus depoimentos. Apresenta ainda de forma direta as observações e reações da população sobre as práticas dos que deveriam manter a ordem pela cidade. Indica, por fim, como conflitos ocorridos no cotidiano da cidade surgiam minimizados e/ou diluídos na documentação produzida em outras instâncias, donde se deve considerar que é preciso perscrutar mais profundamente para alcançar aqueles que não registraram diretamente sua história.

⁴⁹¹ Relatório do Chefe de Polícia Silvio de Sá Gonzaga ao governador do Estado de Santa Catarina, Coronel Vidal José de Oliveira Ramos em 1º de junho de 1911.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cidade de Florianópolis, nos primeiros anos republicanos, é comumente apresentada com uma trajetória distinta dos grandes centros urbanos do país. Tal diversidade é associada, com frequência, há possível inexistência dos conflitos e tensões urbanas tão presentes em outras cidades, fomentados pelas mudanças em diversos setores da sociedade – a ideologia de trabalho, as reformas urbanas, a intervenção higienista, a criminalização de hábitos são algumas das questões que passam o período.

Uma observação em termos comparativos pode nos levar a concluir que, efetivamente, a capital catarinense era uma cidade de uma pacatez reinante, resultado da “índole pacífica” de seus habitantes, conforme expressão corrente nos Relatórios produzidos pelo Chefe de Polícia. Uma observação mais atenta, entretanto, poderia ofertar outras perspectivas para a cidade.

Apesar de não deter porte similar a cidades como a Capital Federal, referência das transformações e tensões sociais do período, ou ainda Porto Alegre, enquanto cidade mais próxima geograficamente, Florianópolis foi impactada pelas mudanças empreendidas naquele momento, impacto observado principalmente através do cerceamento e controle exercido diretamente sobre os populares. E é nesse ponto que se localiza o objeto desse trabalho.

Na leitura da produção que se debruçava sobre o período, emergia a figura de um indivíduo sem rosto e sem escolhas: o policial surgia nas leituras como um coadjuvante pouco explorado, no entanto componente insubstituível para o entendimento daqueles primeiros anos republicanos. Responsável por exercer o controle nos espaços urbanos, a polícia possui papel determinante para a compreensão do processo de consolidação do regime republicano: era necessário entender o aparato policial e seus componentes.

Esta pesquisa iniciou-se então com o intuito de buscar quem eram aqueles homens agentes da lei. No entanto, a pouca atenção que haviam recebido tornava-os uma incógnita, e, mais ainda, nem mesmo a estrutura ou o funcionamento da polícia, a nível institucional, estavam claros. Costumo dizer que minha pesquisa ocorreu “de trás pra frente”: primeiro, através da documentação depositada no Arquivo do Fórum, hoje migrada para o Tribunal de Justiça, encontrei os policiais pela

cidade, em contato com a população, “acontecendo” pelas ruas. Era pouco claro, porém, qual a lógica institucional que seguiam.

Debruçando-me sobre a documentação da Prefeitura de Polícia, buscando compreender sua estrutura administrativa, observei que aqueles homens que se movimentavam pela cidade pertenciam a uma outra instituição: o Corpo de Segurança. A dualidade da disposição do aparato policial exigiu sua historização, além da análise do funcionamento das duas instituições, principalmente no concernente a disponibilização de seus agentes. Era preciso delinear a formação do praça, dentro do Quartel, e sua ação cotidiana, sob as ordens do Chefe de Polícia.

Um dado que ficou evidente foi a insatisfação de ambas as instituições para com os homens que serviam como agentes da ordem: o Corpo de Segurança fez uso de punições sistemáticas a práticas tidas como não condizentes com a vida militar; já no que diz respeito ao Chefe de Polícia, suas reclamações partiam tanto da desobediência daqueles homens frente a sua autoridade, a qual os praças frequentemente questionavam, quanto as diversas infrações cometidas pelas ruas da cidade, estando ou não no exercício de suas funções. Seguiam a tais reclamações os clamores pela constituição de uma polícia composta por homens subordinados exclusivamente a repartição policial, com uma formação diferenciada da militar realizada no Corpo de Segurança, com vistas a compor um quadro profissionalizado e de carreira.

Os anseios dos Chefes de Polícia não se concretizaram e era preciso fazer uso dos soldados do Corpo de Segurança para realizar o policiamento da Capital. E era exatamente nesse ponto que surgiam as maiores críticas. As práticas as quais eram incumbidos de coibir eram cometidas largamente pelos homens da lei, o que lhes acarretava punições, tanto no âmbito militar, quanto pela repartição policial.

O que se percebeu foi o descompasso entre um ideal almejado, onde o policial representaria a lei e a ordem nas ruas, e a negação constante daqueles homens que enquadrar seu comportamento a expectativas que se tinha para eles. A resistência, amiúde associada à negativa popular de se submeter a uma nova ordem de convívio social, se reproduz entre os pertencentes às instituições de controle. A similaridade deve-se principalmente a um fator chave para entender ação policial: os agentes que iam para as ruas, pertencentes ao Corpo de Segurança, eram principalmente homens oriundos das classes populares.

O ingresso na vida militar era uma das opções no reduzido leque de possibilidades dos homens pobres do período. Sendo assim, as ditas

práticas visadas pela lei e pela ordem eram compartilhadas e muitas vezes cometidas pelos policiais. Além dessa perspectiva, entretanto, atentou-se para outras nuances da figura do policial, que excede certamente a determinações do seu local social de origem. Considerou-se neste estudo o impacto decorrente ao “uso da farda”; onde a inserção na instituição militar – no caso o Corpo de Segurança – marcava-se como um diferencial entre aqueles homens e seus pares.

O término deste estudo não encerra absolutamente as possibilidades do objeto. Ao contrário, traço essas últimas linhas com a certeza de que muitos pontos importantes não foram aqui tocados. As fontes disponíveis, e destaco aqui documentação depositada no Quartel do Comando da Polícia Militar de Santa Catarina, são recursos inestimáveis para a exploração de novas perspectivas historiográficas, tanto de Florianópolis, quanto do restante do Estado, que ultrapassam em muito as balizas temporais desta pesquisa.

FONTES

Força Publica do Estado de Santa Catharina: 1835-1935. [s.l.]: [s.n.], 1935

Legislação

BRASIL. Coleção das Leis do Império do Brazil.

Decreto nº 5881, de 27 de fevereiro de 1875. “Aprova o Regulamento que estabelece o modo e as condições do recrutamento para o Exército e Armada”.

Decreto nº 5.884, de 8 de março de 1875. “Aprova o Regulamento Disciplinar para o Exército em tempo de paz”

Decreto nº 338, de 23 de maio de 1891. “Aprova os Regulamentos para o serviço interno e externo dos corpos arregimentados do Exército”.

Decreto 191, de 1º de junho de 1894. “Cria um Corpo de Segurança, da arma de infantaria”. APESC.

Lei de nº 856, de 19 de outubro de 1910. “Organização Policial do Estado de Santa Catarina”. APESC.

REGULAMENTO PARA O CORPO POLICIAL. Ato de 22 de junho de 1874. APESC.

Livro de Leis e Decretos do Município de Florianópolis. AHMF.

Relatórios e Falas do Presidente da Província

Relatório do Presidente da Província de Santa Catarina, Albuquerque Cavalcante, na abertura da 2ª sessão da 1ª Legislatura Provincial em 5 de abril de 1836.

Fala que o presidente da Província de Santa Catharina, o Marechal de campo Antero Jozé Ferreira de Brito, dirigiu á Assembléia Legislativa, em 1º de março de 1843.

Fala que o presidente da província, o Exmo. Sr. Dr. João José Coutinho, dirigiu à Assembléia Legislativa da mesma província, por ocasião da abertura da sua sessão ordinária em 1º de março de 1850.

Fala do Presidente da Província Dr. João José Coutinho, dirigido Assembléia Legislativa Provincial, em 1º de março de 1856.

Fala com que o Exmo. Sr. Dr. João Capistrano Bandeira de Mello Filho abriu a 1.a sessão da 21.a legislatura da Assembléia Legislativa da Província de Santa Catarina em 1º de março de 1876.

Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. José Ferreira Mello passou a administração da Província de Santa Catarina ao Dr. Coronel Augusto Fausto de Souza, em 13 de fevereiro de 1889.

Relatórios dos Chefes de Polícia

Relatório apresentado ao Ilmo. Exmo. Sr. Dr. Antônio Gonçalves Chaves, Intendente da Província, pelo Sr. José Xavier Machado [?], Chefe de Polícia, em 30 de setembro de 1882. APESC.

Relatório apresentado ao Ilmo. Exmo. Sr. Cor. Dr. Augusto Fausto de Souza, Presidente da Província, pelo Sr. José F. de Mello, Chefe de Polícia, em 28 de junho de 1888. APESC.

Relatório apresentado ao Exmo. Cidadão Dr. Governador Hercílio Pedro da Luz, pelo Sr. Antero Francisco de Assis, Prefeito de Polícia, em 30 de junho de 1896. APESC.

Relatório apresentado ao Sr. Secretário do Interior, pelo Sr. Benício N. T. da Cunha Mello, Prefeito de Polícia, em 8 de junho de 1900. APESC.

Relatório apresentado ao Ilmo. Sr. Dr. Secretario Geral dos Negócios do Estado, pelo Sr. Prefeito de Polícia Manoel da Silva Corrêa de Oliveira, ano de 1908. APESC.

Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Coronel Vidal José de Oliveira Ramos, Governador do Estado, pelo Desembargador Sálvio de Sá Gonzaga, Chefe de Polícia, em 1º de junho de 1911. APESC.

Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Chefe de Polícia do Estado de Santa Catarina, Dr. João da Silva Medeiros Filho, pelo Delegado de Polícia da Capital, Dr. Cid. Campos, em 30 de abril de 1918. APESC.

Inquéritos Policiais, Processos-criminais e Autos de *Habeas Corpus*.

Inquérito policial – Francisco Ramos, no ano de 1911. AMTJSC.

Inquérito policial – Cincinato Ignácio Mendes, no ano de 1911. AMTJSC.

Inquérito policial – José “da Ponte”, no ano de 1913. AMTJSC.

Processo crime em que é réu Agostinho Alves Bezerra, no ano de 1900. AMTJSC.

Processo-crime em que são réus Miguel Bufaraco, Fernando de Barros e Antonio Jesuíno Lobo, no ano de 1900. AMTJSC.

Processo-crime em que é réu José Lupertino Pereira, no ano 1901. AMTJSC.

Processo-crime em que é réu Lindolpho Antonio Gomes, ano de 1903. AHTJSC.

Processo-crime em que é réu Marcolino Victorio, no ano de 1907. AMTJSC.

Processo-crime em que é ré Amália Boava, no ano de 1909. AMTJSC.

Processo-crime em que são réus Ernesto Rodrigues Daniel e João Domingos Machado, no ano de 1910. AMTJSC.

Processo-crime em que é réu Calistrato Cunha, no ano de 1911. AMTJSC.

Processo crime em que é réu Antonio Morza, no ano de 1911. AMTJSC.

Habeas corpus impetrado por Henrique de Natal, Arthur Emygdio dos Santos, Manoel Pedro e José da Silva, 1918. AMTJSC.

Habeas corpus impetrado pelo Dr. Gilberto Jorge da Silva, tendo por pacientes Antunes d'Avila e Amadeu Barbi, no ano de 1920. AMTJSC.

Boletins do Quartel do Comando do Corpo de Segurança

Anos de 1891; 1894 a 1899. APMSC.

Ofícios do Chefe de Polícia

Anos de 1899 a 1909. APESC.

Outras

Livro de Registro de Imóveis de 1895. AHMF.

Livro de Registro de Impostos Municipais, anos de 1895 a 1902. AHMF.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AL-ALAM, Caiuá Cardoso. **A negra força da princesa: polícia, pena de morte e correção em Pelotas (1830-1857)**. 2007. Dissertação (Mestrado em História). – Programa de Pós Graduação em História, São Leopoldo, UNISINOS, 2007.

ALVAREZ, Marcos C., SALLA, Fernando A., SOUZA, Luís Antonio F. “A sociedade e a Lei: o Código penal de 1890 e as novas tendências penais na primeira República”. **Justiça e História**, vol. 3, n. 6. Porto Alegre: TJRS, 2003.

ARAÚJO, Hermetes R. de. **A invenção do litoral: reformas urbanas e reajustamento social na primeira República**. São Paulo: PUCSP, 1989. Dissertação (Mestrado em História). São Paulo, PUC, 1989.

BASTOS Jr, Edmundo J. **Coronel Lara Ribas, PMSC: o homem, a carreira, o símbolo**. Florianópolis: PMSC, 1990.

_____. **No tempo do Coronel Lopes...** Florianópolis: FCC, 1984.

_____. **Polícia Militar de Santa Catarina: história e histórias**. Florianópolis: Garapuvu, 2006.

BAYLEY, David H. **Padrões de policiamento: uma análise comparativa internacional**. São Paulo: Ford Foundation/NEV/Edusp, 2001.

BENVENUTTI, Alexandre F. **As Reclamações do Povo na Belle Épóque: a cidade em discussão na imprensa curitibana (1909 – 1916)**. 2004. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós Graduação em História, Curitiba: UFPR, 2004.

BRETAS, Marcos Luiz. **A guerra das ruas: povo e polícia a cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.

_____. **Ordem na cidade:** o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro, 1907-1930. [trad. Alberto Lopes] Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. “O duradouro ciclo dos odores fortes e das pituitas resistentes”. In: **Nossa Senhora do Desterro:** Notícia. 2^a. ed. Florianópolis: Lunardelli, 1979.

CALDAS, Mar. Candido. **História Militar da Ilha de Santa Catarina: notas.** Florianópolis: Lunardelli, 1992.

CARDOSO, Paulino de Jesus F. “Em busca de um fantasma: as populações de origem africada em Desterro, Florianópolis, 1860 a 1888.” **PADÊ:** estudos em filosofia, raça, gênero e direitos humanos. UniCEUB,FACJS, Vol.2,N.1/07.

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil:** o longo caminho. 9^a. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik . **Nova história militar brasileira.** Rio de Janeiro: FGV, 2004.

CASTRO, Jeanne Berrance. **A milícia cidadã:** A Guarda Nacional de 1831 a 1850. 2. ed. São Paulo: Ed.Nacional, 1979.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim:** o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986.

_____. **Cidade febril:** cortiços e epidemias na Corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996

_____. **Trabalho, lar e botequim:** o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986.

DAMATTA, Roberto e SOÁREZ, Elena. **Águias, Burros e Borboletas:** Um Estudo Antropológico do Jogo do Bicho. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

ESTEVEES, Martha de Abreu. **Meninas perdidas:** os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Epoque. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FARIA, Regina Helena Martins de. **Em nome da ordem:** a administração de aparatos policiais no universo luso-brasileiro (séculos XVIII e XIX). Tese (Doutorado em História). Programa de Pós Graduação em História, Recife, UFPE, 2007.

FLORY, Thomas. **Judge and Jury in Imperial Brazil, 1808-1871. Social Control and Political Stability in the New State.** University of Texas Press, 1981.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: história das violências nas prisões.** 13ª ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

GARZONI, Lericé. Castro. **Vagabundas e conhecidas:** novos olhares sobre a polícia republicana (Rio de Janeiro, início do século XX). Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, São Paulo, UNICAMP, 2007.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais:** morfologia e história. [trad. Federico Carotti]. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GOMES, Ângela de Castro. **Cidadania e direitos do trabalho.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

GRIZO, Aida. **Polícia, Técnica e Ciência:** o processo de incorporação de saberes técnico-científicos na legitimação do ofício de policial. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Programa de Pós Graduação em Sociologia, Porto Alegre: UFRGS, 1999.

HOLLOWAY, Thomas H. **A Polícia no Rio de Janeiro:** repressão e resistência numa cidade do século XIX. [trad. Francisco de Castro Azevedo]. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1997.

_____. “The Brazilian “Judicial Police” in Florianópolis, Santa Catarina, 1841-1871.” **Journal of Social History.** Vol. 20 (4), Summer 1987.

KALMANOWIECKI, Laura. “Soldados ou missionários domésticos? Ideologias e autoconcepções da polícia argentina”. **Revista Estudos Históricos**, vol. 12, nº 22. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

KUPKA, Roselane N. **Tensões e imagens do viver urbano em Florianópolis – 1910 - 1930**. Dissertação (Mestrado em História) São Paulo: PUCSP, 1993.

LEUCHTENBERGER, Rafaela. **“O Lábaro protetor da classe operária: As associações voluntárias de socorros-mútuos dos trabalhadores em Florianópolis – Santa Catarina (1886-1932)**. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. UNICAMP, 2009.

LINEBAUGH, Peter. “Crime e industrialização: a Grã-Bretanha no século XVIII”. PINHEIRO, Paulo Sérgio (org.). **Crime, violência e poder**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1983.

MACHADO, Gisele. **“Escreveu não leu, o pau comeu”**: A Escola de Aprendizizes-Marinheiro de Santa Catarina (1889-1930) Dissertação (Mestrado em Educação). Florianópolis: UFSC, 2007.

MASSON, Gisele. “Das teorias modernas de Estado à crítica da legitimação político-ideológica na organização social capitalista”. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, vol. 44, nº 1, p. 69-95, abril de 2010.

MAUCH, Cláudia. **Ordem pública e moralidade: imprensa e policiamento urbano em Porto Alegre na década de 1890**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC/ANPUH-RXS, 2004.

NETTO, Luiz Roberto. “Por Debaixo dos Panos - A Máquina Policial e o Problema da Infância Desvalida na Cidade de São Paulo (1910 - 1930)”. **Revista Brasileira de História**: São Paulo, v. 9 no. 17, set.88/fev.89.

OLIVEIRA, Felipe Carlos de. **A aclamação da República**: imagens do ideário político catarinense. Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós Graduação em História, Florianópolis, UFSC 2008.

PECHMAN, Robert Moses. “Os excluídos da rua: ordem urbana e cultura popular”. In: BRESCIANI, Maria Stella (org.). **Imagens da cidade – séculos XIX e XX**. São Paulo: Marco Zero; ANPUH/SP; FAPESP, 1993.

PEDROSO, Regina Célia. “Utopias Penitenciárias: projetos jurídicos e realidade carcerária no Brasil”. **Revista de História**. FFLCH/USP, nº 136, 1º semestre de 1997.

PENA, Eduardo S. **Pajens da casa imperial: juriconsultos e escravidão no Brasil do século XIX**. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, UNICAMP, 1998.

PEREIRA, Carlos da Costa. **A revolução federalista de 1893 em Santa Catarina**. Florianópolis: Governo do Estado de Santa Catarina, 1976.

PEREIRA, Ivonete. **As decaídas: mulheres no cotidiano de Florianópolis (1900-1940)**. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós Graduação em História, Florianópolis: UFSC, 1996.

PESAVENTO, Sandra J. **O imaginário da cidade: visões literárias do urbano – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1999.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Os pobres da cidade: vida e trabalho, 1880-1920**. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 1994.

REVEL, Jacques. **Jogos de escala: a experiência da microanálise**. [trad. Dora Rocha]. Rio de Janeiro; Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RIOS, Ana Maria, MATTOS, Hebe M. “Para além das senzalas: campesinato, política e trabalho rural no Rio de Janeiro pós-Abolição”. In: CUNHA, Olívia M. Gomes da, GOMES, Flávio dos Santos. **Quase cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

ROCHA, Amara Silva de Souza. “A sedução da luz: Eletrificação e imaginário no Rio de Janeiro da Belle Époque”. **Revista de História Regional**. Vol. 2, no. 2, 1997.

ROSEMBERG, André. **Polícia, policiamento e o policial na província de São Paulo, no final do Império: a instituição, a prática cotidiana e a**

cultura. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós Graduação em História, São Paulo, USP, 2008.

SANTOS, Marco Antonio Cabral dos. “Entre a lei e o arbítrio: ordem pública e poder de polícia em São Paulo (1890-1920).” **LOCUS: Revista de História**, Juiz de Fora, v. 13, n. 1, p. 171-183, 2007.

SANTOS, Marco Antonio Cabral dos. “Polícia e trabalhadores em São Paulo (1890-1920).” **LOCUS: revista de história**, Juiz de Fora, v. 11, n. 1 e 2, p. 33-50, 2005.

SANTOS, Myriam Sepúlveda dos. “A prisão de ébrios, capoeiras e vagabundos no início da Era Republicana”. **TOPOI**, v. 5, n. 8, jan.- jun. 2004.

SARDÁ, Juliana. **Na contra-mão da lei: a repressão policial e os desviantes da ordem nas primeiras décadas do século XX**. Dissertação (Mestrado em História). Florianópolis: UFSC, 2005

SCHETTINI, Cristiana. **Que tenhas seu corpo: uma história social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006

SCHMITT, Jaqueline Aparecida Zarbatto. **Trabalhando em Florianópolis...: as práticas de trabalho e a memória de trabalhadores e trabalhadoras 1900 – 1920**. Dissertação (Mestrado em História). Florianópolis: UFSC, 2001.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Marilene Rosa Nogueira. **Legislação – diferença e desigualdade: As condições de produção do discurso jurídico-político do crime e da criminalidade nos códigos de 1890 e 1940**. Retirado de <http://www.uff.br/ichf/anpuhrio/Anais/2004>, em 25/08/2007.

SILVA, Wellington Barbosa. **Entre a liturgia e o salário: a formação dos aparatos policiais no Recife do século XIX. 1830-1850**. Tese (Doutorado em História). Programa de pós Graduação em História, Recife, UFPE, 2003.

SOIHET, Rachel. **Condição feminina e formas de violência**: mulheres pobres e ordem urbana (1890 – 1920). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

SOUZA, Luís Antonio Francisco de. “A administração da Justiça Criminal e a experiência de São Paulo na Primeira República”. **Justiça e História**, Porto Alegre, v. 5, n. 9, 2005.

_____. “Autoridade, Violência e Reforma Policial. A Polícia Preventiva através da Historiografia de Língua Inglesa”. **Revista Estudos Históricos**, vol. 12, nº 22. Fundação Getúlio Vargas, RJ, 1998.

THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

_____. **Senhores e Caçadores**: a origem da lei negra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VARGAS, João Tristan. **O trabalho na ordem liberal**: o movimento operário e a construção do Estado na Primeira República. Campinas, SP: UNICAMP/CMU, 2004.

VEIGA, Eliane Veras da. **Processo histórico de mutação da paisagem urbana da área central de Florianópolis 1850-1930**. Dissertação (Mestrado em História). UFSC, 1990.

VIANNA, Adriana de Resende B. **O mal que se adivinha**: polícia e minoridade no Rio de Janeiro, 1910-1920. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

VISCARDI, Cláudia. M. R. “A Força Pública em Minas Gerais.” **LOCUS: Revista de História**, Juiz de Fora, v. 1, n. 1, p. 41-61, 1995.